



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE MEDICINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA

ERINALDO DOMINGOS ALVES

**DA VIDA PSÍQUICA ÀS FORMAS DE SOFRER NA CIDADE: EXPERIÊNCIAS
DE SOFRIMENTO PRODUZIDAS PELO ISOLAMENTO SOCIAL NO
CONTEXTO DA PANDEMIA POR COVID-19**

FORTALEZA

2024

ERINALDO DOMINGOS ALVES

DA VIDA PSÍQUICA ÀS FORMAS DE SOFRER NA CIDADE: EXPERIÊNCIAS DE
SOFRIMENTO PRODUZIDAS PELO ISOLAMENTO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA POR COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Ciências Sociais, Humanas, Ambientais, Políticas de Saúde e Avaliação em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Lúcia Magalhães Bosi.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A478v Alves, Erinaldo Domingos.

Da vida psíquica às formas de sofrer na cidade : experiências de sofrimento produzidas pelo isolamento social no contexto da pandemia por Covid-19 / Erinaldo Domingos Alves. – 2024.
189 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Maria Lúcia Magalhães Bosi.

1. Sofrimento psíquico. 2. Isolamento social. 3. Pandemia por Covid-19. 4. Compressão do tempo-espaço. 5. Compressão da vida. I. Título.

CDD 610

ERINALDO DOMINGOS ALVES

DA VIDA PSÍQUICA ÀS FORMAS DE SOFRER NA CIDADE: EXPERIÊNCIAS DE
SOFRIMENTO PRODUZIDAS PELO ISOLAMENTO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA POR COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Ciências Sociais, Humanas, Ambientais, Políticas de Saúde e Avaliação em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Lúcia Magalhães Bosi.

Aprovada em: 22 / 03 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria Lúcia Magalhães Bosi (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Carmem Emmanuely Leitão Araújo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Aluísio Ferreira Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Às vidas em vida e em memória:

Às vítimas de Covid-19, que tiveram suas vidas encurtadas.

À minha mãe, Dona Civalda, pelo amor materno incondicional.

Ao meu pai, Senhor Alúcio, *in memoriam*, pelos inestimáveis ensinamentos de vida.

AGRADECIMENTOS

À vida, a Deus, ao destino, por me permitirem o fôlego da vida para iniciar e concretizar este grande ato.

Aos meus pais, Civalda Domingos e Aluísio Maia, este *in memorium*. Pai, não sei se você entenderia a magnitude do fechamento deste ciclo, mas bem sei que, certamente, festejaria bastante comigo e se sentiria hiper feliz ao visualizar em meu sorriso a minha desmedida felicidade. Mãe, sinto que, por alguma razão e de alguma forma, o meu pai vive em você, e ele consegue ver todo esse sonho se concretizando através de seus lindos olhos. Vocês são – e sempre serão – eternamente as minhas pessoas! Amo vocês para além de mim!

À minha orientadora, Malu Bosi, por, desde o princípio, ter me enxertado ânimo e encorajamento para não perder de vista a essência dessa dissertação. A maneira como você transmite o conhecimento e deixa transbordá-lo para que possamos beber um pouco dele me fascina e me inspira. Obrigado pelas aprendizagens acadêmicas e, para muito além disso, pelos ensinamentos de vida. Mais uma vez, tenho convicção de que você não atravessou mais uma vida sem deixar suas belas marcas tricotadas.

Aos participantes/personagens dessa pesquisa, cujas vidas e atravessamentos subjetivos possibilitaram a concretização de um sonho: tornar-me MESTRE. Lembrar-me-ei eternamente de cada um e cada uma de vocês! Daqueles que participaram em vida e daqueles cujos nomes *in memorium* me emprestaram para nomear cada participante do meu estudo!

À banca examinadora, Aluísio Lima e Carmem Araújo. Ao Aluísio, por toda a integridade e agudeza científicas na sua construção acadêmica de trajetórias plurais. Você é fonte de inspiração para mim, desde 2019, quando pleiteei uma vaga para uma de suas linhas de pesquisa. À Carmem, por ter e ser: por ter concedido o suporte necessário para a construção desse material; e por ser uma coordenadora ímpar e uma parceira de gestão gentil, atenciosa e engajada. Você transpira inspiração.

Ao Cadu Amaral, por tanto: por ter brotado em mim a ardente paixão pela Saúde Pública ainda durante a minha graduação, por ter atravessado a minha trajetória de vida à trajetória de vida da Malu Bosi e por servir de inspiração para o meu percurso de docente universitário.

Aos colegas do LAPQS, por toda a leveza, inspiração, incentivo e trocas saudáveis. Com vocês, presentes virtualmente todas às segundas-feiras por longos dois anos, minha

singular experiência da pandemia por Covid-19 e o seu isolamento social tornou-se menos angustiante e inibitória e, quiçá, mais aprazível – na medida do possível. Sem vocês, essa dissertação não seria o que é hoje.

Aos meus melhores amigos: Carlos Alberto, por todo o suporte desmedido, confissões íntimas e a certeza de que não há vida sem um grande e bom amigo, e Josenildo Batista, por sua história de vida que serviu de inspiração e apreço para mim. Sua história pessoal e acadêmica motivou a finalização dessa escrita.

Ao meu grande e célebre amigo, Richard Wagner, por ter germinado em mim o extraordinário amor pela Língua Portuguesa e reacendido em mim a chama da criatividade e liberdade que somente a escrita pode propiciar a um homem comum. Às vezes, a escrita pode ser a única sentença que nos resta. Obrigado, Richard – Garoto Nota 1.000 no Enem 2015!

Às minhas amigas "mais chegadas" do mestrado e da vida, Valesca Sousa, Edilma da Cruz, Luana Bandeira, Pâmela Castro e Ana Carla, por terem, incontáveis vezes, afastado a solidão típica do âmbito acadêmico. Não existem ainda palavras suficientes que possam expressar todo o meu amor e gratidão a vocês.

Às minhas melhores amigas de longa data, Hávila Raquel, Marly Kecia, Karyna Silva e Ligia Pinheiro, que, mesmo distantes fisicamente, me permitem sentir perfeitamente que permaneceram depositando fé em mim para concluir essa dissertação, mesmo quando nem eu depositava mais. Os longínquos anos de irmandade demonstraram que posso contar eternamente com vocês. E espero que, durante todo esse tempo, eu tenha conseguido transparecer a mesma energia a ponto de vocês também sentirem isso referente a mim. Obrigado!

Ao meu companheiro, Glaucio Holanda, por todo carinho, leveza e amor incondicionais empreendidos a mim, mesmo nos dias e ocasiões menos oportunos.

Sem muitas confissões, agradeço também ao meu analista, Túlio Tavares, por me fazer enxergar muitas turvações, sobretudo por me ter feito perceber que o verdadeiro mestre desse processo sou eu.

A Beyoncé, por toda a inspiração de vida e por ter sido a primeira pessoa, dentre as negras e os negros com os quais já me deparei em minha trajetória, a me ensinar que homens negros e mulheres negras são reis e rainhas, e que podemos chegar e estar em qualquer topo do mundo, seja na academia, seja na vida. A arte salva vidas e, indubitavelmente, a sua salvou a minha por diversas vezes.

A mim, Erinaldo Alves, pela sobrevivência e incontáveis artimanhas para driblar e subverter a procrastinação, o desinteresse e o bloqueio intelectual criativo. Eu sou, sem dúvida, o verdadeiro mestre desse produto! Obrigado, Túlio, por essa!

À CAPES, pelo incentivo financeiro durante os dois anos de mestrado acadêmico.

Ninguém escreve para ganhar fama, que, de qualquer maneira, é coisa transitória, ou para atingir a imortalidade. Seguramente, escrevemos em primeiro lugar para satisfazer alguma coisa que se acha dentro de nós, não para as outras pessoas. É claro que, quando os outros reconhecem os nossos esforços, a satisfação interior aumenta, mas, mesmo assim, escrevemos primeiramente para nós mesmos, seguindo um impulso que vem de dentro.

Sigmund Freud

RESUMO

Esta dissertação evidencia o esforço de congregar a Saúde Coletiva com a Geografia Urbana Crítica. Desde a insurgência da pandemia por Covid-19 e do isolamento social, observamos que esses fenômenos causaram profundas transformações no modo de vida urbana, suscitando crises nos contextos econômico, político, social e de saúde pública e, supostamente, alterando a dinâmica e percepção do tempo e do espaço, bem como os modos de subjetivação dos cidadãos. Nesse sentido, buscamos compreender, a partir das experiências vividas pelas pessoas, como a pandemia e o isolamento social influenciaram a vida humana a ponto de produzir sofrimento psíquico no contexto urbano da cidade de Fortaleza, Ceará. Com efeito, propusemos uma extensão do conceito de compressão do tempo-espaço, originalmente postulado pelo geógrafo britânico David Harvey no interior da Geografia Urbana Crítica em discussão a respeito do capitalismo, para pensar uma noção de compressão do tempo-espaço em articulação com o fenômeno da pandemia e do isolamento social como contribuição ao campo da Saúde Coletiva. Tal extensão nos levou a conceber o aparato teórico-conceitual de compressão e descompressão do tempo-espaço e compressão e descompressão da vida, o qual se consolidou em nosso estudo por meio dos relatos de experiências de sofrimento psíquico em meio à vivência do isolamento social. Para tanto, tratando-se de uma pesquisa qualitativa em saúde inscrita na tradição hermenêutico-crítica sob o paradigma interpretativo, realizamos nove entrevistas em profundidade com pessoas acima de 18 anos que vivenciaram o isolamento social, seja estando na modalidade de trabalho presencial, seja estando em *home-office*. O convite a elas foi feito mediante um questionário virtual disparado em redes sociais como *Instagram e WhatsApp*. Sob o véu do critério de variação máxima, apreendemos pessoas de diferentes: idades, gênero, classes sociais, raça, composição familiar, ocupação e residentes em distintos bairros de Fortaleza, com o propósito de nos conceder uma entrevista, a fim de desvelar suas experiências de sofrimento psíquico em meio ao isolamento social e à pandemia por Covid-19. Uma vez transcritas, as entrevistas passaram por uma análise interseccional à luz da abordagem pluralista de verificação e geração de teoria, o que nos propiciou examinar a extensão da compressão do tempo-espaço e a operacionalização da teoria de compressão da vida sob as implicações do isolamento social no contexto da pandemia por Covid-19. Como resultado, constatamos que as personagens entrevistadas realmente experienciaram sofrimento psíquico de alguma natureza, produzindo, assim, repercussões à sua vida psíquica, o que nos

levou, conforme novos achados, a sofisticar o aparato teórico-conceitual previamente gerado. Por fim, presumimos ter fornecido à Saúde Coletiva um apanhado teórico, baseado no conhecimento empírico, que permite articulá-lo criticamente com as metamorfoses sofridas pela cidade e pela subjetividade humana após o recrudescimento da pandemia e do seu isolamento social, bem como de quaisquer outros fenômenos que repousem sobre o espaço público interrompendo a permanência da vida.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico; Isolamento social; Pandemia por Covid-19; Compressão do tempo-espaço; Compressão da vida.

ABSTRACT

This dissertation evidence our effort to congregate the Public Health and Critical Urban Geography. Since emergency of the Covid-19 pandemic and its social isolation, we observe that these phenomena cause deep transformations in the urban way of life, stimulating crisis in the economic, political, social and public health context and allegedly changing the dynamic and perception of the time and space, as well as the way of subjectivation of city dwellers. In this sense, we seek to comprehend, based on people's experiences, how the pandemic and the social isolation influenced the human life producing psychological suffering in the city of Fortaleza, Ceará. In fact, we proposed a extension of concept of space-time compression, originally created by British geographer David Harvey in the Critical Urban Geography in discussion about the capitalism, to think a notion of space-time compression articulated to the pandemic's phenomenon and social isolation how an contribution to the Public Health. This extension led us to conceive the concepts of space-time compression, space-time decompression, life compression and life decompression, which effected in our study for reports of experiences of psychological suffering amid social isolation. Therefore, in the case of qualitative health research inscribed in the hermeneutic and materialist tradition, we conducted nine in-depth interviews with people over 18 years who lived the social isolation, being him working in person or home-office. The invite was made by means of a virtual questionnaire shared in social medias as Instagram and WhatsApp. In light of maximum variation criterion, we understand people of different: ages, gender, social classes, race, family composition, occupation and residents at different neighborhoods of Fortaleza, with the purpose of giving us one interview in order to reveal your experiences of psychological suffering amid social isolation and Covid-19 pandemic. Once transcribed, the interviews were subjected to an intersectional analysis in light of pluralistic approach to theory verification and generation, providing us examine the operationalization of the compression of life theory under implications of social isolation in the context of the Covid-19 pandemic. As a result, we found that the characters interviewed actually suffered psychological suffering of some nature, thus producing repercussions on their psychological life, improving the theoretical-conceptual apparatus previously generated. Finally, we presume to have provided Public Health with a theoretical overview, based on empirical knowledge, that allows it to be critically articulated with the metamorphoses suffered by the city and by human subjectivity after the resurgence of the

pandemic and its social isolation and any other phenomena that affect public space, interrupting the permanence of life.

Keywords: Psychological suffering; Social isolation; Covid-19 pandemic; Space-time compression; Life compression.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 O encolhimento do mapa do mundo graças a inovações nos transportes que “aniquilam o espaço por meio do tempo”	45
Figura 2 A saúde individual e coletiva sob o impacto das alterações dos modos de vida urbana ocasionadas pela compressão do tempo-espaço engendrada pelo modo capitalista de produção.....	62
Figura 3 Representação esquemática das reverberações do panorama pandêmico no cenário urbano brasileiro	78
Figura 4 Movimento dialético da compressão do tempo-espaço.	89
Figura 5 Estrutura conceitual do movimento dialético da compressão do tempo-espaço e da compressão da vida como eliciadora de experiências de sofrimento psíquico na cidade.	91
Figura 6 Esquema representativo das zonas de compressão e descompressão do tempo-espaço e da vida circunscrevendo todo o tecido urbano e, por extensão, a condição humana.	95
Figura 7 Esquema representativo das variadas formas de sofrer na cidade a partir dos processos de compressão e descompressão do tempo-espaço e da compressão e descompressão da vida.....	104
Figura 8 Mapa conceitual das compressões e descompressões do tempo-espaço e da vida como desdobradas de sofrimento psíquico.	162
Figura 9 Mandala Sperandio	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CHS – Ciências Humanas e Sociais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LAPQS – Laboratório de Avaliação e Pesquisa Qualitativa em Saúde

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e demais gêneros

LOS – Lei Orgânica da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNAB – Política Nacional de Atenção Básica

PNPS – Política Nacional de Promoção da Saúde

PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TEA – Transtorno do Espectro Autismo

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFC – Universidade Federal do Ceará

VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
PRIMEIRO ATO: A VIDA (PSÍQUICA) EM PRÉ-ISOLAMENTO	29
CAPÍTULO 1 – COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO: PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO-GEOGRÁFICO	30
MODOS DE PRODUÇÃO: ORIGENS, EVOLUÇÕES E DECLÍNIOS	31
MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA AMÉRICA E NO MUNDO: EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	33
BREVE HISTÓRICO DA DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO PELAS ENGRENAGENS CAPITALISTAS	36
COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO: CONTRIBUIÇÕES DE DAVID HARVEY	40
<i>Breve biografia: aspectos pessoais, intelectuais e sócio-históricos</i>	<i>41</i>
<i>Fundamentando e definindo o conceito de compressão do tempo-espaço</i>	<i>43</i>
CAPÍTULO 2 – DA COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO EM SEU SENTIDO ORIGINAL À TRANSFORMAÇÃO DOS MODOS DE VIDA URBANA	48
SOBRE OS MODOS DE VIDA URBANA: À GUIA DE INTRODUÇÃO	48
DO ESPAÇO HABITADO À CIDADE URBANIZADA	50
PRÁTICAS PREDATÓRIAS CAPITALISTAS E A TRANSFORMAÇÃO DOS MODOS DE VIDA URBANA	54
DA TRANSFORMAÇÃO DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA À RECONFIGURAÇÃO DOS MODOS DE VIDA URBANA	60
CAPÍTULO 3 – CAPITALISMO TARDIO NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE: ENODAMENTOS DA VIDA PSÍQUICA	64
A GÊNESE DO CAPITALISMO TARDIO E SUA CORRELAÇÃO COM O ADVENTO DO DSM ..	64
A TRAVESSIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO PELOS ACRÔNIMOS PSIQUIÁTRICOS NO CONTEXTO NEOLIBERAL	70
À GUIA DE CONCLUSÃO	73
SEGUNDO ATO: A VIDA (PSÍQUICA) EM ISOLAMENTO	74
CAPÍTULO 4 – PANDEMIA: O SEMBLANTE DE UM PASSADO OSCURO NO PRESENTE	75

A PANDEMIA COMO PANO DE FUNDO	75
ISOLAMENTO E DISTANCIAMENTO SOCIAIS: DEMARCAÇÕES NECESSÁRIAS.....	81
O PORQUÊ DO ISOLAMENTO SOCIAL	82
CAPÍTULO 5 – A DIALÉTICA DA COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO E DA COMPRESSÃO DA VIDA: UMA PROPOSTA TEÓRICO-CONCEITUAL	85
(DES)COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO: UMA EXTENSÃO DO CONCEITO DE HARVEY ..	86
(DES)COMPRESSÃO DA VIDA: UM DESDOBRAMENTO DA (DES)COMPRESSÃO DO TEMPO- ESPAÇO	90
CAPÍTULO 6 – A DIALÉTICA DA COMPRESSÃO DA VIDA COMO PRODUTORA DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NA CIDADE	97
ENTRE OS DESTROÇOS DO ISOLAMENTO SOCIAL E OS ESCOMBROS DA VIDA PSÍQUICA.	97
DA TEORIA DE COMPRESSÃO DA VIDA ÀS FORMAS DE SOFRER NA CIDADE	100
TERCEIRO ATO: A VIDA (PSÍQUICA) EM PÓS-ISOLAMENTO	106
CAPÍTULO 7 – PERCURSO METODOLÓGICO.....	107
DEMARCAÇÃO DO MÉTODO E DA CONGRUÊNCIA ONTOEPISTEMOLÓGICA	107
POSICIONALIDADE DO INVESTIGADOR	108
CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	110
ESTRATÉGIAS PARA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES	110
PARTICIPANTES DA PESQUISA	112
ANÁLISE DE INFORMAÇÕES.....	114
RIGOR DO ESTUDO	115
CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	115
POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	116
CAPÍTULO 8 – EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO PROVENIENTES DO ISOLAMENTO SOCIAL: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS SINGULARES A PARTIR DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE.....	118
NOTAS PRELIMINARES A RESPEITO DAS PERSONAGENS DESTA HISTÓRIA	119
PANDEMIA E ISOLAMENTO SOCIAL: OS SELVAGENS EFEITOS DO TEMPO SOBRE A VIDA OU OS SELVAGENS EFEITOS DA VIDA SOBRE O TEMPO?.....	122
(DES) COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO NO ISOLAMENTO SOCIAL: CONSOLIDANDO A EXTENSÃO CONCEITUAL.....	133

SOFRIMENTO PSÍQUICO E (DES)COMPRESSÃO DA VIDA: CONSOLIDANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA.....	146
PARA EFEITO DE DESENLACE	162
CAPÍTULO 9 – A CONQUISTA DE UMA CIDADE SAUDÁVEL PARA O TRATAMENTO SOCIAL DA COMPRESSÃO DA VIDA.....	166
PROMOÇÃO DA SAÚDE E PLANEJAMENTO URBANO.....	167
A POTÊNCIA AURIVERDE DA CIDADE E DE SEUS CIDADINOS.....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS.....	180
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	188
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	189

INTRODUÇÃO

Pensar sem paixão é fazer caixões para as ideias transformadoras, e agir sem paixão é encher os caixões.

(Boaventura de Sousa Santos)

Esta dissertação buscou, dentre outros objetivos, dilatar os referenciais do campo da Saúde Coletiva¹, vinculando-a a uma área que, à primeira vista, parece destoar uma da outra e se distanciar das discussões que circunscrevem a saúde. Em outras palavras, esse estudo se comprometeu a congregar a área da Geografia Urbana Crítica² com o campo da Saúde Coletiva, elaborando uma contribuição teórica mútua às áreas e discutindo a saúde (essencialmente, o sofrimento psíquico) frente às implicações do isolamento social proveniente da pandemia por Covid-19, tendo como enquadramento urbano³ as cidades, sobretudo Fortaleza, Ceará. Com efeito, pretendemos operacionalizar um modelo teórico-conceitual que servisse para pensar criticamente a saúde na matriz urbana, construindo pressupostos que aproximam o conceito de compressão do tempo-espaço⁴, originalmente vinculado à Geografia Urbana Crítica, com a Saúde Coletiva. Para o sucesso dessa concatenação, propusemos uma extensão do sentido e significado de compressão do tempo-espaço, incrementando nele algo a mais: o seu desdobramento na compressão da vida.

¹ Em *Tratado de Saúde Coletiva*, Nunes (2009, p. 27) a define como “um campo estruturado e estruturante de práticas e conhecimentos, tanto teóricos como políticos”, abraçando como campos disciplinares as Ciências Sociais e Humanas, a Epidemiologia e a Política e Planejamento.

² Em *Geografia Urbana*, Mascarenhas e Oliveira (2018) apontam que, pertencendo às Ciências Sociais, a Geografia Urbana Crítica começa a adquirir contornos a partir do final da década de 1960 e início de 1970, muito incitada pelos movimentos sociais urbanos nos EUA e pelo pensamento marxista, levado adiante por pensadores como Henri Lefebvre (1858-1919) e David Harvey (1935 aos dias atuais). No Brasil, ela começa a se instalar no final da década de 1970, tendo como célebres estudiosos Milton Santos (1926-2001), Paul Singer (1932-2018), dentre outros.

³ Refiro-me à enquadramento urbano como uma espécie de cenário cenográfico no qual se enquadra uma determinada realidade vivenciada em um local e tempo definidos.

⁴ Esse conceito me ocorreu como uma espécie de *insight* no final de março de 2020, muito inspirado e incitado pelas minhas reflexões à época a respeito do soturno isolamento social – imposto pela devastação da pandemia por Covid-19 – como suposto comprometedor da integridade da vida psíquica. Até então, ainda não era de meu conhecimento o pressuposto teórico desse conceito. Sabia, todavia, que não se tratava de uma criação imagética da minha parte, que provavelmente eu já havia lido ou escutado sobre ele antes, em algum momento da minha vida. Numa rápida busca pelo Google, defrontei-me com a obra “*Condição Pós-moderna*”, de autoria de David Harvey. A partir de então, passei a me debruçar sobre o insigne conceito de David Harvey, o que subsidiou – e continua subsidiando – a maioria das minhas ponderações envolvendo o campo da Saúde Coletiva sob o capitalismo avançado, em alinhamento com as inestimáveis contribuições da minha orientadora Malu Bosi e das memoráveis discussões do Laboratório de Avaliação e Pesquisa Qualitativa em Saúde (LAPQS).

Com a proposição dessa extensão do conceito em tela, nossa finalidade não é distanciar do capitalismo⁵ e da Geografia Urbana Crítica a concepção de compressão do tempo-espaço, mas aproximá-la do campo da Saúde Coletiva, consoante uma nova base de sustentação do conceito em articulação a outros referenciais que focalizam o sujeito, como a própria Psicanálise. Nesse sentido, esclarecemos que David Harvey afigura-se como o nosso ponto de partida, mas distintamente não se configura como o nosso ponto de chegada, na medida em que buscamos situar o seu conceito fora do contexto capitalista⁶, transfigurando-o para um universo singular e de menor expansão. Ao tecer essa extensão, demonstramos que a compressão do tempo-espaço – segundo o novo sentido e significado que lhe atribuímos – se projeta através de fenômenos que assolam instintivamente a dimensão urbana e, por extensão, os modos de subjetivação dos transeuntes, como é o caso do isolamento social provocado pela pandemia por Covid-19, fenômeno que me instigou a expandir tal conceito.

Uma vez instalada essa extensão da compressão do tempo-espaço – a qual presumo nessa dissertação arruinar o funcionamento e a organização da cidade, bem como a dinâmica interna da saúde e, por conseguinte, a própria subjetividade daqueles inseridos nesse processo, entendendo ainda a urbe como um órgão vivo que se move e se transforma a todo instante –, não há como negar que, em resposta, uma outra natureza de compressão se materializa na vivência urbana, produzindo sofrimentos psíquicos e, até mesmo, somáticos que influenciam e determinam nossa relação com o tempo e o espaço num movimento dialético. Esse fenômeno brevemente descrito, foco de estudo dessa dissertação, recebe cabalmente por nós o nome de compressão da vida. Ainda assim, convém asseverar que, embora nos esforcemos para executar tal façanha, o que viemos propor é, na verdade, uma aproximação do que, efetivamente, almejamos conquistar.

Para desfazer possíveis equívocos que possam emergir a partir da leitura desse material, torna-se visceral apontar que nossa proposta reconhece as dimensões plurais da

⁵ De antemão, sublinhamos, entretanto, que talvez não conseguiremos fugir completamente do debate capitalista em função do seu caráter um tanto onipresente nas cidades e no âmbito da saúde coletiva, sobretudo porque entendemos que os padecimentos do ser humano não ocorrem devido apenas à sua condição humana em si, mas é – e está – diretamente condicionada pelo modo capitalista, o qual modifica nossos modos saudáveis de estar e viver em sociedade mais do que podemos expressar em palavras.

⁶ Aliás, cabe pontuar que o próprio modo de vida capitalista capitaliza, numa proporção mais macro, condições de compressão do tempo-espaço nas cidades, como elucidaremos em alguns momentos à frente. No entanto, enfatizamos veementemente que – ainda que contemplemos essa proporção mais macro do capitalismo, cujos efeitos da compressão do tempo-espaço, em seu sentido e significado originais, assolam o tecido urbano – nossa proposta não se detém a isso, pois buscamos, ainda, circunscrever com uma nova roupagem esse conceito, em articulação direta com o isolamento social – e não necessariamente com o capitalismo neoliberal.

Saúde Coletiva, entendendo que os lugares onde o ser humano está inserido podem se tornar fonte de estudo e compreensão desse campo. Para tanto, não nos basta focalizar religiosamente nossa atenção para os núcleos da Epidemiologia e da Política e Planejamento, os quais, inclusive, já são demasiadamente bem representados por inúmeras outras teses e dissertações afora; não é à toa, aliás, que a tradição e a lógica biomédicas ainda predominam nos cânones acadêmicos, e podemos pressupor, sabiamente, que não é por meio do núcleo das Ciências Sociais e Humanas em Saúde que essa predominância se efetiva. Dessa maneira, ao considerá-las partes indissociáveis da Saúde Coletiva, ao lado da Epidemiologia e da Política e Planejamento, é nas Ciências Sociais e Humanas em Saúde que esta dissertação se inscreve – sem, contudo, da Saúde Coletiva se afastar.

A propósito, o confronto envolvendo a tradição biomédica e aqueles que se posicionam contra ela me faz lembrar da categoria de cidade anticapitalista proposta por David Harvey (2014), em sua obra *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Da nomenclatura cidade anticapitalista, pode-se conclamar uma saúde anticapitalista: aliás, propor uma saúde desse porte implica ampliar a lente para caminhos mais longínquos, estendendo-se para além dos ditames do senso comum. A história das políticas públicas de saúde no Brasil foi perpassada, desde o princípio, por ideologias e interesses político-econômicos, na medida em que o sistema capitalista, no transcorrer do século XX, já se encontrava com raízes gradativamente sendo fincadas nos espaços públicos. Por essa razão, conforme Amarante (2012) e Araújo (2020), a construção de um modelo de saúde brasileiro que desse conta de suprir as demandas do campo foi perpetrada, em parte, por movimentos sociais urbanos – e isso é bem localizado nas discussões da história das políticas de saúde.

No entanto, o que parece ter sido ignorado é que a saúde recebe duras sanções do próprio sistema econômico que, *grosso modo*, o fundou: por um lado, é prometido à população um sistema de saúde apto a lidar com suas demandas; por outro, é negado o direito de recursos de saúde capazes de solucionar efetivamente essas mesmas demandas. Isso fica bem definido quando estudamos a política de austeridade – uma das faces mais téticas do neoliberalismo –, a qual é “projetada para financiar cortes de impostos e subsídios para as corporações e para os ricos” (Harvey, 2020, p. 12), abstendo-se de custear setores como a educação e a saúde. De fato, o impacto protagonizado pelo neoliberalismo não se estende nem se restringe apenas às instituições de educação e saúde, haja vista que os modos de

subjetivação daqueles sujeitos que compõem essas instituições também são substancialmente atingidos, produzindo, pois, sofrimento psíquico.

É essa premissa do neoliberalismo como administrador de nossos modos de subjetivação que tanto se discute ferrenhamente no livro organizado por Safatle, Silva Júnior e Dunker (2021): *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. No capítulo dessa obra intitulado “Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira”, Dunker *et al.* (2021, p. 215) examinam que, “desde o fim dos anos 1960, construiu-se no Brasil certa razão psicológica, ou seja, um conjunto autoexplicativo e autojustificado de ideias e práticas, que condicionam e coordenam a formação do neoliberalismo como um discurso transversal de gestão do sofrimento”. Com o cenário da pandemia por Covid-19 desde março de 2020, parece ter se desvelado, a partir das pungentes crises direcionadas aos setores da saúde, da política e da economia, essa insidiosa expressão do capitalismo como gestora do sofrimento psíquico, cuja face há um tempo parecia estar encoberta e naturalizada.

Nesse sentido, a pandemia e o isolamento social acarretados pela Covid-19 representaram fenômenos inéditos no espaço urbano. Por um prisma, ambos os fenômenos modificaram a dinâmica de organização das cidades, desafogando a rede urbana da correria diária imposta pela rotina de trabalho dos transeuntes. Por outro prisma, a pandemia e o isolamento social estremeceram os pilares do sistema econômico hegemônico, levando-o a restringir a circulação de suas mercadorias na travessia do tempo-espaço. No campo da saúde, por sua vez, reconhecemos que os impactos foram sem precedentes, acometendo os serviços de saúde – devido ao exacerbado número de contaminações – e os cidadãos. De modo geral, os serviços de saúde visualizaram seus espaços de cuidado sendo preenchidos por altíssimas demandas ante o risco de contaminação pelo coronavírus, assim como seus profissionais viram suas cargas de trabalho sendo elevadas a um ritmo frenético e acelerado.

A economia no Brasil, por sua vez, presenciou um desaquecimento e uma elevada e gradativa inflação (Baccarin; Oliveira, 2021), posto que instituições sociais e empresas capitalistas com produção considerada não essencial precisaram, por um tempo, interromper suas atividades; como consequência, isso gerou um alto nível de desemprego das camadas mais desabastecidas. Na política brasileira, presenciou-se um campo de guerra: de um lado, representantes políticos entendendo a complexidade da situação; do outro, representantes zombando e indo contra os boletins epidemiológicos e as práticas de enfrentamento à pandemia preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (Bosi; Alves, 2023).

Contudo, precisamente aqui no Brasil, a crise não se restringiu apenas aos setores antes mencionados, pois ela se alastrou, ainda, à rede urbana. Para comprovar essa enunciação, só é preciso que nos foquemos nas estatísticas que demonstraram aumento considerável de quadros de ansiedade, depressão e diagnóstico de transtornos mentais desde a chegada da pandemia e do seu isolamento social (Camozzato *et al.*, 2020; Duarte *et al.*, 2020). É inegável que a pandemia – junto a ela o isolamento social – acarretou uma série de restrições e impedimentos sociais: o imenso espaço urbano, no qual os cidadãos podiam transitar livremente com infinitas possibilidades de dispersão do acelerado modo de vida urbana cotidiana, foi substituído por um espaço restrito e minúsculo. Ou seja, os lares individuais se tornaram a representação mais próxima do espaço urbano, ainda que com diferenças estrondosas. Em outras palavras, isso significa dizer: as modificações que ocorrem no espaço urbano comprometem, sobremaneira, a forma como nos relacionamos conosco e com o mundo, de forma que, se o espaço urbano muda, nós mudamos; se nós mudamos, o espaço urbano segue o mesmo ritmo de mudança, a qual pode ser aprazível ou repulsiva.

Desde a pandemia, a maneira como se percebe o espaço e o tempo já não é, quiçá, a mesma de quando se os percebia antes da pandemia ou há cinco séculos (Harvey, 2014b). Aliás, para o desenvolvimento e aprimoramento do capitalismo ao longo dos tempos, a apropriação do espaço e do tempo foi primordial – e isso será melhor explorado adiante. Essa discussão, atrelada ao sistema de saúde, denuncia que tal sistema é moldado pelo sistema capitalista avançado atual porque ambos são constituídos e organizados por indivíduos, com a única diferença de que, em uma escala hierárquica, o sistema econômico está acima do sistema de saúde. Em consequência, o campo da saúde fica sob a égide das leis capitalistas coercitivas (criadas e incorporadas pelos capitalistas desde o princípio de sua história), desvirtuando-se quase sempre do seu papel social na rede urbana: ofertar cuidados integrais à população. É pensando nessa relação assimétrica entre esses dois sistemas que se precisa pensar e edificar uma saúde anticapitalista.

Essa proposição pode parecer ousada, pretenciosa e gerar inúmeras interpretações *a priori*. Entretanto, enxergar a saúde atravessada pelo capitalismo e suas faces implica fundar uma saúde com postura política perante as práticas predatórias⁷ desse sistema econômico,

⁷ Em *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, David Harvey (2014a, p. 117) propõe a expressão práticas urbanas predatórias para se referir às práticas capitalistas no espaço urbano “que atingem os pobres, os vulneráveis e os de alguma maneira desprivilegiados”. Aqui, utilizo essa expressão para designar a

erigindo uma atuação crítica e consciente do papel que ela exerce em nossa sociedade. Frisamos, contudo, que nossa proposta não é a de fundar um novo sistema de saúde desvinculado do econômico, dada a ligação nascente entre ambas, mas a de fundar uma saúde que se firme ainda mais consciente das desigualdades sociais, ambientais e econômicas que, originariamente, são geradas pelo modelo financeiro vigente e que impactam, sobretudo, as estruturas da própria rede de saúde. Em vista disso, observa-se que há uma tênue articulação entre rede urbana e rede de saúde, as quais influenciam as estruturas uma da outra e são grotescamente circunscritas e atravessadas pela rede capitalista – e isso foi duramente reiterado pela pandemia.

Inclusive, as próprias bases e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), carro-chefe da rede pública brasileira de saúde, propõem condutas anticapitalistas em seu interior, embora isso possa passar despercebido pelas lentes mais superficiais. Essas condutas ficam evidentes quando recordamos o princípio de igualdade, o qual consiste em oferecer uma assistência à saúde “sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie” (Brasil, 1990, p. 4). Em contraposição, no sistema capitalista, cujo foco é sempre o de acumular renda e poder, a desigualdade é fundante (Harvey, 2005). Ademais, o conceito de horizontalidade também deixa isso explícito, na medida em que o seu antônimo – a verticalidade – é que define bem as posições hierárquicas que são adotadas dentro do sistema econômico. O princípio de equidade do SUS, o qual garante oferecer assistência a quem mais precisa, se põe também contrário a ideologias capitalistas, uma vez que a centralidade de renda nesse sistema tende a estar nas mãos dos que mais a têm, e não dos que mais precisam. Com isso, fica evidente que a rede pública de saúde é anticapitalista em sua base fundante, visto que seus princípios são sempre antagônicos aos interesses e às práticas capitalistas.

Aqui, poderíamos apresentar inúmeros outros conceitos do SUS que têm uma visão oposta àquela prescrita pelo capitalismo avançado, tais como a própria concepção de Determinantes e Condicionantes Sociais de Saúde (DSS) prevista na Lei Orgânica da Saúde (LOS) nº 8.080 de 1990. Essa lei enumera onze determinantes e condicionantes, sendo eles: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, lazer, transporte e acesso aos bens e serviços essenciais (Brasil, 1990). Com essa lista, observa-se que esses elementos determinam as condições de vida ao mesmo tempo em que condicionam o estilo de vida da população – eis, portanto, a representação mais

necessidade de construir uma saúde que se posicione consciente e contrária a essas práticas que impactam, sobretudo, seus usuários, os quais advêm majoritariamente de uma camada mais desabastecida da sociedade.

sólida e acintosa das forças capitalistas dentro da rede de saúde. Dito de outro modo, quando as condições de vida não são devidamente garantidas (afinal, no sistema capitalista, há camadas pobres sem condições financeiras suficientes à subsistência), a saúde individual ou coletiva tende a ser drasticamente impactada, gerando, com efeito, um estilo de vida fragmentado e frágil. A partir desse fenômeno, sofrimentos psíquicos podem ser produzidos.

Por essas razões, visualizar a saúde por uma ótica expressa e criticamente capitalista, inclusive propondo um debate em torno da concepção de saúde anticapitalista, se faz mais do que nunca urgente e necessário. Apresentar um posicionamento dessa natureza implica estar ciente e em concordância com o pensamento da Geografia Urbana Crítica, a qual tem David Harvey como grande – e, talvez, principal – expoente. Esse autor postula que “o problema [...] é que vivemos em uma sociedade em que o próprio capitalismo se tornou incontrolavelmente feroz” (2014a, p. 274), não poupando sequer o sistema de saúde pública no Brasil. Conquanto ele seja incontrolável, nada nos impede de torná-lo parte do objeto de estudo dessa dissertação, o que, indubitavelmente, não nos fará se distanciar das questões atinentes à Saúde Coletiva. A propósito, talvez, o campo da Saúde Coletiva esteja carente de debates que possam extraí-lo do lugar-comum e levá-lo a lugares pouco ou jamais explorados por ele.

Percebemos com esse início de discussão que, quando se discute sofrimento psíquico, o capitalismo (leia-se também: neoliberalismo) funciona como o carro-chefe do itinerário; no entanto, convém enfatizar que não é sobre ele que, acima de tudo, buscamos representação e respostas nessa dissertação. Em vez disso, queremos assinalar quatro categorias que se intercambiarão de agora em diante nesse manuscrito, quais sejam: (1) sofrimento psíquico, (2) compressão da vida, (3) isolamento social e (4) compressão do tempo-espaço. Não podemos nos esquecer de que o sofrimento psíquico é o indicativo de que algo na vida (psíquica) de um determinado sujeito não vai bem, e que um sofrimento dessa natureza é o resultado da compressão da vida. No que tange especificamente a esse, é preciso, por ora, compreender que, se falamos em “compressão”, falamos imediatamente de “algo que não vai bem” ou “sofrimento”, pois um não pode existir sem que o outro também não exista. O isolamento social foi, por sua vez, o fenômeno que elegemos por ocorrer no espaço e no tempo e, por conseguinte, acarretar a dita compressão. É por isso que, nesse segundo uso do termo “compressão”, o seu complemento é: “*tempo-espaço*”.

Ao se inspirar e compenetrar em alguns aspectos conceituais da Geografia Urbana Crítica, esse estudo se encontra e faz aflorar um debate que se propõe a ser, antes de tudo,

multiplicador, infectante, servindo de inspiração para outros estudos. Para além de tecer uma “simplória” extensão conceitual de compressão do tempo-espaço, almejamos situá-lo na dialeticidade e na ambiguidade, amalgamando-o com a urbanidade e os subjetivos modos de vida psíquica e urbana. Nesse sentido, nosso objetivo principal visa a compreender, a partir das experiências vividas pelas pessoas, como a pandemia e o isolamento social influenciaram a vida humana a ponto de produzir sofrimento psíquico no contexto urbano da cidade de Fortaleza, Ceará, considerando que “a cidade não se limita a delineamentos geográficos; se revela, antes, como um condensado de vivências, símbolos, experiências; espaço que tanto pode libertar como realizar práticas de controle sobre os corpos de quem nela habita” (Bosi; Alves, 2023, p. 8).

A fim de cumprir o objetivo proposto, este estudo atravessa a história por trás da exploração e dominação do espaço e do tempo por meio de diversos artifícios humanos, cruzando pelas fronteiras que permitiram a Harvey fundar o conceito de compressão do tempo-espaço. O amadurecimento da compreensão em torno de como esse autor chegou na postulação de seu conceito é indispensável para que se possa chegar à noção de compressão da vida que viemos propor aqui. Outrossim, o estudo em evidência nos auxilia a entender como esse conceito e essa noção original podem ser articulados e apropriados pelo campo da Saúde Coletiva, tendo a pandemia por Covid-19 e o seu isolamento social, tais quais as narrativas daqueles que vivenciaram esses fenômenos, como enquadramento empírico-teórico-conceitual⁸.

Sendo assim, esta dissertação está estrategicamente dividida em três atos ou periodizações. No primeiro ato, intitulado *A vida (psíquica) em pré-isolamento*, exploramos as questões concernentes ao mundo capitalista antes da emersão da pandemia por Covid-19, ou seja, falamos nela acerca de uma vida psíquica e urbana sem as influências do isolamento social. No segundo ato, por sua vez, alcunhado *A vida (psíquica) em isolamento social*, apresentamos a vida, seja ela a vida urbana, seja ela a vida psíquica, sob as roupagens e engrenagens da pandemia por Covid-19 e do seu isolamento social, propondo um aparato teórico-conceitual a partir desses fenômenos, os quais nos atravessaram. Por fim, no terceiro ato, cognominado *A vida (psíquica) em pós-isolamento*, tentamos construir um enquadramento, isto é, um cenário, das condições psicológicas daqueles que sobreviveram ao colapso da saúde pública mundial provocado pela pandemia, sofisticando o aparato

⁸ Esse sintagma não finaliza este parágrafo por acaso. Para mais esclarecimento, ver o **Capítulo 7: Percorso Metodológico**, seção “*Demarcação do método e da congruência epistemológica*”, presente nesta dissertação.

teórico-conceitual a partir das vivências empíricas. Essa última periodização sintetiza, portanto, o **porvir** que tanto nos questionamos como seria, enquanto vivíamos o prolongado isolamento social.

PRIMEIRO ATO
A VIDA (PSÍQUICA) EM PRÉ-ISOLAMENTO

CAPÍTULO 1 – COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO: PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

Se o desenvolvimento da civilização é tão semelhante ao do indivíduo, e se usa os mesmos meios, não teríamos o direito de diagnosticar que muitas civilizações, ou épocas culturais – talvez até a humanidade inteira – se tornaram neuróticas sob a influência do seu esforço de civilização?

(Sigmund Freud)

Antes de ingressar propriamente no ponto crucial deste capítulo – que é apresentar e discutir o conceito de compressão do tempo-espaço em seu sentido original, atrelado ao capitalismo, e visualizar seus impactos à saúde –, sentimos a necessidade de demarcar, em princípio, os modos de produção econômicos que existiram anterior ao advento do capitalismo. Pretendemos evidenciar como esses modelos econômicos, iniciados na Europa Ocidental, tiveram o seu apogeu e o seu declínio na sociedade oriental, deixando marcas indeléveis à condição humana daqueles que os presenciaram em cada época. Isocronicamente, tentaremos acentuar como o modo capitalista de produção atracou no continente americano, mais precisamente no território brasileiro, que é onde o nosso estudo se desenvolve, levando à remodelação, reconstrução e reconfiguração dos modos de vida no transcurso dos séculos.

Salientamos, de antemão, que nossa apreciação crítica sobre os modos econômicos que aqui serão percorridos será um tanto genérica, haja vista que nossa finalidade não é propor uma discussão histórica exaustiva, mas simplesmente recuperar, ainda que sucintamente, como o capitalismo pôde se fundar e chegar ao ponto que chegou na sociedade hodierna. Não podemos nos esquecer, contudo, de que todo registro histórico, principalmente milenar, está sujeito a omissões, ambiguidades, eventos recortados e passagens dignas de questionamento.

Esboçaremos, por fim, de que maneira o capitalismo, ainda na sua missão de conquistar territórios, conseguiu exemplarmente colonizar o tempo, aniquilando o distanciamento entre um ponto e outro do globo terrestre. A esse fenômeno, o geógrafo David Harvey atribuiu a denominação compressão do tempo-espaço, cujo sentido e

significado, como defenderei no transcurso desta dissertação após propor uma extensão conceitual para ele, ocasiona uma desregulação do espaço urbano, promovendo mudanças no modo de vida dos cidadãos e, por consequência, em sua subjetividade.

Modos de produção: origens, evoluções e declínios

Antes de nos debruçarmos nas características e *modus operandi* de cada sistema econômico que já existiu no mundo, convém assinalar que cada um desses modelos não nos transmite somente um possível panorama das condições financeiras dos indivíduos à época; eles nos fornecem, notadamente, uma visão macroscópica das diferentes organizações sociais de que já se teve registro. Por exemplo, o primeiro modo de produção – chamado primitivo – surgiu antes mesmo do nascimento dos filósofos clássicos da Grécia Antiga (Sócrates, Platão e Aristóteles), tendo em seu interior uma organização de base comunitária, igualmente primitiva, sem quaisquer posturas que fizessem jus à hierarquia social, relações verticalizadas ou superioridade de uns em detrimento de outros (Manzano, 2013). Com base nos escritos históricos a propósito dos supostos anos de nascimento e falecimento desses filósofos clássicos, inferimos que esse modelo econômico é anterior ao século IV antes de Cristo.

Em substituição ao modo econômico primitivo, sobre o qual há poucos registros, ascendeu o modo de produção escravista na sociedade greco-romana com princípios contrários ao primitivo. Com uma das organizações coletivas mais duradouras – senão a mais – da história, a sociedade escravista teve o seu início por volta do século VI antes da Era Cristã, perdurando até o século V depois de Cristo (Manzano, 2013). Nesse ínterim, muitos acontecimentos ocasionaram profundas transformações que, ainda hoje, são registradas em livros e artefatos: como não se lembrar, por exemplo, dos primeiros filósofos clássicos da Antiguidade, cujos pressupostos ainda são resgatados hodiernamente, ou do Ex-rei da Macedônia Alexandre Magno que dominou o Império Persa, a Síria e o Egito em apenas 12 anos? Inclusive, à medida que dominava impérios e se apossava das terras de seus inimigos, Alexandre os recrutava, obrigando-os a se tornarem escravos de seu reino (Morais; Figueiredo, 2018). Não é por acaso, então, que esse modo de produção era chamado de escravista, pois já se remetia a um modelo de organização conduzido pelo poder – e não em comunhão uns com os outros.

Com o declínio dessa sociedade escravista, despontou o modo de produção feudal, aproximadamente, no século V depois de Cristo, em paralelo ao advento da Idade Média, o qual se manteve até o século XV. Durante esse período, o modelo econômico vigente era o feudalismo, cuja principal fonte de renda era a agricultura. Quem detinha terra, possuía poder, prestígio e riqueza; nesse sistema, não havia a menor possibilidade de ascensão socioeconômica para aqueles que já não detinham bens, de modo que, quem nascia com terras, permaneceria com elas, e quem nascia sem elas, decerto permaneceria sem (Manzano, 2013). Certamente, os sujeitos providos de terra receberam sua herança dos antepassados que, outrora, viveram no período do modo econômico escravista.

Em posição hierárquica no que tange à representação social do feudalismo, no topo estavam o clero e a nobreza e, muito mais abaixo, os servos e os camponeses. O declínio desse modelo se deu quando os servos e camponeses, insatisfeitos com a exploração contínua de sua força de trabalho, – ao mesmo passo que os burgos começavam a dominar o espaço com sua nova maneira de fazer comércio – protagonizaram várias revoluções contra-hegemônicas, as quais propiciaram a queda gradual do feudalismo (Manzano, 2013).

Com a derrubada da Idade Média e o advento da Idade Moderna por volta do século XVI, houve um vasto período de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista (Manzano, 2013), transição essa que apresentou diferentes tonalidades e características que promoveram profundas transformações no espaço global desde então. Mormente, é importante apontar que, como o capitalismo surge no contexto de intensas revoluções contra o modelo econômico anterior, sua formação social e econômica não ocorreu instantaneamente:

As transformações políticas e econômicas ocorridas na Inglaterra tornaram possível a ocorrência de dois fatores fundamentais para a consolidação do capitalismo como modo de produção, ou como sistema econômico. Essas ocorrências foram: 1 – A acumulação primitiva de capital: como pudemos observar, por meio dos cercamentos, do acúmulo de riqueza na forma de capital comercial; na expropriação dos camponeses etc.; 2 – A liberação do trabalho dos laços servis: com o fim da ordem feudal, os trabalhadores, antes atados por laços de servidão, tornaram-se livres desses laços, mas também desprovidos de quaisquer meios de subsistência, na medida em que eram expulsos de suas terras. Tornam-se, portanto, trabalhadores livres que, para sobreviver, deverão vender sua força de trabalho, como assalariados, para os novos empreendimentos capitalistas que surgem (Manzano, 2013, p. 38-39).

Com essa passagem esplêndida, notamos uma evidente mudança na organização social da época. No feudalismo, enquanto os menos afortunados social e economicamente

plantavam e colhiam os bens das terras com o objetivo de prover sua subsistência e da família, esses camponeses, por sua vez, se tornaram pessoas livres na primeira formação social do capitalismo, os quais, para subsistir, precisaram vender sua força de trabalho. Evidenciamos, outrossim, que – apesar da mudança de sistema econômico – a escravidão, de certo modo, não se evaporou, pelo contrário, adquiriu outra roupagem e continuou expressa, porém velada e implicitamente na matriz social do período. Com efeito, a partir dessa fatídica conjuntura, deu-se início ao maior sistema econômico que já existiu na história da humanidade, o qual vem perdurando até a contemporaneidade, a saber: o capitalismo.

Modo de produção capitalista na América e no mundo: evolução e consolidação

Enquanto o mundo oriental vivenciou todo esse contexto de formações, ascensões, consolidações e declínios de modos de produção econômicos, o continente americano, por seu turno, ainda estava “soterrado” no que concerne aos seus registros documentados. Data de 1492, no enquadramento mundial de transição econômica do feudalismo para o capitalismo, o processo de expansão capitalista na América pela embarcação marítima conduzida por Cristóvão Colombo. Por volta de oito anos seguintes, outra embarcação – dessa vez comandada por Pedro Álvares Cabral – atracou o território brasileiro invadindo as terras dos povos tradicionais que aqui já habitavam (Costa, 2019). Nessa conjuntura, no mesmo momento em que o mundo já estava começando a experimentar o seu quarto modo de produção (o capitalismo), o continente americano, especialmente o Brasil, ainda parecia viver sob uma organização coletiva próxima à dinâmica do primeiro modo de produção do início da história global: o modo primitivo de base comunitária, o que, do meu ponto de vista, não denotava desvantagem alguma em comparação ao restante do globo, na medida em que a história dos modos de produção é mais uma história que beneficia uma minoria do que propriamente a maioria.

Sob essa perspectiva, os povos tradicionais da América pré-colombiana apresentavam uma maneira específica de subsistência, livres da coerção de um capitalista, extraindo da natureza o seu meio de sobrevivência. Entretanto, “a conquista e as primeiras fases da colonização significaram a destruição física da maioria absoluta dos índios, através de epidemias repetidas, escravidão e trabalhos forçados diversos, confisco de terras, ruptura violenta da organização social, familiar, religiosa e cultural” (Cardoso, 1981, p. 8). Assim,

com as invasões europeias, os modos de vida dos americanos, assim como suas tradições, foram sendo subvertidos, remodelados e reconfigurados sob os moldes de um pensamento colonizador, patriarcal e capitalista, com vistas a desenhar, por exemplo, um Brasil que pudesse suprir suas necessidades comerciais.

Na memorável obra *O genocídio do negro brasileiro*, Abdias Nascimento (2016), escritor, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras brasileiras, examina de forma exemplar como os portugueses “descobriram” o Brasil e, a partir disso, principiaram uma longa expedição de exploração e dominação não somente das fronteiras geográficas, mas também daqueles que aqui viviam e daqueles que aqui ainda chegariam advindos da África. Nas palavras de Abdias,

O ponto de partida nos assinala a chamada “descoberta” do Brasil pelos portugueses, em 1500. A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes. Como primeira atividade significativa da colônia portuguesa, as plantações de cana-de-açúcar se espalhavam pelas costas do nordeste, especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco. Só a Bahia, lá por 1587, tinha cerca de 47 engenhos de cana-de-açúcar, fato que bem ilustra *a velocidade expansionista da indústria açucareira desenvolvida com o uso da força muscular africana* (Abdias, 2016, p. 57-58, grifos meus).

Sob a notável visão de Abdias, a escravização do povo negro foi um processo decisivo para o aperfeiçoamento e sofisticação do modelo capitalista, custando o sangue, as lágrimas e o suor da raça negra. Este fatídico panorama ilustra muito bem que os dirigentes da escravidão e da indústria econômica exploravam e dominavam simbolicamente um tipo específico de povo – tido como seus opositos e inferiores. Para além do horizonte denunciado pelo autor, conforme o qual os portugueses vislumbraram no Brasil um terreno fértil para exploração e dominação às custas da força de trabalho dos negros africanos e dos ameríndios, grifamos pretensiosamente *“a velocidade expansionista da indústria açucareira desenvolvida com o uso da força muscular africana”* para instruir que já haviam indícios do desejo de uma aceleração da expansão da indústria açucareira já no século XVI. Quer dizer, os industrialistas da época já tinham a pretenciosa ambição de levar o capitalismo a lugares inimagináveis, não poupando o espaço, o tempo ou quem quer que se pusesse em seu caminho – atributo este bastante característico do modo econômico em discussão.

Após demonstrar isso, Abdias ainda reiterou:

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodeclaravam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (Abdias, 2016, p. 59).

No que se sucedeu a partir dos três séculos seguintes à “descoberta” de 1500, brotaram-se no Brasil muitas intempéries dirigidas aos povos africanos e ameríndios e bastante revoltas protagonizadas por esses povos em resposta às atrocidades sofridas por eles. Em nome de uma lúgubre ordem política, social e, acima de tudo, econômica, vidas negras foram saqueadas e muitas almas, dilaceradas. Em vista disso, aplicando o mesmo crivo exploratório que estavam acostumados a aplicar na Europa, os portugueses fundaram uma longa horda de dominação no país, dando abertura a um corrosivo período de mais de 300 anos de escravidão, cujos resquícios ainda disseminam e denunciam desigualdades socioeconômicas sistêmicas, as quais são bastante valiosas para a perpetuação do capitalismo contemporâneo.

De mais a mais, uma notável observação que nos ocorreu instantaneamente à leitura dos fragmentos escritos por Abdias é que – com o necessário abandono da mão de obra do negro africano escravizado após a Abolição em 1888 – o sistema, sem poder interromper o seu curso e fluxo, pois caso contrário entraria em colapso, precisou encontrar formas de subsistência econômica em *meios de transporte e comunicação*, por exemplo, e não mais na própria força braçal da raça negra. Sendo assim, ressalto que: se esquecer de costurar esta discussão em relevo com este recorte em questão significa intrepidamente compactuar com o sistema de opressão construído por uma aristocracia branca, a qual ainda hoje se vê presente – talvez em menor contingente, mas ainda assim presente.

Apesar desse cenário mundial de metamorfoses que o ocidente, especialmente o Brasil, vivenciou, o capitalismo só foi propriamente consolidado no decorrer das Revoluções Industriais: a primeira em meados do século XVIII e a segunda em meados do século XIX. Nos três séculos iniciais de nascimento desse sistema econômico, imperou a fase mercantilista, defendendo a intervenção do Estado na economia. Nos séculos XIX e XX, o Mercantilismo cedeu seu lugar ao Liberalismo, o qual previa a não intervenção do Estado na economia. No século XX, todavia, mais precisamente no período entre guerras, após a Crise

de 1929 com a queda da bolsa de valores de Nova York, o mundo se deparou com uma das crises mais ferozes e devastadoras do capitalismo, que até então manifestava sua segunda face liberal. Foi, com efeito, nesse contexto de crise mundial que ascendeu a necessidade de uma nova vertente (Manzano, 2013), uma nova formação social do capitalismo, que pudesse dar conta da crise que havia se instalado.

Inspirada, então, pela obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada originalmente em 1936 pelo economista britânico John Maynard Keynes (2017), a terceira doutrina capitalista teve seu advento na década de 1930 nos Estados Unidos e recebeu o codinome de Keynesianismo, a qual defendia, assim como o Mercantilismo, a intervenção do Estado na economia do país quando assim fosse necessário. A doutrina keynesiana postulava o *Welfare State*, isto é, o Estado de bem-estar social, o qual tinha como princípios básicos a seguridade social, proteção ao emprego e política redistributiva. Essa vertente desapareceu após o capitalismo ter se incursionado, mais uma vez, em uma crise entre as décadas de 1970 e 1980, possibilitando que irrompesse no Reino Unido, sob o comando da primeira-ministra Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos, à época presidido por Ronald Reagen, novos ideais que recuperaram e aprimoraram antigos princípios liberais (Oliveira, 2020).

Isso, em contrapartida, permitiu que emergisse o neoliberalismo com características, funcionamento e organização diferentes das vertentes precedentes. O neoliberalismo, seguindo esse curso, tem perseverado até o século XXI, caracterizando o período de mais avanços do capitalismo, ao mesmo passo que é, também, a doutrina cujas ideologias deflagram e fragilizam a saúde (mental) coletiva e, dialeticamente, o tecido social urbano. Em virtude disso, desde a sua primeira vertente econômica (Mercantilismo), o capitalismo vem se metamorfoseando e transformando todas as estruturas do globo, inclusive o que se entende, se vê e se conhece como espaço, tempo, modo de vida urbana, cidade, saúde e subjetividade – sobre os quais discorreremos mais detalhadamente na segunda parte desta obra.

Breve histórico da dominação e exploração do tempo e do espaço pelas engrenagens capitalistas

Desbravar as estranhezas do espaço e as incertezas do tempo é uma atividade tão antiga quanto a descoberta do fogo na pré-história. Aliás, para Harvey (2014b, p. 187), “o

espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou auto evidentes”. Assim como os três estados da água (sólido, líquido e gasoso), essas categorias básicas podem ser mais indissociáveis do que costumamos supor – ou sequer imaginar. Em matéria de contação milenar de história, há, provavelmente, mais entre o espaço e o tempo do que entre o vivo e o inanimado: afinal, refletir sobre a vida (o vivo) e a morte (o inanimado) implica diretamente discutir sobre o espaço (onde se vive) e o tempo (até quando se vive).

Conquanto, longe de querermos nos prender a aspectos filosóficos ou ontológicos sobre a vida e a morte – não que isso seja desprezível ou efetivamente exaustivo, porque não o é –, nosso propósito aqui é perpetrar um debate histórico mais transgressor acerca do tempo e do espaço do que propriamente compreensivo a respeito do que se pode existir entre a vida e a morte – embora a categoria vida vá exercer, mais adiante, uma função fulcral em nosso estudo. Se queremos verdadeiramente entender as dinâmicas profundas engendradas pelo capitalismo (tardio) às cidades e ao ser humano, precisaremos, antes de tudo, compreender como o tempo e o espaço desempenharam papel basilar nessa empreitada. Para injetar um aquecimento à discussão, dissertamos que a exploração e a dominação do tempo e espaço – que emprestam contornos ao título desse capítulo – foram imprescindíveis para a expansão geográfica dos modos de produção econômicos, essencialmente do capitalismo, os quais saíram de uma determinada região e se disseminaram virulentamente para outras, criando um comércio exterior e mundial.

Nesta contemporaneidade, dispomos de instrumentos e técnicas de transporte e comunicação que outrora nossos antecedentes não dispuseram. Os meios de transporte e de comunicação sinalizam, *grosso modo*, o espaço e o tempo, uma vez que o intervalo de comunicação, com o advento e desenvolvimento de tecnologias de comunicação, diminuiu consideravelmente – assim como a latência entre um espaço e outro que também foi reduzido com a sofisticação dos meios de transporte. As criações do mapa e da bússola como representantes essenciais do espaço, bem como a criação do relógio como representante do tempo, foram umas das mais inovadoras técnicas elaboradas pelo homem antigo. Hoje, mal vemos um mapa físico ou uma bússola, pois eles foram aprimorados ao longo dos séculos e são a representação mais fiel do que conhecemos, neste século XXI, por GPS⁵, o qual condensa, em uma única dimensão, o mapa de uma específica região e a bússola desenvolvidos no passado longínquo. É de capital valor apontar que a elaboração dessas

técnicas se deu pelo desejo, necessidade humana, de ir além no desbravamento do espaço, sobretudo dos oceanos.

Na admirável obra *No Coração do Mar*, cujo enredo foi transformado em obra cinematográfica em 2015, o historiador americano Nathaniel Philbrick (2000), depois de realizar uma densa pesquisa e recorrer a fontes inéditas, descreveu detalhadamente a história da tragédia do navio baleeiro Essex⁶ que marcou o ano de 1820. Sinalizando uma excelente exibição da economia baleeira do início do século XIX, Philbrick narrou o que de fato aconteceu com a embarcação marítima que saiu em alto mar para caçar uma baleia Cachalote⁷ no Oceano Pacífico, com a finalidade de extrair a sua gordura que recebia como nome Óleo da Baleia, muito utilizado na época como combustível para iluminação de casas e ruas, para a produção de sabão e, até mesmo, de margarina. Diante das frustrantes tentativas de capturar a cachalote, a qual já estava sob bastante estresse em função dos arpões lançados pelos marítimos, o mamífero se revoltou contra eles, levando o navio onde estavam ao naufrágio. Alguns deles sobreviveram dentro de uma barca e permaneceram perdidos pelo Pacífico durante meses, tendo vivenciado fenômenos como a desidratação em razão da insolação, a “loucura” devido, quem sabe, ao fato de estar perdido em alto mar e, até mesmo, a prática de canibalismo com os próprios colegas marinheiros como recurso último de sobrevivência.

Essa breve narrativa nos fornece preciosas informações para pensar como era a emergência do capitalismo nesse período, mais especificamente na economia marítima. Seja por razões de sobrevivência ou crescimento econômico, o ser humano sempre pareceu estar disposto a desbravar o espaço para conquistar um desses elementos, não importando se seria em terra firme ou pelos Oceanos Atlântico, Índico ou Pacífico. Embora não possamos expressar uma relação direta entre a economia baleeira – em que não só o navio baleeiro Essex saía em alto mar para a extração da gordura de baleias, mas também outras embarcações – com o descobrimento gradativo do globo terrestre, Harvey atesta que “o mapa do domínio dos espaços do mundo sofreu entre 1850 e 1914 uma transformação que o deixou irreconhecível” (2014b, p. 240), justamente em meados do mesmo século onde se deu a grande insurgência da economia de extração de óleo de baleia pelos oceanos.

Aprofundando sua análise da dominação do tempo e do espaço pelo capitalismo, agora trazendo à baila a região europeia, Harvey ainda advoga que:

A expansão da rede de estradas de ferro, acompanhada do advento do telégrafo, do desenvolvimento da navegação a vapor, da construção do Canal de Suez, dos

primórdios da comunicação pelo rádio e da viagem com bicicletas e automóveis no final do século [XIX], mudou o sentido do tempo e do espaço de maneiras radicais. [...] A viagem em balões e a fotografia aérea mudaram percepções da superfície da terra, ao mesmo tempo em que novas tecnologias de impressão e de reprodução mecânica permitiram a disseminação de notícias, informações e artefatos culturais em camadas cada vez mais amplas da população (Harvey, 2014b, p. 240).

Com efeito, observamos que as grandes navegações a vapor foram, evidentemente, uma das contribuintes para a expansão do conhecimento humano acerca das, até então, estranhezas do espaço, porém não foram as únicas. Além delas, houve a construção e o aprimoramento de outros aparatos em terra firme que possibilitaram o desbravamento do espaço, tal como pudemos testemunhar no fragmento acima. O forte crescimento que o capitalismo protagonizou após a Revolução Industrial e a revitalização urbana de Paris e do Oriente, decerto, não teria ocorrido caso ele não tivesse dominado e explorado, previamente, os oceanos e os domínios terrestres. Em consequência, esse crescimento vislumbrado pelo capitalismo propiciou que suas raízes pudessem ser ramificadas para o exterior, não ficando mais restrito a específicas localidades.

A vasta expansão do comércio e do investimento exterior depois de 1850 encaminhou as principais forças capitalistas para a trilha do globalismo, mas o fez por intermédio da conquista imperial e da rivalidade inter-imperialista, que viriam a alcançar seu apogeu na Primeira Guerra Mundial – a primeira guerra global. *En route*, os espaços do mundo foram desterritorializados, privados de suas significações precedentes e reterritorializados segundo a conveniência da administração colonial e imperial. O espaço relativo foi revolucionado por meio de inovações no transporte e nas comunicações, tendo havido também uma reorganização fundamental daquilo que continha (Harvey, 2014b, p. 240).

Mais uma vez, testificamos que as inovações no transporte e nas comunicações foram exemplares para que o capitalismo pudesse adversamente conduzir sua hegemonia pelas travessias no tempo e no espaço. Assim, “as inovações voltadas para a remoção de barreiras espaciais em todos esses aspectos têm tido imensa significação na história do capitalismo, transformando-se numa questão deveras geográfica” (Harvey, 2014b, p. 212), cujo êxito requer a anulação do espaço, utilizando para isso os meios de transporte e de comunicação baratos, propiciando, com efeito, a redução dos custos de realização e circulação de produtos pelo globo, beneficiando, portanto, a acumulação de capital. Isso nos faz lembrar, por fim, que,

nas economias monetárias em geral e na sociedade capitalista em particular, a intersecção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço forma um nexo substancial de poder social que não podemos nos dar ao luxo de ignorar [...] O dinheiro pode ser usado para dominar o tempo (o nosso ou o de outras pessoas) e

o espaço. Inversamente, o domínio do tempo e do espaço pode ser reconvertido em domínio sobre o dinheiro (Harvey, 2014b, p. 207).

Em outras palavras, isso significa que “quem domina as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro, do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social” (Harvey, 2014b, p. 207). Em analogia a um conhecido jogo, depreendemos que são aplicadas ao jogo social as mesmas regras que regem o jogo de xadrez: o tabuleiro do xadrez é uma representação perfeita do espaço do jogo social; a rainha e o rei, equivalentemente no jogo social ao capitalismo, não só dominam o tabuleiro como também determinam os passos daqueles que estão ao seu entorno; os peões do xadrez, por seu turno, que analogamente ao jogo social são aqueles que estão sob as leis coercitivas impostas pelo capitalismo, precisam obedecer às regras impostas explicitamente pela rainha caso não queiram ser subvertidos do tabuleiro – ou do espaço. No jogo social, Harvey (2014b) prescreve que a maneira como o capitalismo exerce o seu poder social sobre os mais desabastecidos economicamente é pela via de dominação do dinheiro, do tempo e do espaço.

Decerto, o domínio sobre o capital – e conseqüentemente sobre o espaço e o tempo, e vice-versa – é condição imprescindível para a instauração de poder social (Harvey, 2014b). O domínio desse poder, por sua vez, implica a livre criação de regras, por parte dos que ditam as normas do capitalismo, que prescrevem e conduzem o modo de vida urbana, isto é, as maneiras subjetivas e objetivas de se viver na cidade. Em consequência, do ponto de vista coletivo, mas também individual, estilos de vida, condições de vida, modos subjetivos de vida são intensamente impactados por esse poder social, o que leva, positiva ou negativamente, à modificação do *modus vivendi* do ser humano no que se refere à sua dimensão integral, incluindo aqui, sobremaneira, a sua saúde (mental). Mais uma vez, abrimos uma fenda que será melhor explorada na segunda parte desse escrito, pois a nossa intenção, até o momento, é apresentar e apenas introduzir as faces e investidas obscuras do capitalismo.

Compressão do tempo-espaço: contribuições de David Harvey

Parece-nos que a construção de toda teoria implica duas histórias antecedentes: uma que acompanha o precursor; outra, o sucessor⁹. Em termos mais específicos, a história ou o

⁹ Isso não significa que os pressupostos elaborados pelo precursor se tornam obsoletos quando o sucessor cria novos elementos. No caso deste estudo, referimo-nos a sucessor como aquele que, muito inspirado pelas ideias teóricas do precursor, teceu novos elementos em vinculação a outro campo disciplinar, tal qual fez Harvey,

evento que motiva o precursor a construir um pensamento teórico-conceitual é, decerto, diferente da história ou evento que incita o sucessor a desenvolver seus pressupostos, ainda que este se inspire nas ideias daquele para erigir sua própria matriz de pensamento. Em ambos os casos, evidencia-se um intenso esforço intelectual que garante à ciência de cada época o seu aprimoramento constante. Com David Harvey, essa conjuntura não parece ter sido distinta, haja vista que a sua matriz de pensamento tanto se inspirou nos pressupostos de Karl Marx – o qual pode ser entendido como o precursor, conforme nossa analogia inicial – como também se ancorou em uma história de vida pessoal, o que lhe possibilitou extrair dela fonte de mobilização para a construção do seu conceito de compressão do tempo-espço, cuja discussão está em tela neste capítulo.

Breve biografia: aspectos pessoais, intelectuais e sócio-históricos

Em um contexto de transição de moradia, após entregar aos seus editores o primeiro livro *Explanation in Geography*¹⁰ (1969) e sem ainda ter estudado a teoria marxista, Harvey se mudou da Grã-Bretanha, na qual havia anteriormente se formado em Geografia em meados da década de 1960, para a cidade Baltimore (EUA), onde havia acabado de conquistar um emprego na Universidade Johns Hopkins. Ao chegar à cidade um ano depois da metade dela ter sido incendiada devido às repercussões do assassinato do ativista negro Martin Luther King Jr. (1929-1968), Harvey então percebeu e se queixou que, enquanto os problemas sociais deflagravam as cidades, ele havia escrito uma obra neutra em meio ao caos urbano da época, sem radicalismo e desprendida das rebeliões antiguerras e de lutas por direitos civis que arrojavam o espaço urbano, ao passo que o cenário da década de 1960-1970 era de Pós-Segunda Guerra Mundial e de plena ascensão da Guerra Fria. Nessa conjuntura, quando começou a lecionar na Johns Hopkins, um grupo de estudantes de graduação demonstrou interesse em estudar *O Capital* de Karl Marx, o que estimulou a abertura de um grupo de leitura desse manuscrito tendo Harvey como professor condutor (Harvey, 2005).

Cabe assinalar que, quando deu início às leituras ao lado dos estudantes da graduação em 1971, ele confessou que era apenas um cego conduzindo outros cegos pela teoria

representante de uma Geografia Urbana, ao fundar sua teoria urbana crítica estudando os pressupostos marxistas que lembram o campo disciplinar da Economia.

¹⁰ *Explicação em Geografia*, em tradução literal, ainda sem publicação na Língua Portuguesa.

marxista, pois não havia ainda lido *O Capital*, sabendo pouquíssimo àquela época sobre o pensamento de Marx. Dois anos depois, em 1973, Harvey publicou o seu segundo livro intitulado *Social Justice and The City*¹¹, apresentando ao mundo sua incursão premente à chamada Geografia Urbana Crítica e lançando mão da neutralidade e da falta de radicalismo em seu juízo erudito ao analisar criticamente o tecido urbano, diferentemente do trabalho que ele havia produzido em *Explanation in Geography*.

Em 1982, depois de ter investido nove anos de estudo e escrita após o lançamento do livro de 1973, ele publicou *The Limits of Capital*¹², o qual, de acordo com ele, quase o deixou louco e se tornou o seu texto predileto, mesmo não sendo a obra mais lida de sua carreira intelectual. Mais tarde, em 1987, ele retornou à Inglaterra e começou a lecionar a cadeira de Geografia na cátedra Halford Mackinder da Universidade de Oxford e, ainda muito compenetrado nas dinâmicas sociais, publicou duas obras nos dois anos seguintes, ambas de 1989: *The Urban Experience*¹³ e *The Condition of Postmodernity*¹⁴, sendo este o seu texto mais lido e citado pelos estudiosos das Ciências Humanas e Sociais. Curiosamente, sua principal obra (*A Condição Pós-Moderna*) precisou menos de um ano para ficar pronta, enquanto foram necessários cerca de nove anos para escrever o seu texto favorito, embora não seja ele o livro mais apreciado pelos estudiosos (Harvey, 2005; 2009).

Foi somente, então, em seu quinto trabalho – *A Condição Pós-Moderna* – que surgiram os primeiros apontamentos a respeito da compressão do tempo-espço. Nesse prelúdio magistral, Harvey discorre seu ponto de vista pessoal sobre a pós-modernidade que tanto já estava sendo discutida à época, como aquela publicada originalmente em 1979 por Lyotard, cujo título recebe o mesmo nome de *A Condição Pós-Moderna*. Não era, contudo, o seu propósito obliterar qualquer pensamento que já existisse a propósito da pós-modernidade; pelo contrário, o autor assegura que sua ideia era apenas expor qual a sua leitura sobre o fenômeno, trazendo à discussão elementos arquitetônicos em paralelo com vários outros campos disciplinares e escritores, como Jonathan Raban (com *Soft City*¹⁵), Marshall Berman (com *Tudo que é sólido desmancha no ar*) e até o gênero literário de Charles Baudelaire (com *Selected writing on art and artists*¹⁶) (Harvey, 2005). Em 1997,

¹¹ *A Justiça Social e a Cidade*.

¹² *Os Limites do Capital*.

¹³ *A Experiência Urbana*, em tradução livre, ainda sem publicação na Língua Portuguesa.

¹⁴ *A Condição Pós-Moderna*.

¹⁵ Ainda sem publicação na Língua Portuguesa.

¹⁶ *Escritos selecionados da arte e dos artistas*, em tradução literal, ainda sem publicação na Língua Portuguesa.

encerrando com bastante êxito intelectual suas contribuições teóricas no século XX, ele publicou seu sexto livro intitulado *Justice, Nature and the Geography of Difference*¹⁷.

Com essa breve biografia, percebemos em qual contexto pessoal, profissional e sócio-histórico Harvey se viu compenetrado, aficionado e imerso. Além de sua mudança de continente e, conseqüentemente, de país, implicando em uma mudança radical de cultura, Harvey conheceu um tecido social tomado de violências e infrações contra minorias negras e movimentos sociais como meio de revolução contra as irregularidades da época. Somado a essa conjuntura, o estudo da obra marxista o tirou do eixo, abandonando de vez a neutralidade e abraçando um pensamento geográfico crítico.

Fundamentando e definindo o conceito de compressão do tempo-espaço

Devemos prosseguir agora para compreender as bases que sustentam o seu conceito mais conhecido: a compressão do tempo-espaço. Sendo o modo de produção dominante em nossos tempos o capitalismo, o qual já teve como vertentes econômicas o Mercantilismo, o Liberalismo e o Keynesianismo, estando agora em sua quarta vertente deletéria (o Neoliberalismo), conforme já demonstrado no primeiro capítulo dessa primeira parte, as *relações sociais de produção* são basilares nesse processo, pois, de acordo com Harvey (2005), para que o capitalismo possa crescer exponencialmente, é preciso que ele se expanda de maneira geográfica e intensificada, isto é, por meio do estabelecimento de relações sociais de produção. Contudo, ao mesmo passo que o capitalismo necessita da expansão geográfica para poder se alavancar, ele precisa, contraditoriamente, que essa expansão não atinja toda a dimensão geográfica, pois, caso contrário, ele alcançaria o seu limite de extensão, não haveria mais para onde expandir no globo terrestre, e isso significaria, eventualmente, o seu fim.

Diante dessa equação, restaria apenas a opção última de investir no crescimento populacional e na conseqüente geração de novos *desejos e necessidades sociais* (entendidos como expansão intensificada) que seriam satisfeitos mediante o consumo dos produtos. É nesse contexto de *expansão geográfica e intensificada* – aliada às relações internas e externas ao sistema e à região onde ele se localiza – que o modo de produção capitalista precisa estabelecer boas relações de transporte para poder reduzir o custo de circulação do

¹⁷ *Justiça, Natureza e a Geografia do Diferente*, em tradução literal, ainda sem publicação na Língua Portuguesa.

capital e, com isso, economizar (Harvey, 2005). Outrossim, Harvey (2005) avalia que o capitalista produz em um dia o que será distribuído e consumido no outro, recebendo, posteriormente, um capital financeiro que cobrirá o custo prévio da produção e da circulação, restando ainda o capital excedente que poderá ser reinvestido e/ou acumulado para o autobenefício do capitalista.

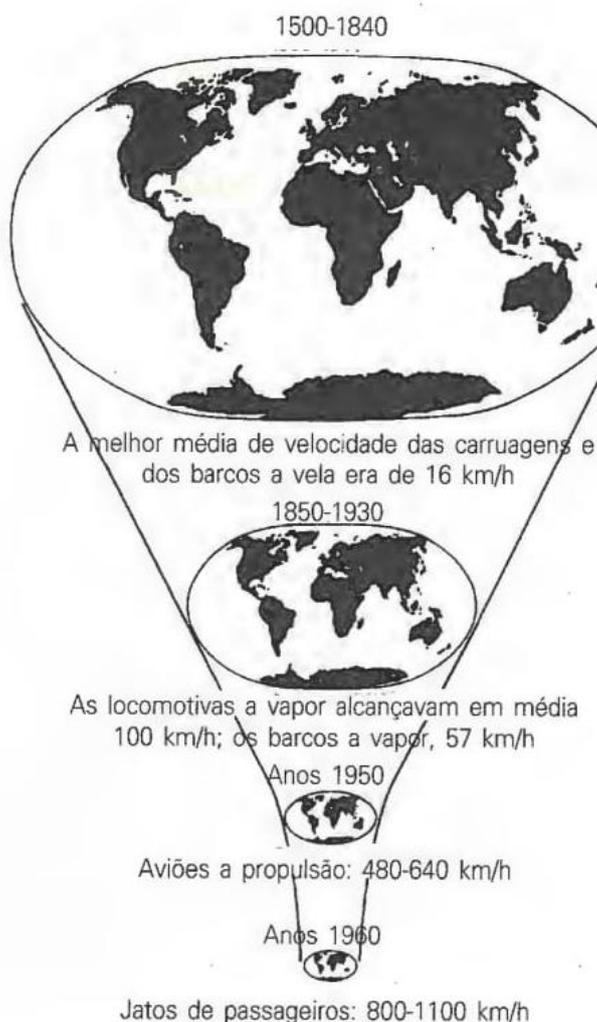
Partindo na sequência ao conceito de compressão do tempo-espaço, frisamos de antemão que, ao mesmo passo que essa compressão é produto do capitalismo, ela é também consequência das relações sociais de produção, as quais, por sua vez, são produto do capitalismo, havendo, portanto, uma relação dialética entre elas. Apesar de estar presente sobretudo na terceira parte do livro *A Condição Pós-moderna*, mais precisamente nos capítulos 16 e 17 intitulados respectivamente: “A compressão do tempo-espaço e a ascensão do modernismo como força cultural” e “A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna”, é no capítulo 15, alcunhado “O tempo e o espaço do projeto do Iluminismo”, que Harvey nos agracia com uma definição direta do seu conceito:

Pretendo indicar com essa expressão processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra “compressão” por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela **aceleração do ritmo da vida**, ao mesmo tempo em que **venceu as barreiras espaciais** em tal grau que por vezes o mundo parece **encolher sobre nós**. O tempo necessário para cruzar o espaço [...] e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos [...] são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente (Harvey, 2014b, p. 219, grifo nosso).

Depois de estudar intensamente a teoria geral de acumulação de capital de Marx – e perceber que ele não incluiu enfaticamente as estruturas espaciais em seu arcabouço – e as transformações que o capitalismo engendrou no espaço e no tempo, Harvey conclui que o capitalismo finalmente havia vencido, àquela altura da década de 1970, ainda com o neoliberalismo insurgindo no Reino Unido e nos Estados Unidos, as barreiras espaciais que impediam o seu progresso maior. Tal vitória, como já aludido aqui, foi permitida pelo desenvolvimento de técnicas e instrumentos de transporte (como a modernização das estradas de ferro em terra, da criação da navegação a vapor nos mares e do avião nos ares) e de comunicação (como o telégrafo, o telefone e o computador). Essas inovações causaram, segundo Harvey, uma aceleração do ritmo da vida, muito estimulada pela necessidade capitalista de crescimento mediante a expansão geográfica e intensificada. Para isso, aniquilar os obstáculos espaciais por meio do encurtamento do tempo para melhor concluir

as fases do processo produtivo (produção, distribuição, consumo e reinvestimento) seria imprescindível (Harvey, 2005). Visualmente, Harvey ilustrou isso com bastante êxito através da figura abaixo:

Figura 1 O encolhimento do mapa do mundo graças a inovações nos transportes que “aniquilam o espaço por meio do tempo”



Fonte: Ilustração presente no livro *Condição Pós-Moderna* (Harvey, 2014b, p. 220).

Observemos que, de 1500 a 1960, o mapa mundial é simbolizado com tamanhos diversificados, o que sintetiza não o encolhimento físico do globo terrestre, mas sim a redução do espaço a partir do aprimoramento constante dos meios de locomoção e telecomunicação. Até 1840, as carruagens e os barcos a vela dominavam o espaço; nesse ínterim, até 1940, as locomotivas a vapor e os barcos protagonizavam forte representação de

deslocamento de uma região a outra, de um oceano a outro, com mais velocidade e, por conseguinte, em menos tempo. A partir da década de 1950, testemunhamos uma verdadeira explosão tecnológica com a criação de aviões a propulsão e a jato. Atualmente, neste final do primeiro quarto do século XXI, já temos notícias de jatos rompendo a barreira do som devido à tamanha velocidade de suas turbinas, gerando um estridente estrondo no ar, e trens alcançando velocidades superiores a 300 km/hora.

Notabilizamos, com efeito, que a “compressão” empregada por Harvey tem um sentido de achatamento e redução, e que a compressão do tempo-espaço é a consequência legítima do aprimoramento capitalista, o qual nos introjeta a sensação de que o espaço encolheu e que o tempo, conforme o ritmo de produção, escorre a uma velocidade tão intensa que a nossa vida parece se tornar mais efêmera. Entretanto, reconhecemos que não foi o espaço que encolheu, e sim o desenvolvimento nos meios de transporte e comunicação que gerou a sensação de encurtamento. Em outros tons, se um transporte tem capacidade de sair de um lugar e ir a outro com tamanha velocidade, a sensação introjetada é que tanto o espaço físico quanto o tempo entre um ponto de partida e um ponto de chegada encolheu, encurtou, comprimiu.

Afinal, quais outras razões o capitalismo teria para sofisticar tanto seus meios de locomoção e comunicação senão para aperfeiçoar sua distribuição de produtos em um largo espaço físico e em curtíssimo tempo de entrega? O efeito corrosivo disso tudo é a acumulação do capital, o qual se concentra nas mãos de poucos em comparação a uma malha global composta por oito bilhões de habitantes. Então, o objetivo principal do modo de produção capitalista não é aproximar fisicamente os mercados, mas sim desenvolver tecnologias capazes de entregar as mercadorias a lugares distantes em curto espaço de tempo e, ainda mais, de baixo custo. Nessa lógica, a vida de todos nós segue o seu ritmo frenético, acelerado e avassalador.

Essa abordagem foi bem mais sintetizada por Harvey na sua obra de 2005 intitulada *A produção capitalista do espaço*, na qual ele assevera:

O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que “o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades”, ao mesmo tempo em que novas “esferas de realização para o trabalho, impulsionadas pelo capital” podem se abrir. Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte (2005, p. 48).

É imperiosamente sob esse prisma que a acumulação de capital se torna o foco basilar do capitalismo. Enquanto isso ocorre, outras dimensões, indiretamente despartadas desse sistema econômico, são postas de lado e negligenciadas, tais quais a saúde individual e coletiva que se tornam alvos tangíveis e indiretos dos efeitos provocados pelo capitalismo e pela compressão do tempo-espaço que ele promove. Sendo assim, antes de propormos uma extensão desse conceito na segunda parte desse manuscrito, reconhecemos que essa compressão, em seu sentido original vinculado ao capitalismo, por si só, produz uma certa reverberação sobre as subjetividades dos indivíduos, desgastando e padecendo a condição humana em suas múltiplas faces e facetas. E é isso que será explorado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 – DA COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO EM SEU SENTIDO ORIGINAL À TRANSFORMAÇÃO DOS MODOS DE VIDA URBANA

O tempo é relativo, uma construção da mente humana para dar sentido à nossa experiência. É uma dimensão flexível que se dobra e se distorce dependendo da velocidade e gravidade do nosso mundo.

(Michio Kaku)

A noção de compressão do tempo-espaço – adotada nesta primeira parte da obra em seu sentido originalmente proposto por Harvey – nos oferece subsídios para pensar a saúde pública e a vida humana como violenta e progressivamente impactadas pelo modo de produção capitalista. Parece um pouco cristalina a constatação de que não apenas o tempo e o espaço sofreram – e continuam perenemente sofrendo – modificações profundas diante da exploração e dominação históricas das sofisticadas práticas tecnológicas do capitalismo, mas o próprio ser humano, impelido pelas forças repressoras desse sistema, sofre metamorfoses em seu modo de vida que reverberam na sua condição de saúde – sendo, lamentavelmente, obrigado a se ver como parte desse nefasto cenário.

Em termos mais específicos e aprofundados, examinaremos como o capitalismo movimentou, de modo tão secular, essas engrenagens, as quais deram abertura para que ele explorasse e dominasse grande parcela do globo terrestre. Veremos que essa exploração e dominação alteraram – e alteram – toda uma conjuntura urbana, levando a cidade e a vida cotidiana a padrões e condições adoecedores. Esses padrões e condições extenuam a experiência subjetiva humana de maneira tão expressiva que vem levando a diversas e intensas formas de sofrimento psíquico, como será devidamente argumentado a seguir.

Sobre os modos de vida urbana: à guisa de introdução

No tocante ao modo de vida urbana, muitos autores citam o termo sem, no entanto, atribuir uma significação aparente, como é o exemplo de Harvey¹⁸ em *Cidades Rebeldes* e

¹⁸ Em *Condição Pós-Moderna*, Harvey emprega o termo “way of life” para se referir a “modo de vida”.

Wirth¹⁹ em seu curto ensaio *Urbanismo como modo de vida*. Nas traduções desses manuscritos do Inglês para o Português, ora citam apenas “modo de vida”, ora “modo de vida urbana” ou “modo de vida urbano”. Todavia, a terminologia “modo de vida urbana” pode adquirir diversos sentidos na Língua Portuguesa, diferentemente da Língua Inglesa que não possui inflexão de gênero. Dada a possibilidade de flexão de gênero do substantivo “urbano” em nosso idioma, que também pode ser chamado “urbana”, optamos por utilizar o termo “urbana” concordando com a palavra “vida”, e não “urbano” concordando com “modo”. Ou seja, por um lado, se escrevermos “modo de vida urbano”, “urbano” estaria se referindo diretamente ao “modo”; por outro lado, se escrevermos “modo de vida urbana”, “urbana” estabelece relação direta com “vida”. Essa delimitação linguística da terminologia pode soar banal, leviana ou desnecessária. Contudo, justificamos o uso de “urbana” fazendo referência à “vida” por acreditarmos que, com isso, a palavra “vida”, dentro da expressão global, adquire uma maior ênfase em detrimento da palavra “modo”, na medida em que a proposição teórica que temos em mente no capítulo cinco recebe como nome: compressão da vida, e não compressão do modo de vida.

Determinada essa diferenciação – que, para nós, é fundamental –, endossamos que, a fim de que compreendamos o sentido de modo de vida urbana, é imperioso que tracemos uma definição²⁰ separada de suas partículas, para, a partir daí, chegarmos à sua compreensão global. Reconhecemos o “modo” como intimamente vinculado às condutas e aos comportamentos que podem se manifestar individual ou coletivamente em resposta a um contexto ou situação específicos. A “vida” é uma categoria – reconhecemos – extremamente complexa já estudada intensivamente em diversos campos disciplinares da ciência moderna e também na Filosofia; porém, em nosso manuscrito, ela recebe definição de duas naturezas: (1) a vida atrelada ao cotidiano, ao dia a dia, vivenciada por todo ser vivo; e (2) a vida enquanto uma categoria que sintetiza – e, ao mesmo tempo, complexifica – o estado animado, vivo, dos sujeitos. Em conjunto com os demais vocábulos da expressão modo de vida urbana, adotamos a primeira definição de “vida”, aquela que leva em consideração a vida enquanto articulada ao cotidiano. A conotação “urbana”, por sua vez, designa uma dimensão espacial com construções arquitetônicas modernas, como edifícios, apartamentos, casas e áreas de lazer, de cultura e polos gastronômicos, que estão diretamente associados

¹⁹ Em *Urbanism as a way of life*, Wirth emprega “urban mode of life” como “modo de vida urbano ou urbana”.

²⁰ Cabe enfatizar que as definições tecidas aqui são erigidas mediante a própria percepção do autor, muito instigado por tudo que já leu, observou e refletiu a respeito do assunto.

aos arredores e ao preenchimento das cidades, dando a elas o *status* único de espaço urbano, no qual o capitalismo perpetra suas práticas.

A partir dessa definição fragmentada, podemos estabelecer neste momento uma definição integral do vocábulo. Assim, concebemos o modo de vida urbana como uma maneira particular de cada cidadão vivenciar e experienciar o seu dia a dia no espaço urbano: realizando tanto o que eles consideram que precisa ser realizado por eles mesmos em momentos preestabelecidos ou não, enquanto a lógica de organização social prescrita pelo capitalismo determina o que eles devem fazer, como sair para trabalhar diariamente para poder obter os meios que garantirão, ou não, a sua subsistência mensal. Em complemento, essa maneira particular de viver o cotidiano se associa com os elementos existentes no espaço urbano que podem, por exemplo, suscitar carga de estresse, como ficar horas a fio preso no trânsito de uma cidade grande, ou promover momentos que preencham a dimensão psicológica lúdica, como o simples apreciar do mar, das ondas, subir no térreo de um edifício e de lá avistar toda a cidade e se permitir embriagar-se pelo brilho cintilante das luzes que permeiam as ruas, casas e demais edifícios.

O modo de vida urbana é, nesse contexto, distinto do modo de vida rural, no qual as experiências que o urbano permite perceber não podem ser vividas por aqueles que vivem no espaço rural, e vice-versa. Sendo assim, o modo de vida urbana denota uma vida vivida (aqui se justifica a redundância do termo) e experienciada no espaço urbano que se diferencia, em todos os aspectos, da vida vivida e experienciada no espaço rural, possibilitando degustar o “simples” e, indissociavelmente, o complexo do que a cidade tem a oferecer a seus concidadãos. É válido apontar que não devemos entender o “simples” mencionado como sinônimo da simplicidade e da não-complexidade do espaço rural; pelo contrário, o simples adotado em nossa definição de “modo de vida urbana” denuncia, apenas, a minha incapacidade de selecionar um termo qualificador mais coerente.

Do espaço habitado à cidade urbanizada

A história da criação das cidades atravessa a formação e a consolidação dos modos de produção econômicos ao longo dos séculos, a tal ponto que não podemos discutir aquelas olvidando os acontecimentos destes. Para uma profunda incursão nessa questão, trazendo à lume as principais problemáticas que assolaram as cidades tradicionais e que ainda propalam resquícios nas sociedades contemporâneas, urge compreender, antes de tudo, os

fundamentos socioeconômicos que erigiram organizações sociais de várias naturezas e que suscitaram alterações profundas no modo de vida das pessoas dentro dessas organizações. Isso nos possibilita assegurar que, em concordância com Manzano (2013), o modo econômico de produção de uma época sempre reflete a organização social adotada naquele determinado período espacial. Indo além dessa acepção, pressupõe-se que as relações sociais em uma sociedade se constituem com base em uma lógica de produção dividida em classes: a que domina e a que é dominada, tendo essa divisão se metamorfoseado à medida que cada modelo econômico se firmava e, posteriormente, entrava em declínio.

A partir de todo o exame feito até aqui, evidenciamos que, tanto na conjuntura mundial quanto na brasileira, a história da humanidade nem sempre foi a história de exploração e dominação dos seus iguais. Em tempos imemoriais, a distribuição era de base comunitária, de maneira que a relação dominador-dominado só surge à proporção que o conhecimento humano foi se aprimorando e se expandindo para outros meios de produção, não mais apenas reduzido à natureza, como forma de retroalimentar suas necessidades. Isso significa que, no passado, o ser humano transformava o espaço, isto é, a natureza, para satisfazer suas necessidades vitais. Hodiernamente, a exploração acontece sobretudo por outras vias, utilizando e transformando a cidade não para satisfazer suas necessidades essenciais, e sim suas necessidades não essenciais. Porém, antes de conduzir uma discussão em torno da modernização das cidades como importante projeto para a sustentação dos princípios capitalistas, cabe delimitar e diferenciar sucintamente o que a literatura especializada nos diz a respeito dos sentidos das categorias cidade e urbanização.

Na atual conjuntura sócio-histórica na qual nos encontramos, em que muito se discute acerca do advento de uma pós-modernidade (Harvey, 2014b; Lyotard, 2021) a partir da década de 1970, demarcada pela forte influência do nascimento do neoliberalismo e da revolução tecnológica, a cidade foi tomada mais efetivamente como espaço de exploração e apropriação capitalista, não apenas do ponto de vista físico, mas também do ponto de vista simbólico. Circunscrita por uma densa complexidade, “a cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (Harvey, 2014a, p. 134). Ainda para esse mesmo autor, “vivemos cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos” (Harvey, 2014a, p. 47). Em vista disso, a cidade é o espaço no qual o capitalismo instala suas forças predatórias, operando continuamente mudanças que

reverberam no modo de vida social, o qual é igualmente construído e reconstruído costumeiramente ao bel-prazer desse modo de produção dominante.

Essa enunciação de que a cidade é transformada de acordo com os desejos dos capitalistas, incitados unicamente pela acumulação de capital, nos faz recordar da importância legítima da noção de direito à cidade levantada a princípio por Lefebvre (1968)²¹ e resgatada *a posteriori* por Harvey (2014a)²². Para Lefebvre, o direito à cidade, nos conta Harvey, simboliza tanto uma queixa quanto uma exigência: “a queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida” (Harvey, 2014a, p. 11). Assim como Harvey, Lefebvre estudou a teoria marxista, podendo ficar explícito em sua ideia de direito à cidade que a vida urbana a que ele se refere é semelhantemente uma vida atravessada pelas envergaduras capitalistas. Seguindo esse afluxo, Harvey versa que:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (Harvey, 2014a, p. 28).

No entanto, são indelévels as reinvenções perpetradas pelo capitalismo no espaço urbano em prol do seu próprio crescimento – e não em vista de uma coletividade. Nesse sentido, cabe questionar: a quem pertence verdadeiramente o direito à cidade? À individualidade dos capitalistas ou a toda a coletividade? À medida que o homem interage com a cidade e a transforma para se satisfazer, criam-se novas necessidades e novas formas de produção que, por sua vez, ampliam mais as necessidades, formando um *continuum* que se retroalimenta. Em outros termos, a cidade é o espaço no qual o capitalismo encontrou o elixir da vida para poder florescer e reflorescer em um ciclo infinito.

Por essa razão, ousamos preferir ainda que a cidade exerce um reflexo de contradição – injetado pelas próprias contradições inerentes ao capitalismo – em sua própria circunferência, em que todas as transformações que são empreendidas em algum momento

²¹ Nesse ano, Henri Lefebvre publicou o seu livro seminal intitulado *O direito à cidade*, o qual logo se tornaria uma clássica obra das Ciências Humanas e Sociais.

²² Apesar de estar presente como capítulo 1 da obra *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, a qual reúne alguns ensaios de David Harvey, o texto *O direito à cidade*, com algumas reformulações feitas em comparação ao original, foi publicado originalmente na *New Left Review*, 53, set.-out., em 2008, com o título: *The Right to the City (O direito à cidade)*, tal qual o título que dá corpo à obra de Lefebvre.

nela retornam, posteriormente, como uma espécie de anátema para atormentar a vida dos cidadãos, os quais apenas recebem passivamente as metamorfoses que costumam passar despercebidas por eles. Para efeito de ilustração, quando os automóveis foram criados com o fim de anular as barreiras espaciais no campo-cidade, instauraram-se a poluição atmosférica que repercute ulteriormente na saúde humana, no estresse nos engarrafamentos causados pela intensidade de carros nas vias e nos acidentes no trânsito. Assim, Harvey acentua ainda que:

O direito à cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta, que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental (Harvey, 2014a, p. 247).

Tendo feita essa demarcação conceitual circunscrevendo a cidade e o direito a ela defendidos por Lefebvre e Harvey, podemos direcionar o nosso foco para a compreensão da noção de urbanização. Em uma primeira incursão, invocamos o prestigioso pensamento do sociólogo urbano Louis Wirth²³, o qual assegura que:

A urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade intitulada cidade e incorporadas em seu sistema de vida. Ela se refere também àquela acentuação cumulativa das características que distinguem o modo de vida associado com o crescimento das cidades e, finalmente, com as mudanças de sentido dos modos de vida reconhecidos como urbanos que são aparentes entre os povos, sejam eles quais forem, que tenham ficado sob o encantamento das influências que a cidade exerce por meio do poder de suas instituições e personalidades, através dos meios de comunicação e transporte (Wirth, 1967, p. 92).

No pensamento de Harvey, a ideia de urbanização se circunscreve mais expressamente na matriz capitalista. Para ele, existe uma intrínseca relação entre o aprimoramento do capitalismo e a urbanização, de modo que aquele necessita desta para solucionar o problema de excedente de capital (Harvey, 2014a). Essa solução, por sua vez, pode se dar por inúmeras direções, como pelo processo de imigração, trazendo para a região demarcada trabalhadores que possam dar conta da alta demanda de emprego daquela localidade – algo que seria impensável diante, por exemplo, da atual realidade brasileira em que há uma exacerbada taxa de desemprego suscitada pela crise político-econômica que foi instalada. Sendo assim, a urbanização, carregando consigo todas as práticas capitalistas

²³ Originalmente, o ensaio de Wirth intitulado *Urbanisme as Way of Life* (“Urbanismo como modo de vida”) foi publicado no *The American Journal of Sociology*, vol. XLIV, nº 1, em julho de 1938. Anos depois, ele passou a integrar a coletânea *O fenômeno urbano* lançado em 1967 por Otávio Guilherme Velho. Além de Wirth, esse livro contém ensaios de outros autores como Max Weber e Georg Simmel.

predatórias, como a gentrificação e a destruição criativa, é o que garante resolver o problema do capital excedente e do desemprego. Entretanto, nessa tentativa de absorção do capital excedente, a cidade é reformulada de maneira irreversível sob as mãos dos capitalistas, reconfigurando e refazendo modos de vida urbana. Será a respeito disso que nos deteremos na seção seguinte.

Práticas predatórias capitalistas e a transformação dos modos de vida urbana

No passado, o modo de produção capitalista explorou a natureza, por intermédio de tecnologias rudimentares à época, com o propósito de suprir desejos e necessidades vitais do ser humano. Essas intensas explorações imputaram, em termos históricos e geográficos, profundas transformações dos espaços rurais, os quais, por conseguinte, reverberaram metamorfoses nos modos de vida daqueles que viviam em áreas rurais. Nesse ínterim, em cerca de quase quatro séculos de capitalismo, houve evidentemente tanto a sofisticação tecnológica dos instrumentos utilizados como meio de exploração, como já vimos em capítulo anterior, quanto a expansão geográfica do sistema. À medida que a urbanização ocorria incitada pelas Revoluções Industriais nos países europeus e, na sequência, América do Norte, cidades eram construídas, o que permitiu que os capitalistas passassem, então, a explorar as cidades urbanas, transformando territórios e, conseqüentemente, alterando modos de vida urbana.

A fim de ilustrar como o capitalismo opera de maneira a modificar e reconfigurar a cidade, gerando mudanças – não raro, negativas – na saúde e subjetividade das pessoas, introduzimos uma noção brevemente incursionada por Harvey, a saber: práticas predatórias capitalistas, as quais obtêm relevo no seu pensamento erudito em *Cidades Rebeldes* (2014a) e que já eram discutidas por ele indiretamente em *Condição Pós-Moderna*, publicada originalmente em 1989. Embora as práticas que mencionaremos aqui sejam retomadas por ele em algum momento de sua produção intelectual, ele não chegou a expô-las, em *Cidades Rebeldes*, abertamente como práticas predatórias de acumulação. Entretanto, consideramos que isso não era preciso para que pudéssemos entendê-las como práticas predatórias perfiladas pelo modo de produção neoliberal. Sendo assim, pressupomos que essas práticas são, *grosso modo*, artifícios utilizados pelo capitalismo para: (a) reconstruir o espaço urbano, isto é, a cidade; (b) gerar capital excedente e, conseqüentemente, acúmulo e reinvestimento de capital; (c) reconfigurar o modo de vida urbana dos cidadãos; e, por fim, (d) provocar

experiências de sofrimento e adoecimento subjetivo e fisiológico e impactos à dimensão social – tal como afirmamos nesse estudo e defenderemos com mais afinco adiante.

A primeira prática predatória a que queremos aludir é a destruição criativa. Em *The theory of economic development*²⁴, datado originalmente de 1934, Joseph Schumpeter emprega a destruição criativa como importante processo vinculado ao capitalismo. Retomado e dissertado por Harvey em *Condição Pós-moderna*, sobretudo nos capítulos 2, 14 e 16 intitulados respectivamente: “Modernidade e Modernismo”, “Tempo e espaço como fontes de poder social” e “A compressão do tempo-espaço e a ascensão do modernismo como força cultural”, a categoria destruição criativa faz menção ao tipo de destruição que foi empreendida por Haussmann na Paris do Segundo Império. Diacronicamente, é possível pensarmos ainda na destruição que foi gerida por Robert Moses na Nova York pós-Segunda Guerra Mundial, com propósitos de moldar a paisagem geográfica. Como se observa, a destruição criativa é o processo pelo qual o capitalismo se apossa da paisagem urbana existente com vistas a redesenhá-la com um projeto mais engenhoso e ambicioso do espaço urbano – não importando que camadas precisarão ser expurgadas dos lugares que estão sob o seu alvo de destruição e recriação.

Para fundamentar a necessidade capitalista desse tipo de violência deslocado à cidade e a seus cidadãos, Harvey elucida que:

A absorção de excedente através da transformação urbana tem um aspecto obscuro. Ela tem acarretado repetidas contendas sobre a reestruturação urbana pela “destruição criativa”, que quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com este processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do velho, *gerando assim o acúmulo cíclico de capital a partir da renovação do espaço* (Harvey, 2012, p 82, grifo nosso).

Em torno desse recorte, observamos que, quando o capitalista resolve modificar uma paisagem urbana a seu bel-prazer, em nome de uma crise ou acúmulo de capital, são pessoas de baixo poder aquisitivo que sofrem com as consequências dessa transformação. Nessa perspectiva, é inevitável não se questionar: ante esse contexto, como fica a saúde mental dessas pessoas que são expurgadas, involuntariamente, do ambiente onde viveu toda a sua vida? Como se sentem as pessoas ao serem despejadas de onde viu crescer seus filhos e netos e onde desejam ficar e estar quando a morte lhes bater à porta? A destruição criativa, que tem uma simbologia de destruir um monumento urbano para, em cima dele, construir outro

²⁴ *A teoria do desenvolvimento econômico*, em tradução literal, ainda sem publicação na Língua Portuguesa.

mais carregado de criatividade e modernismo, soa grotesca e ironicamente um termo rude e não abarca sua real dimensão: destruir o espaço, mas consigo levar a vida de muitos que lá estavam.

O conceito de gentrificação, por sua vez, implica outra prática predatória que merece relevo e que também é retomado, ainda que de modo incipiente, em *Condição Pós-moderna*, sobretudo no capítulo 4 intitulado “O pós-modernismo na cidade: arquitetura e projeto urbano”. Em *London: aspects of change*²⁵, publicado em 1964, Ruth Glass introduz o conceito de gentrificação para designar o processo pelo qual uma camada mais desfavorecida é retirada de um determinado local onde se vive por outra camada abastecida da sociedade – em outras palavras, pela elite que conduz o jogo social –, com o fito de reestruturar aquele espaço em centros urbanos com construções que expressem seu bel-prazer capitalista (destruição criativa). Podemos assimilar, portanto, a gentrificação como o meio pelo qual o processo de destruição criativa se infiltra e calcifica o urbano, de maneira a obliterar a presença de classes desfavorecidas naquela região e, a partir daí, suscitar a destruição de ruelas, vilas e subúrbios e, em seu lugar, construir edifícios monumentais, lojas, cafés e *shoppings centers*, os quais servirão como atratividade e vitrine para sediar o turismo, o consumismo compulsivo, entre outros fenômenos contemporâneos relativos à globalização.

Assim sendo, cabe ainda ressaltar que o processo criativo de transformação do espaço incrustado pelo modelo econômico hegemônico perpassou, inicialmente, a natureza, estendendo-se, nos dias atuais, às cidades. Contemporaneamente, a gentrificação e a destruição criativa – tais quais outras práticas que se revelam nas entranhas do capitalismo avançado, como a despossessão, expropriação e desapropriação – são mecanismos pelos quais os capitalistas conseguem remodelar a cidade e satisfazer suas necessidades idílicas. Desse retrato urbano, evidencia-se uma polarização entre quem detém riqueza e quem não, o que nos faz corroborar com Harvey quando afirma que a “distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante” (Harvey, 2014a, p. 48). No mesmo tom crítico, ele insta que “a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do

²⁵ *Londres: aspectos de mudança*, em tradução literal, ainda sem publicação na Língua Portuguesa.

conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana” (Harvey, 2009, p. 81).

Dessa explicação, torna-se possível extrair um elemento igualmente fundamental: a cidade tida como um projeto a ser constantemente modelado e revisto conforme se atualizam os desejos e as necessidades dos capitalistas. As práticas predatórias de acumulação, compreendendo “predatória” como intimamente vinculada à relação entre predador e presa, sintetizam vertiginosamente qual a natureza relacional que temos exprimida no quadrante urbano contemporâneo, no qual lemos o capitalismo exercendo fortemente o papel de predador do espaço e dos concidadãos, enquanto estes executam, sem qualquer outra saída, a função de presa, recebendo, embora, por vezes, com resistência constante, as espoliações do predador. Com isso, constatamos que as cidades se tornaram seus alvos mais ricos em acumulação de capital logo depois que o espaço e o tempo foram dominados. Com efeito, a partir dessa acumulação cíclica e desenfreada por parte de uma minoria, a existência do outro não capitalista²⁶, enquanto ser que tem fome e necessidades vitais a serem supridas, é aniquilada, fazendo-o experimentar uma condição social, econômica, ambiental e psicológica de sofrimento e adoecimento causada pelo nexos disruptivo do próprio capitalismo, e que o próprio sistema poderia evitar.

Para efeito de exemplificação de como a transformação de territórios na cidade afeta as condições de saúde, trazemos à lume uma das crises mais evidentes do sistema: a crise capitalista de 1848 que irrompeu na Paris do Segundo Império por causa do excedente de capital e excedente de trabalho, não tendo demorado muito para que toda a Europa fosse igualmente estilhaçada pela crise.

Paris foi particularmente atingida por seus piores efeitos, e o resultado foi uma revolução abortada, deflagrada pelos operários desempregados e pelos utopistas burgueses para os quais uma república social seria um antídoto contra a ganância e a desigualdade capitalistas. A burguesia republicana reprimiu violentamente os revolucionários, mas não conseguiu debelar a crise (Harvey, 2014a, p. 33).

Como resultado desse enquadramento urbano, Luís Bonaparte subiu ao poder em 1851 dando um golpe de Estado. No ano seguinte, em 1852, ele se proclamou imperador de Paris e “recorreu a uma grande repressão política dos movimentos políticos alternativos, mas ele também sabia que tinha de resolver o problema da absorção do capital excedente, e para

²⁶ Emprego o termo “não capitalista” para designar os sujeitos assalariados, os quais trabalham unicamente para sua sobrevivência, chegando ao final do dia sem qualquer indício de capital excedente em sua conta bancária.

isso anunciou um vasto programa de investimentos infraestruturais” (Harvey, 2014a, p. 33-34). Nesse processo, Luís Bonaparte conduziu reformulações tanto no exterior quanto em casa. No exterior, ele operou a construção de estradas por toda a Europa até chegar ao Oriente, tendo ainda dado ajuda financeira a grandes obras, como o Canal de Suez. Em casa, esses investimentos infraestruturais significaram a construção de portos e ancoradouros, a consolidação da rede ferroviária, a drenagem dos pântanos, e muito mais. Em outras palavras, o que estava acontecendo em Paris, tal qual em boa parte da Europa e do Oriente, era a reconstrução da infraestrutura urbana (Harvey, 2014a), propiciada pelo capital excedente²⁷ e pelo trabalho excedente²⁸.

Com essa reconfiguração do território de Paris, observamos bem que Bonaparte resolveu, em parte, os dois problemas que geraram a crise, ou seja, ele pôde reinvestir o excedente de capital em construções espaciais de locomoção e, ao mesmo tempo, gerar emprego para os trabalhadores desempregados. Sua empreitada, no entanto, não parou por aí, pois ele levou para Paris, em 1853, Georges-Eugène Haussmann – aquele que logo se tornou o prefeito do departamento do Sena –, com a missão de modernizar fortemente a paisagem urbana da cidade. Haussmann, seguindo o fluxo de transformações do espaço empreendidas por Bonaparte, conduziu ambiciosamente um vasto projeto arquitetônico em Paris que outrora era visto como utópico.

Haussmann concebia a cidade em muito maior escala, agregou os subúrbios e reformulou bairros inteiros (como Les Halles), em vez de apenas pedaços do tecido urbano. Ele mudou a cidade de uma vez só, e não aos poucos. Para fazê-lo, precisava de novas instituições financeiras e instrumentos de crédito criados em moldes sansimonianos (o *Crédit Mobilier* e *Immobilier*). Na verdade, o que ele fez foi ajudar a resolver a questão da disponibilidade do excedente de capital, instituindo, para tanto, um sistema keynesiano de melhorias urbanas infraestruturais financiadas pela dívida (Harvey, 2014a, p. 35).

Evidentemente, esse sistema só funcionou por quinze anos, tendo auxiliado não apenas na transformação urbana de Paris como também elaborado todo um estilo de vida urbana, construindo, com efeito, uma nova *persona* urbana. Não foi à toa, então, que Paris passou a ser conhecida como a Cidade Luz e que, a partir daí, ela se tornou o maior centro de consumo, turismo e prazeres do mundo, tendo grandes cafés e se transformado em uma requintada referência em moda (Harvey, 2014a, p. 35). Um projeto muito semelhante foi

²⁷ O capital restante que pode ser utilizado tanto em benefício próprio do capitalista como ser reinvestido.

²⁸ A força de trabalho que sobra quando há mais trabalhadores do que propriamente demanda de trabalho.

realizado em Nova York por Robert Moses, o qual – assim como Haussmann – foi herculeamente responsável por modernizar o estado americano.²⁹ No entanto, para os nossos propósitos aqui, conhecer como se deu a reconfiguração de Paris e da Europa já é suficiente para entendermos como o modo de produção capitalista opera de maneira a reconfigurar modos de vida urbana e, por conseguinte, a saúde individual e coletiva.

Podemos notar que os projetos de reformulação que se deram em Paris a partir da chegada de Haussmann foram empreendidos sem consultar aqueles que moravam nos subúrbios e nos bairros economicamente mais fragilizados, os quais certamente precisaram se retirar de lá para a construção dos cafés e departamentos de moda. Dito de outra forma, presumimos que há sempre uma parcela populacional considerável que sofre em meio a essa “destruição criativa” do espaço urbano. Quando um projeto de proporção gigantesca como o de Paris – ou até mesmo de menor escala – é realizado, isso é feito, em quase todas as ocasiões, para resolver, na maioria das vezes, crises capitalistas impostas pelo próprio sistema. Equivoca-se aquele que pensa que os projetos capitalistas são realizados para beneficiar a coletividade. Lembremo-nos de Marx (2011) quando apontou que o capitalismo é um sistema formado de múltiplas contradições, as quais só encontram soluções passageiras, como Harvey (2005) ilustrou, na expansão geográfica e intensificada, e que são elas mesmas – as contradições – as geradoras de crise em seu próprio interior.

Remando para a mesma direção, Harvey (2005) sinaliza que esse modelo econômico está sempre criando estruturas físicas para resolver o seu problema de capital excedente, a exemplo de Paris e Nova York, ao passo que são essas mesmas estruturas que servirão, ulteriormente, para serem destruídas e, por conseguinte, sanar crises futuras. O que garante, por exemplo, que essa modernização de Paris nas décadas de 1850-1860 não seja destruída para ser reformulada por um projeto pós-moderno mais engenhoso, com o objetivo de solucionar alguma crise que porventura possa se instalar? A essa altura do debate, fica expresso que não foram resolvidos apenas os problemas do capital excedente e do trabalho excedente em Paris, mas o próprio problema da suburbanização foi equitativamente solucionado. Sendo assim, podemos depreender, sem receio algum, que o capitalismo, de certo modo, mesmo indiretamente, subverte todos aqueles que vivem sob suas leis, além de gerar sua autodestruição mediante suas próprias contradições.

²⁹ Para saber detalhadamente como isso ocorreu, ver *A Condição Pós-Moderna* de David Harvey (2014b).

Toda a discussão realizada neste capítulo sintetiza de forma clara o que expusemos no capítulo anterior sobre a exploração e dominação protagonizadas pelo capitalismo. O resultado dessa equação é que o modo capitalista de produção explora – além do espaço e do tempo – as cidades urbanas, de modo a transformá-las e a reconfigurar modos de vida. Esse cenário nos demonstra que tudo que é feito ou realizado pelo capitalismo gera um efeito contrário nele mesmo ou naqueles que vivem conforme suas regras. Mais enfaticamente, as condições biológicas, psicológicas e sociais de cada sujeito, embora invisibilizadas pelas forças capitalistas, tendem a ser drasticamente impactadas.

Da transformação da comunidade Poço da Draga à reconfiguração dos modos de vida urbana

Para citar uma ilustração mais próxima à realidade brasileira, especificamente em terras nordestinas, a propósito da transformação das cidades urbanas e de como isso também reconfigura os modos de vida dos cidadãos, a cidade de Fortaleza nos proporciona um recorte valioso dos processos de gentrificação e destruição criativa. Situada numa região litorânea, Fortaleza é a capital do estado do Ceará responsável por angariar e intensificar o turismo em escala internacional, sobretudo nas altas estações, trazendo pessoas de diferentes regiões do mundo para desfrutar de praias como a de Iracema e a Beira Mar. Desde a década de 1990, a orla marítima da Praia de Iracema vem sofrendo incontáveis transformações a fim de sofisticar os seus arredores e, com efeito, atrair turistas internacionais para o enaltecimento da economia local.³⁰

O projeto mais ambicioso de toda essa empreitada é, sem dúvida, a construção do Acquário Ceará na Praia de Iracema, cuja idealização ocorreu em 2008 pelo então governador Cid Gomes. A estrutura foi elaborada pelo arquiteto Leonardo Fontenele do escritório brasileiro Imagic! e dispõe das seguintes características: com a projeção de 21,5 mil metros quadrados, o Acquário deveria possuir 38 tanques, o equivalente a seis piscinas olímpicas, com 15 milhões de litros de água contendo 35 mil animais marinhos de 500 espécies distintas, o que supostamente atrairia cerca de um milhão de visitantes por ano. O capital necessário para investir nesse ambicioso projeto, cuja construção teve início em 2012

³⁰ Para conhecer mais a respeito dessas transformações urbanas da região litorânea de Fortaleza, sugiro a leitura da sensível dissertação de Edson Alencar Collares de Bessa (2015), intitulada “*O Poço da Draga e a construção do Acquário Ceará*”.

e deveria durar dois anos, é de 320 milhões de reais, sendo que cerca de 150 milhões de reais já foram retirados do cofre público para investir no projeto (Haus, 2009; G1, 2013).

Embora, felizmente, esse projeto milionário ainda não tenha sido concretizado, ele vem gerando controvérsias desde que foi idealizado. Por um lado, o projeto não obteve licenças ambientais concedidas pelo IBAMA para que a construção do Acquário pudesse acontecer na orla da Praia de Iracema, pois isso, conforme especialistas em meio ambiente, traria fortes impactos à vida marinha da praia. Por outro lado, edificar um monumento dessa proporção na localidade almejada pelos seus idealizadores significaria, decerto, desalojar cerca de 2 mil habitantes que vivem na comunidade Poço da Draga, a qual existe e subsiste lá, a contar de 1906. Lastimavelmente, desde 2011, a população dessa comunidade convive com a possibilidade e o medo da expurgação de seu lugar de vida (Haus, 2009; G1, 2013).³¹

Esse fatídico cenário, cabe assinalar, vivenciado por esses habitantes do bairro da Praia de Iracema, põe em evidência as práticas de gentrificação e destruição criativa discutidas na seção anterior desse capítulo. Em trabalhos científicos já desenvolvidos com essa população³² e publicados no meio científico, assim como reportagens veiculadas em renomados telejornais como o G1 e Gazeta do Povo, evidencia-se que tais práticas, mesmo que sob ameaça de concretização, não modifica apenas o espaço urbano, pois os próprios modos de vida urbana das pessoas são reconfigurados e, uma vez metamorfoseados, elas podem sentir sofrimentos de várias naturezas – e isso é o que deixam nítidos alguns estudos sobre essa subsistente população.

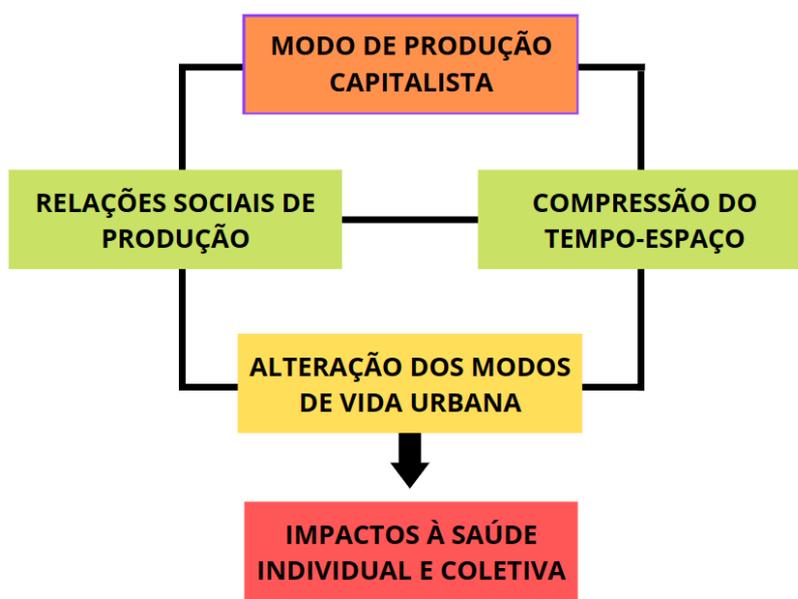
Na dissertação *O Poço da Draga e a construção do Acquário Ceará*, personagens como André, Ataíde, Bianca, Clóvis, Francisca, Isadora, João, Márcia, Pedro, Raimundo, Rosa, Sílvio e Valdir – entrevistadas e escutadas pelo autor dessa dissertação – ilustram como suas vidas e suas condições humanas foram atravessadas pelo projeto Acquário Ceará e sua iminente possibilidade de sair do papel. Frente ao já aludido, preparamos um

³¹ Cabe enfatizar que, felizmente, essa empreitada fracassou e, ao final, toda a estrutura foi doada para a Universidade Federal do Ceará (UFC).

³² Destaco que, até onde minhas buscas permitiram ir, nenhum manuscrito científico já havia associado a triste realidade dessa comunidade com as práticas de gentrificação e destruição criativa, que são típicas do capitalismo e que, como resultado, intensificam a compressão do tempo-espaço no sentido original proposto por David Harvey. Igualmente, até onde meus estudos sobre o pensamento de Harvey puderam se estender nesses últimos três anos, ele não apresenta, em nenhuma de suas obras, as imensas proporções de seu conceito. Para mim, Harvey nos expõe as particularidades de seu conceito articulado ao capitalismo, mas, de maneira solta, não tão bem articulada à matriz urbana e às práticas capitalistas de produção, como gentrificação e destruição criativa. Na missão de se ir além do que já propôs Harvey, que é justamente o meu objetivo com essa dissertação, urge pensar esses e outros processos como nocivos aos modos de vida urbana e, por extensão, à vida subjetiva daqueles que vivenciam tais processos.

fluxograma (Figura 2) que nos auxiliará, sobremaneira, a ilustrar todo o panorama debatido neste capítulo.

Figura 2 A saúde individual e coletiva sob o impacto das alterações dos modos de vida urbana ocasionadas pela compressão do tempo-espaço engendrada pelo modo capitalista de produção.



Fonte: Autoria própria (2023).

O modo de produção capitalista – produzindo relações sociais de produção e, com efeito, a organização social do espaço – promove o aniquilamento do espaço, isto é, das distâncias entre um local e outro, por meio da velocidade na distribuição de seus produtos através de tecnologias de transporte e comunicação – processo esse que foi descrito e nomeado por Harvey como compressão do tempo-espaço. Em resposta, o encolhimento do espaço, mediante não só a veloz e sofisticada locomoção dos bens e serviços do capitalismo, como também as suas próprias práticas, transforma territórios e cidade, podendo alterar modos de vida urbana que, por sua vez, impactarão a saúde individual e coletiva.

Dessa maneira, não se pode negar o fato de que a compressão do tempo-espaço não denuncia apenas as mudanças que ocorrem no interior do capitalismo; talvez, mais do que isso, esse conceito, em seu sentido atribuído por Harvey, denuncia que, com a compressão do espaço e do tempo na lógica capitalista, condições humanas também são comprimidas e levadas, muitas vezes, à subversão. Isso será ilustrado com maior profundidade na segunda

parte dessa dissertação, a qual proporrá uma extensão do conceito de compressão do tempo-espaço e apresentará uma nova proposta de compressão diferente da do tempo-espaço.

CAPÍTULO 3 – CAPITALISMO TARDIO NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE: ENODAMENTOS DA VIDA PSÍQUICA

O destino do homem é uma busca constante por sentido em um mundo caótico e desprovido de significado. Ele está fadado a enfrentar a finitude, a dor e a inevitabilidade da morte, enquanto luta para encontrar propósito e realização em meio à transitoriedade e ao absurdo da vida.

(Albert Camus)

Não pretendo, de forma alguma, oferecer respostas clarividentes ao título desse capítulo. Ele ilustra nada mais do que o meu esforço de gerar um debate que traga à lume uma reflexão crítica a respeito do papel e lugar do capitalismo tardio no grande mundo dos manuais de classificação diagnóstica, notadamente no que concerne às diversas e expansíveis versões do *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM)*. Aliás, questiono-me se há, de fato, um dispositivo implantado pelo capitalismo dentro do discurso psiquiátrico que denuncia – ou nos faz pensar – a existência de um projeto neoliberal no campo da saúde mental ou se o lugar desse dispositivo é vazio e mero fruto de uma coincidência.

No âmago dessa empreitada, evidencia-se que os manuais classificatórios surgiram para solucionar problemáticas psicológicas que existiam e estavam presentes na sociedade da época; mas não somente nela. Há, por assim dizer, uma demanda de saúde mental que, desde o princípio, esteve situada no interior da coletividade: *Estudos sobre a Histeria* de Sigmund Freud (2016) e *A História da Loucura* de Michel Foucault (2019) podem, brilhantemente, ratificar essa premissa. Sendo assim, o que averiguaremos a seguir implicará uma discussão político-econômica que desmembrará um enraizamento sistemático do problema do sofrimento psíquico desde antes da pós-modernidade, mas sobretudo depois dela. Esse capítulo, portanto, aponta para um vasto horizonte que dá margem a uma sublime e contemporânea discussão que visou a desenvolver nas linhas subsequentes, enlaçando saberes político, econômico e de saúde.

A gênese do capitalismo tardio e sua correlação com o advento do DSM

Se, por um lado, resgatar o surgimento do DSM e trazê-lo em conexão com o capitalismo tardio parece ser um exercício sem importância neste estudo, atesto, por outro lado, que esse correlato endossa complexos debates que facilitarão a compreensão do que pretendemos expor na segunda parte dessa dissertação, a qual versará justamente acerca da noção de compressão da vida que proponho neste manuscrito. Em meus estudos, notabilizei semelhança temporal no que se refere à germinação do capitalismo tardio e do DSM, o que, imediatamente, me fez ponderar a respeito disso. Em que pese estarem situados em distintas esferas e campos da ciência moderna (um, atrelado às Ciências Econômicas; outro, às Ciências da Saúde), o discurso capitalista e o discurso psiquiátrico se confluem, de forma a instituir uma determinada lei sideral que acarreta o estremecimento de suas bases e a consequente abertura de crateras em suas superfícies.

É fato que o capitalismo se reinventa e se reconstrói a cada crise que ele protagoniza em seu interior, devido a suas próprias contradições. Nessa perspectiva, a era do capitalismo atual não nos direciona para uma fase final, mas, sim, para aquela que é possível estar em funcionamento no momento presente. As origens do capitalismo tardio remontam ao século XX, especialmente após o economista belga, Ernest Mandel (1982), publicar a sua seminal obra intitulada *O capitalismo tardio*. Embora insatisfeito com a terminologia, tendo ficado tentado a denominá-la “capitalismo monopolista de Estado”, acabou conservando-a como capitalismo tardio em seus escritos por presumir que ela fosse a mais útil expressão à época.

Apesar de não ter sido Mandel o criador do conceito de capitalismo tardio³³, deve-se a ele a atribuição de uma definição mais robusta. Para o autor (1982), o capitalismo tardio deu início à sua transição³⁴ – da Segunda Revolução Tecnológica, pautada na ideia de um capitalismo industrial, ao mesmo passo em que houve a Primeira e Segunda Revolução Industrial, à Terceira Revolução Tecnológica, pautada na proposição de um capitalismo tardio – em 1940/45, tendo, tão logo, vigorada até 1965. Nota-se, em vista disso, que o capitalismo tardio emergiu num período pós-Segunda Guerra Mundial, a qual – como sabemos – deixou indeléveis marcas na dimensão sócio-histórica-emocional do mundo.

³³ Vale lembrar que se deve ao sociólogo alemão clássico Max Weber a construção do termo capitalismo tardio. Em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, publicado originalmente em 1905, Weber (2013) analisou a relação entre a ética protestante e o desenvolvimento do sistema econômico capitalista. O termo refere-se, portanto, a uma fase específica do capitalismo e, desde sua criação, foi discutida e reinterpretada por outros pensadores ulteriores, como o próprio Ernest Mandel.

³⁴ Para se ter uma compreensão teórica mais densa dessa transição, inclusive sobre a transição da primeira revolução tecnológica para a segunda, sugere-se o estudo atento da obra: Mandel, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abreu Cultural, 1982.

Desde então, a Terceira Revolução Tecnológica veio se consolidando no restante do século precedente aos nossos tempos.

Há uma passagem elaborada por Mandel, em seu livro, que pode melhor sintetizar a Terceira Revolução Tecnológica, isto é, que pode nos proporcionar um entendimento mais exato desse período:

Entre outros aspectos, esse novo período caracterizou-se pelo fato de que, paralelamente aos bens de consumo industriais feitos por máquinas (surgidos no início do século XIX) e das máquinas de fabricação mecânica (surgidas em meados do século XIX), deparamo-nos agora com matérias-primas e gêneros alimentícios produzidos por máquinas. Longe de corresponder a uma “sociedade pós-industrial”, o capitalismo tardio aparece assim como o período em que, pela primeira vez, todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados; ao que ainda seria possível acrescentar a mecanização crescente da esfera da circulação (excetuados os serviços de simples conserto) e a mecanização crescente da superestrutura (Mandel, 1982, p. 133-134).

Evidencia-se, com efeito, que o processo de industrialização dos alimentos, bem como a aglutinação dos variados ramos da economia, começou a ocorrer com o apogeu do capitalismo tardio. À medida que o sistema de produção capitalista passava por um crescimento robusto, os meios de produção, distribuição e consumo obtiveram uma nova roupagem. Não tão raro, países onde o capitalismo se denota mais desenvolvido parecem ter, por exemplo, uma maior propensão ao incentivo e consumo de *fast-foods*, pois o ritmo acelerado da vida – que deve, conforme os desejos dos capitalistas, acompanhar a celeridade do processo produtivo – não aguarda para que o trabalhador “perca tempo” produzindo seu próprio alimento. Nessa lógica, dando uma investida dupla, o capitalismo é quem, sobretudo, se beneficia desse ritmo frenético e acelerado, já que, por um lado, o trabalhador utiliza seu dinheiro para comprar *fast-foods*, que tendem a ser mais caros do que alimentos comuns e mais saudáveis, e, por outro lado, oferece mais do seu tempo – de vida – para fazer girar a roda que movimentava a dinâmica capitalista.

Detendo-se nessa tessitura histórica, observa-se que a primeira edição do DSM, lançada em 1952, adveio nesse mesmo período em que o capitalismo tardio aportou. Quando ele foi publicado, havia-se catalogado cerca de 106 entidades nosológicas. Vigorando apenas por 16 anos, o DSM-I saiu de cena e entrou o DSM-II em 1965 com o total de 186 transtornos mentais – 80 a mais do que a primeira edição. Em 1980, esse quantitativo saltou para 267 entidades – um acréscimo de quase 80 transtornos também (APA, 2014; 2022). Coincidência desse quantitativo ou fruto de um projeto forjado? A partir do DSM-III, o manual de classificação diagnóstica deixou de se fundamentar nas teorias psicodinâmicas para se tornar

exclusivamente um manual descritivo (APA, 2014; 2022). Mas uma descrição com base em quê? Na celeridade do processo produtivo capitalista que veio, gradativa e intensamente, maximizando o ritmo da vida social, levando os indivíduos a manifestarem sofrimentos psicológicos diversos?

Todo prezado estudioso das teorias psicodinâmicas tem em mente que o criador da Psicanálise, Sigmund Freud, desenvolveu, em sua metapsicologia, conceitos que se aproximam um pouco da tradição marxista, sobretudo no que diz respeito à noção de capital, a qual, na Psicanálise, encontra seu correlato no conceito de libido. O sistema de pensamento psicanalítico, por si só, é uma ética do saber inconsciente que pressupõe um tempo diferente daquele estabelecido pelo capitalismo: enquanto, para a psicanálise, fala-se de um tempo subjetivo, particular ou, até mesmo, atemporal, fora de um pressuposto de que *time is money* (Quinet, 1991); para o capitalismo, o tempo é cronológico, pautado em um regime de 24 horas por dia durante 7 dias por semana – como discutiremos mais à frente. Sendo assim, há uma incompatibilidade nascente e estrutural entre a psicanálise e o capitalismo; e qualquer saber, campo ou manual que queira ser subserviente ao capitalismo tardio não poderá, de forma alguma, se apropriar ou se utilizar da psicanálise para tal objetivo.

Caso o DSM tivesse surgido anterior à teorização do capitalismo tardio, qualquer tentativa de correlacionar um ao outro seria frustrada e equivocada, pois o capitalismo não é – nem pode ser – consequência do advento do DSM. Em vez disso, o inverso pode ocorrer: o discurso psiquiátrico, na figura do seu DSM, pode se render – ou ter se rendido – ao discurso capitalista. Não seria estranho se chegássemos à conclusão de que o DSM deu, sim, um ponta pé inicial à sua trajetória sem se vender ao discurso capitalista, haja vista que, em princípio, as teorias psicodinâmicas eram seu embasamento; no entanto, o curso dessa trajetória poderia ter – ou pode ter sido – alterado em função de diversas razões que só conseguimos hipotetizar aqui, levando, assim, o DSM a romper com a psicanálise e a beber do discurso capitalista.

Retornando à discussão inicial da primeira seção desse capítulo: de modo excruciante, evidencia-se que a história do capitalismo é marcada pela necessidade de inovações crescentes no ramo das tecnologias, que são postas como cruciais à expansão e demarcação desse sistema de produção. Vimos em capítulos anteriores que os meios de comunicação e transporte foram primordiais para o desbravamento – e permanência – do capitalismo tradicional pelo espaço terrestre. Desde então, os meios tecnológicos se expandiram colossalmente, o que já era possível atestar até mesmo no final do século XX.

A partir do século XXI, essa inovação tecnológica conhece uma corrente maneira de se produzir o consumo em massa, estendendo-se para uma perigosa zona, possivelmente, nunca antes prevista, em que o consumo de alimentos industrializados é, atualmente, uma intensa manobra lucrativa.

Falecido em 1995, antes da chegada do novo século, Mandel, se vivo ainda fosse, talvez ficaria incrédulo, abismado, ao vislumbrar com seus próprios olhos e leitura crítica para o quão longe o capitalismo tardio conseguiu navegar. Na contemporaneidade, a partir principalmente do século XXI, o capitalismo tardio adquire uma nova face com contornos muito bem delineados, embora ele ainda seja eleito a protagonizar crises crônicas em seu interior. Agora, ele já não se restringe mais aos bens de consumo, pelo contrário, ele encontrou uma nova fonte de riqueza a partir do entretenimento e das mídias digitais.

Em *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*, o crítico de arte e ensaísta Jonathan Crary (2016), depois de mais de 30 anos da obra revolucionária de Mandel, examina o capitalismo tardio do século XXI, trazendo uma leitura consistente dessa fase. Para esse autor:

Um dos clichês mais disseminados quando se discute a cultura tecnológica contemporânea é que teria ocorrido um deslocamento histórico num intervalo de tempo relativamente curto, no qual novas tecnologias de informação e comunicação teriam suplantado todo um conjunto de formas culturais mais antigas. Essa ruptura histórica é descrita e teorizada de diversas maneiras, como a passagem da produção industrial a processos e serviços pós-industriais, das mídias analógicas às digitais ou de uma cultura fundada na imprensa a uma sociedade global unificada pela circulação instantânea de dados e informações. Em geral, tais periodizações dependem de paralelos comparativos – análises de períodos históricos anteriores caracterizados segundo inovações tecnológicas específicas (p. 44-45).

Ao mencionar a cultura tecnológica contemporânea perpassada pelas mídias digitais, mas não somente por isso, em que uma seara de consumismo e distribuição de serviços e produtos se abre, Crary identifica que o objetivo principal do capitalismo tardio é nos introjetar em um regime de trabalho de 24 horas por dia durante os 7 dias da semana – se é que esse regime já não foi introjetado em nós. Para entendermos como esse regime se movimenta, ele descreve que

um ambiente 24/7 aparenta ser um mundo social, mas na verdade é um modelo não social, com desempenho de máquina – e uma suspensão da vida que não revela o custo humano exigido para sustentar sua eficácia [...]. Um mundo sem sombras, iluminado 24/7, é a miragem capitalista final da pós-história – do exorcismo da alteridade, que é o motor de toda mudança histórica [...]. O tempo 24/7 é um tempo

de indiferença, ao qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e onde o sono não é necessário nem inevitável (p. 18-19).

Crary é assertivo em sua análise e propõe uma reflexão ao demonstrar que o mundo do trabalho capitalista é antagônico ao mundo da vida humana e que a iluminação do dia em regime integral que o capitalismo tardio cobra, em detrimento do sono, não pode ser satisfatoriamente gabaritado pelos indivíduos, pois estes têm, por exemplo, necessidades fisiológicas contrárias a essa diretriz capitalista; não dá para só trabalhar e não dormir. Para esse sistema, o dia, a luminosidade, importa mais porque é sobretudo nele em que se dá todo o fluxo de conquista de capital, ao passo que a noite é o santuário de descanso humano – descanso esse indispensável não somente à saúde física, mas igualmente à saúde psicossocial. Em outras palavras, “o regime 24/7 mina paulatinamente as distinções entre dia e noite, claro e escuro, ação e repouso. É uma zona de insensibilidade, de amnésia, de tudo que impede a possibilidade de experiência” (Crary, 2016, p. 26).

Nessa conjuntura, não é de se admirar que o campo psiquiátrico não tenha interrompido suas edições no DSM-III. De lá para cá, novas edições seguidas de revisões surgiram: se, em 1952, havia 106 entidades nosológicas catalogadas, em 2023, com o DSM-V-TR (Texto Revisado), esse número certamente quadruplicou. Esse aumento vertiginoso da catalogação de transtornos mentais em cerca de 70 anos de DSM nos guia para outras implicações: é possível que esse acréscimo esteja sendo evidenciado por que as inovações científicas ou de observação clínica estão se especializando a cada década? Certamente, é possível. Entrementes, se for isso que está em jogo, o que – ou quem – está gerando esses sofrimentos que, posteriormente, são catalogados e transformados em patologias mentais? Para essa última pergunta, atribuo uma hipótese como resposta: o capitalismo tardio, o neoliberalismo.

Indubitavelmente, sofrimentos e adoecimentos psicológicos sempre estão vinculados a causas externas e internas daquele que expressa o sofrer, não podendo elas serem desconsideradas ou negligenciadas. Contrariando esse axioma, o DSM não procura escutar a narratividade do paciente que sofre, com vistas a entender como o curso da história de vida do sujeito o levou àquela condição; em vez disso, situa-o, previamente, num manual diagnóstico, em um conjunto de sintomatologias que pode acabar reduzindo a existência do ser, levando o profissional que se vale do DSM a tecer uma prática que se abstém da discursividade do sofrer psíquico e social. Para endossar esse posicionamento, evoco um

trecho presente no capítulo “O caso clínico como caso social” da obra *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*, no qual Turriani et al. (2020, p. 74) sublinham que:

Atualmente, no campo da psicopatologia, parece haver um processo de determinação e unificação do que deve ou não ser considerado patológico. O DSM se torna possível a partir de um projeto de sistematização e classificação das patologias mentais, em que se pode observar uma busca por objetividade que visa constituir uma produção “ateórica”, baseada na legitimação somente daquilo que pode ser comprovado empiricamente.

A partir de todo o exposto, não devemos encarar o ritmo da vida freneticamente acelerado como uma consequência simplista do capitalismo, como se disso outras camadas sociais, políticas, de saúde não se desprendessem. Em vez disso, há, sim, esses desprendimentos que se reverberam em serviços de saúde e na vida psíquica daqueles que vivem sob esse regime. Assim, quando se cria o novo no capitalismo, aquilo que haverá de trazer bons frutos a ele, cria-se igualmente o novo para a coletividade e suas particularidades: um novo, porém, empanturrado de sofrimento psíquico, mas não somente dele. Afinal, quem consegue resistir ao ritmo de vida demasiadamente acelerado e com pouca pausa para descanso? O homem – com sua estatura física e psíquica, com seu modo de subjetividade e não de objetividade, com suas experiências plurais e grandes suficientes para não caberem em um manual enrijecido ou num discurso capitalista pautado na lucratividade – é, de fato, o maior empecilho ao capitalismo tardio.

A travessia do sofrimento psíquico pelos acrônimos psiquiátricos no contexto neoliberal

A partir da insurgência das edições do *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM)*, a partir da segunda metade do século XX, é inegável que o paradigma psiquiátrico direcionou sua atenção às pessoas que apresentavam sofrimento mental grave, rotulando-os de “desviantes sociais” (Neves *et al.*, 2021). Além de afastá-los das pessoas ditas “normais” e excluí-los do convívio social, a tradição biomédica, de forma inquestionável, elaborou acrônimos psiquiátricos que vêm se materializando no mundo da vida como constituintes da personalidade dos sujeitos com sofrimento psíquico. Com essa investida do campo psiquiátrico, é possível perceber que algumas perspectivas teóricas do campo psicológico vêm, desde cedo, incorporando essas premissas biologizantes, atravessando, portanto, os pressupostos do campo psiquiátrico. Contudo, mesmo após a

sucessão das décadas, essa travessia persiste e se intensifica na pós-modernidade, porém circunscrita por outros processos igualmente complexos, como o neoliberalismo e a indústria farmacêutica.

Com a primeira edição do DSM, em 1952, surgem os primeiros acrônimos³⁵ psiquiátricos servindo de enquadres às subjetividades humanas (Neves *et al.*, 2021). Sinônimos de siglas ou abreviaturas, os acrônimos representam a abreviação dos nomes concedidos aos transtornos psiquiátricos, que, a fim de atribuir praticidade ao exercício clínico, são mais usuais. Para efeito de ilustração, exemplifica-se: em vez de dizer, no contexto clínico, em palestras, meios científicos, dentre outros, Transtorno do Espectro Autista ou Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade, faz-se, majoritariamente, apenas o uso de seus acrônimos, sendo eles respectivamente: TEA e TDAH.

Nessa discussão, os saberes psiquiátrico e psicológico podem orbitar o mesmo espaço. Entretanto, ainda que coabitem, esses saberes não carregam as mesmas fundamentações teórico-práticas. Na obra *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, há uma tentativa, por parte dos autores, de acentuar e destrinchar o que existe de diferente entre a Psiquiatria e outros campos que enfocam o sofrimento psíquico, notadamente a subjetividade humana, como a Psicologia e a Psicanálise. Neves *et al.* (2021, p. 157), por exemplo, sinalizam, em um dos capítulos, que “o sofrimento psíquico e o saber psiquiátrico [atualmente] passam a ser um domínio cuja exploração econômica é viável também para outras indústrias”. Nesse aforismo, os autores se referem, em certa medida, à indústria farmacêutica, a qual – aliada ao mercado psiquiátrico – cresceu exponencialmente ao longo dos anos, sobretudo após o apogeu do modelo econômico neoliberal.

Nas palavras desses autores:

[...] a psiquiatria não somente cria produtos psicoativos e ministra tratamentos, como também produz uma discursividade sobre um modo de subjetividade indispensável ao funcionamento neoliberal, precisamente aquela que diz respeito à sua capacidade de gestão do sofrimento (Neves *et al.*, 2021, p. 168).

Usufruo dessa passagem de Neves para sublinhar a estreita relação que a psiquiatria (leia-se: DSM) estabelece com a indústria farmacêutica e o neoliberalismo (leia-se: capitalismo tardio). Essa triangulação denuncia que é o neoliberalismo quem efetivamente firma as leis que conduzirão a indústria farmacêutica pela travessia do sofrimento psíquico,

³⁵ “Acrônimo” significa uma palavra formada pela primeira letra (ou mais de uma) de cada uma das partes sucessivas de uma locução ou pela maioria dessas partes.

na medida em que, quanto mais adoecimentos são gerados, mais há a necessidade de psicotrópicos que possam dar conta da alta demanda. Parece que o DSM deixou de produzir diagnóstico com a finalidade de que este melhor conduza o profissional de saúde para produzir um produto rentável que trará lucro à indústria de medicamentos e, por conseguinte, ao mercado financeiro neoliberal. Todavia, para meu propósito aqui, o questionamento que levanto categoricamente é: onde fica e como fica a vida psíquica dos sujeitos – com seus modos de subjetivação – no âmago dessa triangulação?

É inexorável que se entenda, a contragosto do que foi exposto, que não cabe aqui uma tentativa de subverter o lugar da Psiquiatria na contemporaneidade ou de negar a catalogação de transtornos mentais, pois a crítica desse capítulo se volta ao excesso de classificações, como se essa excessividade tivesse se vendido ao discurso capitalista. Ao contrário disso, busco assinalar nesse capítulo que, assim como os indivíduos vivem sob o véu do neoliberalismo, o qual está nas entranhas do social, o campo psiquiátrico é, igualmente, atingido pelas suas ideologias e práticas – parafraseando Safatle (2021) – de “administração do sofrimento psíquico”. Dessa maneira, outra indagação que me ocorre é: até que ponto o campo psiquiátrico consegue se manter intacto ante o discurso neoliberal – se é que ele se mantém?

A esse respeito, em outro capítulo da obra *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, Dunker (2021) examina que:

O neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica que acabou por favorecer a financeirização das empresas, o nascimento do capitalismo imaterial, onde o valor da marca pode superar a importância da produção. [...] Ele representou uma nova moralidade que prescreve como devemos sofrer sobre o neoliberalismo, tendo na sua cúspide preferencial a síndrome depressiva. Agora o sofrimento não é mais um obstáculo para o desenvolvimento da indústria, mas pode ser metodicamente produzido e administrado para aumentar o desempenho e é isso que caracteriza o neoliberalismo no contexto das políticas de sofrimento: individualização, intensificação e instrumentalização (2021, p. 182).

É bem verdade, portanto, que essa narrativa neoliberal atravessa os acrônimos psiquiátricos e que a psiquiatria – é preciso reconhecer sem prejuízo algum – protagoniza uma posição necessária quando os profissionais de saúde mental lidam com casos contendo sintomatologias graves, nos quais a intervenção pela linguagem – muito preciosa para a psicologia e psicanálise – não é suficiente. Tais sintomatologias são o produto de um campo econômico e social programado para incitar sofrimento psíquico e, por conseguinte, uma onda crescente de (auto)medicalização. Contudo, em se tratando de casos leves ou até mesmo moderados, não se pode esquecer de que há outras alternativas de tratamento que

podem ser pensadas para além da medicamentosa: a exemplo da própria psicoterapia ou análise, as quais, em vez de tamponar o sofrimento psíquico dos sujeitos, os deixam livres para elaborar suas angústias, temores e anseios. É ao cuidado dessa natureza que se direcionam olhares crítico-reflexivos.

Percebemos, por fim, que as influências neoliberais sobre a saúde psíquica – tal como a saúde integral (física, social, etc.) – são estratosféricas, reduzindo, aniquilando e comprimindo a vida humana. Nesse sentido, a patologização e a medicalização da existência, ou seja, do sofrer humano em suas múltiplas facetas, denunciam e acentuam a minha percepção de que a vida (psíquica) – ante as agruras da organização social neoliberal, que é anterior a qualquer desafio contemporâneo ou calamidade de saúde pública – sofre constantes intempéries que apontam para uma noção de compressão: vida comprimida, existência humana imprensada, sufocada, soterrada. Sendo assim, tudo o que foi exposto e debatido ao longo desses três capítulos iniciais esboça uma súplica, e nos condiciona para o que proponho na *Parte II – A vida (psíquica) em isolamento*.

À guisa de conclusão

Após o estudo criterioso e crítico desses capítulos que finalizam a primeira periodização dessa dissertação, peço um direcionamento especial ao título que atribuí sentido à Parte I, denominada, não à toa, *A vida (psíquica) em pré-isolamento*. Veremos na Parte II que, depois do advento do isolamento social provocado pela pandemia por Covid-19, se tornou possível falar de vida cotidiana – ou vida psíquica – **antes, durante e após** a pandemia. Antes dela e de suas medidas de contenção do vírus, como o próprio isolamento social, a vida humana coletiva e individual se organizava de uma forma estritamente capitalista, seguindo os moldes e leis que o capitalismo avançado ditava.

Durante a pandemia, em contraposição, o regime capitalista viu eclodir uma pedra em seu caminho que foi capaz de mudar consideravelmente o que ele mais tinha em mente sobre si: o seu caráter grandioso e onipotente de ser e estar no espaço-tempo. Com efeito, a organização social – bem como o tempo e o espaço – se transformou e trouxe à tona um modo diferente de viver a vida na cidade e de senti-la e sentir, como defendo nessa dissertação. Após a pandemia, por sua vez, resquícios, marcas, sequelas, perbas e sofrimentos foram deixados e permanecem aqui, ali e acolá, vivos.

SEGUNDO ATO
A VIDA (PSÍQUICA) EM ISOLAMENTO

CAPÍTULO 4 – PANDEMIA: O SEMBLANTE DE UM PASSADO OBSCURO NO PRESENTE

Moramos na cidade, também o presidente
 E todos vão fingindo viver decentemente
 Só que eu não pretendo ser tão decadente, não
 Tédio com um T bem grande pra você
 Andar a pé na chuva, às vezes, eu me amarro
 Não tenho gasolina, também não tenho carro
 Também não tenho nada de interessante pra fazer
 Tédio com um T bem grande pra você
 Tédio com um T bem grande pra você
 Se eu não faço nada, fico satisfeito
 Eu durmo o dia inteiro e aí não é direito
 Porque quando escurece, só estou a fim de aprontar
 Tédio com um T bem grande pra você

(Tédio “Com um T bem grande pra você” – Legião Urbana, 1979)

A pandemia, o isolamento e o distanciamento social não esboçam um círculo concêntrico, mas sim diferentes lados de um mesmo triângulo que se interconectam e se interrelacionam. Em outras palavras, para que possamos discorrer a respeito do isolamento social, precisamos igualmente discutir a propósito da pandemia e do distanciamento social. Há, assim, que se ater à necessária rigorosidade no tratamento desses fenômenos, os quais devem ser deslindados no plural, trazendo à lume suas respectivas características, tonalidades e marcas registradas no tecido social e na vida coletiva.

Neste capítulo, sublinharei, num primeiro instante, a pandemia e o distanciamento social que me subsidiarão a tecer posteriores construções sobre o isolamento social. Em um primeiro momento, esboçarei como a Covid-19 engolfou o globo terrestre de sorte a se converter em uma crise sanitária com proporção pandêmica, trazendo-nos complicados desafios à manutenção da paz social e da vida. Na sequência, demarcarei as principais diferenciações entre isolamento social e distanciamento social, justificando a escolha do isolamento como fenômeno a se enfatizar aqui.

A pandemia como pano de fundo

Em escala global, nesses vinte e três anos que marcaram a primeira metade do século XXI, vivemos logicamente sob o véu da doutrina neoliberal, a qual entre 2007 e 2008

enfrentou uma crise no setor imobiliário nos EUA que estremeceu as relações político-econômicas da maioria dos países, tendo sido a China a responsável por desafogar o sistema da crise (Harvey, 2014a). Contudo, até aqui, é provável que o principal evento presenciado mundialmente – e que deixou indeléveis sequelas sociais, culturais, políticas, econômicas e de saúde pública – seja a doença de Covid-19, a qual teve início em Wuhan, na China, em dezembro de 2019 e, velozmente, seguindo o fluxo da globalização produto do neoliberalismo, se propagou pelo restante do globo, levando as populações rurais e, sobretudo, as urbanas, a experimentarem uma impiedosa pandemia que trouxe drásticas repercussões às cidades e ao modo de vida urbana.

No Brasil, março de dois mil e vinte transformou inúmeras estruturas operantes em inércia coletiva. Ao redor do globo terrestre, um vírus com forte capacidade de contágio e rápida propagação antagonizou o cenário mundial e colonizou grande parte dos países ocidentais e orientais (Bosi; Alves, 2023). O Coronavírus (Covid-19) é um vírus que se manifesta de maneira semelhante à gripe ou resfriado, no entanto, ele é mais letal e apresenta sintomas respiratórios e de infecção intestinal que agravam o quadro. Em muitos indivíduos, a manifestação da virose é assintomática, isto é, não há a expressão de sintomas característicos do contágio, de forma que, à época, só se comprovava se alguém estava ou não contaminado assente a uma testagem sanguínea que levava alguns dias até que o resultado fosse dado.

Nesse mesmo hiato, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a Covid-19 como uma ameaça global, caracterizando-a como uma pandemia. Não foi à toa, então, que as maiores estruturas nacionais se mobilizaram na luta pela evitabilidade do contágio e propagação veloz do vírus. De maneira quase inédita, os serviços públicos de saúde foram postos em evidência pelo segmento político do país e se tornaram pontos de preocupação, haja vista que – caso o vírus se disseminasse velozmente e a população fosse contaminada em grande número – não restariam instituições públicas e privadas de saúde que suportassem todas as demandas. Além dos casos do Coronavírus, haveria outros que chegariam aos serviços de saúde com queixas sintomáticas de outra ordem, o que geraria uma sobrecarga dupla dos dispositivos de saúde.

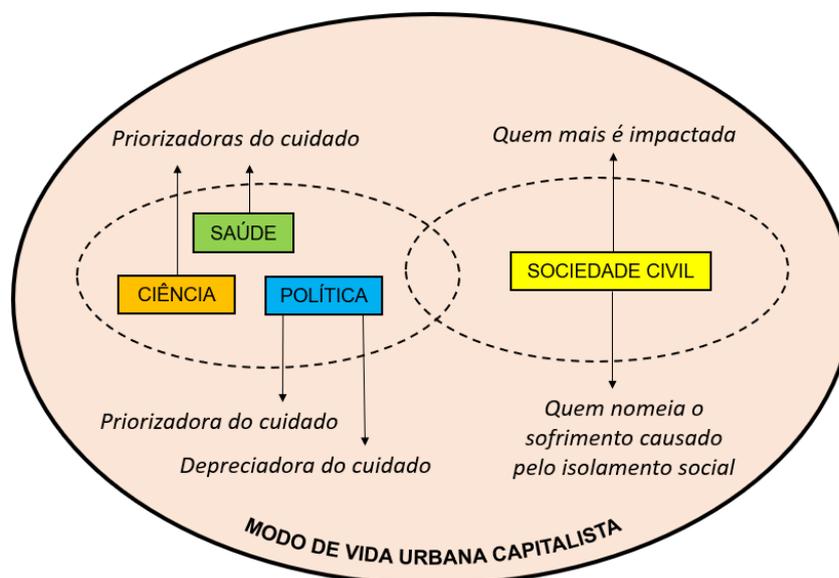
O Brasil se viu exposto, então, a um cenário nacional subdividido em três grandes esferas que adotaram ações e estratégias enérgicas. De um lado, figuravam os (1) nichos de saúde que tentavam sustentar a todo custo o bem-estar da sociedade civil; entretanto, uma fragilidade era esboçada: se os profissionais de saúde adoecessem ou estagnassem, o colapso

coletivo de adoecimento se expandiria a um nível extremo. Do outro lado, despontavam como forte agente de suspensão da calamidade pública as (2) iniciativas políticas com a proposta e instalação de decretos promovidos por governadores e prefeitos que paralisaram o andamento geral do país, reverberando efeitos nas múltiplas camadas de trabalhadores formais e informais. Simultaneamente, a (3) ciência, na figura de cientistas que corriam incessantemente para encontrar uma cura, se engajou como forte aliada no aniquilamento da propagação ágil do Coronavírus, apesar de um sucedâneo de críticas e descrença política e popular ter sido intensamente veiculado a ela.

Como batalhão de frente representando a luta contra esse fatídico panorama, a política brasileira, bastante fragmentada, se alinhou, em parte, à saúde pública e à ciência a favor de um bem comum à coletividade. Certamente, quando a fatalidade assombra o interior de todos, a luta pela tentativa de reverter uma dada situação deixa de ser individual para se tornar uma prioridade de cunho social. Em um país onde impera o sistema capitalista, é lucro quando o segmento político se nivela às estruturas de saúde e científicas, a fim de destronar um vilão invisível a olhos nu e com armas letais. Todas as medidas tinham um objetivo exclusivo: o de driblar e conter a propagação sem precedentes de um vírus letal. Dentre as maiores medidas tomadas pelas autoridades mundiais, o isolamento social – reclusão completa da população em seus lares com o propósito de evitar o contato social – se impôs: ninguém entrava ou saía de um continente, país ou estado; estava terminantemente desautorizado o fluxo intermunicipal ou intercontinental.

De maneira esquemática, o modelo abaixo pode nos fornecer uma síntese da conjuntura pandêmica à época – em tela nesse capítulo.

Figura 3 Representação esquemática das reverberações do panorama pandêmico no cenário urbano brasileiro



Fonte: Autoria própria (2023).

No interior da figura acima, há, no lado esquerdo, a saúde e a ciência como aquelas entidades que se preocuparam em estabelecer e manter o cuidado à população durante as fases mais cruéis da pandemia; e a política subdividida como aquela que, simultaneamente, priorizou e depreciou o cuidado, pois, enquanto alguns políticos eram a favor de ações, serviços e medidas preventivas, outros, em contrapartida, não o eram. No círculo da direita, consta a sociedade civil representando a coletividade que mais sofreu os impactos do isolamento social, vindo a desenvolver sofrimentos de incontáveis ordens. Em tom rosa claro, permeando todos esses fenômenos, há a simbolização do capitalismo, estando, obviamente, presente em todo o tecido social urbano, interceptando positiva ou negativamente a experimentação do fenômeno do isolamento social.

No que concerne às consequências da pandemia, fecharam-se bares, comércios, empresas, academias, *shoppings* e, até mesmo, lares familiares. Como a humanidade pode se enxergar tão grandiosa e temer tanto algo que não se vê sem o apoio de um microscópio? Ou por outro prisma: como pode algo tão minúsculo assombrar todo um globo? No Brasil, os ataques provenientes da presidência brasileira, dirigidos à população e às instituições universitárias e de saúde, foram grotescos, mesmo diante de um cenário ameaçador à vida e à ordem social. Na presidência, não houve iniciativa alguma apta a amenizar o cenário de

contágio; houve, por outro lado, ataques pungentemente ferrenhos às medidas preventivas adotadas por políticos de outras esferas governamentais e às universidades. Na ciência e pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) receberam propostas de cortes de bolsas em cerca de 51% – os maiores da história (Rodrigues, 2022). As vidas humanas pareciam não importar à presidência do país.

Conseqüentemente, a partir de março de 2020, com a pandemia por Covid-19 tendo se alastrado pelo espaço-tempo, o sistema capitalista, em sua fase mais avançada com a doutrina neoliberal, desvelou fortes – e novas – arbitrariedades aos trabalhadores, com foco exclusivo no capital que não podia parar de circular a nenhum custo: muitos trabalhadores formais de empresas não foram liberados de seus empregos, exigindo que eles trabalhassem fora de casa em meio a um cenário mundial de crise sanitária; a maioria dos trabalhadores informais que possuíam negócios próprios e trabalhavam autonomamente eram levados a restringir seu meio de sobrevivência com o fechamento dos serviços taxados como não-essenciais. No âmbito educacional, escolas e universidades foram fechadas, ao passo que os professores e os estudantes foram levados a vivenciar uma experiência de aprendizagem inteiramente diferente e inédita, a saber: o *home-office*³⁶ e a modalidade de estudo remoto. Na dimensão laboral, quem tinha a sorte de trabalhar num serviço que dava para imigrar à modalidade *trabalhando-de-casa* pôde, sem muito esforço, continuar empregado e recebendo seu salário normalmente. Evidentemente, essa não foi uma realidade comum a todos.

Nessa direção, devido aos decretos de *lockdowns*³⁷ e de isolamento social como medidas de contenção de propagação do vírus, toda a lógica de produção e circulação de produtos, bem como o próprio fluxo de pessoas pelos espaços públicos, como já revelado, precisou de certa forma estagnar. Em função disso, as cidades viram-se obrigadas a desacelerar no espaço e no tempo: parcela considerável da população, por exemplo, deixou de ir às ruas e de gerar capital excedente para os bolsos dos capitalistas; transportes individuais e coletivos, por conseguinte, reduziram seus fluxos e esvaziaram os ambientes da cidade; de modo inédito, as cidades respiraram e, com elas, a atmosfera também. Entretanto, em que pese o bônus positivo, a força feroz do vírus não foi interrompida à

³⁶ Escritório em casa, em tradução livre, usado para se referir ao trabalho realizado de casa, em vez de presencial.

³⁷ Fechamento de comércios e serviços considerados não essenciais à subsistência humana ao longo da pandemia.

medida que os meses se sucediam; ao contrário, novas variantes surgiriam, como a Ômicron, a Delta, a Alfa, a Lambda, entre outras.

A pandemia havia, publicamente, escancarado as chagas sociais do capitalismo, cujas vítimas eram os próprios operários. Para o filósofo e marxista Slavoj Žižek, o que havia entrado em jogo, nessa fase nefasta da humanidade, foi “o retorno triunfante do animismo capitalista, ou seja, tratar fenômenos sociais, como mercados ou capital financeiro, como se fossem organismos vivos” (Žižek, 2020, p. 46), esquecendo-se de que os verdadeiros organismos vivos são os próprios indivíduos. Presumo, em contrapartida, que o animismo capitalista, decerto, nunca deu trégua, estando ele sempre introjetado nas relações humanas, mas de maneira velada. Isso, conforme minha análise, ficou paulatinamente expresso com o isolamento social e a pandemia por Covid-19 ante uma taxa crescente de geração de desemprego, inflação e flagrante corte de gastos públicos em decorrência de um governo brasileiro servil à doutrina neoliberal.

Logo, concordo com Harvey (2020, p. 15) quando ele cauciona – em sua análise sobre a pandemia no texto publicado em 2020, intitulado *Anticapitalismo em tempos de pandemia: marxismo e ação coletiva* – que “o progresso da Covid-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça”. Afinal, enquanto uma irrisória parcela populacional tinha o privilégio de trabalhar de casa, outra maioria precisou pegar cotidianamente conduções coletivas para ir e voltar do trabalho, confiando-se que sua vida estaria segura apenas com o uso de máscara e álcool em gel – quando se tinha ao menos condições para comprar esses produtos –, o que novamente, no Brasil e em várias partes do mundo, não exprimia a realidade de todos.

Nessa conjuntura pandêmica, é evidente que os sistemas públicos de saúde sofreram igualmente duras penas, o que me faz concordar com Harvey quando ele aponta que os “quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa deixaram o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública desse calibre, apesar de sustos anteriores como a Sars e o ebola terem fornecido avisos abundantes” (Harvey, 2020, p. 12). Adicionalmente, ele nos asseverou que a pandemia havia nos trazido, querendo ou não, a oportunidade de reorganizar o modelo econômico social, pensando na construção de uma sociedade alternativa e mais justa. Todavia, o que parece ter sido desconsiderado por ele foi o fato de que o seu conceito de compressão do tempo-espaço, se expandido, poderia facilmente nos fazer vislumbrar o tecido urbano, isto é, a organização e

dinâmica das cidades por outro prisma, pensando-o por um viés que resgata a história cotidiana da saúde e seus cidadãos.

Imediatamente, obliterando qualquer contra-argumento de que esse pensamento se trata de uma utopia, Harvey continuou estatuidando que, assim como Marx defendia que “o projeto revolucionário deveria se concentrar na autoemancipação dos trabalhadores”, a revolução urbana precisaria testemunhar, antes de tudo, uma emancipação individual do sistema para só então trilhar em direção à emancipação coletiva do capitalismo (Harvey, 2020, p. 19). Desta sorte, a pandemia, com todas as metamorfoses que engendrou na dinâmica socioeconômica, veio despontando como importante evento de análise social, econômica, política, cultural e psíquica sob um ponto de vista extensivamente crítico.

Isolamento e distanciamento sociais: demarcações necessárias

Como visto, incontáveis medidas de prevenção foram imprescindíveis na tentativa de evitar as velozes propagação e contaminação do vírus, quais foram: uso de máscara e de álcool em gel, lavagem frequente das mãos, uso de álcool 70% em produtos e embalagens de supermercado, fechamento de comércios, distanciamento social e, por fim, isolamento social. Cada uma dessas estratégias trouxe efeitos diversos em distintos funcionamentos da vida humana, desde a comportamentos de obsessiva lavagem de mãos, acompanhados pelo medo, a sentimentos de solidão e ansiedade exacerbada. Para meus propósitos, é imperioso que demarcações específicas sejam traçadas quanto ao que se entende e se espera como resultado das estratégias do isolamento e distanciamento sociais, como ver-se-á nas linhas subsequentes.

Em conformidade com o Dicionário Volp On-line, o verbete *distanciamento* simboliza “ato ou efeito de distanciar ou distanciar-se; afastamento, espaçamento”. Por sua vez, *isolamento* denota “ação ou efeito de isolar, de separar dos demais; separação. Estado de uma coisa ou de uma pessoa isolada, privada do contato social”. Nesse sentido, etimologicamente, distanciamento e isolamento, embora seus sentidos se aproximem, exprimem significados distintos: no distanciamento, tem-se um distanciar-se de alguém ou alguma coisa, mas não se isolar inteiramente desse alguém ou alguma coisa; no isolamento, por seu turno, há um isolar-se de alguém ou alguma coisa por completo, deixar de se ver, mesmo que esporadicamente, de sentir e de se relacionar por inteiro – como se esse alguém ou essa coisa se perdesse, por excelência, de vista.

Em uma abordagem mais aprofundada, para além de suas significações apartadas, distanciamento e isolamento, quando jungidos ao termo “social”, designam uma noção de outra ordem. No tocante às estratégias preventivas ante a pandemia por Covid-19, *distanciamento social* denota a distância mínima de um metro e meio que se devia adotar entre uma pessoa e outra, com vistas a evitar o compartilhamento de carga viral, seja pelo contato de mãos e braços contaminados, seja pelos espirros ou tosses; *isolamento social*, por sua vez, sugere

uma medida em que as pessoas são orientadas a não saírem ou saírem pelo tempo estritamente necessário de suas casas, a fim de tentar impedir a propagação de um vírus pelo contato entre indivíduos infectados e não infectados que circulam, normalmente, pelos ambientes públicos e residências de amigos e parentes (Dias *et al.*, 2020, p. 3).

Ainda em concordância com esses autores, o isolamento social pode se subdividir em vertical e horizontal. No isolamento vertical, cumpre-se a medida apenas pessoas com idade avançada e outras doenças prevalentes (como diabetes, hipertensão, asma, etc.), ou seja, que têm maior facilidade de vir a óbito caso sejam expostas e contaminadas pelo vírus; nesse isolamento, há uma ênfase e preocupação com a economia, a qual pode ser eivada se toda a população for levada ao isolamento e conseqüente impedimento de suas atividades laborais. No isolamento horizontal, todos os indivíduos, sem quaisquer exceções, são levados a experimentar o isolamento social, não importando os impactos à economia do país. Nesse mesmo sentido, percebe-se que o isolamento horizontal possibilita um efeito de contenção mais robusto do que o vertical, evitando-se, com efeito, a epidemia do vírus (Gomes, 2020).

Em outro artigo, encontra-se similarmente a demarcação de distanciamento social e isolamento social. O distanciamento social “evita o contato físico direto (aperto de mãos, por exemplo) ou indireto (transmissão pelas vias respiratórias, devido ao *spray* de gotículas de saliva com carga viral, expelidas através da boca e nariz)”. O isolamento social, ou quarentena, “reduz o número de contatos físicos diretos ou indiretos entre indivíduos suscetíveis e indivíduos infectados” (Rocha; Tomazelli, 2020, p. 8). Cabe mencionar, no entanto, que, em se tratando de uma pandemia, com caráter mundial, todos os indivíduos são suscetíveis à infecção física do vírus; portanto, sem exceção, o isolamento social foi uma medida experimentada e vivenciada por todos, os quais sentiram seus efeitos nefastos.

O porquê do isolamento social

Em matéria de sofrimentos infligidos à vida psíquica dos que experimentaram e vivenciaram a pandemia, presumo que o isolamento social³⁸ tenha sido a medida preventiva que trouxe mais impactos à subjetividade humana. Por natureza, sabe-se que o ser humano é um ser social, que necessita crescer e se desenvolver em relacionamento com outros semelhantes para poder constituir sua personalidade e seu *modus vivendi*. Nessa perspectiva, com a eclosão do isolamento, viu-se uma mudança brusca na forma com que as pessoas se relacionavam e teciam diálogos umas com as outras. Sem a pandemia, havia outrora o contato físico – quiçá muito mais profundo do que o contato virtual, em que pese este também estar presente à época; no entanto, depois da pandemia, o contato virtual parece ter se sobreposto ao físico.

A partir de 2020, não somente os serviços públicos de saúde sofreram danosas metamorfoses decorrentes da pandemia como o próprio espaço urbano foi pungentemente agredido. Não foi por acaso que os semáforos de todas as vias urbanas se esvaziaram, levando-nos a sentir como se estivéssemos vivendo, reversamente, a história de vida de João de Santo Cristo, contada melodicamente na música “*Faroeste Caboclo*”, de autoria de Renato Russo. Nessa canção, lançada como parte do álbum “Que país é este?” de 1979, Renato narra a trajetória de Santo Cristo ao sair de sua cidade rumando outra cidade com a esperança de melhores condições de vida. Nada obstante, diferentemente desse enredo e pensando a questão da pandemia por Covid-19, não havia como sairmos de uma cidade, com vistas a fugir do vírus letal, e irmos em direção à outra, porque a própria pandemia tinha caráter universal. Como resposta, os lares de cada cidadão parecem ter se tornado, em nosso caso, o equivalente à cidade rumada por João de Santo como possibilidade de abrigo e sustento.

Apesar de humilde a minha analogia ao usufruir da história da música para falar da história de todos nós, convém enfatizar que nenhum lar – por mais acolhedor e aconchegante que possa ser – se equipara à cidade, com suas nuances e incontáveis possibilidades de vida. Isolar-se em uma cidade, por exemplo, é inteiramente distinto de se isolar em um lar. Na cidade, há uma variedade de polos de diversão que o lar não comporta; há um extenso tecido

³⁸ Em uma primeira análise, o propósito dessa dissertação perdurou, por um vasto período, em torno da categoria distanciamento social, de maneira que o meu objetivo primordial era compreender as experiências de sofrimento psíquico geradas pelo distanciamento social. Fato esse me impeliu, inclusive, a qualificar o projeto da dissertação operando a nomenclatura distanciamento social. Todavia, após uma refinada e aprofundada análise a respeito do objeto de pesquisa, meus intentos se direcionaram ao isolamento social, entendendo que ele nos proporcionaria elementos muito mais fecundos do que mesmo o distanciamento social.

urbano a se transitar que o lar não possui; há a produção de inúmeros contatos físicos que, em casa, nenhum sujeito consegue estabelecer; há, por assim dizer, um tipo de “viver a vida” diferente do “viver a vida” no lar. O lar é uma pequena porcentagem em semelhança à cidade, embora com distinções exorbitantes: nossa cozinha nos remete aos restaurantes da cidade; nossa conta bancária digital lembra os bancos físicos da cidade; nosso transitar entre um cômodo e outro da casa é semelhante ao nosso direito de ir e vir na cidade; nossos quartos e camas se assemelham bastante aos hotéis da cidade, etc., mas jamais poder-se-á nivelar os prazeres e desejos que sentimos em nosso lar com os prazeres e desejos que gozamos a partir do modo de vida urbana.

Meditando a lei de Lavoisier, segundo a qual “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, é mais do que válido pensá-la para além da natureza. Tudo que é construído e erguido nas cidades parece ser obra, anteriormente, da natureza; ao ser humano, cabe somente a transformação de algo da natureza em algo que possa servir ao seu bel-prazer: da madeira, nascem os móveis e portas; dos animais, nasce a inspiração para construir carros à sua imagem e semelhança. Do mesmo modo, na cidade nada se cria e nada se perde, pelo contrário, tudo é transformado e direcionado aos nossos lares; mas nem por isso nossas casas e apartamentos são suficientes para nos fazer estar bem emocional e psiquicamente. Há no lar uma dimensão minúscula o bastante para não comportar o peso e extensão de nossa dimensão psíquica – afinal, que vida psíquica consegue se contentar com um espaço tão pequeno e com poucos prazeres como o nosso lar?

À vista de todo o aludido, seria desleal priorizar o distanciamento social ao invés do isolamento social. Há como prever o fato de que o isolamento trouxe mais chagas do que mesmo o distanciamento e que, a partir daquele, poder-se-á extrair muitos relatos de experiências de sofrimento psíquico. Assim sendo, optei por estudar e compreender as experiências de sofrimento psíquico geradas pelo isolamento social, o qual levou a coletividade a experimentar uma privação não apenas do tecido urbano, mas do próprio modo de vida. Nos próximos capítulos do segundo ato dessa dissertação, apresentarei, de maneira extensiva e aprofundada, uma extensão do conceito de compressão do tempo-espço e uma proposta de compressão da vida como um desdobramento desse conceito – tudo isso construído com base no isolamento social.

CAPÍTULO 5 – A DIALÉTICA DA COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO E DA COMPRESSÃO DA VIDA: UMA PROPOSTA TEÓRICO-CONCEITUAL

A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.

(Albert Einstein)

Depois de vislumbrar, na primeira parte desta dissertação, como o pensamento de Harvey nasceu e cresceu no decorrer dos últimos 50 anos, inspirando-se na teoria marxista para operacionalizar a sua própria teoria urbana crítica acerca do capitalismo, farei, neste momento, uma incursão a um novo pensamento que alinha a Saúde Coletiva com a Geografia Urbana Crítica, trazendo à baila a extensão do conceito de compressão do tempo-espaço discutido, a princípio, n'*A Condição Pós-Moderna*. Cabe assegurar que estou devidamente cômulo da complexidade que circunscribe os principais fundamentos desse conceito, em particular no tocante à sua relação simbiótica com o capitalismo, o qual afeta pungentemente a vida cotidiana dos cidadãos na urbe – como já muito prenunciado.

É verossímil conchamar que – antes de esse insigne conceito vir à minha mente – já nos encontrávamos completamente imersos em um contexto de calamidade pública causado pela pandemia por Covid-19, tendo sido ela a grande responsável por me enlaçar ao conceito de Harvey que, até então, era desconhecido por mim. A partir daí, comecei a presumir que o conceito de compressão do tempo-espaço, se bem abordado e aprofundado, poderia ser articulado ao campo da Saúde Coletiva, substancialmente quando pensamos a determinação social da saúde, os condicionantes e determinantes sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais que atravessam a saúde individual e coletiva. De mais a mais, para além da extensão conceitual, desdobramentos podem ser extraídos com base nele – que é o que pretendo apresentar na sequência com a noção de compressão da vida.

Em vista disso, minha finalidade neste capítulo é resgatar um novo parâmetro de compressão do tempo-espaço – mais desprendido do capitalismo e mais próximo à Saúde Coletiva – evocando, para isso, o seu caráter dialético face ao fenômeno de isolamento social nas cidades urbanas. Isso nos conduzirá não somente a uma nova proposta de compressão do tempo-espaço, mas também de uma descompressão do tempo-espaço e, mais ainda, de

compressão e descompressão da vida. Em um primeiro instante, para efeito de melhor compreensão, esboçarei uma proposta de extensão que vim trabalhando, elaborando e reelaborando incansavelmente nos últimos três anos. Em um segundo instante, esmiuçarei, por fim, como essa nova noção nos deixa livres para criar e fundar o pressuposto de compressão e descompressão da vida, o qual será explanado e explicitado ainda neste capítulo.

(Des)compressão do tempo-espaço: uma extensão do conceito de Harvey

Se direcionarmos nossos olhares para a gênese do capitalismo e para quais transformações espaciais e temporais ele já ocasionou, chegaremos à conclusão de que não foi somente Marx quem ignorou a estrutura espacial em sua teoria de acumulação no capitalismo, tal como defende Harvey n'*A produção capitalista do espaço* (2005). De maneira semelhante, o próprio Harvey ignorou – ou não foi tão a fundo em seu conceito – a saúde individual e coletiva como frontalmente alvejadas pelo fenômeno da compressão do tempo-espaço. Assim, consideramos que essa compressão não atravessa somente o mercado econômico relativo ao regime capitalista de produção, mas a própria condição humana – isto é, a vida humana, a vida cotidiana, a vida psíquica, a vida na urbe – é igualmente atravessada por ela.

Percebendo a natureza polissêmica da compressão do tempo-espaço ante a sua possibilidade de extensão conceitual, considero que, mesmo tendo tido a oportunidade de aprimorar cada vez mais o seu conceito nas últimas décadas, essencialmente depois de vivenciar na pele a pandemia por Covid-19, cujo fenômeno deflagrou uma miríade de problemas de várias naturezas em paralelo com as problemáticas capitalistas correntes, Harvey³⁹ deixou uma lacuna a ser preenchida no cerne de seu conceito. Essa brecha, a meu ver, se materializa no fato de ele não ter frisado a vida humana *subjetiva* – tendo se restringido à concepção de modo de vida urbana, a qual, em minha leitura, não focaliza a

³⁹ Não é por acaso que tecemos a afirmação de que Harvey não atualizou o seu conceito de compressão do tempo-espaço mesmo tendo tido oportunidade para isso durante a pandemia por Covid-19. Em março de 2020, quando a pandemia irrompeu no cenário global, o geógrafo David Harvey ainda se encontrava – e ainda se encontra! – vivo com seus 84 anos à época, tendo, aliás, escrito um pequeno livro sobre a dimensão pandêmica-capitalista intitulado *Anticapitalismo em tempos de pandemia: marxismo e ação coletiva* (2020). Desta sorte, evidenciou-se que, apesar de ainda cômico, ativo em sua escrita complexa e de ter vivenciado e experienciado os momentos de isolamento e pós-isolamento social, o geógrafo não se preocupou em resgatar o seu conceito a fim de amplificá-lo com sua visão densa acerca do capitalismo e de como a modificação do espaço e da sensação de mudança do tempo puderam ter impactado a subjetividade do ser humano.

subjetividade humana com suas vivências e experiências particulares no espaço urbano. Fica evidente, todavia, que Harvey talvez não tenha se detido – ou sequer ponderado – à proporção de seu conceito em razão da saúde mental e da saúde pública não se tratarem de sua área de interesse e estudo.

Nessa perspectiva, utilizar-me-ei da pandemia, notadamente do isolamento social, para expandir o conceito de compressão do tempo-espaço de Harvey para o campo da Saúde Coletiva, apresentando, para ele, um novo sentido e significado. De mais a mais, parte dos pressupostos que desenvolverei nas próximas linhas é o reflexo da (1) minha própria experiência de vivência pessoal e social de enfrentamento desses fenômenos, (2) do que particularmente presenciei, na figura de observador, nos quase três anos de pandemia e, por fim, (3) da minha própria práxis enquanto psicólogo clínico⁴⁰. Pelo que já foi aludido no capítulo pregresso, a vida humana, em parte, foi posta de lado pelo setor político-econômico durante a pandemia, negligenciada em suas múltiplas faces, em nome, quiçá, de práticas predatórias que subvertem o direito à cidade pela coletividade e, com efeito, o direito à vida – sobretudo no que concerne às camadas mais desabastecidas da sociedade contemporânea, aquelas que consomem e necessitam dos serviços de saúde pública para sobreviver.

No entanto, nada obstante toda essa deflagração, evidenciou-se a necessidade de irromper à lume a noção de encolhimento do tempo e do espaço físico para além de uma concepção capitalista, usando, para isso, a pandemia como pano de fundo e o isolamento social como fração indissociável desse processo. A ideia não é modificar o sentido original do conceito de compressão do tempo-espaço, pois o sentido que atribuo à palavra “compressão” é, *grosso modo*, o mesmo atribuído por Harvey, cuja significação se refere a: achatamento, encolhimento, redução de algo – muito embora o termo em Harvey mais se aproxime de uma ideia de “aniquilamento”. Devido à pandemia, é inegável que o espaço físico foi comprimido a tamanhos minúsculos ou, melhor expressando, achatando-se: como formigas presas em uma caixa de fósforo, nossas casas – não raro com três ou quatro cômodos – tornaram-se a nossa representação mais próxima do espaço urbano.

No sentido original, como já muito frisado no capítulo 1, a compressão do tempo-espaço deflagra um aniquilamento do espaço pelo tempo devido ao desenvolvimento e

⁴⁰ Cabe ressaltar que, a partir da minha escuta clínica, é possível notar a metamorfose que ocorreu ao redor dos contornos do sofrimento psíquico, de modo a evidenciar tipos de sofrimentos antes da pandemia diferentes daqueles observados durante e após esse fenômeno. Diferentemente de uma época anterior a 2020, o discurso dos analisantes, isto é, dos pacientes, é, hoje, atravessado pelas suas próprias experiências da pandemia, ficando, não raro, as cicatrizes psicoemocionais desse período expostas.

sofisticação dos meios de transporte e comunicação promovidos historicamente pelo capitalismo, permitindo que as barreiras espaciais fossem rapidamente subvertidas em decorrência da veloz produção, circulação e entrega de produtos. Isso, com efeito, nos faz sentir como se essas barreiras espaciais inexistissem. Desse ponto de vista, impactos à condição humana podem ser sentidos e percebidos – como o capítulo 2 denunciou –, no entanto, podem aparentar sutilezas e serem facilmente naturalizados, na medida em que o que está em jogo nesse sentido original do conceito é o mercado econômico global, e não propriamente a condição humana.

A contragosto, no sentido expandido que proponho aqui, o mercado econômico global é posto entre parênteses, e a condição do humano é o que obtém ênfase e relevo. Na proposta de compressão do tempo-espaço que adoto, há uma sensação de encolhimento – e não de aniquilamento – do espaço em função da privação do âmbito social e do isolamento da condição humana em espaços minúsculos como o do lar; de maneira oposta, há um alargamento do tempo devido à privação da vida social, com a saída dos cidadãos do meio urbano para o lar⁴¹. Em outras palavras, antes do isolamento social, a cidade era a maior representação da vida humana no cotidiano, com seus encantos e vasta possibilidade de conexão com a natureza e com outros seres humanos. É por essa razão que a pandemia pode ser encarada como o pano de fundo dessa tese, haja vista que foi ela a grande contribuinte para a privação social dos indivíduos. O isolamento social, sob esse contexto, levou-nos à privação dos encantos e da possibilidade de conexão com a natureza e com os demais seres humanos, trazendo-nos, em longo prazo, fortes prejuízos subjetivos.

Dialeticamente, com o isolamento social, o tempo adquiriu outro *status* e essência. O tempo empreendido na locomoção cotidiana – de casa para o trabalho, do trabalho para a academia, da academia para casa; ou de casa para o trabalho, do trabalho para o lazer com amigos, do lazer de volta para casa – mudou, ou passou a inexistir. O estresse no trânsito pôde ter se tornado motivo de saudades para muitos que o enfrentavam diariamente. Com o isolamento, o maior trânsito empreendido pelas pessoas foi de um cômodo da casa para outro, como seres claustrofóbicos presos numa caixa minúscula sem muitas possibilidades de locomoção. Houve, com efeito, a sensação de um prolongamento do tempo, haja vista o

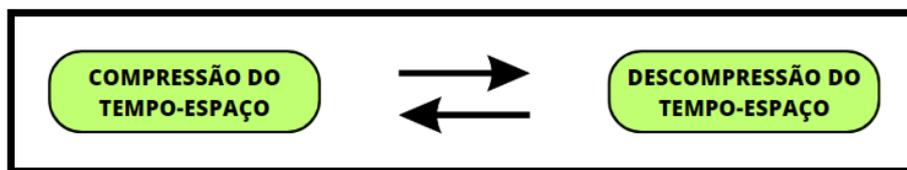
⁴¹ É crucial enunciar que a própria definição que incrusto ao conceito de compressão do tempo-espaço é dialética. Ao passo que o espaço é encolhido com a privação da vida social, o tempo, a contraponto, é alargado e, também, encolhido. Mesmo com o encolhimento real ou perceptivo do espaço, o tempo segue destino semelhante porque é indissociável da categoria espaço: o movimento de um implica necessariamente o movimento do outro, mesmo que, muitas vezes, seja oposto. Nesses movimentos, a ideia de compressão se estende tanto ao espaço quanto ao tempo, possibilitando a denominação de compressão do tempo-espaço.

vasto tempo que se perdia ou se gastava em meio ao trânsito das vias urbanas, o qual nos fazia sentir como se minutos perdidos fossem horas desperdiçadas no trânsito. Todavia, ainda que o tempo tenha sido descomprimido, isto é, alargado, dilatado, com o isolamento social, ele causou no ser humano, dialeticamente, uma sensação de compressão: minutos parecem ter se tornado horas; semanas parecem ter se tornado meses. Logo, tanto a sensação de encolhimento do espaço quanto o encolhimento real e bruto desse espaço, que saiu de uma macro-dimensão (as cidades) para uma micro-dimensão (os lares), imperaram severamente.

Para se ir além na compreensão desse fenômeno social que põe em evidência a cidade e a vida cotidiana, é imprescindível que se entenda algumas ideias mais a fundo. No momento em que a cidade está em movimento, isto é, quando a população está transitando em transportes individuais e coletivos para realizar atividades corriqueiras do dia a dia, como ir ao trabalho, à casa de familiares, a lazeres, etc., os espaços não respiram, pois há uma acentuação da correria e conseqüente acúmulo de novos produtos criativos a serem sempre produzidos e explorados pelos indivíduos, uma vez que a cidade é um lugar plural de vivências e possibilidades de construção e exploração igualmente plurais. A esse movimento de sufocamento do espaço urbano chamo de **compressão do tempo-espaço**. Percebe-se, nessa perspectiva, que não só o espaço é comprimido como o próprio tempo o é, ocasionando uma acentuada aceleração do ritmo da vida, que se torna frenética, abrupta e momentânea – traços esses típicos da pós-modernidade.

Do outro lado da via, ao invés da movimentação da cidade e dos cidadãos, à medida que a população vai se retraindo em seus lares, isto é, abandonando os ambientes sociais devido à necessária obediência e cumprimento do isolamento social gerado pela pandemia por Covid-19, diminuindo com efeito a intensa correria, o espaço e o tempo desoprimem, inflam, crescem exponencialmente. Em vez de os espaços se achatarem, se comprimirem, eles parecem se expandir, gerando mais respiro à cidade e aos cidadãos. A esse movimento de desopressão da cidade atribuo o nome de **descompressão do tempo-espaço** – realçando, assim, o movimento dialético desse fenômeno. Sob essa conjuntura, ressalvo que, para que a descompressão ocorra, é necessário que, antes de tudo, os âmbitos sociais já estejam experimentando uma compressão do tempo-espaço.

Figura 4 Movimento dialético da compressão do tempo-espaço.



Fonte: Autoria própria (2023).

Na figura acima, visualizamos que a compressão e a decompressão do tempo-espaço ocorrem num movimento dialético. Esse fenômeno, por assim dizer, exerce uma influência muito forte sobre o modo de vida urbana, na mesma proporção em que esse modo influencia os pensamentos, os atos, as atitudes, o viver e o sentir do ser humano. Este, por essência, é um ser social que precisa dispor da sociabilidade para se desenvolver e se manter são: sem o outro para se relacionar e se identificar não há verdadeiramente a formação ou a consolidação de um “eu”, pois esse “eu” acabar-se-á se tornando oco e vazio sem o convívio social. Em razão do isolamento social, restou-nos apenas as interações virtuais, as quais não correspondem, em nenhuma hipótese, à mesma eficácia e efeito das interações sociais reais.

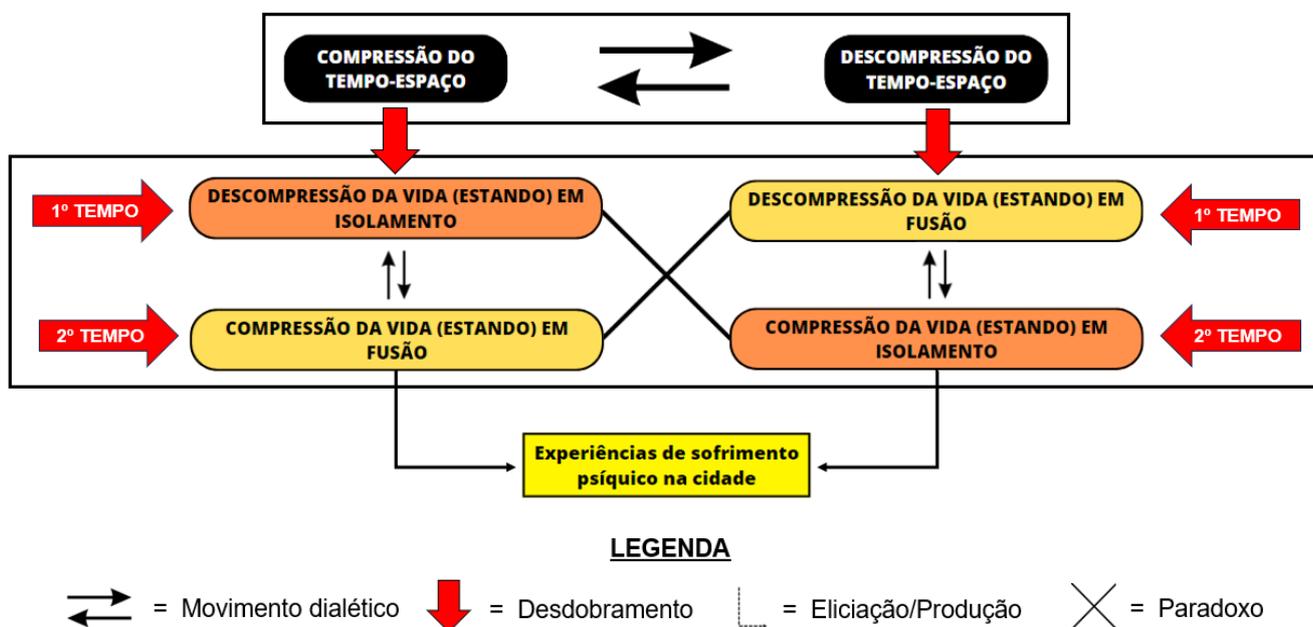
(Des)compressão da vida: um desdobramento da (des)compressão do tempo-espaço

Tomei emprestado a noção de “compressão” de Harvey para pensar uma **compressão da vida** como desdobramento da compressão do tempo-espaço. Conforme nossos pressupostos, a compressão do tempo-espaço ora estendido leva à modificação dos modos de vida urbana e, igualmente, à compressão da vida. Dito de outra maneira, atribuímos a ideia de “compressão da vida” com o sentido de que, quanto mais impactos a vida humana sofre, há a tendência de que essa vida seja gradativamente sofrida e/ou encurtada na lógica cronológica do processo do viver humano, na medida em que, se sofrimentos e adoecimentos de quaisquer ordens são sentidos pelo ser humano, o ritmo da vida pode ser alterado, reduzido e, até mesmo, aniquilado.

É muito importante enfatizar que, tanto com a compressão do tempo-espaço quanto com a sua decompressão, a vida tende a ser comprimida ou descomprimida. “Compressão”, dentro da ciência física, significa “processo em que se aumenta a pressão num sistema pela ação de agentes externos”. Sendo assim, analogamente, o dito “sistema” representa a vida, e os “agentes externos” denotam todos os aspectos danosos que exercem pressão sobre a vida. Quando se fala em “vida”, entende-se que se refere a toda condição que sustenta a existência

de vitalidade em cada sujeito, uma vez que, se ela é comprimida, os indivíduos caem em sofrimento ou adoecimento psíquico, podendo, conseqüentemente, desencadear problemáticas, também, de ordem física. Ademais, a compressão do tempo-espaço e a compressão da vida, numa relação indissociável, elucidam, mais uma vez, que as experiências de sofrimento psíquico podem ser acentuadas na vida pós-isolamento, posto que a “experiência”, neste estudo, é interpretada como a latência que vai da condição de “estar relativamente saudável” ao “não-estar saudável”. Esse panorama desvela, então, que há, na cidade, mal-estares que sufocam a vida em sua subjetividade.

Figura 5 Estrutura conceitual do movimento dialético da compressão do tempo-espaço e da compressão da vida como eliciadora de experiências de sofrimento psíquico na cidade.



Fonte: Autoria própria (2023).

Na representação acima, para efeito didático, vislumbra-se que a compressão e a decompressão do tempo-espaço ocorrem num movimento dialético, e que o mesmo acontece ao visualizar a compressão da vida e a decompressão da vida. Em um segundo momento, na representação do primeiro tempo, vê-se que a **compressão do tempo-espaço** se desdobra na *decompressão da vida em isolamento*, ao passo que a **decompressão do tempo-espaço** se desmembra na *decompressão da vida em fusão*. Dialeticamente, na representação do segundo tempo, a **compressão do tempo-espaço** tem seu desdobramento

na *compressão da vida em fusão*, ao mesmo passo em que a **descompressão do tempo-espaço** se desdobra na *compressão da vida em isolamento*. Como efeito desses desdobramentos, percebemos que a compressão da vida se desdobra em compressão da vida em fusão e compressão da vida em isolamento, ao passo que a descompressão da vida se desdobra em descompressão da vida em fusão e descompressão da vida em isolamento. Sendo assim, a partir desses processos, há a eliciação ou a produção de experiências de sofrimento psíquico na cidade.

Por ora, debruçemo-nos nas compressões e descompressões. A fim de tornar esse modelo teórico-conceitual mais adjacente à realidade, observemos as definições que se seguem. Por **vida em fusão**, entende-se que todos os indivíduos estão acoplados, misturados, experimentando em socialização a vida na cidade; e, embora prazeroso e agradável esse modo de viver coletivo, há, entretanto, um achatamento, um encolhimento do espaço, que pode se materializar em sofrimentos psíquicos, como é o exemplo do estresse que se pode adquirir ao enfrentar horários de pico recheados de engarrafamentos nas grandes cidades – vivência essa apenas possibilitada por uma vida em fusão. Disso, resulta inegavelmente uma **compressão da condição humana em fusão**, ou seja, em comunhão com outros indivíduos.

Por **vida em isolamento**, compreende-se que os sujeitos estão, individualmente, experimentando a vida em reclusão, confinamento – um isolamento que pode ser promovido por questões que põem em risco a integridade física da coletividade, a exemplo da pandemia por Covid-19, ou uma reclusão causada por aspectos psíquicos que são subjetivos a cada sujeito, tais quais os transtornos mentais que podem ser manifestados e levar à privação social⁴². Disso, resulta a **compressão da condição humana em isolamento**. Nesse sentido, ver comprimida a vida em fusão ou a vida em isolamento significa vê-la direta e involuntariamente submetida à compressão ou à descompressão do tempo-espaço, chegando a desenvolver, em consequência, angústias que põem em risco a integridade biopsíquica dos indivíduos. Não é razoável, então, que os efeitos da compressão e descompressão do tempo-espaço repercutam na vida humana (o que me permitiu construir a noção de compressão da vida estando os sujeitos em fusão ou em isolamento), cujos resultados são as experiências de sofrimento psíquico da população na cidade.

⁴² Para efeito de exemplificação, consoante o DSM-V (APA, 2013), pode-se mencionar os seguintes transtornos que levam à privação do convívio social: transtorno de ansiedade social, fobia social, agorafobia, transtornos depressivos graves, entre outros. Nesse sentido, seja em contato com o meio externo (vida em fusão), seja em confinamento (vida em isolamento), condições de sofrimento psíquico tendem a ser experimentadas pelos sujeitos, configurando o que se denomina aqui de compressão da vida.

Por se tratar de fenômenos que ocorrem simultaneamente (compressão do tempo-espço e descompressão da vida; descompressão do tempo-espço e compressão da vida) e, ao mesmo tempo, com efeitos contrários, atribui-se a isso o nome de paradoxo, indicado no quadro teórico-conceitual pelo X preto. Esse paradoxo pode ser compreendido a partir de dois questionamentos: por um lado, como a redução da correria na cidade e consequente “aumento” do tempo (**descompressão do tempo-espço**) pode, simultaneamente, descomprimir a vida subjetiva na cidade (**descompressão da vida em fusão**) e, ao mesmo instante, comprimir a vida subjetiva no lar (**compressão da vida em isolamento**), já que minimizar a intensidade tempo-espacial da vida cotidiana dos indivíduos significaria, hipoteticamente, gerar menos sofrimento causado pela correria capitalista? Por outro lado, como o aumento da correria na cidade e consequente “diminuição” do tempo (**compressão do tempo-espço**) pode, ainda assim, descomprimir (**descompressão da vida em isolamento**) e comprimir (**compressão da vida em fusão**) a vida subjetiva na cidade? ⁴³

Todavia, é possível que alguns se contraponham a tais análises questionando: se a compressão do tempo-espço é um fenômeno que produz mal-estar, como a sua descompressão – isto é, a saída do tráfego incessante, da rotina exaustiva e exorbitante – poderia também ser geradora de angústia? Certamente, essa é uma indagação coerente; no entanto, é válido sustentar a ideia de que, como a sociedade já se acomodou à lógica de tal sistema de compressão dos espaços e do tempo, sair dele de maneira repentina possivelmente causaria uma desorganização subjetiva e coletiva, acarretando angústias que poriam em risco a integridade psíquica dos sujeitos.⁴⁴ A mesma tese, dialeticamente, também pode ser sustentada, mas de maneira inversa: estar habituado à vida em isolamento, distante do convívio real com outros indivíduos, pode, em longo prazo, fomentar prejuízos cognitivos e subjetivos que levam, provavelmente, à timidez, à retração exacerbada, mesmo estando o sujeito vivendo a vida em fusão, interconectado livremente a outros indivíduos. Dessa

⁴³ Cabe um adendo pertinente: a compressão do tempo-espço só pode ser sentida e percebida por quem, anteriormente, estava vivendo a vida em fusão, isto é, mais distante do lar e mais próximo à cidade. A descompressão do tempo-espço, por sua vez, só pode ser sentida e percebida por quem, posteriormente, passou a viver a vida em isolamento, isto é, mais afastado da cidade e recluso no lar.

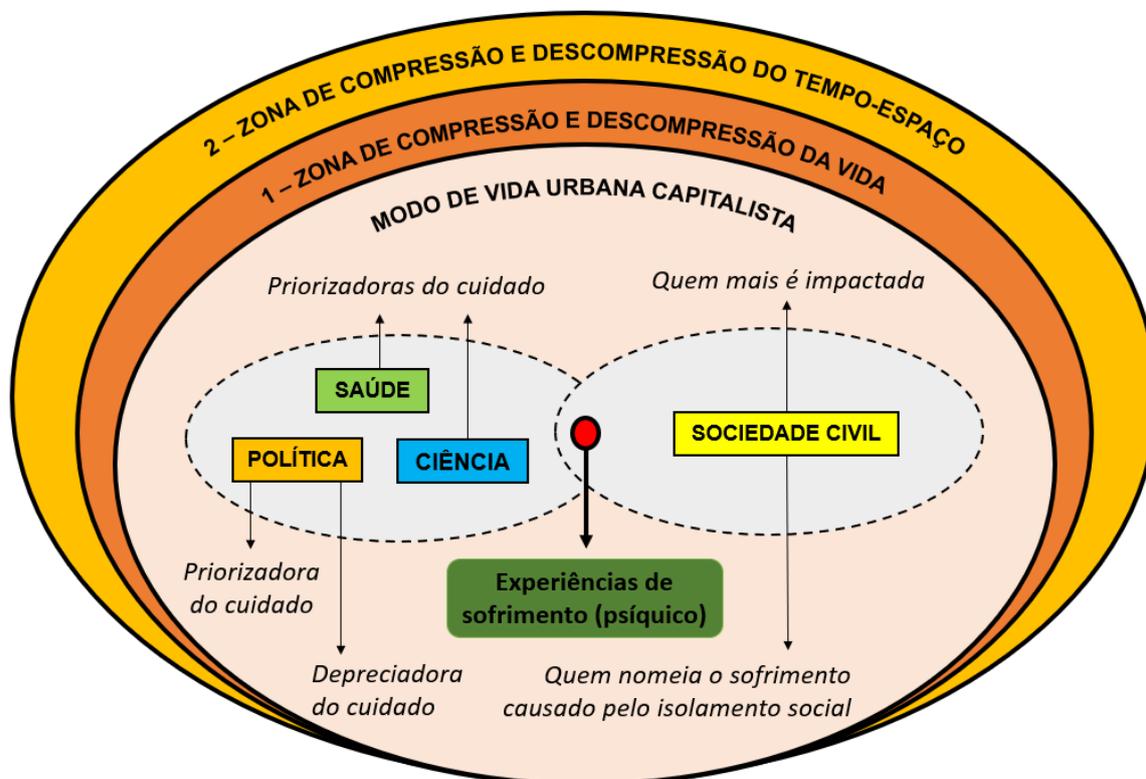
⁴⁴ Elaboramos esse mesmo questionamento – no artigo de nossa autoria “*Distanciamento social em contextos urbanos na pandemia de Covid-19: desafios para o campo da saúde mental*” (Bosi; Alves, 2023) – em vinculação com a noção de cotidianidade postulada pela Karel Kosik, cujo pensamento também me serviu de sustentação teórica para o que discuto no capítulo 8 deste manuscrito.

experiência, o sujeito pode chegar a se sentir como uma peça que não consegue se encaixar no tabuleiro do quebra-cabeça social.⁴⁵

Para uma compreensão didática desse modelo, mas sem perder de vista a sua complexidade e dialética, cabe pensar, dedutivamente, que existem duas zonas circunscrevendo o modo de vida urbana, o qual sofreu impactos colossais em decorrência da pandemia por Covid-19. Dito de outra forma, o que vimos até aqui é que, de um lado, tivemos a saúde, a ciência e, parcialmente, a política como heroínas na luta contra esse mal; do outro, a sociedade civil sofrendo impactos diretos do isolamento social – concepções essas já discutidas no capítulo anterior. No âmago dessa relação, experiências de sofrimento psíquico foram produzidas, cujas feridas permanecem visíveis mesmo depois de quatro anos do início da pandemia. De modo mais aprofundado, o esquema da figura 3 retratado no capítulo anterior se amplifica e se materializa no modelo abaixo.

⁴⁵ Longe de tentar estabelecer um determinismo a esse modelo teórico-conceitual, a proposta é pensar a vida humana como sendo subjetiva e que, por esse caráter, uma experiência dessa natureza pode ser experimentada por alguns indivíduos – da mesma forma que por outros não. A respeito disso, apenas o relato das experiências de sofrimento psíquico pode confirmar ou refutar essa construção teórico-conceitual, a qual não pretende ser universal, mas, ao menos, minimamente, pretende ser a lupa que nos permite tecer uma leitura sobre a conjuntura coletiva, essencialmente atrelada ao isolamento social promovido pela Covid-19.

Figura 6 Esquema representativo das zonas de compressão e decompressão do tempo-espço e da vida circunscrevendo todo o tecido urbano e, por extensão, a condição humana.



Fonte: Autoria própria (2023).

No esquema acima, visualizamos um emaranhado de conexões que torna possível sintetizar todo o exposto neste capítulo e fundamentar a minha extensão conceitual da compressão do tempo-espço e a minha proposta de compressão da vida. A primeira camada que permeia esses fenômenos denota a **zona de compressão ou decompressão da vida**, caracterizando toda a influência que ela exerce sobre o modo de vida urbana capitalista. O segundo estrato, por sua vez, simboliza a **zona de compressão e decompressão do tempo-espço**, enunciando a ampla influência que ela desempenha sobre a vida humana e sobre o modo de vida urbana. No centro desses fenômenos, despontaram as experiências de sofrimento psíquico marcadas, positiva ou negativamente, pelas atitudes e atos protagonizados pela saúde, política e ciência, mas não somente por elas, pois há, no modo de vida urbana, para além dos efeitos do isolamento social, outros inúmeros conflitos que põem em xeque a condição psicológica do ser humano, não se restringindo, assim, aos embates entre a saúde-ciência e a política brasileira.

A partir desse esquema, notamos que o entendimento acerca da compressão do tempo-espaço pode ir além da proposta de Harvey, estendendo-se até a vida cotidiana e coletiva de maneira muito emblemática e mais expressiva. Com a pandemia da Covid-19 e o decreto de quarentena e isolamento em massa, é factível que as cidades pararam no espaço-tempo: parcela considerável da população deixou de ir às ruas, ao trabalho e alimentar o sistema capitalista; transportes individuais e coletivos, por conseguinte, esvaziaram os ambientes da cidade; de forma inédita, as cidades respiraram e, com elas, a atmosfera também. Sendo assim, é inegável que, tanto do afogamento quanto do desafogamento do espaço e do tempo, houve – e há – muitos bônus, mas também muitos ônus para a condição humana, os quais merecem mais destaque e aprofundamento.

CAPÍTULO 6 – A DIALÉTICA DA COMPRESSÃO DA VIDA COMO PRODUTORA DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NA CIDADE

O sofrimento me invade, me devasta; mas apesar disso, sou mais forte do que jamais fui. O sofrimento tem me moldado, se é que não me criou. Era o barro cru. Agora, sou o que sou. O sofrimento é o grande professor.

(Virgínia Woolf)

Há fortes indícios teóricos lançados no século XX que comprovam a tese de que a compressão e a descompressão do tempo-espaço que venho propondo aqui produz a compressão e a descompressão da vida, as quais são, igualmente, produtoras de sofrimento psíquico na cidade. Para me auxiliar nessa análise, embaso-me em alguns célebres argumentos de autoridades há muito tempo já conhecidos pelos inúmeros campos disciplinares, como a psicologia, a psicanálise e a sociologia. Desse debate, não pretendo fugir da experiência vivida e vir apresentar e discutir apenas elementos teóricos; pelo contrário, haverá o esforço de entremear a teoria com a materialidade. Para isso, evocarei nas próximas linhas a própria conjuntura pandêmica – mais especialmente o isolamento social sentido e vivenciado por quase três anos – para me subsidiar nessas análises.

Entre os destroços do isolamento social e os escombros da vida psíquica

Georg Simmel, em seu fabuloso e inquietante ensaio intitulado *As grandes cidades e a vida do espírito*, publicado em 1903, constrói uma densa análise a respeito das pressões que a cidade grande imputa à vida psicológica dos seus habitantes. Em sua obra, ele inclui uma importante noção: *atitude blasé*, sintetizada na passagem abaixo:

Assim como uma vida desmedida de prazeres torna blasé, porque excita os nervos por muito tempo em suas reações mais fortes, até que por fim eles não possuem mais nenhuma reação, também as impressões inofensivas, mediante a rapidez e antagonismo de sua mudança, forçam os nervos a respostas tão violentas, irrompem de modo tão brutal de lá para cá, que extraem dos nervos sua última reserva de forças e, como eles permanecem no mesmo meio, não têm tempo de acumular uma nova. A incapacidade, que assim se origina, de reagir aos novos estímulos com uma energia que lhes seja adequada é precisamente aquele caráter blasé, que na verdade se vê em todo filho da cidade grande, em comparação com as crianças de meios mais tranquilos e com menos variações (Simmel, 2005, p. 551).

Simmel disserta que as grotescas e rápidas mudanças que são características das cidades grandes podem gerar fortes impactos à nossa vida mental, injetando nela estímulos mais intensos do que conseguimos absorver. Essa profusão de estímulos à estrutura psíquica dos cidadãos os torna uma espécie de zumbis ou sonâmbulos perambulando pelo espaço urbano sem esbanjar reação alguma aos seus estímulos, ao mesmo passo que essa *atitude blasé* – como estratégia de autopreservação e mecanismo de defesa – leva à indiferença e à alienação. Em outros termos, diante da tentativa frustrante de absorção dos velozes e variados estímulos que só as cidades nos imputam, vemo-nos imersos na incapacidade de reagir a eles, sucumbindo, assim, aos efeitos reverberados pelo espaço urbano, o qual, como já vimos, se modifica à medida que o fenômeno do isolamento social operacionaliza a reclusão da esfera social. Simmel, entretanto, não foi o único a discorrer a respeito dessas consequências à vida mental dos cidadãos, pois outros teóricos, mesmo não tecendo uma relação direta com as cidades, nos ofereceram fortificados indícios de que o meio externo – lendo as cidades, de certa forma, como meio externo – nos leva ao padecimento, como o próprio Sigmund Freud vai discutir.

Para além dos sofrimentos psíquicos produzidos pelas exigências da civilização, como Freud dissertou, é inegável que toda a matriz coletiva sofreu duras penas durante o isolamento social. Todavia, no tocante à singularidade de cada sujeito, o que parece não ter sido tão notabilizado assim são os sofrimentos provenientes do isolamento social. As inúmeras facetas da vida cotidiana, que antes eram compartimentalizadas, confundiram-se entre si e se tornaram operações únicas, tal como a separação entre trabalho e casa, que deixaram de ser uma dualidade para se transfigurar numa unidade com o isolamento social. Em outras palavras, o trabalho passou a ser confundido com o lar, e não mais compartimentalizado, separado: não houve qualquer separação entre o tempo privado e o tempo profissional. Câmeras de celulares e *notebooks* invadiam, obrigatoriamente, os cômodos e a intimidade de parcela expressiva da população. Filhos anônimos, de repente, se tornaram figuras públicas para os colegas de trabalho dos pais, pois, não raro, filhos apareciam em reuniões laborais ao fundo da tela de um celular ou *notebook*. Evidentemente, essa realidade não é unânime, mas é, sem dúvida, um recorte do tecido social.

Nessa perspectiva, fecharam-se as portas para o vírus, mas abriram-se as janelas para as problemáticas emocionais e psicológicas: quem já era padecido presenciou a maximização de suas questões de natureza psíquica; quem ainda não era precisou observar o irrompimento

de demandas psicológicas (Cardoso; Silva, 2022; Lemos; Wiese; 2023; Emidio; Okamoto, 2023). O espaço estava intransponível, e o tempo de estar dormindo ou jantando em família se confundia com o tempo de estar trabalhando. Mensagens de texto invadindo os lares tornaram-se mais presentes do que nunca. A pandemia colocou o mundo de cabeça para baixo, provocando o mesmo efeito naqueles que ainda permaneceram vivos.

Além do mais, é evidente que, no decorrer da pandemia por Covid-19, especificamente entre os anos 2020 e 2021, houve um aumento considerável no consumo de psicofármacos por parte da população brasileira, sobretudo no uso de benzodiazepínicos. Essa constatação pode ser ratificada por vários estudos⁴⁶, os quais ilustram o acometimento de sofrimento subjetivo em uma variedade de público após a instalação da pandemia, seja entre profissionais residentes de saúde, seja entre a população leiga, a qual não dispõe o mínimo possível de conhecimento a propósito dos potenciais riscos da automedicação ou do uso irracional de psicofármacos. Esses estudos abrem, ainda, caminhos para se pensar criticamente processos como a patologização de fenômenos naturais da vida, como o luto decorrente da perda de entes queridos, e a medicalização do sofrimento mental (Alves *et al.*, 2021).

Com a pandemia e o isolamento social, esses temores, talvez, se tornaram mais evidentes: a perda repentina da rede socioafetiva, o medo da contaminação, do próprio adoecimento e dos recursos de subsistência foram ocorrências frequentes e geradoras de mal-estar psíquico (Camozzato *et al.*, 2020) – que, além do medo, pôde ainda projetar crises de ansiedade, sintomas tipicamente depressivos e quadros de insônia, dentre outros sofrimentos. Conseqüentemente, abriu-se uma fenda para o uso, cada vez mais expressivo, de psicofármacos, como é o exemplo dos benzodiazepínicos com propriedades ansiolíticas, sedativas e hipnóticas (Alves *et al.*, 2021), mesmo que a sua ingestão, segundo Camozzato *et al.* (2020), tenha sido desencorajada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para pacientes que ainda não faziam o uso antes da pandemia.

É válido apontar que, ante desastres, como é o caso da pandemia, algumas reações são, de certo modo, esperadas e até previsíveis, a exemplo do acometimento de sintomas depressivos e ansiosos. Todavia, isso não significa que essas reações configurar-se-ão em patologias ou acrônimos psiquiátricos. O luto, à guisa de exemplo, foi recorrentemente visto

⁴⁶ Ver, entre outros, Alves *et al.* (2021); Dantas *et al.* (2021), Oliveira, Santos e Dallaqua (2021) e Alcântara *et al.* (2022). É importante pontuar que esses estudos são uma representação sintética da constatação que é feita nesta subseção, havendo, portanto, outras inúmeras contribuições versando a respeito desse assunto em várias plataformas de buscas científicas.

durante a pandemia, haja vista que mais de 600 mil brasileiros vieram a óbito em decorrência das complicações causadas pela Covid-19. Porém, apesar de o luto normal ser uma reação necessária para poder se adaptar à ausência da figura querida, em muitos casos ele foi medicalizado, mesmo não se tratando da condição de luto patológico (Alves *et al.*, 2021).

A partir disso, é possível ilustrar a confusão que se forma quando o campo psicológico deveria ser o meio primário de busca por conforto e alívio do sofrimento psíquico e quando, em verdade, o saber psiquiátrico deveria se ausentar para permitir que dores psicoemocionais fossem sentidas – e não silenciadas pelo uso de psicofármaco –, conhecimento esse que poderia ser melhor difundido popularmente pelo próprio campo psiquiátrico na figura dos psiquiatras. Quando falham as engrenagens de organização da urbanidade, falham aqueles que estão inseridos dentro do processo. Tal como um corpo biológico, a sociedade civil se dilacera no momento em que os cânceres se alastram pelo seu interior. No cerne dessa equação, hão de ser consideradas as experiências de sofrimento psíquico na cidade ou as experiências de compressão da vida na cidade.

Da teoria de compressão da vida às formas de sofrer na cidade⁴⁷

Em um primeiro momento, pode parecer que, tangencialmente, nada tenha a ver o processo civilizatório debatido por Freud com a construção das cidades urbanas, que, como já se sabe, são centrais nesse estudo. Entretanto, é importante evocar *O mal-estar na civilização* – clássico texto de Freud escrito e publicado originalmente em 1930 – por ser justamente a cidade o berço da civilização. Nesse sentido, a história nos permite afirmar com bastante veemência que o período de construção das cidades é análogo ao período de construção do processo de civilização, e, mais ainda, que o sistema capitalista é parte – senão consequência – desse processo civilizatório. Nesse ínterim, é digno de nota o fato de que a cidade – ante o processo secular de evolução cultural e de civilização – foi se dirigindo a um outro tipo de processo chamado achatamento de seus espaços materiais, fomentando, assim, a compressão da vida de seus cidadãos.

⁴⁷ Por muitas vezes, ao longo do estudo atento do texto *O mal-estar na civilização*, compreendi o sentido da palavra “civilização” usada por Freud como sendo, de um lado, um processo vivenciado pelos seres humanos inseridos numa sociedade, de outro, um lugar, uma dimensão, que, talvez, pudesse ser pensada do ponto de vista material. A partir disso, no que concerne à civilização enquanto lugar material, situado num espaço-tempo, autorizei-me a usar o termo cidade neste capítulo como sendo, durante algumas menções, um “sinônimo” próximo ao que Freud entendeu e nomeou como civilização, ou, para outras traduções, cultura. Espero que, no decorrer dessa leitura, isso não gere nenhuma confusão de sentido e, portanto, de compreensão.

A fim de que melhor se compreenda o que quer dizer a palavra civilização de acordo com a conotação freudiana, há uma formidável definição para ela: “designa a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais, e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si” (Freud, 2010, p. 48-49). Em que pese essa agradável definição, o campo semântico imbuído à ideia de civilização não ressoa tão aprazível para nós (os indivíduos da cidade), pois as exigências civilizatórias, isto é, a prescrição de normas repressoras direcionadas aos cidadãos da urbe, são obstáculos para a plena aquisição do maior desejo humano: a felicidade. A esse respeito, Freud (2010, p. 44) conclui que “boa parte da culpa por nossa miséria vem do que é chamado de nossa civilização; seríamos bem mais felizes se a abandonássemos e retrocedêssemos a condições primitivas”.

Em sentido contrário a essa sonhada conquista da felicidade, ainda nesse texto escrito há quase um século e com atualidade espantosa, Freud (2010), o criador de uma densa teoria metapsicológica da constituição psíquica, cujo pensamento intelectual continua dissonante em nossos tempos, elucida que o processo de civilização (nas cidades) produz variadas formas de sofrer. Desta sorte, os desejos subjetivos mais íntimos de cada indivíduo vão contra as normas morais firmadas pela sociedade e que, desde tenra idade, ele introjeta como leis que precisam ser religiosamente cumpridas. Por ir de encontro aos seus desejos mais recônditos, as exigências que o processo civilizatório nos imputa não permitem a plena realização de tais desejos, levando o ser humano à insatisfação e ao desprazer e, por conseguinte, à infelicidade.

A propósito dessa infelicidade, o mesmo autor nos apresenta um elemento demasiadamente curioso no tocante às formas de sofrer na civilização. Em suas inestimáveis palavras:

O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos (Freud, 2010, p. 31).

É digna de nota a compreensão de que o sofrer acomete o sujeito por, no mínimo, três vias – não apenas pelo próprio corpo, numa perspectiva biologizante, mas também não apenas do ponto de vista das relações interpessoais. Evidenciamos, com isso, que o sofrer na civilização – tendo como fundamento a definição de civilização dada mais acima – perpassa

essas três dimensões pensadas e propostas por Freud: (1) o sofrer pelo corpo; (2) o sofrer pelo mundo externo; e (3) o sofrer pelas relações com outros seres humanos. Direcionando nossos olhares mais além, percebemos que, na tentativa constante de se tornar mais civilizado e, portanto, mais digno de bens materiais, de consumo, de serviços, etc., criamos práticas que, contraditoriamente, levam à ruína, à compressão de nossa vida na cidade.

Cirurgicamente, estando bastante cômico desses processos seculares de civilização, incluindo aqui o domínio sobre a técnica que tanto já foi discutido em capítulos anteriores, Freud ainda assevera que

Nas últimas gerações a humanidade fez progressos extraordinários nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, consolidando o domínio sobre a natureza de um modo antes inimaginável. Os pormenores desses progressos são conhecidos; não é mister enumerá-los. Os homens estão orgulhosos dessas realizações, e têm direito a isso. Mas eles parecem haver notado que esta recém-adquirida disposição de espaço e de tempo, esta submissão das forças naturais, concretização de um anseio milenar, não elevou o grau de satisfação prazerosa que esperam da vida, não os fez se sentirem mais felizes. Dessa constatação deveríamos concluir apenas que o poder sobre a natureza não é a condição única da felicidade humana, assim como não é o único objetivo dos esforços culturais, e não que os progressos da técnica não tenham valor nenhum para a economia de nossa felicidade (Freud, 2010, p. 45-46).

Face a esse retrato subversivo, outra problemática nociva à condição humana se impõe: a imposição contemporânea de produtividade que o capitalismo imputa à vida psíquica dos cidadãos é tamanha que os despersonalizam e os tornam zumbis vivendo em grandes cidades. No âmbito laboral, acordam às cinco ou às seis horas da manhã para trabalhar e passam nove horas do dia no trabalho; com que disposição fisiológica ele poderá reagir aos estímulos e exigências das cidades? E mais ainda: ante pressões impostas pela competitividade capitalista e excesso de carga laboral, com que disposição psicológica ele poderá reagir interna e externamente aos estímulos das cidades?

Parece fora de dúvida que não nos sentimos bem em nossa atual civilização, mas é difícil julgar se, e em que medida, os homens de épocas anteriores sentiram-se mais felizes, e que papel desempenharam nisto suas condições culturais. Sempre nos inclinaremos a apreender nossa miséria objetivamente, isto é, a nos transportar para tais condições com as nossas exigências e suscetibilidades, para então examinar que ocasiões nelas veríamos para experimentar felicidade ou infelicidade. [...] Não havendo estradas de ferro para vencer as distâncias, o filho jamais deixaria a cidade natal, não seria necessário o telefone para ouvir-lhe a voz. Sem os navios transatlânticos, o amigo não empreenderia a viagem, e eu não precisaria do telégrafo para acalmar minha inquietação por ele (Freud, 2010, p. 46-47).

Ao evocar o ano de publicação do ensaio *O mal-estar na civilização*, 1930, evidentemente numa época em que ainda não se discorria acerca do neoliberalismo – justamente uma das faces contemporâneas mais excruciantes do capitalismo –, pode-se notar que Freud já apontava os perigos da vida laboral para a vida psíquica. Isso ficou tacitamente implícito no fragmento de seu texto acima, na medida em que o trabalho está entranhado no processo civilizatório dos indivíduos, sendo, pois, parte indissociável dessa civilização. Em vista disso, o questionamento que se pode elaborar é: o que diria o pai da Psicanálise se ainda hoje estivesse vivo para presenciar as agruras insossas do neoliberalismo, o qual provavelmente é mais tétrico do que o capitalismo de sua época? Logo, é lícito usufruir dessa indagação – mesmo que sem a resposta do Freud – para projetar o quanto mais danoso é o processo de civilização atual em comparação à época da escrita do texto em questão.

Não podemos negar, entretanto, que, na busca de se tornar mais civilizado, também aprendemos e desenvolvemos meios sofisticados de obter felicidade. De modo um tanto frequente, parece que produzimos elementos com a finalidade de nos trazer felicidade, porém, nos meandros dessa tentativa, parece que nos perdemos de nós mesmos num movimento paradoxal, na medida em que as próprias exigências da civilização são, por um lado, fruto de nossa própria engenhosidade criativa e, por outro, as responsáveis pela promoção de tantos sofreres e infelicidade.

Em uma análise mais aprofundada, questionamo-nos motivados pelo contexto de isolamento social acarretado pela pandemia por Covid-19: quais são as repercussões da compressão da vida devido ao aumento de tempo em reclusão? É bem verdade que, em função do confinamento, as violências e acidentes na cidade reduziram; nos lares, em contrapartida e, talvez, de maneira mais assombrosa, tais violências se perpetuaram e se intensificaram, uma vez que, além dos efeitos nocivos à saúde psíquica acarretados pela descompressão do tempo-espaço, a reclusão social ocasionou outros descompassos nos sujeitos vítimas e autores de repressão e brutalidade na cidade. Nesse extremo, violências simbólica, estrutural e doméstica e atos de abuso sexual e infantil permaneceram a acontecer, comprimindo a vida em isolamento de muitos indivíduos que, sem ar para esbravejar socorro em liberdade, sucumbiram no interior dos seus próprios lares.

Para representar esquematicamente o impacto da compressão e descompressão do tempo-espaço sobre a vida, analisamos abaixo as marcas que a experiência de sofrimento psíquico na cidade empreende à condição humana.

Figura 7 Esquema representativo das variadas formas de sofrer na cidade a partir dos processos de compressão e decompressão do tempo-espço e da compressão e decompressão da vida.



Fonte: Autoria própria (2023).

É válido defender que, mesmo em fusão, isto é, vivendo a vida abertamente na cidade, essas marcas já existem e promovem repressões na vida dos sujeitos. Com o isolamento, tais fenômenos não deixam de existir, podendo, inclusive, causar uma acentuação da experiência de sofrimento psíquico que já era vivenciada antes do isolamento social. Logo, pânico, ansiedade, angústia e outros mal-estares físicos, psíquicos e emocionais delineiam o quadro de representação de sofrimentos e adoecimentos, os quais denotam a situação extremista de como está e será a vida psíquica no pós-isolamento, de modo, ainda, que é provável surgir outros tipos de sofrimento que, até este momento, são impossíveis de ser previstos.

A respeito disso, é muito importante assinalar que os sofreres mencionados na figura acima não simbolizam, nem de longe, os sofreres que possam ter sido sentidos. Cabe destacar que só há sofrimento na medida em que há alguém que o possa sentir. O sofrer humano, assim como todos os estímulos que circulam a percepção do indivíduo, só pode ser percebido a partir das sensações (visão, audição, tato, paladar e olfato). Nenhum sofrer nos acomete sem que ele não passe, primeiramente, por uma dessas cinco vias. Freud (2010, p. 32) já nos

alertava isso em seu ensaio de 1930, quando ele proferiu que “todo sofrimento é apenas sensação, existe somente na medida em que o sentimos, e nós o sentimos em virtude de certos arranjos de nosso organismo”.

É curioso pensar o quanto o sofrimento é particular para cada indivíduo. Diante de relatos de sofrimento psíquico, presenciamos constantemente que há um sentir especial e diferente em cada angústia, em cada lágrima que escorre pelos olhos de quem sofre. O motivo do sofrer é tudo o que mais diferencia o sofrer de um indivíduo do sofrer de outro – e nisso não reside nenhuma métrica ou grau maior de sofrimento; simplesmente são sofreres, no plural. E é por isso que não dá para impor ao outro o que é ou não sofrimento, pois, se ele sente como sofrer, evidentemente aquilo se configura um sofrer – talvez não para aquele que observa o sofrer do outro, mas para o próprio sofrente. Além disso, justamente por ser particular, dificilmente um indivíduo consegue captar o sofrer do outro com a mesma proporção e percepção que o sofrente, por mais que o tente obstinadamente senti-lo. Afinal, é muito difícil se desinquietar com aquilo que definitivamente não se sente.

Com base em todos os elementos até aqui apresentados e consoante nosso intuito de buscar na materialidade da vida contrastes com o que vimos elaborando conceitualmente, previmos a realização de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e compreensiva, realizada junto às experiências de pessoas que vivenciaram e sobreviveram o isolamento social, conforme descrevemos na próxima sessão. Todo o material teórico exposto representa uma projeção, ou melhor dizendo, previsão, que pode ou não se concretizar após a superação do isolamento social. Essa dissertação obtém essa roupagem a fim de que toda a construção teórica que, a priori, elaboramos nas duas primeiras partes não se perca no vácuo e não se esvazie em suas comprovações empíricas.

TERCEIRO ATO
A VIDA (PSÍQUICA) EM PÓS-ISOLAMENTO

CAPÍTULO 7 – PERCURSO METODOLÓGICO

Demarcação do método e da congruência ontoepistemológica

A pesquisa aqui realizada, de natureza descritiva e compreensiva, se inscreve na tradição hermenêutico-crítica do paradigma interpretativo. O paradigma interpretativo ou construtivista se caracteriza pelo entendimento de que existem múltiplas realidades e que elas são construídas em conjunto com outras, ou seja, no processo intersubjetivo, incluindo a presença e reflexividade do pesquisador, dentro de determinados contextos ante fenômenos sociais específicos, tendo em mente que não existe uma única verdade, mas, sim, verdades que funcionam como aproximações ou perspectivas, no plural (Bosi, 2021).

Concernente à hermenêutica, Schleiermacher é considerado o inaugurador dessa tradição, tendo proposto a teoria da hermenêutica geral como representante da hermenêutica clássica e buscando fazer a interpretação de textos escritos como a Bíblia. Após Schleiermacher, surgiram outros críticos e estudiosos mais contemporâneos, como Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur, sendo Gadamer um pensador emblemático dessa tradição ao propor uma hermenêutica filosófica. Nessa perspectiva gadameriana, a hermenêutica – tida como ramo da Filosofia – designa a arte ou a prática da interpretação, cuja estrutura básica da compreensão denota quatro pilares, a saber: fusão de horizontes, círculo hermenêutico, pilar dialógico e mediação. Unificando esses pilares, podemos erigir uma interpretação que implica aceitar a totalidade de um contexto compreendendo suas partes, abrir-se ao movimento de ir e vir quando se interpreta um contexto e estar aberto a modificações de pensamento no trajeto da compreensão de um determinado fenômeno (Lawn, 2011).

A escolha desse enfoque se justificou por duas razões. A primeira delas se deve ao fato de que – como se pretende entrar em contato com a subjetividade, isto é, com a particularidade perceptiva-vivencial, daqueles que vivenciaram o isolamento social – uma abordagem qualitativa permite aos participantes se expressar livremente acerca de um definido fenômeno vivenciado, compartilhando inquietações e reflexões preciosas à solução da problemática desse estudo. A segunda razão está localizada no desejo de compreender de que maneira foram manifestadas experiências de sofrimento psíquico face à compressão da vida no enquadramento urbano da pandemia – compreensão essa que apenas o enfoque qualitativo, sob o paradigma interpretativo, possibilita atingir.

Em se tratando de uma pesquisa que se inscreve no interior das Ciências da Saúde, todo o aparato conceitual que se funda nelas (Ciências da Saúde) perpassa, epistemologicamente, uma teoria pensada nas Ciências Sociais e evidenciada a partir dos pressupostos obtidos empiricamente, na ida e desnudamento do campo onde o fenômeno está ou esteve presente e em relação com o contexto no qual está inserido (Bosi, 2021; Gastaldo, 2021). Dessa maneira, o estudo em tela reitera a inserção das Ciências Sociais na Saúde, precisamente da Geografia Urbana Crítica no campo da Saúde Coletiva, tomando emprestado o conceito teórico de compressão do tempo-espaço do geógrafo David Harvey, com o fim de pensá-lo criticamente e moldá-lo a partir de uma nova proposta, a qual se delinea nessa investigação pela denominação de compressão da vida.

Esses conceitos se apoiam em uma ampla variedade de categorias analíticas, tais como tempo, espaço, compressão, vida, cidade, urbano, urbanização, dominação, apropriação, as quais foram pensadas em alinhamento com alguns pressupostos da Saúde Coletiva. Sob esse prisma, estudar a rede urbana implica pensar nas relações sociais de produção que, não raro, determinam e condicionam o modo de vida na cidade em um determinado tempo e espaço. Ontologicamente, esse modo de vida urbana modelado pelas relações sociais de produção, já alinhando à Saúde Coletiva, oferece subsídios para pensar a determinação social do processo saúde-doença – tão crucial às práticas de atenção e cuidado em saúde. Igualmente, oferece-nos suporte para defender a tese de que a compressão do tempo-espaço ora reconstituído aqui e em seu sentido original, promulgada pelo modo de produção capitalista, gera a compressão do modo de vida nas cidades e, por conseguinte, o sofrimento subjetivo.

Posicionalidade do investigador

Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, o pesquisador é uma figura central que incorpora o papel de intérprete, interpretando e reinterpretando cuidadosa e sofisticadamente a variedade de significados e percepções que os participantes empreendem aos fenômenos sociais que eles vivenciam e ao mundo do qual fazem parte (Eakin; Gladstone, 2021; Martínez-Salgado, 2021). Contudo, antes de assumir propriamente esse papel, é o pesquisador quem concebe e gerencia o estudo em questão – fato esse que me induz a expor nas linhas seguintes as minhas principais motivações e razões pela realização desse estudo.

O desejo de compreender como se manifestaram as experiências subjetivas de sofrimento psíquico, utilizando como quadrante o isolamento social gerado pela pandemia por Covid-19 para questionar uma problemática que é mais sistêmica e enraizada – o capitalismo avançado –, foi o que sobretudo me motivou a desenvolver essa investigação, tanto do ponto de vista de inquietação pessoal quanto intelectual. De maneira subjacente, inclui-se como parte desse tensionamento minha própria experiência de isolamento social, compelindo-me a indagar como essa experiência havia sido vivenciada por outras pessoas e se suas organizações psíquicas tinham se mantidas intactas e, em caso de negação, quais as repercussões que isso havia trazido às suas vidas.

Em acréscimo a isso, outras razões de escolha desta abordagem também permearam as reflexões pessoais que nutri a respeito de como o espaço público pareceu ter se comprimido, se estreitado, ante a paralisação de práticas corriqueiras típicas do urbano. Para efeito de exemplificação, aponta-se a paralisação da ida e vinda do trabalho, da ida e vinda à universidade, etc., conduzindo, pois, ao desafogamento do trânsito e, como assinalam Duarte et al. (2020) e Grigio, Nascimento e Aragon (2021), à consequente diminuição da emissão de gases na atmosfera, amenizando, com efeito, não apenas problemas de natureza ambiental, mas também de outras ordens. Todavia, apesar dessas provisórias reflexões terem sido corroídas, repensadas e remodeladas desde 2020, é impossível desprendê-las das minhas motivações nascentes mais pulsantes nesse estudo.

Cabe reiterar: estou ciente de que as inquietações mencionadas aqui não representam as múltiplas problemáticas que nasceram no âmago das camadas sociais desabastecidas com o advento da pandemia. Esse problema talvez se deva ao caráter multisubjetivo das experiências de isolamento social e à nossa limitação de não se ter atingido as camadas mais vulneráveis da cidade. Para efeito alusivo, cito as práticas de violência nas suas várias modalidades (sexual, psicológica, doméstica), fome e outras diversas mazelas sociais vivenciadas e experienciadas por muitos, causadas, principalmente, por uma lógica capitalista desigual, a qual se tornou mais evidente com a emergência da pandemia. É fato, entretanto, que foram essas as inquietações preliminares que me trouxeram até aqui.

Enfatizo, por fim, que meu insipiente conhecimento àquela época – março de 2020, que foi quando surgiram os primeiros ensaios teóricos acerca da pandemia – sobre a existência de profundos debates circunscrevendo os tensionamentos urbanos, bem como as definições de cidade e urbanismo, me limitou, a meu ver, a expandir as contradições revestidas neste estudo em paralelo à dimensão sócio-histórica. Desde então, vim

fecundando um intenso e exaustivo estudo a respeito da cidade urbana capitalista em conjugação à saúde coletiva. Além disso, vim nutrindo ainda um esforço intelectual na tentativa de entregar esta investigação com a melhor qualidade possível.

Contextualização e caracterização do estudo

Esta pesquisa ocorreu no estado do Ceará, mais precisamente em Fortaleza – capital do estado e metrópole nacional de grande importância turística e econômica para o país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o Ceará é um estado brasileiro localizado no interior da região nordestina com um número populacional de 9.240.580 milhões de habitantes, dos quais cerca de 2.104.065 milhões vivem em uma área rural, enquanto outros 6.343.990 milhões, na rede urbana cearense. Esse estado faz divisa com Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e dispõe de 184 municípios distribuídos conforme uma hierarquia urbana que segue o seguinte modelo: (1) Metrópole; (2) Região Metropolitana; (3) Capitais Regionais B e C; (4) Centros Sub-regionais A e B; (5) Centros de Zona A e B e (6) Centro Local, segundo o relatório Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2020).

A grande metrópole cearense, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,682, dispõe de 2.447.409 milhões de habitantes vivendo inteiramente em área urbana (IBGE, 2010) e se situa no centro da região metropolitana (composta por 18 municípios), fazendo, então, limite com Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Itaitinga, Eusébio e Aquiraz. Banhada pelo Oceano Atlântico, Fortaleza usufrui de um amplo dinamismo de modais de transportes, dentre os quais estão os Terminais Portuários do Pecém e do Mucuripe, o Aeroporto Internacional Pinto Martins e os Terminais Rodoviários Formais, como o João Thomé e o de Messejana (Pereira Júnior; Sampaio; Gomes, 2020). Aliás, conforme esses mesmos autores, o coronavírus se infiltrou no território cearense, no primeiro trimestre de 2020, obedecendo à hierarquia urbana do Ceará já mencionada. Ou seja, a princípio, o vírus chegou à metrópole pelos Terminais Portuários e Aeroporto Internacional e, após isso, foi se alastrando pelos demais municípios mediante os Terminais Rodoviários, dando início, portanto, a uma prolongada crise sanitária no estado.

Estratégias para geração de informações

Adotamos a estratégia de geração de informações por triangulação de técnicas, as quais foram: questionário virtual e entrevistas em profundidade. A triangulação consiste em combinar técnicas que serão usadas para subsidiar a coleta de informações, podendo inclusive, como pontua Martínez-Salgado (2021), fortalecer a validade do estudo. O questionário, em um primeiro momento, foi o estágio de pré-entrada à pesquisa, mas não consistiu em uma adesão propriamente dita a ela. Disseminamo-los em redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, compartilhando com colegas e em grupos virtuais, a fim de atingir o público mais diverso possível. No questionário virtual, havia a explicação do objetivo da pesquisa, a importância da participação do respondente, breves perguntas sociodemográficas (nome, idade, gênero, raça, renda, composição familiar, bairro onde reside) e se passou a trabalhar em modalidade de *home-office* no momento mais crítico da pandemia (primeiro semestre de 2020).

Ao final do questionário, cada pessoa informou no espaço solicitado se aceitava participar de uma entrevista individual caso fosse selecionada para prosseguir nessa investigação. Com a análise dos dados registrados no questionário virtual, selecionamos aqueles que se enquadraram nos critérios de variação máxima. Segundo Martínez-Salgado (2021, p. 186), o critério de variação máxima permite “escolher a maior diversidade possível de casos entre aqueles que vivem [ou viveram] o fenômeno ou a situação examinada, identificando os padrões comuns que aparecem em todos os participantes, bem como as situações que os diferenciam”. Esse foi o melhor caminho pensado e adotado para obter a maior diversidade de pessoas.

Em um segundo momento, após a eleição dos participantes via respostas obtidas no questionário virtual, agendamos as entrevistas em profundidade com aqueles(as) que gentilmente se dispuseram a participar do estudo e que se encaixaram nos critérios de variação máxima que estabelecemos. De acordo com Minayo e Costa (2018), as entrevistas abertas, conforme também podem ser denominadas, se caracterizam por não dispor de um roteiro previamente elaborado pelo pesquisador e por ter como premissa: apresentar ao entrevistado o intento da conversa e, a partir da sua narrativa, ir incrementando indagações com a finalidade de aprofundar e densificar o assunto em torno dos propósitos os quais o pesquisador almeja. A escolha por esse método se deveu justamente a acreditarmos que se trata de uma entrevista dialógica que possibilita discorrer profundamente sobre alguma temática, tendo o potencial de não gerar tanto efeito ansiogênico no entrevistado. Após a concessão da entrevista, perguntei a cada participante por qual pseudônimo ele(a) gostaria

de que fosse mencionado(a) na comunicação dos resultados do estudo. As entrevistas ocorreram de forma remota mediante a Plataforma *Google Meet* em dias e horários previamente agendados com os participantes.

Como ponto de interrupção do processo de coleta de informações, não utilizamos nenhuma das técnicas tradicionais com viés positivista debatidas na literatura especializada, nem mesmo a saturação. Em vez disso, concordamos com o conceito de “poder de informação” – criado por Malterud, Siersma e Guassora (2016) e defendido por outros autores de relevância acadêmica-científica como Minayo (2017) e Martínez-Salgado (2021). Seguindo a proposta desse conceito, mais valioso do que olhar para a *magnitude* (a dimensão quantitativa) do fenômeno, é vislumbrá-lo em sua *intensidade*, isto é, em sua riqueza de informações suficiente para contemplar os propósitos de um estudo qualitativo – uma postura que naturalmente corrobora com o pressuposto de qualidade que deve ser alcançado por todas as pesquisas qualitativas em saúde. Sob esse prisma, interrompemos a coleta após sentirmos que conquistamos o devido poder de informação, ou seja, depois que conseguimos apreender as várias dimensões do objeto em estudo, a sua natureza e desvelarmos suficientemente a nossa questão condutora.

Participantes da pesquisa

A modalidade de amostragem escolhida foi a propositiva ou intencional, a qual tem como propósito “selecionar casos ricos em informação cujo estudo permita iluminar a questão em estudo” (Patton, 2002, p. 169). Dentre os diversos critérios que compõem essa modalidade, optou-se pelo critério de amostragem de variação máxima, cuja escolha se deveu à natureza da pergunta e do objetivo movidos nessa investigação.

Com base nesse critério, sinalizamos, de antemão, que tivemos uma imensa dificuldade de encontrar uma amostra que pudesse corresponder fidedignamente à questão condutora de nossa pesquisa – desafio esse que nos direcionou a diversos públicos. Foram necessárias algumas reuniões de discussão para a tomada de decisão sobre o possível perfil dos participantes desta pesquisa, o que de longe já exprime contundentemente o quão dificultoso foi essa definição. Dentre os perfis cogitados, destacaram-se: professores universitários; estudantes de graduação e pós-graduação; trabalhadores da saúde que estiveram na linha de frente no combate à Covid-19; pacientes de serviços de saúde como CAPS e Atenção Primária à Saúde; motoristas da Uber; coletivos engajados em lutas sociais,

como LGBTQIA+⁴⁸ e antirracistas. Após ponderar bastante a respeito de cada uma dessas e outras amostras, elegemos uma mais aberta, isto é, pessoas acima de dezoito anos que tenham vivenciado o isolamento social, independentemente de ter estado ou não trabalhando em absoluto *home-office*. Essa escolha se justificou por acreditarmos que o isolamento social tenha causado sofrimento psicológico em quaisquer pessoas, independentemente de ela ter continuado ou não trabalhando no *home-office*, e por tratarmos a compressão e a descompressão da vida tanto em fusão (em sociedade) quanto em isolamento.

Assim, em consonância ao critério de variação máxima que adotamos, foram escolhidas nove pessoas que se apresentaram como voluntárias no formulário de exploração veiculado via redes sociais e que tinham diferentes: idades, gêneros (homem cis/mulher cis/homem trans/mulher trans/ travesti/não-binário/outros), classes sociais (baixa/média/alta), raça (branco/pardo/preto/indígena), composição familiar (mora sozinho(a)/sem filho(a) ou com filho(a)/mora com ou sem parceiro(a)/etc.), ocupação e que se localizassem em distintos bairros de Fortaleza. Essa escolha de amostra variável se deveu à tentativa de operacionalizar uma análise interseccional e de capturar casos ricos de informação capazes de desvelar sentidos nas suas experiências e que conseguissem exercer com profundidade um trabalho de rememoração da época do isolamento social rigoroso – imprescindível à concretização dessa pesquisa.

Na tabela abaixo, apresentamos a caracterização dos nove participantes escolhidos, os quais foram extraídos a partir de uma lista de 35 pessoas que responderam ao questionário virtual. Nele, continha a explanação de variados atributos dos participantes (tais como idade, gênero, raça, etc), com o fito de contemplar o critério de máxima variação. Cabe abrir um parêntese para comunicar que, em um primeiro instante, foi elaborada uma lista com 12 participantes dentre os 35 que, voluntariamente, participaram do questionário; todavia, dentre os 12, só obtivemos respostas de cinco deles, o que nos levou a produzir uma segunda listagem que nos possibilitou entrevistar mais quatro participantes. Ressalta-se que o número de nove participantes, contemplados com base no critério de máxima variação, ocorreu por acaso, conforme o poder de informação usado como ponto de interrupção da coleta.

⁴⁸ Essa sigla se refere à orientação sexual e identidade de gênero das pessoas, significando Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e demais gêneros.

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES QUANTO AO CRITÉRIO DE AMOSTRAGEM INTENCIONAL DE MÁXIMA VARIAÇÃO

Participante	Idade	Gênero	Classe social	Raça	Composição familiar	Residência	Ocupação
E1	26	Masculino	C*	Indígena	Tia e prima	Passaré	Psicólogo
E2	30	Feminina	C*	Preta	Namorado	Rodolfo Teófilo	Enfermeira
E3	27	Feminina	D/E**	Branca	Namorado	Bom Jardim	Estudante
E4	24	Feminina	D/E**	Parda	Primo	Planalto Ayrton Senna	Psicóloga
E5	27	Masculino	B***	Pardo	Sozinho	Centro	Enfermeiro
E6	34	Feminina	C*	Branca	Sozinha	Aldeota	Psicóloga
E7	29	Masculino	B***	Branco	Esposa	Jardim Iracema	Farmacêutico
E8	59	Masculino	B***	Branco	Esposo	Presidente Kennedy	Aposentado e Estudante
E9	44	Feminino	B***	Parda	Esposo e filha	São Gerardo	Administrador a e Estudante

* A classe C representa aquelas cuja renda mensal domiciliar é de R\$ 2,9 mil a R\$ 7,1 mil.

** A classe D/E representa aquelas cuja renda mensal domiciliar é de até R\$ 2,9 mil.

*** A classe B representa aquelas cuja renda mensal domiciliar é de R\$ 7,1 mil a R\$ 22 mil.

Análise de informações

Foi realizada uma análise interseccional com base na diversidade de pessoas entrevistadas. Como essa investigação se tratou de uma pesquisa que já se iniciava com uma

proposição teórica a ser operacionalizada, adotamos a abordagem pluralista da verificação e geração de teoria (Meyer; Ward, 2021) como ponto de análise das informações que foram colhidas em gravação e, na sequência, transcritas. De acordo com Meyer e Ward (2021), essa abordagem nos permite iniciar a coleta de informações com uma teoria que será examinada à medida que as informações forem sendo analisadas; entretanto, ela possibilita que o pesquisador não fique restrito à teoria a ser verificada, podendo ficar aberto à possibilidade de inserir novos elementos que, porventura, surjam na coleta de informações.

Rigor do estudo

Uma variedade de artifícios foi aplicada aqui, com vistas a atingir o rigor científico exigido em uma pesquisa qualitativa em saúde. Gastaldo (2021, p. 79) define rigor como “a prática consistente de examinar e documentar a fundamentação teórica, o propósito da pesquisa, as circunstâncias contextuais e as técnicas utilizadas para gerar e analisar os dados, de modo que outros possam entender e criticar o processo e o conhecimento”. À vista disso, o primeiro exemplo de rigor utilizado foi a concatenação e a tentativa – esperamos que exitosa – de dialogar com referenciais que saltam o campo da Saúde, trazendo à baila pressupostos das Ciências Humanas e Sociais (CHS), propiciando, portanto, uma consistência epistemológica a essa investigação. Um segundo exemplo diz respeito à triangulação metodológica adotada, a qual se notou que, face a esse estudo complexo, um desenho metodológico igualmente complexo seria exigido para poder alcançar a validade desejada. Aliás, desde a fase embrionária desse manuscrito, a reflexividade – bastante fundamental à consciência crítica do pesquisador – se fez e se faz presente em cada uma das etapas e dos capítulos de construção.

Considerações éticas

Essa pesquisa está de acordo com os princípios éticos da Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual dispõe das normas aplicadas a pesquisas das Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos requerem informações que necessitem ser obtidas por informantes. Dessa maneira, o estudo em tela foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará (UFC) /PROPESQ em dezembro de 2022, tendo obtido o número do parecer consubstanciado 5.948.177 em março de 2023. Após a sua apreciação e parecer favorável, demos início à coleta de

informações, a qual ocorreu à medida que cada informante fosse concordando em prestar informações e assinar o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido presente no Apêndice B.

Garantimos o sigilo e proteção de privacidade a cada participante dessa pesquisa, de modo que a identidade dele não seria revelada em nenhuma das etapas do estudo para outros sujeitos fora da investigação. A divulgação das informações com as identidades de cada informante só foi feita entre os profissionais estudiosos desta dissertação. Ademais, garantimos que, após a transcrição da gravação em áudio, a transcrição seria imediatamente excluída de nossos arquivos, como de fato o foram. Por fim, como toda pesquisa implica riscos, esclarecemos aos participantes que distintos riscos poderiam aparecer, todavia, não houve a manifestação de constrangimento ou abalo emocional devido à rememoração da experiência de isolamento social e à exposição de fragilidades psicológicas ao entrevistador, bem como vergonha ou pudor ao partilhar com outrem crenças e opiniões pessoais.

Potencialidades e limitações do estudo

Frente à certeza do curto período que é o mestrado para iniciar, desenvolver e finalizar esse estudo e à complexidade do referencial teórico-conceitual e do desenho metodológico adotados, a dissertação em tela denotou muitas limitações, apesar do esforço hercúleo de torná-la cientificamente mais rigorosa possível. É bem provável que existam fendas nessa investigação no que concerne ao entrelaçamento das principais dimensões que regem a pesquisa qualitativa em saúde, a saber: (a) ontológica; (b) metodológica; (c) epistemológica; e (d) axiológica (Bosi; Gastaldo, 2021). Contudo, consideramos legítimo todo empenho por tentar fazer ciência, ainda mais diante de uma conjuntura político-econômica brasileira que nos promove vivências agrídoces – talvez mais “agris” do que “doces”.

Nada obstante, reconhecemos o potencial desse estudo e esperamos que ele tenha oferecido valiosas contribuições ao campo da Saúde Coletiva, à comunidade acadêmica em geral, aos sistemas de saúde, à sociedade e aos participantes do estudo, tal como defendem Mercado-Martínez e Robles-Silva (2021) ao trazerem reflexões sobre para quem os resultados de uma pesquisa qualitativa em saúde devem ser direcionados. Outrossim, não há como desconsiderar que são escassas na literatura especializada produções que versem a respeito da incursão da Saúde dentro das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo no que

concerne à pesquisa qualitativa em saúde frente ao paradigma positivista hegemônico (Bosi, 2012; 2015), o que, por si só, já garante a esse estudo o pretexto de existir e a aptidão para ir adiante e propor novos caminhos à saúde e à sociedade.

CAPÍTULO 8 – EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO PROVENIENTES DO ISOLAMENTO SOCIAL: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS SINGULARES A PARTIR DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Eu ando pelo mundo
 E meus amigos, cadê?
 Minha alegria, meu cansaço
 Meu amor, cadê você?
 Eu acordei
 Não tem ninguém ao lado
 Pela janela do quarto
 Pela janela do carro
 Pela tela, pela janela
 Quem é ela? Quem é ela?
 Eu vejo tudo enquadrado
 Remoto controle

(Adriana Calcanhotto, em “Esquadros”)

Neste capítulo, temos o propósito de analisar e operacionalizar os pressupostos teóricos desenvolvidos e percorridos nos capítulos precedentes. A partir das entrevistas em profundidade selecionadas como método de coleta de informações desta dissertação, apresentaremos, de agora em diante, as experiências de sofrimento psíquico provenientes do isolamento social na cidade de Fortaleza, Ceará, bem como os trechos empíricos que desvelam e fundamentam a nossa proposição de compressão da vida e o sentido e significado da extensão proposta ao conceito de compressão do tempo-espço. Em se tratando de um fenômeno que teve proporções mundiais e, por conseguinte, coletiva – como é o caso do isolamento social decorrente da pandemia por Covid-19 –, demarcaremos um recorte da vivência coletiva a partir da experiência subjetiva de algumas pessoas que sobreviveram a esses fenômenos.

De um modo geral, todo o conteúdo coletado nas entrevistas – realizadas via gravação de vídeo pelo Google Meet, plataforma de reuniões virtuais – foi transcrito, exaustivamente revisado e minuciosamente categorizado empírica e teoricamente, conforme o nosso objetivo basilar, o qual buscou compreender, a partir das experiências vividas pelas pessoas, como a pandemia e o isolamento social influenciaram a vida humana a ponto de produzir sofrimento psíquico no contexto urbano da cidade de Fortaleza. Ressaltamos, com isso, que o material empírico das nove pessoas entrevistadas durante agosto de 2023 a janeiro de 2024 resultou em seis horas de gravação que, após transcritas,

chegaram a um total de 73 páginas, as quais foram submetidas à análise e à categorização empírica e teórica.

A fim de evitar despersonalização e dessubjetivação dos fragmentos linguísticos que serão escritos nas próximas linhas, nenhum entrevistado receberá uma numeração para efeito de identificação. Em vez disso, cada um deles receberá ficticiamente – como forma de prestação de homenagem – o nome real daqueles que, infelizmente, foram vítimas da Covid-19, cujas vidas ceifadas estão, aliás, inclusas na dedicatória desta dissertação. Em 29 de abril de 2020, o artista e tecnologista Edson Pavoni, criador do projeto Inumeráveis, construiu um perfil no *Instagram* cognominado de Inumeráveis Memorial⁴⁹. Em sua primeira publicação, Edson escreveu: “não há quem goste de ser número, gente merece existir em prosa”; a partir daí, para cada publicação realizada no perfil, o artista trazia uma descrição, feita por amigos e familiares, a respeito da vítima de Covid-19 no Brasil. Abaixo delas, ainda constavam nome, sobrenome e idade da vítima. São estes os nomes que os entrevistados terão, aqui, a honra de representar.

Assim sendo, nas páginas subsequentes, em ordem aleatória, será entoado o canto dos seguintes personagens: Edgard Farah, Marcone Severino, Emerson Urbano, José Valdivino, Genizarete Justino, Joana D’Arc, Arminda Aucea, Maria da Graça e Joselice Guimarães.

Notas preliminares a respeito das personagens desta história

A título de esclarecimento, enfatizamos que as notas preliminares a seguir se referem à vida dos entrevistados e das entrevistadas deste estudo, e não àqueles e àquelas que foram vítimas de Covid-19 e emprestaram seus nomes aos participantes desta dissertação. Portanto, adiante, veremos algumas informações sociodemográficas e pessoais das pessoas entrevistadas em nosso estudo.

Edgard Farah

Edgar é um homem branco heterossexual de 29 anos de idade, cuja renda mensal domiciliar o enquadra na classe social B (7,1 mil a R\$ 22 mil). Desde 2017, é formado em Farmácia, tendo já atuado em serviços de saúde como hospitais, Centro de Atenção

⁴⁹ Um memorial *on-line* dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil. Na rede virtual *Instagram*, o link do perfil é: [@inumeraveismemorial](https://www.instagram.com/inumeraveismemorial/).

Psicossocial (CAPS) e Unidade Básica de Saúde (UBS). Embora tenha chegado a residir, junto à sua esposa, na casa dos sogros, mudou-se, ainda durante a pandemia e o isolamento social, para um apartamento próprio, de maneira que, atualmente, mora no bairro Jardim das Oliveiras, em Fortaleza – Ceará.

Marcone Severino

Marcone é um homem homossexual de 26 anos de idade cuja origem descende do povo indígena. No decorrer da pandemia e do isolamento social, entre os anos mais intensos de 2020 e 2021, estava cursando o final da graduação em Psicologia numa dada instituição de ensino privada, tendo vivenciado a experiência do ensino remoto, isto é, aulas on-line afastadas do ambiente escolar presencial. Devido ao fato de não ser natural da cidade de Fortaleza, morava com a tia e a prima no bairro Passaré ao longo da pandemia e do isolamento. Conforme ele, suas condições financeiras ao longo da pandemia por Covid-19 o enquadravam na classe social C, cuja renda mensal domiciliar varia de R\$ 2,9 mil a R\$ 7,1 mil.

Emerson Urbano

Emerson é um homem homossexual de 27 anos de idade que se reconhece como sendo pardo. Graduado em Enfermagem, estava concluindo a residência multiprofissional em saúde quando o alerta de pandemia por Covid-19 foi omitido pela OMS. Vindo do interior para fazer residência, alugou uma casa sozinho no Centro de Fortaleza, tendo permanecido lá até a ocasião final de sua residência. Segundo ele, sua renda mensal domiciliar à época o enquadrava na classe social B (7,1 mil a R\$ 22 mil).

José Valdivino

O Sr. José é um homem branco homossexual de 59 anos de idade que trabalhou até o início de 2020 como mecânico de equipamentos na Petrobrás, tendo recebido a partir daí a titulação de aposentado. Enquadrado como classe social B (7,1 mil a R\$ 22 mil), morava com seu esposo no bairro Presidente Kennedy. Graduado em Matemática, cujos conhecimentos auxiliaram na execução do seu trabalho em mecânica de equipamentos. Atualmente, o Sr. José cursa Psicologia numa instituição privada de saúde.

Genizarete Justino

Genizarete, mulher parda heterossexual de 44 anos de idade, é formada em Administração e, atualmente, está concluindo o curso de Psicologia numa dada instituição privada. Natural de Minas Gerais, reside com seu esposo e sua filha adolescente em Fortaleza há alguns anos. Durante o período mais intenso da pandemia e do isolamento social, ela e sua família moraram em um apartamento de tamanho mediano no bairro São Gerardo. Nos dias atuais, mora em um apartamento menor, com poucos cômodos, no bairro Presidente Kennedy. De acordo com ela, a renda mensal domiciliar se enquadra na classe social B (7,1 mil a R\$ 22 mil).

Joana D'Arc

Joana, mulher preta heterossexual de 30 anos de idade, é natural do interior do Ceará. Graduada em Enfermagem, na ocasião da entrevista, ela estava concluindo o mestrado na área da saúde, trabalhando exclusivamente neste setor acadêmico. Quando a pandemia teve o seu início, Joana estava morando com o seu namorado, tendo – ainda durante o período intenso do isolamento social – se separado dele. Atesta que suas condições financeiras ao longo da pandemia por Covid-19 a enquadravam na classe social C, cuja renda mensal domiciliar varia de R\$ 2,9 mil a R\$ 7,1 mil.

Arminda Aucea

Arminda, mulher branca heterossexual de 27 anos de idade, é natural de Fortaleza e cursa Psicologia numa instituição privada da cidade, embora advenha do grupo de baixa renda. Durante o isolamento social, parece ter morado com o namorado e sua filha, próximo às casas de sua mãe e sua avó. Moradora do bairro Bom Jardim, trabalhava com produtos exportados da China antes do recrudescimento da pandemia. Após o seu advento e o fechamento dos serviços considerados não essenciais, precisou interromper o seu trabalho, tendo enfrentado, em consequência, problemas financeiros. Consoante ela, sua renda mensal domiciliar a enquadrava, ao longo da pandemia, na classe social D/E – aqueles cuja renda não ultrapassa os R\$ 2,9 mil.

Maria da Graça

Maria, mulher branca heterossexual de 34 anos de idade, é natural de Juazeiro do Norte, mas, desde a chegada da pandemia, mora e trabalha na capital cearense. Graduada em Psicologia há cerca de 10 anos, desde que chegou a Fortaleza, passou a morar sozinha no

bairro Aldeota. Apesar de estar namorando durante o início da pandemia, o seu namoro terminou ainda nas semanais iniciais do isolamento social. Conforme informações fornecidas por ela, sua renda mensal domiciliar a enquadra na classe social C (R\$ 2,9 mil a R\$ 7,1 mil).

Joselice Guimarães

Joselice, mulher parda homossexual de 24 anos de idade, é natural do interior do Ceará, de uma cidade com pouco mais de 13 mil habitantes. Durante a pandemia, era estudante do curso de Psicologia e trabalhava numa clínica particular de saúde da cidade de Fortaleza – Ceará. Durante o isolamento social, morava com seu primo no bairro Planalto Ayrton Senna. Atualmente, ela é graduada em Psicologia e trabalha na clínica em questão exercendo a função de psicóloga. Sua renda mensal domiciliar a posicionava na classe social D/E – aqueles cuja renda não ultrapassa os R\$ 2,9 mil.

Pandemia e isolamento social: os selvagens feitos do tempo sobre a vida ou os selvagens feitos da vida sobre o tempo?

Em um primeiro momento, atribuí ao título desta seção a denominação de *Pandemia e isolamento social: os selvagens feitos do tempo sobre a vida*. Contudo, de maneira muito franca, deparei-me com o questionamento se seria o tempo e seus eventos que exercem algum tipo de influência sobre a vida ou se seria a vida e seus processos que exercem influência de alguma espécie sobre o tempo. Barrado por essa indagação, que considero bastante pertinente e íntegra, vi-me compelido a refletir um pouco mais a propósito da seção em relevo e atribuir a ela um sentido que se aproximasse mais à ambiguidade e à dialeticidade na qual está inscrita esta dissertação. Logo, a titulação acima – agora em formato de interrogação – denota uma questão-problema que pretendo, nas próximas linhas, abrir um espaço frutífero à reflexão e ao debate, os quais requererão fôlego, paciência e ponderação na análise das minúcias discursivas dos entrevistados e entrevistadas.

No fascinante texto *O inquietante (1919)*⁵⁰, Freud (2010, p. 331) assinala que “o inquietante é aquela espécie de coisa assustadora que remonta ao que é há muito

⁵⁰ Cabe pontuar brevemente que, nas Obras Completas de Sigmund Freud (1856-1939), traduzidas do alemão diretamente para o português pela Companhia das Letras, a equipe de tradução da Editora escolheu traduzir o título original *Unheimlich* por Inquietante. Todavia, nas Obras Incompletas de Freud lançadas pela Editora Autêntica, cuja tradução também partiu do alemão diretamente para o português, a mesma expressão utilizada

conhecimento, ao bastante familiar”. Transfigurando tal conceito à realidade em tela, é possível depreender que a pandemia, notoriamente, designa um fenômeno já conhecido pela humanidade e bastante reportado em livros históricos. Afinal, o mundo já teve o infortúnio de presenciar diversas pandemias para além daquela da terceira década do século XXI, provocada pela Covid-19⁵¹. Assim, ainda que o fenômeno da pandemia não se trate de um evento novo, pois ele é já conhecido, é impossível não sentir o horror, a angústia e o medo do desconhecido e do inesperado diante dela, que se introduz no espaço-tempo e na nossa vida cotidiana e psíquica como uma “coisa assustadora”, que certamente ameaça a continuidade da vida.

Empiricamente, ao analisar os extratos seguintes, evidenciamos esse panorama de algo que foi vivenciado e experienciado como inquietante e infamiliar, que escapou a uma rápida racionalidade:

Bem assustador, né? [...] Falando mais abertamente, assustador por questões que você não entendia o que tava acontecendo. Quando a gente falou em quarentena, se achava ali que seria uma, duas semanas, e passamos meses dentro de casa, a questão de lavagem, de tudo que se consumia, a questão de você não poder receber pessoas. (Arminda Aucea)

Então, a gente não imaginava a duração daquilo tudo, embora fosse muito assustador. (Maria da Graça)

Foi uma coisa assim que a gente nunca tinha vivido antes, né? E a sensação do inesperado, né, aquela sensação de medo, de ansiedade, de sem saber muito o que fazer, né? E muita informação chegando, e você não ter assim um direcionamento de como viver aquela situação, né? (José Valdivino)

Ademais, no mesmo texto, Freud ainda assegura que, para que uma coisa nova seja considerada assustadora para os indivíduos, é preciso que *algo* seja acrescentado ao *novo* e não familiar, afim de torná-lo inquietante. Projetando este pensamento à nossa discussão, depreende-se que o *novo* em nosso contexto pode ser facilmente atrelado à pandemia e ao isolamento social, enquanto o *algo*, para produzir o horror, o inquietante e o angustiante, talvez possa se tratar da própria Covid-19, a qual, inquestionavelmente, contém forte poder de invisibilidade, de contaminação e de fácil provocação de morte. De tal maneira, ainda que a pandemia se trate de um fenômeno já conhecido e reportado no transcurso da história

originalmente por Freud recebeu a tradução de Infamiliar. Como o nosso acesso foi ao livro da Companhia das Letras, adotamos o vocábulo “inquietante”, embora entendemos a dicção “infamiliar” como sinônimo daquele.

⁵¹ Para além desta, destaca-se, historicamente, as pandemias instigadas pela: Peste Bubônica (ocorrida no século XIV), Varíola (tendo perdurado cerca de três séculos), Cólera (século XIX), Gripe Espanhola (século XX) e Gripe Suína (início do século XXI).

humana a partir de distintos antagonistas, isto é, distintos microrganismos, ela sempre traz algo de novo em seu cerne, produzindo sentimentos que se estendem a horizontes longínquos da estrutura psíquica. Nisto, é indubitável que reside algo coletivo no individual; afinal de contas, é fácil identificar que o horror e a angústia foram experienciados pelo coletivo humano em sua singularidade – como denunciam os excertos acima.

Além da sensação de ter se deparado com algo assustador e inesperado, os sentimentos de medo da contaminação, da perda e da morte de si e/ou do outro também estavam demasiadamente presentes. É curioso poder pensar como um evento como a pandemia – além de obviamente ter acarretado a morte de um sem número de pessoas no Brasil e no mundo afora – pôde assolar, ainda, de modo simultâneo e em larga escala, a antecipação fantasiosa da perda de si ou de algum ente querido, erigindo uma espécie de luto antecipatório.

A propósito do luto, Freud, em *A Transitoriedade (1916)*, assegura que:

Nós possuímos – assim imaginamos – uma certa medida de capacidade amorosa, chamada libido, que no começo do desenvolvimento se dirigia para o próprio Eu. Depois, mas ainda bastante cedo, ela se dirigia para os objetos, os quais, por assim dizer, incorporamos em nosso Eu. Se os objetos são destruídos, ou se perdemos, nossa capacidade amorosa (libido) é novamente liberada; pode então recorrer a outros objetos em substituição, ou regressar temporariamente ao Eu. Mas por que esse desprendimento da libido de seus objetos deve ser tão doloroso, isso não compreendemos, e não conseguimos explicar por nenhuma hipótese até o momento. *Só percebemos que a libido se apega a seus objetos e, mesmo quando dispõe de substitutos, não renuncia àqueles perdidos. Isso, portanto, é o luto* (Freud, 2010, p. 250, grifos meus).

Quando nossa capacidade amorosa está intensamente investida num determinado objeto de amor, como amigos e familiares, a perda dessa pessoa – ou a antecipação fantasiosa dessa perda – tende a ser sentida de maneira muito dolorosa, pois não nos sentimos preparados para viver numa realidade na qual a representação do nosso objeto amoroso não mais exista. Os fragmentos abaixo conseguem ilustrar singelamente como isso pôde ser fortemente experienciado pelo vivente:

Quando eu peguei a Covid, acho que foi a segunda vez, que era aquela onda da gripe bem forte, que ninguém sabia se era gripe ou se era covid, eu tinha muito medo de morrer, muito medo, eu ficava direto ligando pra minha família. E não ter ninguém, tipo, morreu e ficou ali, ninguém saber o que foi que aconteceu. Depois de dias, a minha mãe vinha deixar a comida na porta, e eu não queria deixar ela entrar também, pelo medo dela ser infectada, acontecer alguma coisa.
(**Arminda Aucea**)

Eu tava lembrando agora também que eu tinha muito medo da minha avó ir embora... assim, partir. Então... é... foi bem complicado. (Joana D'Arc)

Meus pais já têm 73 anos, os dois. [...] toda vez que eu saía, e eu via um idoso na rua, eu começava a chorar. Eu ficava tão emocionada, eu falei: “meu Deus, o que é que esse povo tá fazendo aqui?”, sabe? Eu me lembrava dos meus pais. E aí, eu fazia disciplina de psicologia do desenvolvimento, aquela fase da finitude, do luto. Mas, assim, uma questão simples, eu desaguava, porque mexeu muito comigo essa questão da finitude, sabe? De tá longe dos meus pais e preocupação, os meus pais, assim, né, não tomava tanto cuidado, né? Porque eles moram em cidade no interior, então, acho que os vizinhos vinha. Aí ele: “estou conversando só com o vizinho aqui.” Aí eu: “Pai, não pode!”. Então, isso me desgastou muito. (Genizarete Justino)

Como se pode evidenciar, apesar de o medo da perda do outro estar bastante saliente no discurso dos entrevistados, ele não era o único sentimento latente, pois existia, também, ainda que em menor proporção, o medo da perda de si próprio. É interessante notar, todavia, que, embora houvesse uma certa consciência da fragilidade da sua própria vida, tal consciência se direcionava mais à fragilidade do outro. Naturalmente, cada sujeito é circunscrito por uma porção de mecanismos de defesa que funcionam, em nossa estrutura psíquica, como uma espécie de redoma de vidro que nos protege das cruezas do mundo externo e nos afasta de qualquer percepção consciente da nossa finitude. Em outros termos, por mais que seja doloroso se deparar com a possibilidade da morte do outro, é mais doloroso ainda reconhecer e se deparar com a possibilidade de nossa própria morte. Eis, dessarte, uma conclusão desconcertante pensar que o medo da nossa morte é, talvez, inconscientemente, projetado para a possibilidade da morte do outro – isentando-nos, pois, de sofrer o mesmo destino.

Inclusive, como extensão do luto, a finitude foi outra categoria teórica captada nas entrelinhas do discurso dos entrevistados, assim como estatuem os substratos abaixo:

[...] o isolamento, ele traz a questão [...] de que a vida não passa, a morte tá ali, tudo que a gente quer é não morrer, né? Mas a coisa tá ali lembrando o tempo todo de que aquilo pode acontecer com a gente, mas assim isso acontece com os próximos. E aí, talvez o isolamento nos traga essa aflição de que: “tá, e quando vai ser a minha vez de ser abatido?”, porque a ameaça e a angústia tá ali na porta de casa. (Marcone Severino)

[...] na segunda onda, eu me isolei ainda mais, porque o medo de morrer se intensificou. [...] Teve um colega do trabalho que faleceu muito jovem. Então, essa coisa, a iminência da morte, ela ficou muito, muito perto, assim, muito de perto. (Maria da Graça)

Montagna (2016, p. 35, grifos meus), produzindo algumas notas sobre a finitude, testifica que:

[...] tanto a consciência [da morte] como essas perdas reais, colocando-nos diante da necessidade de refazermos o trabalho de luto, testará nossa capacidade de realizá-lo e ultrapassá-lo. Se conseguimos ultrapassá-lo, uma nova ordem se impõe, nova forma de criatividade, uma outra espira se implanta na espiral da travessia da posição depressiva. Cria-se um novo interessante paradoxo. *A consciência de nossa finitude, de nossa pequenez diante da vida, do mundo, das coisas, nos permite olhar para a beleza do mundo em sua infinitude.*

Com efeito, se fizermos uma leitura crítica e atenta desta passagem, observaremos que – embora o não reconhecimento constante de nossa finitude possa funcionar como um mecanismo de defesa para nos proteger da percepção iminente de nossa própria morte – Montagna nos agracia com o outro lado da questão. Reiterando-o, ele nos inquieta afirmando que a consciência de nossa finitude nos permite olhar para a beleza do mundo em sua infinitude. Em outras palavras, o autor teve a pretensão de nos comunicar que, ao se ter consciência de que nossa vida algum dia acaba, conseguimos, instintivamente, desenvolver um senso de valorização de tudo aquilo que existe na vida, no mundo e nas coisas, as quais, diferentemente de nós, têm caráter infinito. Vislumbrar a situação por essa ótica nos permite perceber que existe algo no mundo da vida que merece ser valorizado, enquanto ainda estamos aqui para o prestigiar.

Ora, não foi à toa que o sentimento de valorização da vida e do espaço urbano foi desenvolvimento no interior psíquico daqueles que entrevistamos. Por um lado, o fato de eles terem – ou nós termos – se defrontado com a iminente possibilidade da morte de si foi, decerto, o que produziu o desejo de valorização da vida. Por outro lado, o fato de eles terem sido – ou nós termos sido – sentenciados ao isolamento social e privados do espaço urbano foi o que, naturalmente, injetou neles o senso de atribuir, após a superação do isolamento e do confinamento social, maior valor ao espaço urbano e, igualmente, à vida. Sob tal sentido, é inexorável que, de certa forma, a consciência da finitude pode dominar nossa vida psíquica e domar nossa maneira de pensar, sentir e fazer – ainda que tais efeitos sejam meramente momentâneos.

Essas ponderações acerca da valorização da vida como herdeira da pandemia e do isolamento social ficaram evidentes depois da interpretação que construímos a partir dos discursos da maioria dos entrevistados, os quais dissertam:

Mudou [a minha forma de me conectar com o espaço urbano]. Assim, é aquele velho ditado, aquela velha coisa que sempre falam pra gente, que às vezes a gente precisa perder ou ficar sem pra dar valor, né? Isso é uma coisa que a gente escuta muito e que virou bem banal, mas que foi bem a realidade comigo, principalmente o ir à praia, né? Eu falei que eu gostava muito de ir, só que eu percebi que era

importante pra mim quando eu não podia ir, né? Foi depois que eu tive que parar de ir que eu comecei a perceber, né? (Joselice Guimarães)

Eu acho que, assim, valorizando pequenas coisas, desde um: ah, sair pra passear com o cachorro é uma grande coisa, né? Ir na casa de um familiar, né, que às vezes eu passava um pouco mais de tempo pra poder visitar. Um exemplo, a minha mãe, que já mora um pouco mais distante, agora eu já sinto essa carência de ir em um período menor de tempo, né? Coisas simples mesmo, assim, de um passeio em família, pra mim, já é algo muito importante, que antes, assim, não tinha tanto, eu ia porque, não era uma obrigação, mas não tinha tanto valor, assim, né, esses momentos juntos, né? (Edgard Farah)

[...] era como se eu tivesse tido a liberdade, voltado a liberdade de novo de ir pra esses espaços, né? Então, eu me senti livre novamente, né? Aquela sensação de eu posso estar aqui agora de novo, eu posso saborear isso, eu posso ir a tal local, eu posso voltar a andar na rua. O andar na rua, né, que a princípio começou a ser com máscara, né? [...] Então foi muito saboroso, assim, foi muito bom esse retorno, essa volta, né? É como se a vida tivesse adquirido assim: “poxa, a gente passou por um momento muito complicado, mas... tô aqui de volta, né? Voltei, tô aqui novamente, né?” E você começa a sentir... dá um valor até melhor das coisas que você não dava antes, né? O próprio andar na rua, né, passou a ter um valor diferente, né? (José Valdivino)

Reiterando, complementando e dialogando com nossa análise, Montagna ainda assevera que:

Se de certo modo há que se viver cada uma de nossas situações, cada um de nossos momentos, como limite, enquanto seres humanos [...], não há como negar que existem circunstâncias, na vida [...], em que essas situações dominam o cenário, tomam o primeiro plano e se tornam elas mesmas protagonistas do nosso pensar e fazer (2016, p. 30-31).

É provável que uma de nossas maiores crenças que sustentam o nosso viver seja o fato de acreditarmos que somos protagonistas da nossa vida e do curso que ela trilha. Esse protagonismo – embora nem sempre desejemos nos responsabilizar pelo curso trilhado da nossa própria vida – nos imputa, invariavelmente, a noção de que somos o verdadeiro condutor do nosso pensar e fazer. Assim sendo, quando nosso protagonismo esbarra com um fenômeno desconhecido, inesperado e assustador como a pandemia por Covid-19 e recebe o convite de se isolar socialmente, de se afastar das conexões interpessoais e do espaço urbano que nos circunscreve, tal protagonismo se lança para o segundo plano, enquanto o cenário desconhecido, inesperado e assustador domina o plano primário de nossa dimensão psicológica e, por extensão, o nosso viver no mundo externo. Em última instância, esta é uma excelente síntese do que convencionou Freud a chamar de inquietante, mencionado em nossa discussão inicial.

Nos meandros de todas as categorizações empíricas e teóricas já examinadas até estas linhas, há a deflagração de outro fenômeno que ainda não demos a devida atenção e nos

escapa totalmente ao controle de nosso protagonismo, não importando o momento do nosso viver, a saber: o tempo. O que está implícito no debate a respeito do luto, da finitude e, até mesmo, do inquietante é o tempo e seus processos – não raro, nocivos à vida humana. Atreladas ao tempo e seus eventos sobre a vida, hão de ser debatidas profundamente a transitoriedade e a cotidianidade: outros dois conceitos que nos sentimos prontos a examinar nos próximos parágrafos e que ensejamos extrair dele, pelo menos, parte do seu potencial reflexivo.

No texto *A transitoriedade*, publicado originalmente em 1916, Freud narra uma conversa que teve com um amigo e um poeta quando os três saíram para passear. Nas palavras do autor:

O poeta admirava a beleza do cenário que nos rodeava, porém, não se alegrava com ela. Era incomodado pelo pensamento de que toda aquela beleza estava condenada à extinção, pois desapareceria no inverno, e assim também toda a beleza humana e tudo de belo e nobre que os homens criaram ou poderiam criar. *Tudo o mais que, de outro modo, ele teria amado e admirado, lhe parecia despojado de valor pela transitoriedade que era o destino de tudo* (Freud, 2010, p. 248, grifos meus).

Diferentemente do que se pensava, o isolamento social não foi transitório, pelo contrário, ele foi cotidiano, impactando a vida daqueles que o vivenciaram. Considerando que a transitoriedade é um conceito que denuncia que o destino de tudo que existe é transitório e passageiro, ainda que, na mudança de uma estação para outra, alguns elementos possam se renovar, a natureza transitória e passageira é, também, o caso da vida humana, pois ela tem prazo de validade. Ao se deparar com tal constatação, que assola invariavelmente a percepção de finitude, é comum que nos rebelemos, de modo a negar que a existência humana, por exemplo, é passageira. Pensar na transitoriedade da vida implica pensar além do que é exigido pelo senso comum; aliás, como já bem sabemos, cabe a esse a tarefa de renegar a morte e a fragilidade de tudo e de todos. Nesse sentido, é inegável que o desejo que todos sentimos pela imortalidade da vida tenta se sobressair, mas sem sucesso, haja vista que “essa exigência de imortalidade é tão claramente um produto de nossos desejos que não pode reivindicar valor de realidade” (Freud, 2010, p. 248).

Semelhantemente ao conceito de transitoriedade, intimamente vinculado ao espaço e ao tempo, a cotidianidade⁵² é outro conceito que se manifesta e é comum ao modo de vida urbana. A respeito dele, Karel Kosik cauciona em *A dialética do concreto*:

Na cotidianidade a atividade e o modo de viver se *transformam* em um instintivo, subconsciente e inconsciente, irrefletido *mecanismo* de ação e de vida. As coisas, os homens, os movimentos, as ações, os objetos circundantes, o mundo, não são intuídos em sua originalidade e autenticidade, não se examinam nem se manifestam: *simplesmente* são (Kosik, 1976, p. 80, grifos da autora).

Quando os sujeitos executam determinadas atividades, sejam elas no trabalho, efetivando uma função, um cargo diário, ou na própria dinâmica familiar, representando o papel cotidiano de pai, mãe ou filho, eles estão fazendo uso da cotidianidade. Esse evento é o que permite a ritualização de algo, não do ponto de vista patológico, mas do saudável, do comum a todos. Com esse fenômeno, tudo é possível, pois se é possível fazer algo em um certo dia, certamente esse algo também será exequível nos dias posteriores. Esta é, pois, a característica mais emblemática da cotidianidade que acaba por contrariar a passagem e a transitoriedade do tempo das coisas, inclusive da vida psíquica, cotidiana e humana. É preciso frisar, com isso, que – diferentemente da transitoriedade, em que o que está em discussão é a pouca durabilidade de tudo e da mortalidade das coisas – a cotidianidade, por seu turno, caminha em direção à durabilidade, à imortalidade e à imutabilidade da vida. A cotidianidade, destarte, nos habitua a um padrão, a um estilo e ritmo de vida a tal ponto que, quando somos forjados e impelidos involuntariamente a sair dele, sofremos, nos angustiamos e sentimos o nosso viver inibido e exaurido pela máquina do tempo.

Com a pandemia e o isolamento social, notou-se que os sobreviventes sentiram saudades de viver o espaço urbano e de viver um ritmo de vida que apontasse para o que eles – ou nós – já estavam habituados a vivenciar: a cotidianidade. Atentemo-nos, então, ao que eles discorreram acerca disso:

[...] nesses momentos de tristeza, assim, de cansaço, né, o que eu mais gostava de fazer, quando eu tô nesses momentos, assim, precisando desopilar, é ir à praia, é o meu escape. E eu não tinha esse escape, então eu tinha que dar um jeito de fazer alguma coisa dentro de casa. Então, eu senti muita falta disso, muita falta mesmo.
(**Joselice Guimarães**)

Eu tinha uma vida, assim, muito de estar em espaços públicos, principalmente porque, antes de vir pra Fortaleza, lá no Juazeiro, eu tinha um ritmo de atividades

⁵² Tricotamos uma discussão semelhante em um artigo que escrevemos em 2021 e foi publicado em 2023, intitulado “Distanciamento social em contextos urbanos na pandemia de COVID-19: desafios para o campo da saúde mental”, cuja referência se encontra na seção de referências desse manuscrito.

físicas, que eu ia pra academia, mas eu pedalava, eu corria, eu fazia trilhas, eu viajava. Então, para além disso, [...] eu busco ter, aqui em Fortaleza também, né, assim, em outro momento que eu morei aqui, e que o meu retorno também veio com essa expectativa de explorar o espaço urbano, de conhecer o lugar, a história, restaurantes, enfim, circular pela cidade. [...] eu andava muito de bicicleta na época e foi uma das coisas que, assim, mais foi prejudicada, né? Porque, enfim, a cidade tava um deserto, 'cê tinha o medo da insegurança, ao mesmo tempo da contaminação, e eu [...] respeitava muito essa questão do isolamento. (Maria da Graça)

A questão de não tá nesse coletivo que... sei lá... minha extroversão me leva muito pra isso, entendeu? Não está nesse coletivo é algo que também me deixava muito angustiado porque sempre vinha aquela coisa: “Ah, quando é que eu vou poder tá nesse coletivo?” (Marccone Severino)

Quando eu tinha tempo, assim, de final de semana, dois, três dias, eu sempre gostava de viajar pra alguma praia, aqui do Nordeste mesmo. Então, isso bloqueou muito, porque todos os locais estavam sem funcionar. Se a gente precisasse ir pra algum local, assim, não tinha onde ficar. Então, foi muito complicado. A gente passou, realmente, todo esse período sem viajar mesmo, né, que é o que a gente gosta mais de fazer. E também ir na casa dos familiares, né, que não era possível, né, por conta, realmente, do medo mesmo de contaminação. (Edgard Farah)

Notabiliza-se que a cotidianidade é o que se faz presente dia após dia, tratando-se do que os cidadãos já estão familiarizados e acostumados a reprisar rotineiramente dentro ou fora do espaço urbano. O perigo dessa questão, aponta Kosik (1976, p. 81), é: “se a cotidianidade consiste na distribuição da vida de milhões de pessoas segundo um regular e reiterado ritmo de trabalho, ação e vida, ocorre a destruição da cotidianidade quando milhões de pessoas são arrancadas a este ritmo”. Por outra forma, quando ocorre uma interrupção dessa cotidianidade, os sujeitos sofrem o impacto dessa mudança, na medida em que o costume de vivenciar certas situações cotidianas cria no imaginário deles a fantasia de que, no dia seguinte, nada mudará, e assim sucessivamente. Graças ao isolamento social, não foi somente a cotidianidade dos cosmopolitas que sofreu uma interrupção, na medida em que a vida deles também foi interrompida, pausada, abreviada e dilacerada em suas múltiplas facetas.

Essa questão da sensação de interrupção e pausa da vida pode ser atestada nos trechos coletados nas entrevistas em profundidade:

[A vida] foi interrompida, né? Porque você ter um fluxo diário de contato, de tá sempre em movimento, sempre em algum canto, ou no trabalho, ou na faculdade, ou na saída pro shopping, e do nada você tá ali. É como se você tivesse cortado todas as suas forças e você se encontrasse somente com você, porque a gente tem a necessidade do outro. E quando você se vê somente você e você, sem ter ninguém pra conversar, né? [...] acho que você se vê interrompida mesmo. É como se tivesse uma pausa, e você pausa, assim, a sua vida total, sendo que você tem a

necessidade de fatores, questões econômicas, financeiras, mas que você tá ali pausada. (Arminda Aucea)

[...] eu me aposentei, né, com toda uma expectativa de fazer várias coisas, e, de repente, eu entrei num regime de isolamento, né? E muitas coisas que eu tinha planejado para aquele momento, né, pós-aposentadoria, ficou meio que assim, frustração, porque: “E agora? Eu tinha uma expectativa tal de viajar mais, de fazer outras coisas diferentes?” E é justamente que entrou a pandemia assim como que fosse assim um corte, né? (José Valdivino)

[...] em relação à vida, à minha vida mesmo, eu senti uma pausa, porque eu atrasei tudo. Eu atrasei minha formação por conta que eu não podia fazer os estágios e tudo, e o CFP não liberou os estágios online. Então, a gente teve que esperar. Então, pra mim, a minha vida parou, pausou, deu uma pausa. (Joselice Guimarães)

Outro ponto interessante que merece a devida atenção é a capacidade humana de fazer nascer flor em meio ao asfalto⁵³. Diante disso, Kosik (1976, p. 81) perfila que “o dito popular – o homem se acostuma até com a força – significa que o homem cria para si um ritmo de vida até no ambiente menos habitual, menos natural e humano, também os campos de concentração têm sua própria cotidianidade, e até mesmo um condenado à morte”. Dito em outras palavras, aplicando o pensamento de Kosik em nosso cenário pandêmico e de isolamento social, observa-se que, mesmo diante da compressão sobre a vida psíquica, urbana e cotidiana, há meios utilizados pelo próprio ser humano como tentativa de subverter ou driblar tal compressão. Nesse sentido, mesmo quando a vida parecia frágil o suficiente para ser interrompida e para não resistir a uma contaminação, o vigor humano, a sua capacidade de se construir e reconstruir no centro dos destroços, foi resiliente o bastante para que se pudesse encontrar formas de sobrevivência, isto é, formas de promover a descompressão da própria vida.

Não foi por acaso que, embora com pouco vislumbre do horizonte, os sobreviventes encontraram meios, formas e estratégias de enfrentamento, seja para driblar o próprio isolamento social e confinamento dos espaços públicos, seja para driblar o próprio sofrimento psíquico.

Acho que a questão da leitura, pra mim servia muito, e os exercícios físicos em casa mesmo, né? Então, na época, eu morava com uma tia que era personal trainer. A gente montava uns treinos ali, no final da tarde a gente treinava. (Marcone Severino)

Eu comecei a fazer o yoga em casa. Me ajudou muito mesmo, muito, muito, muito. Só que tinha dias que não dava, né? Eu só chegava em casa e fazia higienização

⁵³ Neste trecho, faço alusão ao poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado “A Flor e a Náusea”, cuja leitura vale a pena conferir.

de tudo, tomava banho e ia me deitar. Eu já tava cansada, né? A maioria dos dias eram assim. Mas às vezes eu fazia yoga, ou então eu jogava Just Dance. Eu não tenho Xbox, mas dá pra jogar, né, pelo celular. Então às vezes eu fazia isso, porque dançar é uma coisa que também, pra mim, melhora o meu humor, melhora muita coisa. [...] Aprendi a fazer várias comidas também. Eu acho que eu aprendi a cozinhar de verdade nessa época, porque eu não ia ficar comendo a mesma coisa e num tinha o que fazer, às vezes, né? (Joselice Guimarães)

[...] não tinha muito o que fazer, mas era tipo assim, eu buscava nas minhas, digamos assim, na minha espiritualidade, que não é ligado à religião, mas de tipo meditação ou tipo coisas assim que me trouxesse tranquilidade, né? Um momento pra eu não entrar em nenhum tipo de desespero, nem de agonia, né, apesar de tá dentro de casa, mas eu tava me sentindo protegido de alguma forma também, por isso. (José Valdivino)

É inexorável pensar que, para alguns, as estratégias adotadas foram apazíveis e tiveram o seu efeito satisfatório no que toca ao afastamento do sofrimento psíquico; para outros, contudo, tais estratégias se demonstraram insuficientes para contornar o sofrimento. Sob essa ótica, é crucial notar as distintas nuances das estratégias de cuidado: por um lado, ter desenvolvido e usufruído de estratégias de enfrentamento durante o isolamento social pôde mitigar o sofrimento psíquico para alguns sujeitos isolados; por outro lado, tais estratégias não forneciam garantia alguma de atenuação do sofrimento mental. Destarte, qualquer recurso que fosse pensado e operacionalizado pelo sujeito isolado não passava de uma mera aposta, na qual – certamente como um mecanismo de defesa – ele mesmo procurava depositar confiança de alguma natureza em algo, a fim de afastar de si o próprio sofrimento psicológico e de permanecer fixo à realidade concreta.

A fim de ilustrar não somente a insuficiência das estratégias adotadas por alguns entrevistados, mas também a falta delas, destaco os recortes abaixo:

Eu já tinha um bom repertório de cuidado, saúde mental, né? Então, uma boa parte das coisas eu mantive, né, por exemplo, o yoga. Eu mantive por um tempo a atividade física em casa [...] durante 2020. Em 2021, isso não funcionava. Então, o que eu tô querendo dizer é o que eu tinha já de repertório de enfrentamento. Aí eu posso adicionar uma outra coisa que foi meditar, não era uma coisa que eu tinha prática e eu passei a fazer. [...] Lembro que, em 2020, principalmente, [...] eu tentei investir muito na espiritualidade, em orações, eu assistia missas virtuais, isso também em 2021 já não se sustentou. (Maria da Graça)

Eu fazia atividade física, e foi uma das coisas que eu senti muito falta, assim, de ter um momento de estresse com outra coisa sem ser o trabalho, de descontar o estresse, mas também de ter essa questão do desafio, da adrenalina, então... e aí uma das coisas que eu fiz foi adaptar a atividade física pro contexto familiar, mas num funcionou muito não. Não funcionou [...]. (Joana D'Arc)

A estratégia [para driblar a ansiedade] realmente foi só ficar em casa e descansar e trabalhar. Num tinha muito o que fazer, né, porque as ocupações fora o trabalho,

que era sair no final de semana ou então fazer uma atividade física durante a semana, né, se reunir com alguns amigos pra jogar alguma coisa e tudo, não era viável, né? Então não tinha muito o que fazer, não. (Edgard Farah)

Por fim, a despeito de o tempo ser e se comportar como o grande senhor de nossas vidas, ditando como e quando ela chegará ao fim, isto é, quando iremos morrer, é substancial ter a consciência de que, naturalmente, não parece ser tanto o tempo que acelera o processo ativo de morte da vida, e sim, talvez, a própria vida – cotidiana, hipercapitalista, neoliberal – que parece, muitas vezes, ativar o processo veloz do tempo. Ou será que se trata de um processo inverso? Ademais, indagamo-nos: foi o tempo que encontrou meios de acelerar o seu próprio processo ou foi a vida humana, urbana e cotidiana que encontrou formas de acelerar o tempo e, portanto, a experiência de vida no espaço (urbano)? Deixamos essas questões, propositadamente, abertas, com a finalidade de que o próprio leitor atribua a elas a resposta que lhe couber.

(Des) compressão do tempo-espaço no isolamento social: consolidando a extensão conceitual

Na parte II desta dissertação, propomos uma extensão do conceito de compressão do tempo-espaço, empregado, a princípio, por David Harvey, atrelada à pandemia e ao isolamento social, abandonando, assim, o sentido original atribuído por Harvey. Esforçamo-nos, em capítulos anteriores, para expressar, didática e explicitamente, o que é essa tal compressão que abate não somente o tempo e o espaço, mas, como desdobramento, a própria vida psíquica e urbana de todos os cidadãos. Indubitavelmente, o que a pandemia e o isolamento social desvelaram foi paulatinamente a existência de uma compressão que já vínhamos sentindo antes, porém ainda não tínhamos sido interrompidos o suficiente para poder refletir a esse respeito. Agora, com os trechos empíricos em mãos, munidos de validações pautadas na singularidade e subjetividade dos entrevistados, discutiremos, de maneira menos teórica e mais palpável e ilustrativa, o que é essa tal compressão e descompressão que abatem o tempo e o espaço.

Ora, o tempo é uma das criações humanas mais intrigantes e, simultaneamente, paradoxal. Decerto, ele existe para que tenhamos a certeza de que tudo, num determinado momento, chega ao fim: a vida de cada um que, mesmo que seja longa, tem prazo de validade; o sofrimento físico e psíquico que, ainda que seja intenso e forte demais para suportar, consegue até mesmo aplinar, encontrar alívio e, em muitas situações, o seu fim.

Começam a contar quanto tempo ainda temos de vida a partir do exato minuto em que nascemos. Ainda quando criança, parece que o dia não tem término porque o tempo pode ser infundável para uma criança, sobretudo se ela não souber discriminar ainda o ontem, o hoje e o amanhã. Quando adulto, o amanhecer pode se tornar torturante, e o anoitecer costuma ser o momento mais aguardado para poder, enfim, deitar e descansar. Corremos tanto contra o tempo, numa ordem capitalista-neoliberal, que mal entendemos que é a favor da direção dele e da finitude da vida para os quais tanto corremos.

Num contexto de liberdade social, é perceptível o quanto corremos em busca do tempo. Entretanto, quando ele chega – anunciando o iminente término da vida a partir de fenômenos como, por exemplo, a pandemia e o isolamento social –, tentamos regredir, retornar, porque ainda não estamos preparados o bastante – e, como acreditamos, nunca estaremos – para lidar com seus efeitos sobre a vida; ou melhor dizendo, sobre a nossa própria vida. Essa conclusão irrefutável foi um dos resultados a que pudemos chegar a partir dos extratos que serão analisados e interpretados neste capítulo. De mais a mais, evidenciou-se, ainda, um fato natural intrigante que poucos, durante ou após o isolamento social, devem ter se atentado a isto: faz parte da ordem natural de nossa vida que, desde o segundo inicial de nosso respirar, o tempo sempre aponte e transite para o segundo final, ainda que esse tempo seja infinito; infinito, é óbvio, não para nós, porque temos prazo de validade, mas infinito para ele mesmo, pois ele (o tempo) nunca haverá de morrer – embora tentemos, a todo custo e diariamente, subvertê-lo, a fim de que o tempo simplesmente desista de seguir o seu curso.

É interessante e imprescindível que olhemos e acolhamos essa noção de tempo, no entanto, ela parece ser insuficiente para a nossa exposição, a qual exige um pouco mais de refinamento. Desse modo, que tempo é este que viemos a todo o instante associando com o conceito de compressão do tempo-espaço? Certamente não se trata de um tempo que se vincula apenas à nossa finitude, pois parece haver algo a mais que precisa ser explorado para que consigamos estabelecer os parâmetros para essa compressão do espaço-tempo. Para nos auxiliar a dar um refinamento maior para essa questão, evocamos Milton Santos (2013, p. 29), um dos maiores representantes brasileiros da Geografia: segundo ele, “temos, sem dúvida, um tempo universal, tempo despótico, instrumento de medida hegemônico, que comanda o tempo dos outros. Esse tempo despótico é responsável por temporalidades hierárquicas, conflitantes, mas convergentes”.

A definição de tempo que Milton adota e examina parece ser diversa e caber múltiplas interpretações. Apesar de tal diversidade interpretativa, é preciso entender que esse tempo atravessa o cotidiano, a cotidianidade, dos cidadãos, levando em consideração o espaço habitado. Sem tardar em sua análise, Milton (2013, p. 35) ainda incrementa que “o tempo do cotidiano compartilhado é um tempo plural, o tempo dentro do tempo”. Com esses recortes atinentes à categoria tempo, o autor parece expor que, embora haja um tempo que é universal e comum ao coletivo, há, nele, um outro tempo – particular e singular – que necessita ser considerado, na medida em que o tempo que cada sujeito dispõe e se encontra, hierárquica e socialmente, pode propiciar a vivência e experiência de situações, acontecimentos e cotidianos plurais no espaço habitado, justamente por haver aí um tempo que é individual, feito no um a um.

Em última instância, não há tempo desgarrado do espaço, pois impera sobre o espaço habitado a mesma lógica manifestada pelo tempo, ou seja, o tempo do cotidiano compartilhado é um tempo plural num espaço semelhantemente plural, onde cada cidadão, com seu próprio tempo e relacionamento com o espaço, desenha o seu próprio modo de viver – ainda que tal viver possa ser estremecido por processos externos em determinadas circunstâncias, a exemplo do isolamento social. Com efeito, enquadrando esse pressuposto à nossa realidade pandêmica, é preciso assinalar que a vivência do tempo cotidiano foi experienciada de modo plural por aqueles que atravessaram o isolamento social, essencialmente por essa vivência não ter ocorrido no espaço plural habitado, e sim num espaço plural “desabitado” – como foi o caso das casas e apartamentos nos quais lidamos e enfrentamos o enclausuramento da vida. Aliás, como soa paradoxal afirmar, numa mesma sentença, que o espaço plural é desabitado!

Sob tais perspectivas, no tocante à pandemia e ao isolamento, enquanto alguns não haviam, sequer, questionado acerca de como andava a sua percepção a propósito do tempo em isolamento, outros, contudo, haviam parado para refletir e sentir as suas implicações sobre o corpo e a mente. Um deles manifestou como era a sua percepção de tempo anterior ao recrudescimento do isolamento social:

[...] antes da pandemia, [...] você tem que correr, você tem que dar conta de tudo.
(*Arminda Aucea*)

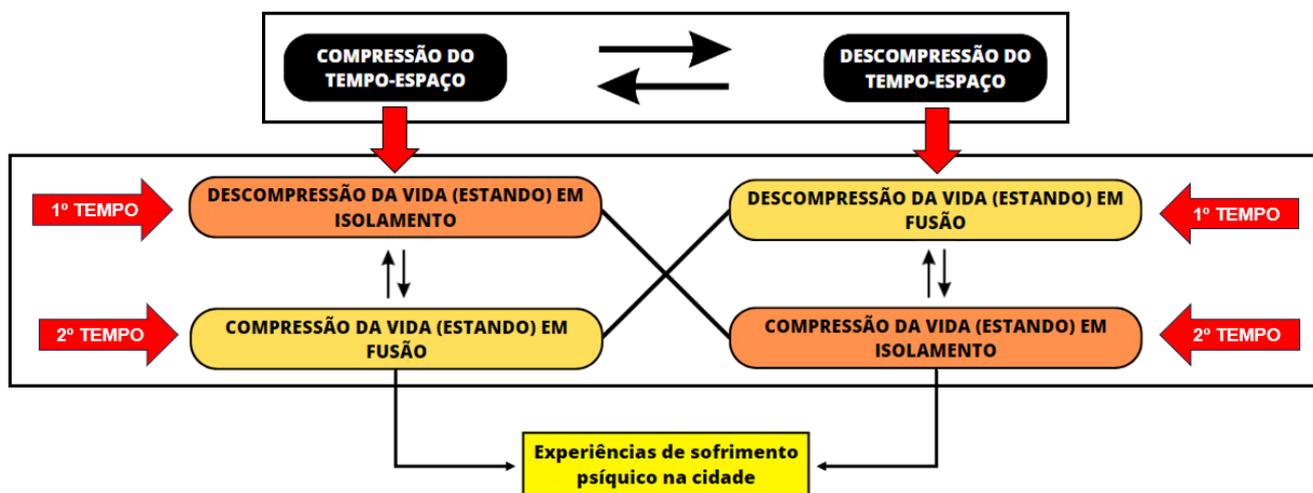
Com a pandemia e o isolamento, por outro lado, essa correria não parece ter ocorrido – pelo menos não para aqueles cujo trabalho antes presencial migrou para o *home-office*, ou para aqueles que insatisfatoriamente foram demitidos de seus empregos. Arminda

desvela, inquestionavelmente, a vivência de um espaço habitado imprensado, comprimido, por um tempo cotidiano compartilhado que, além de devastar a vida do vivente, devasta também a permanência e sustentação do espaço habitado, urbano. Na convicção de Arminda, a qual ficou desempregada durante o isolamento social, pois trabalhava com a venda de produtos advindos da China, cujas exportações foram detidas em virtude do fechamento das fronteiras intercontinentais, essa correria típica da vida cotidiana em fusão, isto é, em sociedade, mudou, ao migrarmos para a vida em isolamento:

[...] E na pandemia não, era tudo mais tranquilo, até o mundo, né? Ficou mais harmônico, até os animais se reencontraram, foi assim, sem a humanidade, tudo limpo, né? Mas, digamos assim, como se não tivesse uma intervenção nossa. Ficou mais novo. Meio caótico, de uma certa forma, mas foi mais equilibrado, porque você não tinha mais essa questão de eu preciso fazer, tem que ser agora. (Arminda Aucea)

Percebe-se pelo fragmento acima que há uma íntima relação entre a percepção do tempo e do espaço anterior à pandemia e ao isolamento social e a percepção que passou a vigorar depois de tais fenômenos eclodirem. Parece que, quando ocorre uma mudança no espaço, o tempo também segue o mesmo ritmo, e vice-versa, mudando, igualmente, a nossa experiência frente a eles. A essa altura, podemos afirmar seguramente que, vivendo a vida em isolamento, diante da ausência de um espaço habitado, o próprio espaço resiste, sobrevive e descomprime, levando a uma descompressão do tempo-espaço – ainda que, no espaço “desabitado”, a experiência de sofrimento psíquico possa sucumbir à vida humana e psíquica (compressão da vida), pois o afastamento do cidadão do espaço habitado aniquila o tempo cotidiano compartilhado e, por extensão, o tempo particular e singular.

Assim sendo, cabe resgatar o esquema teórico-conceitual que apresentamos no capítulo 5⁵⁴, ilustrando exatamente isso que estamos expondo com base no conteúdo dos discursos das personagens⁵⁵, os quais estão nos levando à feliz verificação e validação da teoria postulada aqui.



LEGENDA

↔ = Movimento dialético ↓ = Desdobramento L = Eliciação/Produção X = Paradoxo

Fonte: Autoria própria (2023).

Talvez, Arminda e muitos outros, estando em isolamento, tenham sentido que houve uma decompressão sobre o tempo-espaço, da mesma forma que, em isolamento, outros sentiram uma compressão sobre o tempo-espaço (espaço esse sendo o próprio lar, e tempo esse sendo o singular), num movimento que nos convencionou reconhecer como dialético, ilustrado no esquema acima. Uma ilustração empírica da compressão do tempo-espaço será, mais à frente, demonstrada, mas o que não podemos negar neste momento é que, com a saída de um ritmo de vida cotidiano habituado à aceleração da forma de viver no espaço urbano, o olhar acerca da passagem do tempo sofreu uma metamorfose. Isso ficou ainda mais bem delineado com base nos trechos seguintes:

⁵⁴ Vide acima.

⁵⁵ Para recordar da operacionalização deste esquema, sugiro retornar ao capítulo 5, no qual há a explicação exaustiva do modelo. Não o faremos novamente aqui, com o propósito de evitar uma discussão repetitiva e, mais uma vez, exaustiva.

[...] o tempo parece que durava mais, né, pelo fato de você ficar sem expectativa de saber o que fazer naquele momento, porque você teve que ir se adaptando às coisas que você tinha que fazer e ficava sempre naquela perspectiva de que “será que amanhã eu posso, daqui a alguns meses eu vou poder fazer ou não?”, né? Então, isso que... os dias ficavam mais longos, digamos assim, né? Porque você tava acostumado a uma rotina, principalmente eu que vim de uma rotina de trabalho, que me deparei com uma rotina completamente diferente e isolado. (José Valdivino)

Eu senti tudo mais lento, né? Ficou tudo um pouco mais lento. Você não tinha percepção de horas, você acordava e era mais vagaroso. Como a necessidade de sair, porém sem poder, então era como se o tempo tivesse realmente diminuído, tudo tivesse ficado menos acelerado. (Arminda Aucea)

Por mais que o tempo e a vida humana de todos nós tenham continuado os seus percursos, o Seu José e a Arminda – os quais puderam viver integralmente o isolamento social, pois ele havia enfim se aposentado e ela, infelizmente, havia perdido o emprego – sentiram uma lentidão no transcorrer do tempo em isolamento, o qual pode indicar a ocorrência de uma descompressão do tempo-espaço em isolamento, pois havia a sensação de que nada estava mudando e que a saída do enclausuramento nunca chegaria. Contraditoriamente, esse mesmo tempo lento e duradouro percebido por esses personagens foi notado por Marcone e Joselice como veloz e imbatível.

[...] em relação ao tempo, sabe assim, antes que a gente falava que março ou agosto passava muito devagar e não faltava acabar? Pra mim, passou muito rápido antes do ano passado. Então, eu percebi que o tempo passou rápido. [...] Só que eu nunca tinha parado pra associar isso a essa questão que você falou da pandemia. Eu associava mais à rotina, porque, por exemplo, eu tenho uma rotina muito agitada. Às vezes, eu tenho a impressão de que o tempo passou rápido. (Joselice Guimarães)

Então em janeiro, eu fiz 26 anos. Só que eu não queria... eu não ia fazer 26 anos, eu ia fazer 25 anos, até que eu fui fazer um cálculo e eu descobri que, em um desses anos da pandemia, eu engoli um ano, né? Então eu não percebi que eu tinha feito aniversário... ou até comemorei, né? Tenho uma, em 2021, leve lembrança de ter comemorado uma festa que seria um aniversário; claro, entre familiares que estavam reclusos. Mas eu não tenho a ideia de que aquilo era o meu aniversário, né? Não sei se também pela ideia da morte sempre constante ali, né, enquanto a coisa da vida era recalçada ali e me comia um ano de vida. Só que assim a vida tava passando, né, a velocidade das coisas estavam acontecendo. O tempo continuava imbatível como sempre. (Marcone Severino)

É pertinente enfatizar que Joselice, apesar do isolamento, não deixou de trabalhar presencialmente, pois executava o seu trabalho numa clínica privada de saúde, a qual, obviamente, era considerada como serviço essencial que não podia interromper suas atividades. De tal forma, como ela mesma sublinha em seu discurso, o fato de sua rotina ter, basicamente, permanecido semelhante ao momento anterior à pandemia pôde ter

influenciado para que a sua percepção de “tempo veloz” permanecesse a mesma. De certo modo, Joselice continuou sentindo as repercussões da compressão do tempo-espaço em fusão, isto é, continuou sentindo os seus efeitos ainda estando inserida num contexto social que exigia a sua saída de casa e o traslado de condução pública até o trabalho.

Marcone, por outro lado, parece ter tido uma experiência bastante singular com o tempo, diferentemente de Joselice, cuja experiência com o tempo não foi atravessada por questões tão particulares, e sim laborais. Apesar do discurso de Marcone no extrato acima indicar que a sua confusão mental com a idade se deveu a uma falta de percepção própria da passagem do tempo, o início do trecho, antes de ser interceptado pelo próprio Marcone, denuncia que ele “não queria completar 26 anos”. Sendo assim, o substrato “... *em janeiro, eu fiz 26 anos. Só que eu não queria...*” pode, sem prejuízo interpretativo algum, ser substituído por “... *em janeiro, eu fiz 26 anos. Só que eu não queria [ter completado 26 anos]*”. Diante dessa contradição explícita, podemos nos indagar: o isolamento social, para ele, foi tão cruel a ponto de ele ter querido simplesmente subverter o ano em que esteve em reclusão, para que ele não precisasse sentir que perdeu um ano de sua vida – vida essa que poderia ter sido diferente sem a pandemia e o isolamento?

Cabe frisar ainda que Marcone estava nos semestres finais do curso de Psicologia, os quais tendem a ser vividos pelos graduandos com demasiada expectativa, devido aos estágios profissionalizantes que chegam e fornecem um pouco de contato com a prática, tão escassa no percurso da graduação. Esse panorama retrata, indubitavelmente, que aniquilar o “tempo perdido em isolamento social” era a melhor estratégia a ser executada por Marcone, como meio de repressão da situação em questão. Sem dúvida, isso nos comprova que o aniquilamento do tempo, por fenômenos que assolam o espaço urbano, pode incitar, naturalmente, o aniquilamento da vida. Melhor dizendo, pode incitar a interrupção, a pausa – como outros personagens já atestaram no início desse capítulo.

Além dessa compressão sobre o tempo, há de se observar detidamente a presença da compressão sobre o espaço. Entretanto, antes de enveredar por essa noção de compressão, é necessário imergir no sentido e significado de espaço, o qual dispõe de conceituações epistemológicas distintas, a depender do campo disciplinar de que se trata. Conforme Leitão e Lacerda (2016), existe uma confusão conceitual, gerada por teses e dissertações apresentados em diversos programas de pós-graduação, quando se trata de definir o espaço estudado pela Geografia e aquele estudado pela Arquitetura. De tal forma, a fim de evitar qualquer confusão na definição de espaço que é tão caro a esse manuscrito, adotamos o

sentido de espaço da Geografia, a qual passou a se debruçar mais sobre a temática a partir da fundação da Geografia Urbana Crítica no decorrer da década de 1970.

Diante da existência de tal confusão conceitual e contexto histórico, tomamos emprestado o conceito atribuído e articulado por Milton Santos. Em sua obra fundamental *Metamorfoses do espaço habitado*, Milton salienta que:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (2014, p. 30-31).

É fácil compreender o significado de espaço erigido por Milton quando ele o explana utilizando uma divisória que separa os objetos estáticos dos objetos (ou seres humanos) em movimento. Todavia, os objetos estáticos não perdem sua representação e simbologia no espaço assim que comparados com os objetos em movimento, pois estes, sem dúvida, usufruem dos objetos estáticos – tais como praias, campos, museus, parques, dentre outros – a fim de movimentar e agitar a si mesmo e o próprio espaço. Nessa dinâmica, nota-se um apoio mútuo – quando nenhum fenômeno, é claro, impede esse apoio – entre os objetos estáticos e em movimento que precisa, cotidianamente, ser nutrido. Em contrapartida, um questionamento que pode ser feito diante disso é: como movimentar e agitar o espaço com nossa qualidade de preenchimento e animação quando, em verdade, estamos vivenciando o isolamento da vida humana e psíquica no espaço urbano? E mais ainda: quais as implicações nos cidadãos desse não movimentar e não agitar devido a alguma problemática que assola o tecido urbano?

É provável que o recorte abaixo nos forneça alguma noção às indagações tecidas acima:

[...] pra mim, foi um pouco difícil voltar pra faculdade, se adaptar de novo, né, a questão do estudar, porque eu estudava na hora que dava, né? [...] Algumas ficavam gravadas, outras não. Então, a gente tinha que estar ali. Mas era diferente, porque eu assistia à aula numa cadeira confortável, do jeito que eu queria, tinha uma xícara de café do meu lado. Não que eu não pudesse ter café na sala, mas eu não tive esse hábito. E aí, quando voltou para o presencial, pra mim, foi muito estranho. [...] Então, eu acho que a faculdade foi o espaço que eu mais achei difícil, assim, pra retornar. (Joselice Guimarães)

Frente ao fragmento de Joselice, evidencia-se uma dificuldade de retornar ao espaço a fim de movimentá-lo e se movimentar, agitá-lo e se agitar. Ainda que haja uma certa naturalização da confluência entre os objetos estáticos e em movimento aludidos por Milton, ou seja, embora haja um natural apoio entre eles, essa naturalização parece ser perdida de vista pelos seres humanos quando estes são retirados da posição de se movimentar no espaço habitado. Há, talvez, a ocorrência de uma espécie de despersonalização e desaprendizagem de como funcionar no espaço habitado após sua presença nele ter sido barrada.

Esse processo parece cooperar para que – fora da vida cotidiana em sociedade e estando em isolamento – os cidadãos sintam, aos poucos, uma espécie de compressão no espaço onde estão. Vejamos o que dizem Emerson e Genizarete:

[...] com dois meses depois, eu precisei retornar pra casa dos meus pais, né? Porque eu terminei a residência e aí a minha mãe pediu que eu não trabalhasse nem no hospital, não trabalhasse diretamente com pessoas com covid. [...] eu obedeci a ela, voltei lá pra casa dos meus pais e foi também muito bom, porque aí pelo menos eu me aproximei deles e também questão do espaço maior, né? Aqui em Fortaleza eu morava num local um pouco pequeno, e aí pra casa eu podia me expor mais ao sol. (Emerson Urbano)

Na época, eu morava até num apartamento até que era maior, porque hoje eu moro num apartamento menor. E eu, mesmo ele sendo grande, tinha essa sensação de estar presa. E eu fiquei imaginando se eu estivesse nesse apartamento que eu estou hoje, que é bem pequenininho, acho que eu ia ficar louca. Aqui, tudo muito pequeno, a cozinha perto da sala, tudo muito pequenininho, ia ser pior. Como o outro era grande, que era alugado, eu acho que, mesmo ele sendo grande, a gente tinha essa sensação de achatamento, mesmo tendo um pouquinho mais de espaço. Hoje eu sentiria pior, eu acho, nesse apartamento que já é pequeno. (Genizarete Justino)

[...] eu morava num apartamento com poucos metros quadrados, então, a minha sala era o lugar que eu trabalhava, era o lugar que eu estudava, era o lugar que eu fazia exercício, e era o lugar onde eu tinha algum tipo de lazer, né? Que era fazer, por exemplo... aliás, assistir às lives, né, que foram um boom naquela época. (Maria da Graça)

Para Emerson, era talvez impensável continuar vivendo num espaço minúsculo dentro de um contexto de isolamento social. Além de o seu espaço, àquela altura, estar comprimido demais para o seu viver sozinho, a vontade de compartilhar o seu tempo cotidiano, em isolamento com seus pares, parecia ser o meio mais formidável de enfrentar a situação. Para Genizarete, por sua vez, a vivência do isolamento foi dilacerante: mesmo num apartamento considerado por ela grande, a sensação de achatamento, isto é, de compressão do espaço, se mantinha e, como extensão, essa compressão do espaço impactava sua própria condição emocional e psicológica. Essa experiência já nos aponta imediatamente para uma

compressão da vida desdobrada pela compressão do tempo-espço, cuja discussão ganhará vida na subseção à frente.

Maria da Graça, por fim, sugere que o seu pequeno apartamento se tornou uma extensão do espaço urbano, haja vista que ela transferiu para ele movimentos e agitações que costumava vivenciar no espaço habitado – mesmo que tais deslocamentos para o apartamento não tenham surtido o efeito semelhante de quando se vivencia esses movimentos e agitações em liberdade urbana. Além de ter sentido a compressão do espaço-tempo expresso no excerto acima, ela também manifestou, em outros recortes que serão expostos em seção adiante, a sensação de compressão da vida desdobrada pela compressão do tempo-espço.

Além das categorias de tempo lento e duradouro (denunciando a sensação de uma *descompressão* do tempo-espço estando em isolamento), de tempo veloz e imbatível e de espaço comprimido (ambos denunciando a sensação de uma *compressão* do tempo-espço estando em isolamento), desvelamos outras categorias baseadas na interpretação do discurso dos entrevistados. Com a instituição do isolamento social, é natural e, até de certo modo, previsível que ocorresse um distanciamento das conexões interpessoais, embora estejamos inseridos numa conjuntura contemporânea em que há muito estímulo do uso de redes virtuais, tais como o *WhatsApp* e o *Instagram*, para sanar as necessidades presenciais. Apesar de essas redes possibilitarem uma conexão, a tipologia da conexão virtual é diferente das conexões presenciais, pois aquela leva ao desgaste visual decorrente do excesso de telas – assim como alguns personagens se referiram:

[...] o celular, telas de uma forma geral, ele influencia muito assim na questão cognitiva, né? Então, eu percebi que depois, tendo muito contato com as telas, eu fiquei um pouco mais desconcentrada, a memória baixa, eu acho que de certa forma a pandemia foi um pouco negativa nesse sentido, né? Já que a gente teve tanto acesso a telas, né? Então, eu percebo isso não só em mim, mas nas pessoas ao meu redor, nos pacientes que eu atendo. Então, eu vejo que isso foi uma questão, né? (Joselice Guimarães)

[...] O excesso de tela causou um desgaste, assim. Acho que o desafio era não ficar nas telas, porque se eu fosse fazer atividade física, era por vídeo, né? (Maria da Graça)

Logo se visualiza que a conexão virtual não supria muito bem as necessidades que geralmente costumam ser sanadas pelo contato presencial. Em vez de servir como um acalento para ver e conversar com pessoas queridas, o excesso de telas trouxe complicações emocionais, principalmente para as personagens cujos empregos migraram para o *home-*

office. Mesmo com a estratégia frustrada de utilizar as telas para amenizar o distanciamento interpessoal, o afastamento físico permaneceu, a ponto de, por consequência, produzir faíscas que comprometeram o retorno às conexões interpessoais na vida pós-isolamento:

A principal mudança que eu percebi [...] eu acredito que as relações mesmo com as pessoas, né? A questão de um distanciamento maior, assim. Eu vou te dar um exemplo, né? [...] Eu sou católico e a gente ia pra igreja, então tinha os momentos que a gente se abraçava e tudo, cumprimentava, e isso não tem mais, né? E eu acho que [são] essas questões de relação interpessoal mesmo que foram modificadas, assim. A gente, pelo menos eu, minha esposa, a gente tinha um certo distanciamento, assim, dessa comunicação mais afetiva do povo, né, por conta da pandemia mesmo. (Edgard Farah)

[...] eu era uma pessoa mais, assim, ativa, mais extrovertida até, né? Assim, de sair, de conversar. E depois da pandemia, eu achava ruim ficar em casa, né? Só que eu me adaptei. Então, eu me tornei a pessoa caseira. Eu nunca pensei que eu fosse me tornar essa pessoa. Mas aí, as pessoas me chamam para sair. Eu prefiro o quê? Ficar assistindo a Netflix. E antes, não. Antes, eu saía. Então, eu fiquei um pouco mais dentro de casa. E eu falo isso como um problema porque me incomoda. Eu sinto falta, sabe? De ser um pouco... De estar um pouco mais animada para sair. Então, eu sinto que eu fiquei mais isolada, né? Eu continuo me isolando, né? Às vezes, até inconscientemente mesmo. (Jusélice Guimarães)

Percebe-se que, além do distanciamento físico, o isolamento social também acarretou uma inibição afetiva, mesmo depois de superado o enclausuramento da vida. No clássico texto *Inibição, Sintoma e Angústia*, Freud (1926) nos elucida que a inibição está muito atrelada às alterações provocadas nas diversas funções do Eu, apontando para algo normal que pode ou não indicar processo patológico. Ele nos fornece uma interessante discussão a respeito do atravessamento da inibição nas funções sexual, nutricional, da locomoção e do trabalho, de maneira a produzir prejuízo de alguma natureza em tais funções. É inextrincável atestar ainda que, para além dessas, é possível que o Eu se defronte com limitações funcionais de outras ordens. Assim sendo, com base nos extratos empíricos coletados, deparamo-nos com a inibição da função afetiva, a qual pode ser bem ilustrada a partir dos fragmentos abaixo:

Acho que os afetos, assim afetos muito mais íntimos, digamos assim. Eu terminei um relacionamento na pandemia, né? Já no início da pandemia, questões pessoais, claro, mas o fato de não viver... não ter a conversa cara a cara pra terminar o relacionamento, né? Isso causa um impacto; de ter que vivenciar a questão do luto dos próprios relacionamentos [...] E ter também de resolver essas questões que ficam mal acabadas nos términos virtualmente, né? Então algo que me impacta e que eu acho que é algo também que a pandemia ela vem e faz uma modificação também na forma como se resolve essas coisas. (Marccone Severino)

Eu acho que fiquei um pouco mais retraída [com o isolamento social]. Então isso também influencia de certa forma na sua rede de apoio, influencia como você se

vê no mundo, né? Então eu acho que me distanciar foi além do distanciamento físico, foi um distanciamento da proximidade [afetiva] mesmo. **(Joana D’Arc)**

[...] o isolamento social, imposto como uma medida sanitária, ele foi provocando um isolamento, assim, emocional. Então, fui me afastando dos meus amigos, por mais que eu sempre fui uma pessoa ali de nutrir as minhas relações, mas eu falava, teve um período, assim, em 2021, que eu já não tinha vontade nem de falar pelo WhatsApp. Já tava cansada, já tava cansada de fazer videochamada, eu já tava cansada disso; então, eu fui também me isolando emocionalmente, e quando eu estava muito desanimada e triste, e não podia ver as pessoas, então, eu também não queria falar com elas. **(Maria da Graça)**

Ah, quando tem muita, muita gente [em lugares muitos lotados], eu ainda vou. Mas procuro ficar mais reclusa. Tipo, rodinha, muito, muito contato mesmo, questão de abraços, de beijos, eu perdi essa questão mais afetiva, eu diria. [...] antes você chegava e já ia falando com todo mundo, abraçando, beijando, hoje eu não faço mais isso. Não sinto falta [de abraçar e beijar pessoas]. Acho que me acostumei. **(Arminda Aucea)**

Com o distanciamento físico e afetivo em cena, as personagens sentiram, naturalmente, a saudade de estabelecer conexões interpessoais e relações afetivas:

[Eu sentia falta de] encontrar com os amigos. Eu tinha um contexto muito social, né? Então eu sempre encontrava os amigos da faculdade, encontrava meus amigos do interior, e aí isso também foi muito difícil porque eu não sou uma pessoa muito de redes sociais. **(Joana D’Arc)**

[...] quando teve os primeiros momentos de retomar, eu fui, assim... Eu trabalho na equipe de cinco pessoas, eu fui a primeira a me disponibilizar, porque eu também, como eu tava sozinha, então não tinha receio de contaminar ninguém que tava comigo, né? Eu disse: “ah, então eu vou!”. Eu me disponibilizava a estar lá, porque eu sentia falta de me relacionar com as pessoas, e também pra sair da tela, sabe? **(Maria da Graça)**

[Sentia muita falta] do contato com as pessoas, né? Nossa vida é mais assim, a gente fica mais em casa e tal, sai pouco, mas eu tinha meu grupo de estudos da psicanálise, que eu tava todas as semanas, as meninas iam lá pra casa. Tinha as aulas presenciais, eu tava muito engajada no curso de psicanálise. Eu tava assim, né... e assim, eu tinha contato com as minhas vizinhas, com as pessoas do prédio, e eu perdi tudo. Por mais que eu via pessoas tentando viver normalmente, eu não conseguia. Então, o que eu sinto falta é disso, do lazer que eu tinha, do contato, né? **(Genizarete Justino)**

E foi sentida, também, a saudade de viver a vida no espaço urbano – ou, como Milton diria, no espaço habitado:

Acho que [senti falta da] questão do lazer, né, dos bares, das praças, das faculdades também, da faculdade, né, porque na época eu tava no quinto semestre de Psicologia, né? Então assim, perder esse tempo todo, quando eu voltei já tava no oitavo, é algo que marca. [...] Então, os espaços públicos como faculdade, shopping, barzinhos, praças, encontrar amigos, familiares, alguns familiares que moravam distante. **(Marcone Severino)**

De maneira genuína, é possível perceber a dinâmica circular que circunscreveu a experiência de isolamento social, indicando o princípio de algo que desembocou em implicações cujas faíscas permaneceram vivas mesmo com o fim do isolamento social. Num primeiro movimento, despontaram mudanças cruciais nas percepções em torno do tempo e do espaço, levando as pessoas isoladas a experimentar uma evidente e válida compressão do tempo-espaço – pressuposto esse que viemos defendendo e desenvolvendo desde então. Num segundo momento, vimos o escancaramento das repercussões provocadas pelas metamorfoses na percepção do tempo e do espaço, produzindo manifestações físicas e emocionais que os permitiram sentir falta tanto do espaço habitado quanto da vida psíquica em sociedade. Logo, o desejo de reocupar o espaço que antes era habitado, mas com o isolamento social se viu “desabitado”, parece “encerrar” a dinâmica circular, a qual se distribui da falta de algo (de viver a vida em sociedade) ao desejo de reocupar (de conquistar novamente o que perdeu e sente falta).

Esse desejo de reocupar o espaço foi, expressamente, bem explanado e salientado por todas as nossas personagens. Dentre elas, alguns recortes:

Acho que, diferente do que aconteceu com [...] a minha conexão com as pessoas, eu passei a ocupar mais os lugares urbanos quando a gente retornou, nessa tentativa de realmente ocupar a cidade. Eu não saía tanto de casa, [...] ficava muito restrita ao trabalho, domicílio e academia e pós[-graduação], né? Só de fato saía quando ia encontrar com meus amigos em Russas ou alguma coisa assim. Mas quando foi flexibilizando, quando foi passando, né, essa questão da pandemia, a gente voltando aos espaços, eu procurei mais viver a cidade. Então fui pro Parque do Cocó que eu nunca tinha ido, fui pras outras praias que eu nunca tinha ido, fui pra outros lugares que de fato eu não tinha pensado em ocupar durante todo o tempo que eu moro aqui em Fortaleza. (Joana D’Arc)

Eu lembro que eu fui, assim, já estava mais de um ano sem sair, e aí eu consegui viajar [...] Essa viagem, eu estava querendo fazer tudo, mas, ao mesmo tempo, ainda tendo os cuidados, a segurança necessária, mas eu lembro, assim, que era um desejo intenso por reocupar esse espaço. Então, eu queria fazer tudo, eu queria estar em todas as coisas que eu conseguia me sentir segura pra tá. (Maria da Graça)

A discussão desenvolvida até aqui não dá por encerrado o debate complexo envolvendo categorias tão ambíguas. Se bem que, justamente por trabalharmos na ambiguidade, talvez seja impossível escapar da contradição, precipuamente quando lidamos com um fenômeno que, quando pensamos que produziu a sensação de compressão do tempo-espaço, produziu também, de maneira dialética, a descompressão do tempo-espaço. O grande enigma desvendado é: seja em sociedade, seja em isolamento, é plenamente possível ver e sentir a manifestação da compressão e descompressão do tempo-espaço, às vezes até de

maneiras simultâneas. Dito de outro modo, pouco importa se estamos vivendo a vida em sociedade ou não, em casa ou na rua, mas sentiremos, igualmente, as implicações da compressão e descompressão do tempo-espaço, da mesma forma que sentiremos a compressão e a descompressão da vida – cujo pressuposto inédito será consolidado na última seção a seguir desse capítulo, na figura de mais uma contribuição para o campo da Saúde Coletiva.

Sofrimento psíquico e (des)compressão da vida: consolidando as contribuições ao campo da Saúde Coletiva

O que partilharemos nas linhas subsequentes não se trata de nada inédito neste manuscrito, uma vez que, depois de praticamente oito capítulos, já deve ter ficado demasiadamente evidente o que é isso que intitulamos de compressão e descompressão da vida, especialmente no capítulo 6, no qual prevemos como tal evento pôde ter se expressado na vida psíquica dos viventes do isolamento. Não é por acaso, então, que parte do título desse capítulo deixa nítido de que se trata de uma consolidação do que já dissertamos. Já neste capítulo, vimos uma vasta diversidade de manifestações de sofrimento psíquico experienciado pelos sobreviventes do isolamento social: medo da perda do outro e de si, apontando para o luto; consciência da fragilidade da vida, indicando o reconhecimento de nossa finitude e da transitoriedade de tudo e de todos; e a experiência de interrupção e pausa da vida, frisando um enclausuramento selvagem e adoecedor.

Para efeito de exemplificação, no capítulo 6⁵⁶, ilustramos com um esquema tudo aquilo que prevíamos exteriorizar como possíveis sofrimentos psicológicos, produzidos pela compressão e descompressão da vida desdobrada pela compressão e descompressão do tempo-espaço. Convém enfatizar que a construção desses pressupostos foi erigida anterior à realização das entrevistas e que o que está retratado abaixo faz parte de um enquadre teórico-empírico-conceitual que está sendo submetido à verificação e validação, podendo, a partir dela, gerar novos pressupostos, tal qual sugestiona a nossa metodologia eleita: abordagem pluralista de verificação e geração de teoria. Outrossim, os exemplos de sintomas creditados como tendo sido eliciados e produzidos pelas compressões e descompressões em tela – no contexto de isolamento social provocado pela pandemia por Covid-19 – tratam-se, também,

⁵⁶ Vide acima.

de previsões, as quais analisaremos, a partir desse momento, suas eventuais manifestações nos cidadãos.



Fonte: Autoria própria (2023).

De maneira já emblemática, não de ser destacados, de antemão, os aludidos impactos mentais, precisamente o esgotamento e a desregulação emocionais, expressos enfaticamente pela maioria das personagens, quando indagadas a respeito de como foi sua vivência da pandemia e do isolamento:

Eu acho que todo mundo adoeceu. Eu adoeci nesse período também. Tanto que hoje eu tô, assim, como eu sempre digo, medicada, porque eu acho que muitas das repercussões de saúde mental mesmo, de como a gente se encontra na vida e com as pessoas que se admiram com meu vínculo de amizade, diminuí muito. Contribuí pra minha rede de apoio pra que eu não me sinta tão apoiada, né? E potencializa as questões familiares, [...] os conflitos internos, né, que vão acontecendo que se você não tomar conta, se não cuidar direitinho, pode trazer algumas repercussões internas... enfim... mais isolamento ainda. (Joana D’Arc)

[...] o maior impacto, assim, sem sombra de dúvidas, foi na saúde mental, quando mais pessoas iam se contaminando, mais óbitos iam acontecendo, isso foi me impactando emocionalmente, até eu me perceber num quadro de depressão. (Maria da Graça)

Joana e Maria sublinham em seus discursos os impactos na saúde mental sobre suas vidas psíquicas, trazendo-lhes reverberações tão intensas a ponto de se “perceber num quadro de depressão” e necessitar de medicação. Depreendemos, com base na interpretação do conteúdo de seus discursos, que a própria representação da pandemia produziu impactos

psicológicos. Isso fica bem comprovado quando Maria da Graça nos assegura que, à medida que ela observava que mais pessoas iam se contaminando e, infelizmente, indo a óbito, seus sentimentos de tristeza se expandiam, para além das implicações do próprio fato de estar isolada do espaço urbano e afastada do convívio interpessoal.

Inclusive, notamos, de forma muito intensa e pungente, o impacto produzido na saúde mental sobretudo pelo que era veiculado e disseminado pelos portais de notícias virtuais e televisivos.

[...] você tava sempre atrás de uma informação, né? E essa informação, ela não vinha a seu favor, geralmente vinha contra, né? Vinha mais pra lhe tirar a estabilidade, né? (José Valdivino)

As notícias vinham de toda parte do mundo, e você ficava meio que perdido, né? Será que eu vou morrer? Como é que eu vou ficar, né? Por exemplo, eu tenho filhos: e meus filhos? E ficava uma questão muito duvidosa, de você acreditar em tudo que se aparecia, né, porque as redes sociais bombavam várias notícias. (Arminda Aucea)

Não tinha ânimo, sabe? Assim, porque todo dia era a mesma coisa, né? Todo dia a notícia é ruim. Igual a gente fala. Eu comecei a envolver muito na vida do meu esposo por causa do trabalho. Então, assim, eu tava fazendo as coisas, ele tava conversando, acabava que eu entrava muito na questão do trabalho dele, muito na questão da minha filha e comecei a esquecer de mim. E a minha faculdade ficou de lado [...]. Então, assim, eu fiquei louca, fiquei assim, né, para falar a verdade, fiquei bem, bem desregulada, sabe? (Genizarete Justino)

Ademais, em virtude da acentuada proliferação de informações acerca do vírus e de sua capacidade de rápida contaminação e letalidade, o medo do adoecimento foi sentido e relatado pelas personagens:

Por mais que eu tivesse ali tranquilo, mas sempre ficava aquela [insegurança] do medo, né? Medo do... No início, especialmente no início, medo: “Ah, assim, se eu morando só, o que é que vai acontecer comigo? Como é que eu vou me cuidar? Ou com os meus familiares, né? O medo... Ah, porque a minha mãe é hipertensa, os meus avós são hipertensos, se eles pegarem, né? E aí, a gente começa a ver que muitas pessoas vão a óbito, principalmente pelo fato de possuir algum tipo de comorbidade. Essa sensação de insegurança... por mais pelos meus familiares, e um pouquinho por mim, pelo fato de morar só. (Emerson Urbano)

[o bombardeio de notícias sobre a pandemia] deixava você aflito, né? Deixava você aflito, e querendo ou não, mexia bastante com o seu emocional, né, porque acabava que potenciava o medo. [...] Querendo ou não, saíram muitas coisas verdadeiras, fidedignas, mas também saíram muitas coisas que não eram tanto assim como pareciam. (Arminda Aucea)

A nossa rotina é mais ficar em casa mesmo, sabe? Mas o fato de ficar os três trancados dentro de casa, e com medo de tudo, porque aí eu fiquei com muito medo. Eu tava praticamente bebendo álcool, e tomava banho de álcool, e neurótica. Eu saía pra fazer compra, e aquela coisa toda. Então, assim, eu comecei a ter medo das pessoas, né? Eu comecei a ter medo da minha vizinha, eu

comecei a ter medo de todo mundo. Então, eu fiquei bem, assim, bem nervosa. (Genizarete Justino)

[...] tinha todo assim um cuidado, era um medo, mas de uma forma cuidadosa, né, assim, porque era assim: “e se fulano adoecer, né, o que é que eu faço, né? Porque fulano vai ter que ir pra dentro de um hospital, você não pode acompanhar, né? Ou se eu mesmo adoecesse, né? O que fazer? Ou se eu adoecesse dentro de casa, né, como fazer com a pessoa que estava adoecida, né?” Porque naquele momento até as pessoas que tavam adoecidas dentro da própria casa tinham que ficar isoladas [...]. Se adoecer, você vai se submeter a um regime bem complicado naquele momento, né? De encontrar vagas, de, é, tipo também de ficar isolado no hospital, essas circunstâncias, né? (José Valdivino)

Enquanto Arminda manifestava um medo propriamente vinculado à contaminação e ao adoecimento, Genizarete, por seu turno, expressou um deslocamento desse medo da contaminação para o medo das pessoas e do que elas representavam: um potencial agente de transmissão do vírus. Provavelmente, para a vida psíquica de Genizarete, já não havia mais dissociação entre o vírus e o seu agente transmissor – comportamento esse até compreensível, pois o vírus não podia ser visto a olho nu e, assim, qualquer ser humano podia estar portando-o e transmitindo-o a outrem. Mais do que isso, pelo relato bastante proeminente e entonado dela, notabilizou-se desmedidamente tênue a linha que separa o medo do pânico. Na verdade, é bem provável que o medo que Genizarete sentiu tenha evoluído para um pânico exacerbado, assim como ratificaremos adiante.

Diferentemente de Genizarete, cujo medo da contaminação se expandiu para o medo das pessoas, o Sr. Valdivino coadunou medo e ansiedade. Pelo que ele narra, percebe-se que havia nele, implicitamente, uma certa ansiedade pelo futuro junto ao seu sentimento de medo do adoecimento e da internação. Quando ele questiona a si mesmo o que aconteceria caso fosse contaminado e adoecesse, precisando, com efeito, encontrar vaga de internação nos hospitais públicos, os quais já estavam demasiadamente hiper lotados, ele deixa explícito o sentimento de pessimismo envolvendo o futuro, o que, decerto, denuncia a ansiedade mesclada ao medo. Aliás, ao longo da entrevista em profundidade, o Sr. José confessou a ansiedade:

[...] eu sentia ansiedade, né, que é ansiedade até de uma certa forma você já tem, quer dizer, é muito comum, né, ansiedade. Mas é claro que, nesse período, né, a ansiedade ela aumentou, né, devido a essa falta de perspectiva, de demora na resolução das coisas, né, e tudo ficou alterado, de alguma forma. [...] Então, os dias ficavam mais longos, né? Porque você tava sempre atrás de uma informação, né? E essa informação, ela não vinha a seu favor, geralmente vinha contra, né? Vinha mais pra lhe tirar a estabilidade, né? (José Valdivino)

Valdivino, todavia, não foi o único a ter o sentimento desconfortável de ansiedade, pois várias outras personagens também se referiram a isso:

Fiquei muito, muito ansioso mesmo. É tanto que, por a gente ser já profissional de saúde e tudo, a gente já conhece mais ou menos, né, as questões de ansiedade, né, as questões realmente de Covid e tudo. E no hospital mesmo a gente via muitos pacientes chegando, né, achando que realmente tavam com falta de ar, né, com dispneia. E quando a gente ia ver, realmente não era. Era só uma ansiedade, porque os outros fatores estavam descontrolados. E, no meu caso, foi bem assim mesmo. (Edgard Farah)

Até junho foi tranquilo. Quando chegou julho, que eu fiquei de férias, aí os meus problemas começaram [...]. Eu comecei a ficar muito ansiosa, muito ansiosa. Aí eu comecei a ter dor na mandíbula, eu quebrei um dente, medo de ir no dentista. Aí eu comecei a ter crise de refluxo, aí uma ansiedade. (Genizarete Justino)

É comum que, diante da ansiedade, as pessoas desenvolvam o consumo abusivo daquilo que, de certo modo, já havia instalado uma determinada motivação psíquica. No caso da Maria da Graça e Genizarete, a ansiedade as levou ao desenvolvimento do consumo intenso de álcool, mais do que pretendiam:

[...] eu tive um aumento de peso, porque eu também passei a comer mais, e também beber. Teve um período da pandemia que eu acho que o meu consumo de álcool aumentou, e enquanto as famílias faziam isso durante as lives, eu tinha amigos que se encontravam, eu fazia isso só. Então, o consumo era dividido, né? Era só isso. [...] eu lembro, assim, de quando eu ia para o supermercado, uma boa parte das minhas compras era de bebida alcoólica, então, eu tive isso também em 2020, sabe? (Maria da Graça)

No início, eu comecei a comer desesperadamente. Muito tempo sem tomar cerveja, comecei a tomar cerveja. Quando eu ia no supermercado, comprava um monte de cerveja. Meu esposo ficava olhando pra mim, e eu falava assim: “não, eu tenho que tomar alguma coisa”, porque a gente ficava tão, assim, pilhado, né, que tinha que relaxar. (Genizarete Justino)

Fundidos ao medo e à ansiedade, Joselice e Genizarete sentiram a potencialização extrema desses sentimentos, materializados na figura de pânico:

[...] eu já tinha problemas de ansiedade antes da pandemia. Só que aí, com o tempo, começou a piorar, né? Nessa ansiedade, eu acabei desenvolvendo uma síndrome do pânico. E depois que eu tive essas crises de síndrome do pânico, eu fui assaltada no ônibus. (Joselice Guimarães)

[...] Assim, comecei a ter pânico, assim. A pessoa falava: “ah, eu vou na sua casa”. Eu já travava, porque aí não, vai não. Então, eu fechei a minha porta. Nessa época, eu num deixava ninguém entrar em casa. Se tivesse problema de internet, eu ia ficar sem internet. Se tivesse com problema de ar-condicionado, ficava sem ar-condicionado, porque eu num deixava ninguém entrar. Eu fiquei com muito medo, muito medo, pelo fato de estar nós três aqui, e não ter familiar. (Genizarete Justino)

De mais a mais, outras chagas de ordem psicológica desnudaram no solo da vida psíquica, dentre os quais se sobressai o esgotamento laboral. Algumas personagens declararam o cansaço exacerbado com o trabalho na modalidade *home-office*, decerto potencializado por força do excesso de telas e da adaptação a outro contexto laboral distinto do presencial:

Acho que o que muda é que antigamente existiam horários ali específicos, certo? De iniciar o trabalho, de findar o trabalho. Só que com a pandemia, isso acaba se misturando demais; então a gente leva o trabalho pro espaço do café da manhã, a gente leva o trabalho pro espaço de dormir. Então, num sei se esse prolongamento do tempo, ele também vem acompanhado de um cansaço, de um cansaço extremo, porque nós não fazíamos mais a diferenciação do que era meio de trabalho, por mais que o meu trabalho fosse home-office, eu tivesse um escritório em casa, certo, não fazia assim mais essa diferenciação do tempo de trabalho pro tempo de lazer, do tempo com a família, do tempo de dormir, do tempo de se alimentar, sabe? Então a gente já tava ali escovando o dente trocando mensagem aqui do trabalho, né? Então já tava deitado e ainda trocando mensagem de trabalho ou recebendo demanda, né? (Marcone Severino)

Eu senti falta [do trabalho presencial], muita falta, muita falta, que você sai da rotina, né? Tanto que eu tava lembrando agora que eu tirei minhas férias durante esse período também, férias do trabalho. E mesmo assim eu continuava entrando nas reuniões on-line. [Se eu estivesse trabalhando presencialmente, isso] não aconteceria, porque eu estaria viajando e não teria essa possibilidade, mas eu acho que essa ausência também me fez querer passar alguns dias do meu trabalho dentro do trabalho, das férias do trabalho dentro do trabalho, porque era um outro... como eu não podia visitar ninguém, encontrar ninguém, não podia fazer nada, né? E a gente se resume muito ao trabalho. (Joana D'Arc)

[O trabalho remoto] causava um cansaço, um desgaste físico e mental muito maior, né? Você passava o dia todo, ao mesmo tempo que vendo o outro, né, na tela, também se vendo, né? Você tá todo o tempo se vendo. (Maria da Graça)

É curioso e, simultaneamente, inquietante examinar, nesses discursos, a presença de uma confusão entre o que é do âmbito pessoal e do âmbito laboral. Por um lado, constatamos que Marcone enfrentou dificuldades para distinguir e compartimentar os seus horários, de modo a discriminar que horário do dia seria reservado para solucionar pendências trabalhistas e que horário seria dedicado ao lazer em casa, à família, ao seu autocuidado, etc. Por outro lado, vemos em Joana a execução de uma performance laboral semelhante à de Marcone, porém com faceta divergente: enquanto ele parecia sentir essa indissociação como um automatismo e obrigatoriedade, Joana, por sua vez, já parecia sentir essa tal indissociação como uma necessidade, algo vital sem o qual ela não conseguiria viver. Todavia, há de se frisar que as próprias exigências performáticas do trabalho, promulgadas pelo véu invisível do neoliberalismo sob o qual vivemos, penetram na vida psíquica dos sujeitos e lhes caucionam traços desconfortantes que logo passam a ser naturalizados pelos trabalhadores.

Ainda que tais comportamentos sejam naturalizados, é impossível escapar de algum nível de sofrimento mental, como é o exemplo do próprio esgotamento laboral. Nessa perspectiva, quando os trabalhadores fogem das exigências performáticas, justamente, em muitos casos, por não suportarem mais as cruzeiras impostas externamente e logo internalizadas, a culpa por estar “gastando” o seu tempo com ociosidade, em vez de produtividade, tende a vigorar, distribuindo mais sofrimento psíquico. Ademais, conforme os próprios preceitos neoliberais, é comum que haja uma vigilância da performance do trabalhador perpetrada pelo chefe no trabalho presencial; contudo, no trabalho *home-office*, essa vigilância se torna uma super vigilância pelo fato de que, estar presente numa reunião com câmera desligada, não se configurava, por si só, motivo plausível para realmente comprovar a sua presença.

Essa hiper vigilância no trabalho *home-office* foi, infelizmente, uma realidade:

Eu já tinha tido uma experiência de trabalhar remotamente, então não era algo novo. Mas eu acho que a condução da instituição que eu trabalho, ela foi muito ruim. [...] levou muito tempo pra se adaptar à lógica, e a gente trabalhava, era eternas reuniões. [...] As pessoas entravam, todo mundo no horário de iniciar, né, o horário formal de entrar no trabalho, todo mundo entrava numa videochamada, né? [...] Tinha um certo assédio de, se você não estivesse no link que era disponibilizado na reunião, você era considerado como se não tivesse trabalhando. E se você desligasse a câmera, as pessoas suspeitavam se você também estava trabalhando. Então, foi muito desgastante. (Maria da Graça)

Para efeito de compreensão, assinala-se: com o isolamento social, a produção neoliberal, em sua boa parte, como já foi salientada aqui em outras ocasiões, precisou estagnar, e muitos trabalhadores precisaram adotar a modalidade de trabalho remoto, ou *home office*. Mesmo assim, logo se reconhece que o modo de produção e exigências trabalhistas não cessaram, e os cidadãos, que tinham como cenário de fundo o trabalho em espaços da cidade nos quais transitar era possível, sem que houvesse o medo de se deparar com o vírus letal, continuaram a sofrer espoliações com outras faces, mas com as mesmas cruzeiras. Assim, o que a pandemia trouxe foi uma maneira inédita de se relacionar com o tempo e o espaço, mas não uma nova maneira de se relacionar com o esgotamento ocasionado pelo trabalho.

A fim de densificar a argumentação, trazemos à lume a obra contemporânea *Sociedade do Cansaço*, na qual o filósofo e ensaísta sul-coreano Byung-Chul Han estatui que:

A sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram um cansaço e esgotamento excessivos. Esses estados psíquicos são característicos de um mundo que se tornou

pobre em negatividade e que é dominado por um excesso de positividade. Não são reações imunológicas que pressuporiam uma negatividade do outro imunológico. Ao contrário, são causadas por um excesso de positividade. O excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma (Han, 2015, p. 70-71).

Sob essa perspectiva, não se pode negar que a sociedade do desempenho tem sua origem em uma sociedade pautada num sistema capitalista, cujo desempenho, conforme Han (2015), reflete uma sociedade ativa que, para assim o ser, necessita ter um bom desempenho. Esse desempenho, como bem sabemos, é o ingrediente primordial usado para alavancar o senso de competitividade infinita não só das grandes instituições, mas também dos assalariados. Como uma distopia, cuja realidade apenas parece possível na fantasia e ficção, o sistema econômico, até mesmo em formatos distintos de trabalho, promove, basicamente, uma “lavagem cerebral” inconsciente, contaminando a vida psíquica dos trabalhadores de regras e condutas, não raro, impossíveis de serem efetuadas pelo ser humano. A propósito, a performance humana não se equipara – e nem deveria – às performances de máquinas, as quais somente elas têm condicionamento para atender às demandas e mais demandas aterradoras dos capitalistas.

Logo, a sociedade ativa e do desempenho, partes integrantes da sociedade do cansaço postulada por Han, produzem uma repercussão desqualificada quando se entrelaçam, pois “geram um cansaço e esgotamento excessivos” nos sujeitos (p. 37). Por assim dizer, o cansaço – resultado dessa postura ativa e de desempenho que são exigidas para os indivíduos – é algo que transita na contramão da saúde física e mental e, portanto, da vida. Em outras palavras, dificilmente existirá saúde caso o cansaço que se alastra por toda uma sociedade continue a existir em sua máxima expressividade. Contribuições críticas como as de Han são, proeminentemente, importantes para que possamos repensar a maneira como nos relacionamos com o trabalho, precipuamente após termos vivido uma conjuntura pandêmica.

Arelado ao esgotamento laboral, alguns personagens que permaneceram trabalhando, inclusive em *home-office*, tiveram a sensibilidade e sofisticação de tecer uma leitura complexa da conjunção laboral e realçaram a perversidade neoliberal:

Tem uma questão aí também que estatiza muito mais que já é um imperativo, por exemplo neoliberal, que já vem sendo, né, construído há muito tempo e que a pandemia, querendo ou não, ela só descortina mais a coisa, né, e que agora a gente vive os resquícios disso principalmente com fenômenos como essa ideia do coach que: “Estude enquanto eles dormem!”, “Trabalhe enquanto eles dormem!”. É mais a descortinação, né? E a pandemia, eu acho que ela serve como uma espécie de fixador disso daí que já vinha se estruturando anteriormente. (Marccone Severino)

[...] acho que uma coisa também que foi muito perversa é que o discurso neoliberal, né? Se a gente não abre o comércio... era a vida versus o lucro. Isso era muito perverso, isso era uma coisa assim que eu ficava extremamente revoltada. Eu lembro, assim, que teve uma época que eu ficava vendo as redes sociais, os comentários nas notícias, e eu ficava: “Meu Deus! Que tipo... que merda é essa, assim, sem escrúpulos e sem compaixão, sem empatia!”. (Maria da Graça)

Para intensificar os quadros de sofrimento psíquico, acentuamos a solidão e os sintomas depressivos experienciados por alguns. No que toca à solidão, duas personagens expuseram os desafios intrapsíquicos e extrapsíquicos de morar sozinhas num contexto de isolamento social:

[...] eu acho que o maior desafio mesmo foi se perceber sozinha, porque eu morava só, não tinha ninguém, e assim, como é que eu ia viver? Como é que eu ia conseguir ultrapassar a porta, comprar algo, sendo que eu era totalmente só, não tinha ninguém, e eu tive Covid três vezes. (Arminda Aucea)

[...] por mais que eu tivesse rodeada de algumas pessoas no trabalho, estando nessa situação, longe de todo mundo, assim, de amigos, de família, foi bem difícil porque eu chegava em casa e eu queria ter um suporte, aquele suporte emocional de ter uma pessoa [...] Mesmo que... assim, claro, eu agradeço muito porque eu não tinha ninguém comigo, porque era um risco a pessoa que estivesse comigo pegar [porque eu trabalhava em hospital]. Então, por esse lado, foi positivo, mas eu senti muita falta de ter esse suporte quando eu chegava [...]. (Joselice Guimarães)

Considerando o contexto singular de ambas as personagens, é possível expor um contraste entre elas. Tendo em mente que Arminda perdeu o seu emprego e, por conseguinte, vivenciou o isolamento de maneira mais rígida, é esperado que ela, morando sozinha, sentisse, ora ou outra, os efeitos da solidão pairarem sobre si. Em contraposição, é curioso pensar que o mesmo sentimento tenha aplainado sobre Joselice, uma vez que ela morava, à época, com um primo e continuava trabalhando presencialmente cumprindo uma escala de oito horas semanais. De um jeito ou de outro, ela tinha o passe livre para estabelecer conexão interpessoal em casa mesmo e no transporte coletivo público e no próprio trabalho, mas, ainda assim, os efeitos da solidão foram bem expressivos a ponto de produzir nela algum nível de sofrimento mental.

Diante desses contextos, evidenciamos que, mesmo as pessoas que permaneceram vivendo, de certo modo, no espaço urbano e se relacionando com ele, sentiram alguma compressão sobre a vida. De certeza, ainda que a saída diária de casa e a interconexão diminuída com o espaço produzissem algum nível de *descompressão* da vida psíquica, algum outro nível de *compressão* da vida psíquica permanecia ocorrendo num movimento que reconhecemos ser dialético. Desta sorte, observamos, de maneira ilustrada, que uma mesma

pessoa pôde, indubitavelmente, sentir uma desconpressão da vida psíquica ao viver a vida em fusão, em sociedade, mas pôde sentir também uma compressão da vida.

Esse panorama subjetivo – embora não possa comportar generalizações – nos faz pressupor e questionar: se Joselice estivesse numa conjuntura semelhante à de Arminda, *morando sozinha e desempregada*, seu sofrimento, talvez, pudesse ter sido experienciado de modo *mais* severo do que o que foi? E de outra maneira: se Arminda estivesse numa conjuntura semelhante à de Joselice, *morando com um primo e empregada*, seu sofrimento, talvez, pudesse ter sido experienciado de modo *menos* severo do que o que foi? A respeito disso, não podemos nutrir convicção alguma, apenas pressupor que sim.

No que diz respeito aos sintomas depressivos, por seu turno, alguns ainda reforçaram:

[...] Eu acho que eu fiquei até um pouco deprimida, sabe? Assim, de manhã, eu conseguia acordar, mas eu não tinha propósito, porque eu não tinha faculdade, e tinha rotina da casa. Foi horrível. (Genizarete Justino)

[...] a depressão em si [foi uma consequência do isolamento social], né? E aí, com a depressão, todos os sintomas, né, de desânimo... O desânimo era uma das coisas mais... a apatia... o isolamento. Aquilo que era, assim, a obrigatoriedade [o isolamento social] passou também a ser um sintoma. Na verdade, o sintoma passou a ser sintoma [...]. (Maria da Graça)

Sob o véu dos trechos de Genizarete e Maria da Graça e de todo o cenário analisado, com a miríade de sintomas que assolaram a vida psíquica em isolamento, é importante mencionar ainda que houve um aumento no consumo de psicotrópicos⁵⁷. Quem nos forneceu esse panorama foi Edgard Farah, o qual trabalhou como farmacêutico em hospital, em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e em farmácia particular no decorrer da pandemia. Hoje, na vida pós-isolamento, ele trabalha numa Unidade Básica de Saúde (UBS), fazendo a dispensação de medicamentos para os usuários do SUS:

[...] eu, como trabalho na questão da dispensação de medicamentos, a gente percebe que, muitas das vezes, pacientes [...] só iam no posto, realmente, pra procurar medicamentos mais, assim, pra diabetes, hipertensão, né, tireóide, asma. Essas coisas, assim, mais simples, né, vamos dizer assim. E hoje, assim, de 100% dos pacientes que vão até a unidade de saúde, seja pra um atendimento ou pra receber o seu medicamento, né, pra buscar orientação, 99 desses 100 pacientes é pra buscar o medicamento psiquiátrico, né? Então, assim, você vê, assim, a evolução de algo que veio já, talvez, né? Já vinha sendo, vamos dizer assim, a

⁵⁷ Também denominados psicofármacos, tratam-se de medicamentos prescritos para tratar sintomas de sofrimento psíquico ou transtornos psiquiátricos. Atualmente, há uma vasta classe de psicofármacos, dentre eles: os ansiolíticos, os antidepressivos, os antipsicóticos (neurolepticos) e os estabilizadores do humor. Quando entram em contato com o organismo humano, atuam diretamente no Sistema Nervoso Central (SNC), de modo a inibir ou potencializar comportamentos e sentimentos para que fiquem mais próximos a uma “normalidade” esperada.

população já vinha adoecida, mas teve um start, né? Parece que foi, assim, algo que desencadeou algo maior. E aí, eu fico: “Meu Deus, antes eu tinha um bloquinho de receitas bem pequeno. Hoje eu tenho a minha mesa entupida”. Então, assim, realmente você percebe que o negócio foi bem cruel, né? (Edgard Farah)

Sem tardar demais, ele ainda acrescenta:

Ontem mesmo, voltou quinze ou foi doze pacientes sem ser atendidos, porque não dá tempo, né? É assim, algo que você fica: “Meu Deus! É gente toda hora, fila toda hora, seja chuva, seja sol, seja...”. Ano passado [2022], no final de ano, as pessoas assim meio que viajavam, eu acho, não sei, esses períodos de festa diminuía o movimento. Esse ano [2023], pelo contrário, aumentou. E eu digo: “Meu Deus do céu! A diversão, eu até brinco, mas é só entre nós, né, a diversão do posto é vim pra essa fila. Só pode, porque não tem outra explicação.” Mas é porque o povo está adoecido mesmo. [...] eu também cheguei a passar por CAPS, né? Então, no CAPS a gente viu também um aumento muito grande, né, da quantidade de pacientes. E pacientes relativamente jovens. Bem jovens, né? Então, isso é o que torna mais preocupante. (Edgard Farah)

Sem digredir da realidade, vislumbramos no discurso potente de Edgard que as mazelas de saúde mental não ficaram restritas aos consultórios psicológicos, pois as demandas para os consultórios psiquiátricos também foram sem precedentes. Em se tratando das nossas personagens, duas delas confessaram ter necessitado de intervenção medicamentosa para lhes auxiliar no tratamento dos sintomas já aludidos acima:

[...] eu vejo que, se no cenário ideal, que nem existe isso, mas se a pandemia tivesse durado, o caos tivesse durado menos tempo, eu talvez não tivesse ficado num quadro tão grave até hoje precisando me recuperar, porque eu consigo fazer exatamente essa, olhar esse paralelo, como eu estive em 2020, como eu sustentei e sustentei, mas em 2021 [eu não consegui mais]. [...] Desde então, desde 2021 até o momento, eu ainda faço, né, tratamento com medicação. (Maria da Graça)

Aí, remédio pra ansiedade, remédio pra depressão, nada, nada, nada. E, nesse meio tempo, a psiquiatra começou uma investigação, porque a minha ansiedade, ela começava a passar a medicação e não resolvia. E, nesse meio tempo, ela debruçou sobre o meu caso, e aí descobriu que eu tinha TDAH. Quer dizer, pelo exame químico, eu não fiz avaliação psicológica. Mas só passou mesmo quando voltaram as aulas [presenciais], porque aí eu comecei a respirar. (Genizarete Justino)

Visualizando esses contextos de vida, é válido recordar que Maria da Graça, apesar de se enquadrar na classe social C à época, morava sozinha e, certamente, não dispunha de tantos gastos, podendo, inclusive, recorrer a consultas particulares com psiquiatras e comprar medicamentos prescritos. Genizarete, por sua vez, segue a mesma lógica, sobretudo quando consideramos que ela se enquadrava na classe social B, dispondo, assim, de orçamento suficiente para se consultar e comprar psicotrópicos que, em sua maioria, não são

dispensados em farmácias públicas. A respeito disso, Edgard ainda nos alertou para uma problemática mais complexa:

[...] quando o problema também quebra na ponta, quando não tem o medicamento para aqueles pacientes, então, aí já é outra problemática, né? E aí, o que esse paciente faz? Porque, se ele não tem condição de pagar com plano de saúde, ele não vai ter condição de arcar com o preço daqueles medicamentos, né? E aí, vem a outra problemática: ele não vai conseguir comprar porque a receita dele fica no posto; e aí, como é que ele vai fazer? Então, tem muitos problemas que, assim, se a gente for realmente a fundo, é complicado, complicadíssimo. (Edgard Farah)

Edgard, por meio de sua experiência profissional durante o período de isolamento, nos denuncia uma fatídica realidade carente de análise. Ele nos fez perceber que estar vivenciando um sofrimento psíquico grave a ponto de precisar de prescrição psiquiátrica não garante, por si só, que o paciente consiga o medicamento, ainda que ele seja dado gratuitamente pelo SUS. De um lado, é evidente que o número de pessoas que usufruem de serviço público é maior do que aqueles que usam o serviço privado; por extensão, uma boa parcela dos que usufruem do SUS não deve dispor de orçamento para comprar medicamentos que podem, mensalmente, extrapolar a faixa de 300 reais, precipuamente se considerarmos as altas taxas de desemprego e de redução salarial que aconteceu nesse período. Do outro lado, por mais que o nosso sistema público de saúde se proponha a ser universal, oferecendo cuidado integral aos usuários que dele carecem, ele encontrou dificuldades financeiras extenuantes promulgadas pelo governo federal e pelo contexto de calamidade pública ocasionada pela pandemia num tecido social com princípios neoliberais bem rígidos e ferozes.

Tais dificuldades, além de denunciar que o sistema não dispunha de médicos suficientes para atender a todos com demandas físicas (adoecidos de Covid-19, etc) e psíquicas, denunciam que não havia dispensação de medicamentos o bastante para suprir a alta demanda de saúde mental, sobretudo porque é preciso ter em mãos a prescrição médica para conseguir pegar o medicamento. Outrossim, ao passo que houve um aumento considerável de sofrimento psíquico a ponto de exigir o uso de psicotrópicos, houve, também, um alto percentil de pessoas que foram demitidas e/ou tiveram seus salários reduzidos, principalmente aqueles que já viviam em condições de vida insalubres.

Como a gente faz os atendimentos clínicos também, o foco maior é paciente hipertenso, diabético. E alguns desses pacientes que o médico encaminha da unidade pra gente, faz a orientação, ou então até mesmo a gente percebe ali alguns controles e já puxa, né? A gente percebe que muitos deles tinham plano de saúde até certo momento, e agora não mais, né? Então é muito... a gente percebe

muito isso: “Ah, eu tinha o meu plano de saúde, a Hapvida, eu tinha a Unimed e tal, eu fazia isso, isso e isso”. E agora não tem mais, né? E muitos deles até gostam do atendimento do posto, porque a nossa equipe lá é bem completa realmente. Eles tinham outra visão do SUS, né? Até precisar deles. Assim entre aspas, né, porque a gente precisa a todo momento. Mas eles vivenciaram isso mais de perto, né? Então a gente percebe que esse aumento também no fluxo se deu muito a isso: por questões também financeiras. As pessoas também estão deixando de ter condições de pagar os planos de saúde e precisam realmente utilizar o serviço público, né? (Edgard Farah)

Não é difícil hipotetizar uma porção de razões pelas quais as pessoas não puderam mais sustentar seus planos particulares de saúde. De um lado, é inegável que uma miríade de serviços considerados não-essenciais, incluindo os microempreendedores individuais, precisaram fechar ou limitar seu comércio durante a pandemia e o isolamento social. Do outro lado, um número considerável de trabalhadores inseridos – ou não – na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quando, evidentemente, não eram alvos de demissão, eram obrigados a ter uma redução salarial. De tal maneira, com o corte financeiro, abdicar de “gastos” como planos privados de saúde – quando dispomos em verdade de um excelente serviço público de saúde quanto o SUS – não se torna uma escolha, e sim uma necessidade vital de sobrevivência – ainda que tal lógica contrarie a realidade. Nos excertos seguintes, é possível visualizar essa realidade vivida e experienciada pelos trabalhadores:

[...] Eu não tava conseguindo me manter, então me causou, tipo assim, angústia, que eu morava de aluguel só, mas que, tipo, eu não sabia muito como fazer e o que fazer. (Armanda Aucea)

Meu pai é comerciante, então, isso impactou a renda da minha família; a mim, eu me mantive trabalhando remoto, mas, por outro lado, teve um período que eu tive a redução do meu salário. (Maria da Graça)

De maneira menos saliente, mas ainda assim presente, relataram também a tristeza, a raiva, a culpa e a frustração, as quais, muito possivelmente, contribuíram para a potencialização da experiência de sofrimento psicológico em meio ao isolamento:

[...] uma coisa que, pra mim, não passa despercebida é que, para além, acho que tem alguns sentimentos que foram muito marcantes durante esse período, era medo, tristeza e raiva. [...] o medo, né, do vírus, das consequências, da contaminação. A tristeza quando as mortes aconteciam, e a tristeza não era só quando era alguém próximo a mim, mas os números, as pessoas famosas, por exemplo [...] E a raiva, eu tinha muita raiva, era muita revolta, muita indignação com o presidente da época e com as pessoas que iam na loucura, né? [...] Eu lembro que, às vezes que eu saía, era sempre atravessada por medo e culpa. (Maria da Graça)

[...] eu também me senti assim mais aliviado porque eu também não precisava ir para o trabalho, né? Porque eu ficava imaginando os meus amigos que estavam no trabalho difícil, ainda lá dentro de um regime totalmente diferente, nenhuma

programação foi feita pra isso, né? Então, vinha aquela sensação de um pouco de frustração, mas um pouco de alívio por não tá trabalhando nesse período também, né? Então, isso me trouxe, assim, uma mais calma, né? (José Valdivino)

Toda essa constelação de sintomas psicológicos orbita numa determinada dimensão (a psíquica) e conspira contra a sua ordem, ensejando uma enxurrada de sofrimentos. A afirmação e defesa dessa premissa irrefutável – baseada no debate integral tecido até este momento a partir das interpretações erguidas sobre as informações das entrevistas empíricas – exprime o pressuposto que nos convencionou chamar de compressão da vida psíquica. Acompanhamos a validação da manifestação dela nos fragmentos e extratos acima e ainda podemos 159hama159te-la, por exemplo, ao sublinhar o que Genizarete nos propôs a pensar:

[...] tirando os dias que eu saía para ir no supermercado, todos os dias eram iguais, horríveis, horríveis. Netflix à noite ia até de madrugada, porque era a única coisa diferente que eu tinha. Só isso, ficou achatado [a vida], ficou tudo achatado, ficou tudo igual, tudo rotineiro [...]. Na relação, em casa, foi tranquilo. A minha relação com o mundo externo é que teve problema, porque aí eu tive contato comigo mesmo, né? Forçado. Sai do automático. “E aí, Renata, é você e você”, né? Aí eu que tinha que tá bem pra fazer as coisas. Então, assim, eu acho que o meu contato, eu mergulhei, né? Tive que mergulhar em mim. (Genizarete Justino)

Frisamos, no trecho de Genizarete, a caracterização que ele atribuiu à sua vida e à sua experiência intrapsíquica em relacionamento com o mundo externo. Em suas palavras, a vida ficou achatada, tudo ficou achatado: temos confirmações suficientes para presumir que o sentido de vida dado por ela se refira ao elemento universal do termo, ou seja, ela parece se referir à vida urbana, à vida cotidiana e, evidentemente, à própria vida psíquica. Não há, muito provavelmente como pensamos, uma diferenciação entre as três; em vez disso, acreditamos que haja uma extensão e ligação indissociável, a tal ponto de: quando uma sofre ameaças que atentam contra a sua permanência, as outras também se desorganizam e sentem a mesma ameaça pairar sobre si. Ora, já temos indícios o bastante que valida e operacionaliza esses nossos pressupostos teórico-empírico-conceituais.

Quando Genizarete diz que não foi a sua relação com o mundo externo que teve problema, e sim a sua relação com seu próprio mundo interno, deparamo-nos com um excelente conteúdo para análise e interpretação. Apesar de indissociáveis, podemos supor que a vida psíquica dispõe de uma importância maior do que as outras⁵⁸? Quer dizer, é

⁵⁸ Consideramos que a vida urbana e a vida cotidiana são representantes do mundo externo, enquanto a vida psíquica representa o mundo interno. *Grosso modo*, compreendemos a vida urbana como sendo a vida compartilhada, no coletivo, dentro de um determinado espaço, ao lado de diversos outros indivíduos. A vida cotidiana, de outro modo, denota para nós a vida que cada indivíduo constrói e operacionaliza na sua intimidade

plenamente possível que as agruras do mundo externo invadam a vida psíquica e tentem 160hama160te-la; afinal, vimos isso ocorrer graças à pandemia e ao seu isolamento. No entanto, há algo, na vida psíquica, que, se for forte e resistente o suficiente, consegue suportar as agruras provindas do mundo externo, da vida urbana e cotidiana? Para isso, podemos dar uma resposta, quiçá, afirmativa. Sendo assim, é possível validar o sentimento de Genizarete expresso na frase em negrito e, ainda, reescrevê-la da seguinte forma: por mais que o mundo externo estivesse caótico, havia um Eu precisando dar mais ênfase à vida interna que estava aqui dentro de mim ruindo, vida essa que eu precisava tratar e cuidar para que conseguisse, enfim, resistir às cruzeiras do mundo externo.

De toda maneira, fazer essa travessia do cuidado à vida psíquica ao cuidado da vida urbana e cotidiana não denotou uma tarefa fácil, especialmente após a vitória sobre a pandemia e o isolamento social, pois ainda houve resquícios dessa vivência mesmo no contexto de pós-isolamento. As personagens escutadas por nós acentuaram, com demasiado enfoque, os resquícios psicológicos que ficaram, haja vista que não há feridas que não deixem marcas, seja na pele, seja na “alma”⁵⁹.

[...] uma vez eu vi, não lembro o que exatamente, né, mas que a pandemia, ela tem, ela tem um pouco, assim, de consequências como de uma guerra, que fica um marco ali. E como no Brasil a gente teve, assim, muitas mortes, né? Então, assim, acho que, pra nós brasileiros, foi muito mais doloroso. Então, assim, eu acho que a pandemia, assim, esse atravessamento, ela me atravessou, me promoveu ali um terremoto interno. E assim, eu ainda sinto que eu tento me recuperar disso, né?
(**Maria da Graça**)

Esse isolamento me fez ter medo das pessoas. Eu custei a relaxar e voltar, né, devagarinho ao normal. Mesmo quando voltou ao presencial, ainda... Fiquei um pouco ainda obsessiva com essa questão do álcool, né, do distanciamento. Mas eu acho que, assim, o pior mesmo desse distanciamento foi o medo das pessoas. Medo de contato, né? Eu comecei a me distanciar tanto que eu comecei a ter dificuldade de voltar a me aproximar das pessoas. As minhas amigas ficavam assim: “Ah, Renata, vamos no parque do Cocó, que é aberto”. Eu não ia: “Não, num vou. Não vou”, “Não, mas lá é aberto”, “Não, eu não vou”. Mesmo se eu fosse encontrar com um lugar aberto, eu ia de máscara. Eu fiquei bem crítica.
(**Genizarete Justino**)

Em Maria da Graça, presenciemos os drásticos efeitos do isolamento social em sua vida a partir do exemplo que ela nos fornece: equiparando a pandemia à guerra e os seus efeitos como produtores de um terremoto interno. Em Genizarete, os sentimentos extremos de medo das pessoas e do próprio espaço urbano perduraram por um bom tempo, mas depois

rotineira consigo, no dia a dia, sem que ele esteja, por exemplo, na companhia de outros cidadãos, tal como no caso da vida urbana.

⁵⁹ Adotamos esse termo, *grosso modo*, como sinônimo de vida psíquica.

amenizaram e ela logo pôde fazer as pazes com o mundo externo que, embora ela diga que sua relação com ele não havia rompido, podemos ver traços evidentes em seu discurso de que, sim, alguma ruptura entre eles havia acontecido. Afinal de contas, a vida interna é indissociável da vida externa – por mais que pensemos que não.

Em virtude dos sofrimentos psíquicos instalados e experienciados na vida em isolamento e dos resquícios psicológicos sentidos no pós-isolamento, uma necessidade foi implementada: algo precisava – e ainda precisa – ser reestruturado na vida psíquica. É o que nos garante Marcone, Arminda e Joselice, quando nos dizem que ainda buscam por uma reestruturação subjetiva após os destroços deixados pela pandemia e pelo isolamento social:

A ideia que eu tenho é de que estou ainda me reestruturando, né? Porque tinha a convicção de uma coisa, a pandemia vem e coloca uma outra proposta, né? E eu me sinto assim como um retalho, como uma colcha de retalhos que se contradiz, né, baseado ainda no que era num pré-pandemia e passou a ser num pós, né? Ainda criando ou recriando certas afirmações, porque num sei se ainda sou a mesma coisa de antes. (Marcone Severino)

[...] eu acho que eu parei mais pra escutar, né? Não sei se é uma questão do curso [de Psicologia] em si, ou mais uma questão mesmo da pandemia, eu escuto mais as pessoas. Antes eu era mais alvoroçada, só a minha opinião contava, e hoje eu consigo escutar pessoas. Era uma [Arminda] antes bem, falando mesmo, arrogante, né? Eu reconheço isso, e depois da pandemia, com tudo, eu me percebo mais tolerante, mais curvada às questões mesmo sociais, políticas, em torno do que a gente viveu e do que a gente vive ainda hoje. (Arminda Aucea)

[...] eu me sinto uma pessoa agora mais dona de mim mesma, né? Tipo, eu percebo também que eu tô uma pessoa mais assertiva, mais decidida. Tô conseguindo cumprir minhas metas que antes eu era triste, que eu colocava uma meta e aí eu não conseguia prosseguir, né? Então, eu me sinto uma pessoa mais firme, mais dedicada. Eu procrastinava bastante antes. [...] Teve outras coisas também que hoje eu consigo fazer que eu não conseguia antes, tipo falar o que eu estou sentindo era muito difícil pra mim em relação a alguém, então é uma coisa que eu estou conseguindo agora. Então, eu acho que eu estou, hoje, eu sou o que eu quero ser, né, o que eu decidi ser, não o que me diziam pra ser. (Joselice Guimarães)

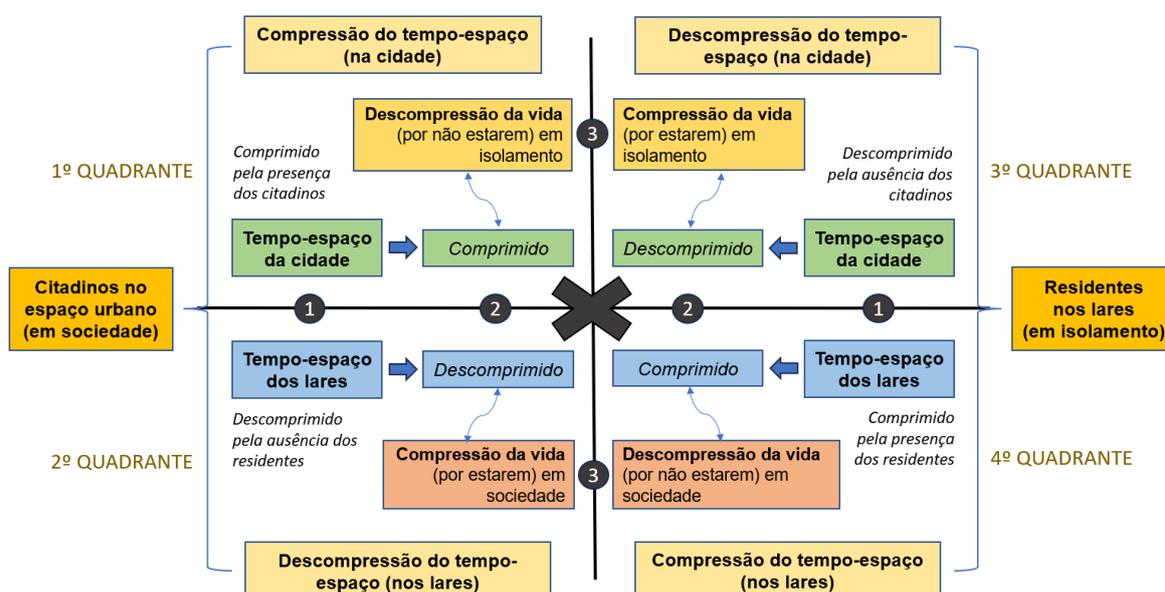
Para Marcone Severino e tantos outros, a pandemia e o isolamento derrubaram expectativas, geraram frustração e obliteraram o seu modo de subjetivação, mudando o seu curso e alterando formas de pensar e sentir a si próprio. É inegável que fenômenos como esses picotam a existência humana e criam pedaços de nós mesmos, de modo que, quando a situação passa, precisamos nos remendar como uma colcha de retalhos ou um quebra-cabeça. Para Arminda Aucea e tantas outras, por sua vez, talvez a solidão de dias sozinha a tenha feito perceber a importância de ter um outro ao seu lado para escutar e, com isso, tenha aprendido a valorar outras companhias, com mais tolerância e menos arrogância, como ela mesma sugere. Para Joselice Guimarães e tantas outras, a experiência da pandemia e do

isolamento talvez tenha sido útil para que ela construísse uma nova versão de si: mais assertiva, decidida, firme e dedicada no que propõe a ser e a fazer. É precioso notabilizar, por fim, que, enquanto Marcone imergiu mais ainda nele próprio, Arminda e Joselice seguiram trajetórias um pouco distintas: no mesmo momento em que Arminda caminhou em direção ao reconhecimento de um outro, tolerando seu ser e agir, Joselice rumou para um trajeto mais independente e liberto das demandas do outro sobre si.

Para efeito de desenlace

Com base nas premissas das personagens de nossa trama analisadas e interpretadas, podemos assegurar, veementemente, que a experiência nos demonstrou que os trajetos possíveis de trilhar rumo a uma sólida compreensão do sofrimento psíquico na cidade, destacando, para efeito de desenlace dessa problemática-título, a vida psíquica. Como feliz resultado de nossa escavação da subjetividade das personagens aqui entrevistadas, cujos fragmentos empíricos nos serviram de bússola para mapear os rastros deixados pela pandemia e pelo isolamento social, sofisticamos a compreensão dos modelos conceituais (ver **Figuras 5, 6 e 7**) tricoteados antes de nossa ida ao campo e destrinchamos com rigor – no mapa conceitual abaixo – a dialeticidade, portanto, da compressão do tempo-espaço reformulada e da compressão da vida proposta ineditamente.

Figura 8 Mapa conceitual das compressões e descompressões do tempo-espaço e da vida como desdoadoras de sofrimento psíquico.



Fonte: Autoria própria (2024).

Visualmente, observa-se que o mapa se divide em dois enquadramentos, a saber: 1) cidadãos vivendo no espaço urbano em sociedade (representados pelos quadrantes 1 e 2); e 2) residentes vivendo nos lares em isolamento (ilustrados pelos quadrantes 3 e 4). Ambos os enquadramentos, didaticamente, se subdividem em quatro quadrantes: o primeiro traz à tona a *compressão do tempo-espaço na cidade*; o segundo, a *descompressão do tempo-espaço nos lares*; o terceiro, a *descompressão do tempo-espaço na cidade*; o quarto e último, a *compressão do tempo-espaço nos lares*. De forma interseccionada, baseado nesse mapa, podemos compreender a ocorrência da formação do sofrimento psicológico quando a vida psíquica dos cidadãos/residentes se viu obrigada a se confrontar com fenômenos que deram xequê-mate à vida em sociedade, excluindo-os do espaço urbano e da vida cotidiana.

Os dois enquadramentos aludidos acima apontam para panoramas distintos: um ocorre *sem* a presença da pandemia e do isolamento social; outro ocorre *com* a presença da pandemia e do isolamento social. Em primeiro lugar, interessa-nos explicar o panorama *sem* a pandemia e o isolamento, considerando, assim, uma vida psíquica em pré-isolamento. De acordo com o 1º quadrante: quando os cidadãos estão em sociedade, o *tempo-espaço da cidade* (na cor verde) tende a sofrer uma compressão (*compressão do tempo-espaço na cidade*), devido à presença humana nos espaços urbanos. Isso, por outra ordem, logo leva os cidadãos a experienciarem uma *descompressão da vida por não estarem em isolamento*, mas, sim, vivendo o espaço público livremente. No entanto, simultaneamente, como aponta o 2º quadrante, quando os residentes estão vivendo em sociedade, o *tempo-espaço dos lares* (na cor azul) é descomprimido (*descompressão do tempo-espaço nos lares*), graças à ausência dos residentes nos lares, o que, por sua vez, leva esses cidadãos a vivenciarem uma *compressão da vida estando eles em sociedade*.

No que diz respeito ao segundo enquadramento, ilustrando o panorama *com* a pandemia e o isolamento, os quais impactaram a vida psíquica durante o isolamento e continuaram repercutindo no pós-isolamento, temos o seguinte desfecho. No 3º quadrante, no período em que os residentes estão nos lares, isto é, em isolamento, o *tempo-espaço da cidade* tende a sofrer uma descompressão (*descompressão do tempo-espaço na cidade*), haja vista que os residentes estão ausentes do espaço-urbano. Esse movimento, em contrapartida, coopera para que tais residentes sintam uma *compressão da vida justamente por estarem*

vivendo em isolamento – e não mais em sociedade. No 4º quadrante, igualmente de forma simultânea, ao passo que os residentes estão nos lares, isolados, esse *tempo-espaço dos lares* – que ora foi percebido como descomprimido devido a eles estarem vivendo também em sociedade – é percebido em isolamento como estando comprimido (*compressão do tempo-espaço nos lares*), contribuindo, assim, para a experiência de *descompressão da vida por não estarem em sociedade*. A simultaneidade entre os quadrantes 1 e 2 e os quadrantes 3 e 4 é o que indica o caráter dialético de nossas noções; por isso há um X no centro do mapa demarcando a ligação entre todos os quadrantes.

Como conclusão desse mapa, depreende-se que passa a haver dois tempos e dois espaços distintos quando nós, cidadãos, lidamos com fenômenos que afastam a nossa vida psíquica da vida urbana, levando consigo a nossa vida cotidiana – mas não somente ela. Sem dúvida, o tempo-espaço que se manifesta na cidade, como captamos pelos relatos dos entrevistados, tem distinção do tempo-espaço dos lares. E é essa percepção que influencia a vida psíquica, produzindo compressão ou descompressão em cima dela. Sendo assim, almejamos que tenha ficado demasiadamente bem esclarecido o fato de que, seja em sociedade, seja em isolamento, as compressões e descompressões (do tempo-espaço e da vida) são sentidas, impactando pungentemente a saúde mental coletiva. Como desdobramento, a compressão e a descompressão da vida que se manifestam produzem, como já presenciamos, nefastos sofrimentos psíquicos.

Ao desenlaçar o novelo, concluímos, sem sombra de dúvidas, que foi a pluralidade de experiências que fez a vivência do isolamento social ser ímpar para cada personagem retratada aqui. Ainda que essas experiências sejam únicas, talvez, a única convergência entre elas tenha sido somente a experiência plural de sofrimento psíquico, porém com formas, manifestações e conteúdos diferentes. Eis, portanto, a sublime essência da subjetividade humana em cena que não se apreende em mapas conceituais, mas cujas aproximações podemos tecer.

No capítulo a seguir, a fim de enaltecer o potencial do ser humano de persistir e permanecer em meio ao colapso, fazemos uma breve digressão inspirada em todo o debate construído, sobretudo neste capítulo em tela. Adiante, antes de abordar tal potencial, trazemos à lume a proposição de cidade saudável como importante mecanismo de apoio ao tratamento social da compressão da vida. Em articulação com o conceito de cidade saudável, a vida humana na cidade encontra uma “solução” ao problema da compressão e seus rastros

deixados na dimensão subjetiva, fortalecimento, com efeito, a potência da produção de vida no tempo-espaço.

CAPÍTULO 9 – A CONQUISTA DE UMA CIDADE SAUDÁVEL PARA O TRATAMENTO SOCIAL DA COMPRESSÃO DA VIDA

Com dificuldade de respirar
Eu explicarei o infinito
Como é realmente raro e bonito
Nós existirmos

(Sleeping At Last, em “Saturn”)

Ao mesmo tempo que abre caminhos, este capítulo propositivo encerra temporariamente as proposições teórico-empíricas erguidas nessa dissertação com uma proposta alternativa ao problema da compressão da vida psíquica na cidade. Já vimos que o modo de vida urbana adquire contornos específicos a depender do contexto sob o qual possa estar inserido, seja ele o próprio véu capitalista, seja ele a própria pandemia ou o pós-pandemia. Com tais contornos, a vida psíquica dos cidadãos sofre impactos em muitas dimensões, levando-os a experimentar compressão, ou seja, a sensação de que algo não vai bem. Dessa maneira, longe de querer sugerir algo que esteja mais próximo à utopia do que à realidade, vislumbramos a conquista de uma cidade saudável como importante mecanismo e meio de solução – ainda que parcialmente – à problemática da compressão da vida produzida pelo isolamento social no contexto da pandemia por Covid-19, cujos efeitos, apesar de se tratar de um fenômeno superado, ainda são sentidos na vida pós-isolamento.

Assim, urge que pensemos a conquista de uma cidade saudável como um concreto projeto a se materializar no mundo da vida, de maneira que, quiçá, a questão da compressão da vida psíquica encontre meios eficazes de promover a sua própria mitigação. Nas próximas linhas, apresentaremos a proposta de cidade saudável que já vem sendo discutida e proposta há um tempo em outros campos do conhecimento. Por fim, para contribuir com esse debate nascente na Arquitetura e Urbanismo, expomos como a própria coletividade em sua singularidade necessita ser compreendida como parte integrante desse processo de conquistar não só uma cidade saudável, mas também condições psíquicas mais dignas e saudáveis – algo que, certamente, a pandemia despedaçou um pouco.

De antemão, pressupomos que, talvez, o caminho para solucionar – ou amenizar – as profundas feridas deixadas pela pandemia seja investir em projetos urbanísticos que cooperem não para os processos de gentrificação e destruição criativa perpetradas pelo capitalismo no espaço urbano, mas que cooperem para erguer algo como uma construção

criativa sendo um de seus objetivos promover a saúde física e mental coletiva, para que, assim, se possa viver com maior – e melhor – comunhão com o espaço urbano e outros cidadãos. Neste capítulo que lançamos uma proposição às problemáticas apontadas até aqui, tentaremos, nas próximas linhas, fundir o que já vem sendo construído na literatura científica brasileira com o que desenvolvemos nesta dissertação, convocando para o jogo o campo da saúde coletiva.

Promoção da saúde e planejamento urbano

Diríamos que o que vamos discutir agora é apenas um importante bônus do que foi erguido até esta ocasião. Fruto de tangíveis discussões ideológicas, lutas e confrontos diretos, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi regulamentado pela Constituição Federal de 1988, após importantes debates proferidos na 8ª Conferência Nacional de Saúde ocorrida durante o ano de 1986. A Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 – outorgada em 1990 e que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços – foi crucial para a implantação, implementação e consolidação do SUS, adido à Lei nº 8.142, também de 1990, a qual estabelece normas para o financiamento desse sistema público de saúde exclusivo do Brasil. Desde a sua regulamentação e implementação, o SUS concebeu inúmeras portarias, decretos e políticas nacionais, dentre elas: a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

A PNPS é uma política central no SUS, de forte abrangência, que transversaliza outras relevantes políticas, quais como a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), a HumanizaSUS, a ParticipaSUS e as Políticas Nacionais de Saúde Integral de Populações Específicas, como a População Negra e a LGBTQIAP+. Aprovada em 2006, a PNPS visa ao “enfrentamento dos desafios de produção da saúde e à qualificação contínua das práticas sanitárias e do sistema de saúde” (Brasil, 2018, p. 05). Em outras palavras, ela se preocupa em reduzir as vulnerabilidades e riscos à saúde, evitando que indivíduos e coletividades fiquem à mercê e vítimas das agruras que rodopiam as dimensões social, política, econômica, cultural e ambiental. Essa visão macroscópica de saúde tornou-se hegemônica a partir da criação do SUS na Lei nº 8.080/90, quando estar saudável deixou de ser sinônimo de ausência de doença e passou a ser o equivalente a uma conjugação de várias dimensões – e não apenas a biológica, como outrora postulava o modelo biomédico (Brasil, 2018).

Conforme tal perspectiva prescrita pelo SUS, faz sentido enfatizar que esta saúde preconizada pelo sistema deve ser encarada muito além do horizonte da saúde física, biológica, fisiológica, como muitas vezes o próprio SUS transparece. Sobretudo após o recrudescimento da pandemia e do isolamento social, notou-se a imensa relevância que foi dada à saúde mental coletiva pelos grandes canais televisivos, mídias sociais e demais mídias engajadas no debate de mitigação dos efeitos sobre a saúde mental provocados pelo isolamento. Até então, não existia uma plena observância e preocupação genuína com a administração dessa área específica de nossa saúde, essencialmente diante dos efeitos nocivos do neoliberalismo, operando como “gestor do sofrimento psíquico” (Safatle; Dunker; Silva Júnior, 2021).

Isso exprime tanta verdade que somente em 2001, justamente exatos 11 anos após a criação das LOS, houve a implementação da Lei Antimanicomial Paulo Delgado (Lei nº 10.216), a qual protege as pessoas com transtornos mentais e redimensiona o modelo assistencial em saúde mental, abrindo mão dos hospitais psiquiátrico e focando em serviços comunitários como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) (Amarante, 2008). Logo, interrogamo-nos: por que foram necessários 11 anos para a instauração de um foco oficial na saúde mental? Por razões históricas, sabemos que a saúde mental coletiva sempre foi permeada por estigmas e estereótipos que, felizmente, vêm sendo subvertidos, precipuamente desde a pandemia, a qual abriu margem para que repensemos o lugar da saúde mental em nossa vida urbana e cotidiana.

É lícito perceber que tudo que um dia já existiu costuma deixar resquícios – uns mais brandos, outros mais profundos – que tentam persistir nos meandros do tempo. Não obstante a superação do modelo biomédico, pelo menos na teoria, muitas práticas profissionais ainda parecem obedecer às regras desse modelo, certamente incitada pela formação recebida em graduações com currículos acadêmicos que persistem cristalizados no tempo. À parte disso, o SUS trouxe uma imensa contribuição ao território brasileiro, desenvolvendo e operacionalizando requintadas ações de promoção da saúde que transbordam o interior dos serviços, pois a saúde se faz no e em articulação com o território, onde vivem os usuários do sistema. E, para garantir essa realização de ações no território, a PNPS não pode funcionar de maneira solitária, necessitando, assim, do engajamento de outras políticas e iniciativas preocupadas em efetivar uma saúde integral de qualidade.

Ratificando essa operação, a PNPS aborda em seu interior, especificamente na seção introdutória, o seguinte:

Para se operar a política de saúde, incluindo a de promoção da saúde, é necessária a consolidação de práticas voltadas para indivíduos e coletividades, em uma perspectiva de *trabalho multidisciplinar, integrado e em redes*, de forma que considere as necessidades em saúde da população, em uma *ação articulada entre os diversos atores*, em um determinado território (Brasil, 2018, p. 07, grifos meus).

O trabalho multidisciplinar, integrado e em redes pressupõe, justamente, uma superação do modelo que focalizava exclusivamente a dimensão biológica dos indivíduos. Promover saúde se tornou muito mais amplo e complexo, pois há, nas concepções atuais, a necessária garantia do cuidado integral e coerente com a necessidade da população e do indivíduo. Assim, não se pode desconectar o corpo biológico de outras experiências subjetivas que escapam o controle humano, como é o exemplo da pandemia por Covid-19 que trouxe repercussões não apenas ao físico, mas também aos domínios psicológico, social, cultural, ambiental, político e econômico. Em contrapartida, tais repercussões retornam com um efeito colossal sobre a vida psíquica e o modo de viver dos sujeitos. Nesse sentido, a promoção da saúde, por definição, é formalmente:

um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, que se caracteriza pela articulação e cooperação intrasectorial e intersetorial e pela formação da Rede de Atenção à Saúde, buscando se articular com as demais redes de proteção social, com ampla participação e amplo controle social. Assim, reconhece as demais políticas e tecnologias existentes visando à equidade e à qualidade de vida, com redução de vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (Brasil, 2018, p. 07).

Por mais potente e transversal que seja essa política dentro do SUS, articulando e dialogando com outras imprescindíveis políticas, a PNPS não é onipotente e precisa transitar entre outras estratégias e políticas públicas fora do SUS. Sob esse prisma, o entendimento da promoção da saúde é salutar para que levemos essa discussão a horizontes mais distantes, trazendo para a esfera da saúde as premissas, princípios e regimentos do planejamento urbano, a fim de potencializar a eficácia da PNPS. Para a aquisição desse propósito, conhecer e compreender o conceito de espaço ou cidade saudável, associando-o com nossas discussões e defensorias até aqui construídas na interface entre Saúde Coletiva e Geografia Urbana Crítica, fortifica a política de promoção da saúde a tal ponto que é possível articulá-la às noções que outrora nos apropriamos, reformulamos e fundamos. Neste capítulo, todavia, enfocamos na compressão e descompressão da vida.

Em seus estudos e formulações a propósito de uma cidade saudável, Sperandio (2022) examina que a promoção da saúde em articulação com o eficiente planejamento

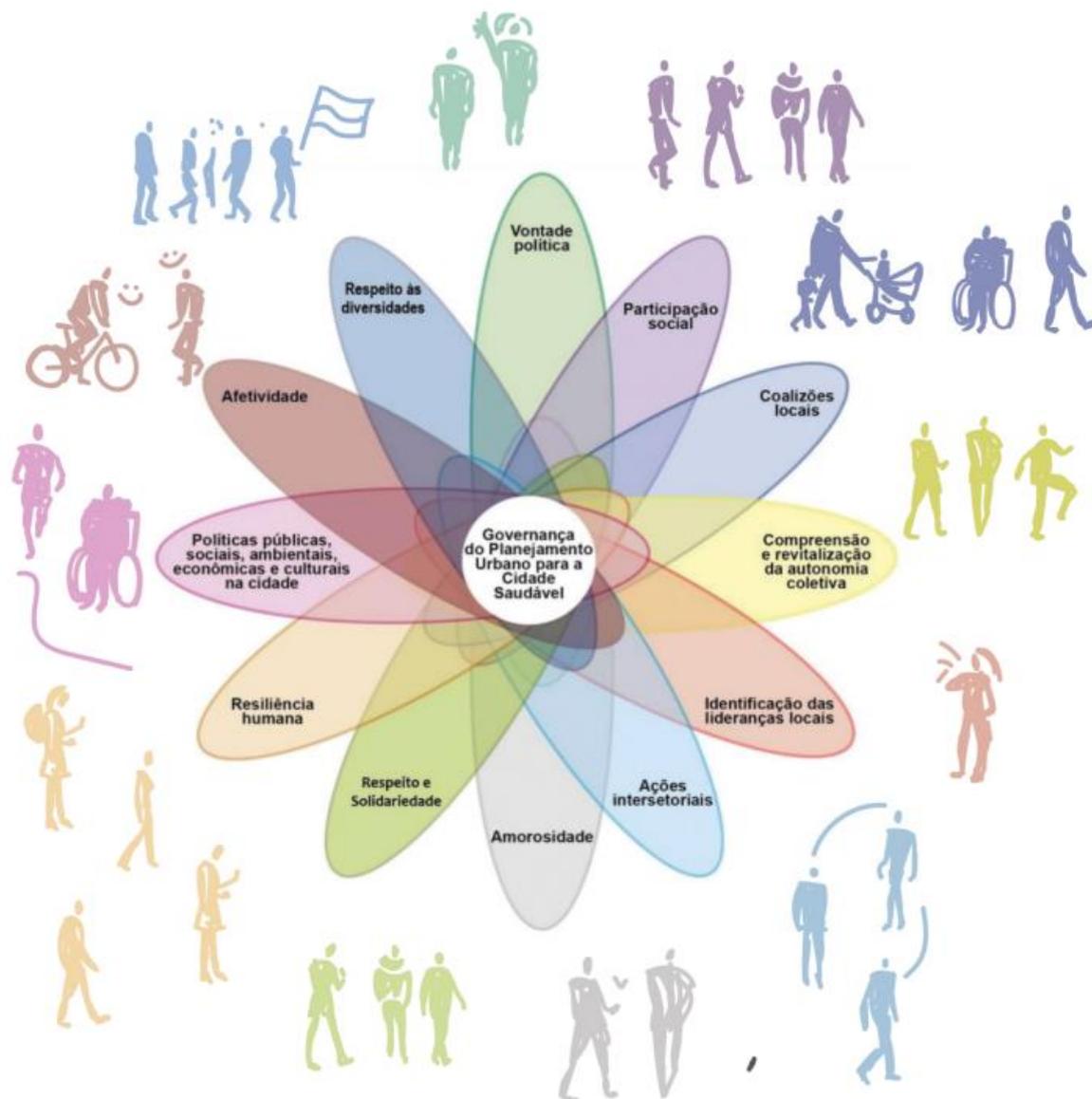
urbano fomenta a conquista de uma cidade saudável. Para a autora, o espaço ou cidade saudável é:

um lugar a ser tecido constantemente, considera a somatória do urbano e rural, aquele que por meio da gestão pública participativa, intersetorial, interseccional, inclusiva, solidária reflita sobre os caminhos para a felicidade coletiva, possibilitando desta forma, que as pessoas desenvolvam, avaliem e valorizem espaços participativos para a governança do bem comum (Sperandio, 2022, p. 13).

Esse excerto nos posiciona em duas frentes: a saúde como brecha para a felicidade coletiva e as boas conduções dos determinantes e condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para uma efetiva promoção da saúde. Se a garantia do espaço saudável depende da governança de uma gestão participativa (Sperandio, 2022), considerando que a garantia da saúde também depende dessa governança, é perigoso depositar nessa gestão a responsabilidade de oferecer felicidade a uma coletividade. Isso, sem dúvida, coloca o modo de viver – ou mesmo a vida psíquica – dos indivíduos em uma situação de vulnerabilidade, pois a felicidade não depende deles próprios, mas de governos e políticas públicas comprometidas com o bem comum. O problema, entretanto, é encontrar gestores engajados e preocupados em concretizar o que Sperandio nos propõe com o alinhamento entre a promoção da saúde e o planejamento urbano para a conquista de uma cidade saudável.

Mesmo assim, em meio aos seus diversos estudos, inclusive com inúmeros artigos publicados sobre a temática, Sperandio (2022) nos fornece possíveis caminhos para chegar à cidade saudável. Para isso, ela vem facilitando a leitura desse processo com a mandala que desenvolveu contendo elementos capazes de fomentar a operacionalização do conceito de espaço saudável.

Figura 9 Mandala Sperandio



Fonte: Sperandio (2022, p. 15).

Agora, a respeito do planejamento urbano eficiente, que é outra parte fundamental para a conquista de uma cidade saudável, Barton e Tsourou (2009 apud Santana, 2022) asseveram que:

O planejamento urbano saudável é o processo de planejamento em prol da saúde, qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, considerando a avaliação dos impactos das intervenções urbanas na saúde e na equidade em saúde. Ou seja, é um planejamento dirigido às pessoas, atendendo às suas necessidades e às especificidades do contexto local.

Entrementes, acreditando que para conquistar uma cidade saudável precisa-se de algo mais, resolvemos acrescentar a ela outra categoria que consideramos de valiosa relevância e que não pode ser tratada como mera sinônima de cidade, sobretudo quando se avalia isso sob a ótica do SUS, o qual tem uma maneira específica de conceber algumas dimensões sociodemográficas. Território saudável soma-se, com efeito, à temática, contribuindo com novas formas de compreensão acerca de como conquistar uma cidade saudável. Ao nosso ver, não é possível fazer um salto das condições insalubres de uma cidade para a conquista de uma cidade saudável pensando somente sob um panorama macroscópico.

Para efeito de exemplificação, um território, isto é, uma determinada localidade ou região onde vive uma certa porcentagem populacional, necessita se tornar saudável para que possamos obter uma cidade saudável. Não parece lógico defender que uma cidade é saudável se uma determinada região, acoplada a essa cidade, continua com suas iniquidades expressas. Uma comunidade localizada próxima a uma região elitizada tem mais chances de dispor de um território saudável do que outra comunidade situada próxima a uma região com altos níveis de iniquidades sociais, econômicas, culturais e ambientais. Contudo, a presença de muitas comunidades próximas a regiões saudáveis em detrimento de algumas não-saudáveis não significa dizer que se conquistou uma cidade saudável. É possível pensar em territórios saudáveis dentro dessa lógica, porém ainda se há muito o que fazer para, finalmente, conquistar a cidade saudável. Pode soar fatidicamente utópico, sobretudo se lembrarmos que vivemos sob a lógica de um sistema econômico cuja desigualdade é fundamental para sua sustentação, mas pode-se extrair das utopias – mesmo minimamente – alguma contribuição ao desejo de implementar uma cidade saudável.

Como já visto, a cidade saudável é conquistada a partir da articulação entre a promoção da saúde e o planejamento urbano saudável. Agora, precisamos analisar como é construído um território saudável, tendo o SUS como nossa principal estratégia e ferramenta. Essa construção, sem dúvida alguma, passa também pelas ações de promoção da saúde que os serviços de saúde perpetram no território. A PNPS destaca algumas diretrizes que fundamentam as ações de saúde e suas finalidades, frisando pontos como a gestão democrática, a ampliação da governança ao desenvolver ações de saúde, a formação e a educação permanente, entre várias outras. Para a construção que propomos aqui, a segunda diretriz nos interessa, pois ela prioriza planejamento de ações de promoção da saúde no território. Na íntegra:

II. O fomento ao planejamento de *ações territorializadas* de promoção da saúde com base no reconhecimento de *contextos locais* e no respeito às diversidades, a fim de favorecer a *construção de espaços de produção social*, ambientes saudáveis e a busca da equidade, da garantia dos direitos humanos e da justiça social (Brasil, 2018, p. 13, grifos meus).

Existem indícios neste trecho da PNPS que atestam a necessidade de que haja o conhecimento e reconhecimento das realidades locais, em suas diversidades, para que se possa pensar a construção de um espaço de produção social – e nós acrescentaríamos de produção subjetiva e psíquica também. Alinhar o planejamento urbano com a promoção da saúde requer que olhemos para essa saúde no seu potencial pleno, enfocando inclusive na saúde mental coletiva. Toda a potência da produção de vida deve se construir ao lado da produção social numa dinâmica que necessitamos reconhecer como bilateral, mas tendo o conhecimento de que, para que isso aconteça, para que consigamos conquistar uma cidade saudável, é preciso que haja também a inclusão da vida psíquica de seus cidadãos. Somente com esse tratamento social e conquista da cidade saudável, poderemos mitigar as implicações do tempo-espaço sobre a vida cotidiana, produzindo, com efeito, a compressão da vida psíquica, atribuindo-lhe sentido e significado para uma habitação saudável na urbe.

A potência auriverde da cidade e de seus cidadãos

Diferentemente dos países desenvolvidos da América, como os Estados Unidos, e da Europa, tal qual a Inglaterra, o processo de urbanização no Brasil foi tardio e longitudinal. Enquanto a transição populacional dos territórios rurais aos urbanos ocorria a passos largos nos países mencionados, no Brasil essa transição só veio a acontecer a partir da segunda metade do século XX (Santos, 2020), quando os habitantes da zona rural deixaram seus lares e vida no campo para irem em busca de novas e dignas condições de vida. Em razão disso, após longos séculos de imigração europeia, embriagados e hipnotizados pela fetichização da cidade grande, por suas promessas de melhoria de condições de vida, bem como pelos específicos prazeres que o tecido rural não podia propiciar, o Brasil majoritariamente ruralista logo se transformou no Brasil majoritariamente urbanizado. A partir dessa intensa transição demográfica, a malha brasileira se urbanizou a tal ponto que o capitalismo pôde decretar sua sólida permanência nas cidades, tornando-as lugares cítricos, mas, ao mesmo tempo, carregados de prazeres.

Esse movimento de transição demográfica e de dupla faces, opostas, do capitalismo sublinha o caráter dialético da cidade: no mesmo instante em que esbanja agruras, expõe

também alegria, jovialidade, potência de vida. Em nosso país auriverde, isto é, em nossa terra verde e amarela, fundada numa diversidade latino-americana, africana e europeia, há traços tipicamente brasileiros que, notadamente, se diferem de quaisquer outros dos demais países e nos consolidam como um povo cordial à moda de Sérgio Buarque. Não é sem resistência, todavia, que as cidades brasileiras e seus cidadãos sobreviveram – e sobrevivem – apesar, por exemplo, das práticas predatórias do capitalismo, as quais, numa lente histórica, vimos estremecer e fortificar as estruturas da potência auriverde dos indivíduos brasileiros. Acima de tudo, de maneira semelhante, não foi sem resistência ao sofrimento psíquico que os brasileiros conseguiram enfrentar e superar o isolamento social, ainda que resquícios tenham permanecido, ainda hoje, incrustados em sua vida psíquica.

Embora, desde o primeiro modo de produção econômico, a esfera auriverde tenha suportado espoliações e agruras, adicionando à lista a pandemia e o seu isolamento social neste século XXI, a trama que rege a coletividade brasileira sempre consegue encontrar meios, à moda brasileira, de subverter o tombamento. Para efeito de ilustração, na obra seminal *Raízes do Brasil*, o historiador e sociólogo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda penetra em nosso imaginário ao apresentar o homônimo “homem cordial” para se referir aos homens e mulheres brasileiros, nascidos de uma cultura diversificada. Em suas inestimáveis palavras:

O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras e profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários (Holanda, 2014, p. 19).

Na figura brasileira, há, por assim dizer, o predomínio de atitudes afetivas em detrimento de atitudes racionais. Para Buarque, o “homem cordial”, que podemos convertê-lo e chamá-lo de cidadão, tripudia as relações impessoais, distanciadas, isoladas, despersonalizadas, ao mesmo passo em que valoriza a intimidade e afetividade dentro dessas relações, pois, decerto, são elas as responsáveis por, quiçá, promover uma unidade entre os brasileiros, mesmo que com seus comportamentos singulares e plurais. Enxertar isolamento social num país cuja cultura converge com a afetividade social e diverge das relações impessoais implica metaforicamente convidar esse mesmo país a se desancorar de suas raízes e perder de vista quem é e o que ainda deseja ser. Logo se percebe que a compressão

da vida psíquica em isolamento afronta o “homem cordial” e o descentraliza do eixo da afetividade, não os possibilitando ser senhores e senhoras em suas próprias casas.

Muito provavelmente, os laços afetivos que invadem a dimensão interna do “homem cordial” brasileiro é o que deve endossar os laços sociais, a ponto de ele preferir o espaço público ao espaço privado de seu lar. Desta sorte, já é naturalizado na vida psíquica do brasileiro a potência que confronta a impermanência da vida urbana e psíquica no tempo-espaço, de forma que qualquer tipo de tentativa de descentralização da afetividade pode culminar numa catástrofe no interior do tempo-espaço. Não foi por acaso, então, que, durante a pandemia por Covid-19, presenciamos sofrimentos psíquicos em suas inúmeras diversidades e intensidades, a ponto de alguns deles precisarem de intervenções medicamentosas. Frente a tal cenário, como fica a afetividade do brasileiro em meio às agruras que o privam dos laços sociais e das relações interpessoais? Logo, o “homem cordial”, por excesso de isolamento e impessoalidade, cede lugar ao “homem comprimido”, cuja vida urbana, cotidiana e psíquica perde de vista o foco do viver.

Outrossim, diferentemente de Buarque que situa sua leitura propriamente sobre o povo brasileiro, Freud vislumbra um caráter mais universal e podemos pensar um pouco a respeito disso. Em *Análise fragmentária de uma histeria (O caso Dora)*, originalmente lançado em 1905, Freud (2016) nos apresenta uma noção interessante sobre o sintoma psíquico, conforme o qual todo sintoma psicológico dispõe de uma função primária e secundária, sendo esta, como acreditamos, importante para a sustentação do ser perante o sofrimento mental. No que concerne à função primária, ela é interna e se refere às repercussões sobre a vida psíquica, materializadas, por exemplo, em forma de angústia, frustração, ansiedade, tristeza, etc. Agora, no tocante à função secundária, Freud descobriu que ela implica um ganho, um benefício extraído a partir da condição da função primária, do sintoma psíquico interno.

Em nosso estudo, dialogando-o com essas premissas freudianas, vimos comprovados aparecimentos dos benefícios secundários a partir do próprio isolamento social e das cruezas produzidas por ele em nossa constituição psíquica. Muitas personagens, para efeito de exemplificação, relataram que, embora estivessem em isolamento, vivendo com o medo da contaminação, por exemplo, havia a felicidade por poder ter tempo para investir em seus projetos pessoais, poder estudar mais, dentre outros discursos:

[...] eu percebo que, nessa época, houve um ganho, né? Nesse sentido de que a ideia do tempo parado ali me dava mais possibilidade de ter mais tempo pra

estudar. Sem falar que a gente também tem que levar em consideração que a própria faculdade, ela reduz uma... não o nível do material, mas ela reduz a quantidade de material, né? Faz com que a gente tenha mais tempo pra outras coisas, pra outras leituras, que tem a ver com o mundo acadêmico também. (Marcos Severino)

Eu tinha muito tempo mais livre. Eu aproveitei pra executar algumas coisas que estavam... que eram necessárias ou que estavam ali paradas. Eu comecei a investir em planos pessoais mesmo, tipo assim: traçar metas pessoais e colocar em execução, e isso envolvia muita questão do estar em casa, estudando, por exemplo. Então, foi na pandemia que eu apresentei meu trabalho de conclusão da residência, foi na pandemia que eu coloquei como meta passar em concurso público, foi na pandemia que eu coloquei como meta passar no mestrado. E aí eu fui executando esses passos com o tempo que eu tinha disponível, também por conta do fato de estar mais em casa. (Emerson Urbano)

Nesse sentido, o “homem cordial” também consegue encontrar potência e vitalidade no viver mesmo em situações que desafiam a integridade física e mental. Extrair ganhos secundários, seja de um sintoma psicológico, seja de um contexto agressivo, denota um mecanismo de defesa que coopera para a atenuação do sintoma primário. E isso, certamente, a potência auriverde do brasileiro conseguiu sustentar bem, apesar dos pesares.

Com efeito, a pandemia por Covid-19 foi um interlúdio na vida urbana, pois desnudou nos cidadãos a sensação de um lapso de tempo que interrompeu provisória, mas dolorosamente, a continuidade do ritmo da vida cotidiana. Privar as experiências singulares dos indivíduos das vivências da cidade representa apagar velhas memórias e proibir a produção de novas memórias construídas nesse espaço. Ou seja, sem a vivência do espaço, o sujeito produz experiências parciais, que, por sua vez, impedem a construção de sua própria história. Assim sendo, a conquista de uma cidade saudável, consciente desse debate, angaria e endossa a potência do povo brasileiro, que – mesmo com desafios sociais, ambientais, econômicos, de saúde e, sobretudo, políticos – encontrou fôlego para persistir e permanecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da janela lateral do quarto de dormir
 Vejo uma igreja, um sinal de glória
 Vejo um muro branco e um voo pássaro
 Vejo uma grade, um velho sinal
 Mensageiro natural de coisas naturais
 Quando eu falava dessas cores mórbidas
 Quando eu falava desses homens sórdidos
 Quando eu falava desse temporal
 Você não escutou

(Milton Nascimento, em “Paisagem da janela”)

É muito importante mencionar que não foi à toa que esta dissertação – cujos pressupostos incipientes principiaram em abril de 2020, ainda compenetrado na minha própria vivência e experiência de pandemia e isolamento social – levou cerca de quatro anos para se ver enfim concretizada. Transcorreu-se cerca de um ano de produção do projeto para a defesa de seleção do programa e mais três anos de mestrado formal. Ao longo desse percurso, foram incontáveis os sentimentos de fracasso e angústia que giraram ao meu entorno, muitas vezes determinando o meu estado de pulsão de vida. Entretanto, ao me esbarrar com esta concretização, percebo que precisei caminhar vastos quatro anos para que, só assim, eu pudesse chegar ao terceiro ato dessa dissertação: o pós-isolamento, e dissertar a respeito da vida psíquica, mas não somente dela. Desta sorte, concluo que, sem o hoje, teorizar e escrever acerca da vida psíquica no pós-isolamento social não seria possível, pois todos os pressupostos erigidos permaneceriam presos a refutáveis suposições.

Germinado com a proposta de expandir o conceito de compressão do tempo-espaço do britânico geógrafo urbano crítico David Harvey, nossos debates não se restringiram evidentemente a tal empreendimento, pois ousamos propor algo a mais. Em seu sentido original, aquele atribuído por Harvey, observamos que o conceito em relevo não fica preso apenas ao capitalismo neoliberal, na medida em que ele se expande e esbarra nos modos de vida urbana e, mais singelamente, nos modos de subjetivação dos cosmopolitas. Conforme a proposição de Harvey, a compressão sobre o espaço se efetiva, *grosso modo*, quando o sistema econômico desenvolve e sofisticada meios de transporte e locomoção capazes de aniquilar o tempo que se perde ao se transportar produtos de um local a outro, com vistas a promover uma compressão do tempo-espaço em nome do próprio crescimento incessante do sistema – tais artimanhas, bem delineadas em capítulos anteriores, ocorrem de maneira

histórica no globo terrestre. Com efeito, concordando com os escritos de Harvey, examinamos que, de fato, não é por acaso que isso ocorre, haja vista que o funcionamento dessa engrenagem parece se configurar como um projeto que engrandece e sempre requer novos contornos e formas, estimulando, pois, a vida humana à metamorfose de sua produção subjetiva e singular de vida.

Consoante o sentido e significado do conceito de Harvey, desprendemo-nos, um pouco, do capitalismo-neoliberal como sendo o antagonista dessa trama, e acusamos a pandemia e o seu isolamento como os grandes vilões e produtores da compressão do tempo-espaço na vida urbana, cotidiana e psíquica. Para além desse horizonte, afirmamos, ainda, que tal compressão pode ser acarretada por quaisquer fenômenos que pousam sobre o espaço urbano ou que interfiram, sobremaneira, no vívido progresso da vida humana. Como parte desta extensão, enxertando o conceito de premissas inéditas, deparamo-nos com o seu caráter ambíguo, contraditório, paradoxal e dialético: sem nos contentar com o que o vocábulo compressão do tempo-espaço poderia nos fornecer de leitura da experiência de sofrimento psíquico, elaboramos, então, a noção de descompressão do tempo-espaço.

Em nosso artigo escrito em 2021, sob o enquadramento da pandemia por Covid-19, a qual promoveu o isolamento das pessoas dos espaços urbanos, questionamo-nos: “se a compressão do espaço-tempo é um fenômeno que gera mal-estar, a sua descompressão, isto é, a saída da rotina exaustiva, mas, ainda assim, ritmo, poderia ser geradora de mais angústia? (BOSI; ALVES, 2013, p. 14). Com tal questão, desnudamos o caráter dialético de nossa extensão, e vislumbramos isso validado e comprovado no capítulo 8, no qual trazemos à lume os resultados das entrevistas empíricas. Ratificamos que o afastamento das pessoas dos espaços públicos ou o afastamento dos espaços públicos das pessoas propiciou a sensação de uma descompressão do tempo-espaço, embora não sem efeitos nocivos à dimensão psicológica. E mais do que isso: ratificamos que, mesmo distantes do espaço urbano, da vida cotidiana influenciada pela força capitalista, as pessoas sentiram uma compressão do tempo-espaço, pois os seus lares se tornaram uma projeção nem um pouco real do espaço urbano, pois nada que se pudesse fazer nele conseguiria sentir na vida psíquica os mesmos efeitos, comumente sentidos no espaço público.

Apesar do nosso esforço de expor os conceitos em tela da maneira mais didática possível, é condição *sine qua non* entender que se trata de fenômenos que podem ser sentidos simultaneamente; ou seja, ao mesmo tempo em que uma pessoa sente a descompressão do tempo-espaço, é perfeitamente possível que ela também possa sentir a compressão. De forma

original, como desdobramento dessas noções ora consolidadas, fundamos o pressuposto de compressão da vida – igualmente circunscrito de ambiguidade, contraditoriedade e dialeticidade –, o qual logo deixou de ser um pressuposto para se tornar uma noção válida e comprovada neste estudo. Assim como a noção de compressão e descompressão do tempo-espaço, visualizamos também algo que foi comprovado empiricamente: ao passo que as pessoas eram tomadas por uma descompressão de suas vidas psíquicas em virtude da saída frenética da dimensão urbana, com todo o seu ritmo de vida acelerado, elas também eram atingidas pela compressão da vida psíquica em isolamento, haja vista a monotonia característica do espaço isolado em detrimento do espaço aberto. Tal compressão da vida também pode ser sentida estando o indivíduo diretamente no espaço urbano, cuja repercussão se materializa como compressão da vida psíquica estando o sujeito em sociedade, vivendo um ritmo acelerado e implacável.

Como o nosso objetivo primordial era compreender, a partir das experiências vividas pelas pessoas, como a pandemia e o isolamento social influenciaram a vida humana a ponto de produzir sofrimento psíquico no contexto urbano da cidade de Fortaleza, Ceará, consideramos que esse objetivo tenha sido satisfatoriamente concretizado, tendo nos possibilitado, ainda, vislumbrar a validade das noções de compressão do tempo-espaço e descompressão do tempo-espaço. Neste estudo, percebeu-se que são as experiências de sofrimento psíquico – captadas a partir da escuta e análise do discurso das pessoas, em nosso caso, dos cidadãos – que podem validar ou refutar a existência de compressão e/ou descompressão da vida psíquica. Foi, portanto, de capital valor ter se deparado com premissas subjetivas que nos permitiram validar o que já vínhamos propondo e estudando antes da formalização deste estudo por ora encerrado.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A. M.; FIGEL, F. C.; CAMPESE, M.; SILVA, M. Z. da. Prescrição de Psicofármacos na Atenção Primária à Saúde no contexto da Pandemia da Covid-19. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e19911420210, 16 mar. 2022. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.20210>.

ALVES, A. M.; COUTO, S. B.; SANTANA, M. de P.; BAGGIO, M. R. V.; GAZARINI, L. Medicalização do luto: limites e perspectivas no manejo do sofrimento durante a pandemia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 9, p. e00133221, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00133221>.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental E Atenção Psicossocial**. [s.l.]: Fiocruz Editora, 2008. (Coleção Temas Em Saúde).

ARAÚJO, C. E. L. **Decisões políticas e mudanças limitadas ne saúde**. São Paulo: Hucitec Editora, 2020(Saúde em debate, no. 310).

ASSOCIATION AMERICAN PSYCHIATRIC. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2022.

ASSOCIATION AMERICAN PSYCHIATRIC. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. [s.l.]: Artmed, 2014.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. de. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, continuidade e mudanças. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021002, 4 mar. 2021. <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661127>.

BAUDELAIRE, C. **Selected Writings on Art and Artists**. trad. P. E. Charvet. Harmondsworth: Penguin Books Ltd, 1972.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. Edição de bolso. [S. l.]: Companhia de Bolso, 2007.

BOSI, Maria Lucia M.; GASTALDO, D. Por que um livro sobre fundamentos da pesquisa qualitativa em saúde? *In*: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; GASTALDO, D. (orgs.). **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: Fundamentos teórico-metodológicos**. 1ª edição. [S. l.]: Editora Vozes, 2021. p. 23–36.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Formar pesquisadores qualitativos em saúde sob o regime produtivista: Compartilhando inquietações. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 33, p. S30–S37, 27 out. 2015. <https://doi.org/10.17533/udea.rfnsp.v33s1a04>.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Paradigmas, tradições e terminologias: demarcações necessárias. *In*: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; GASTALDO, D. (orgs.). **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. p. 106–144.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 575–586, mar. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300002>.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; ALVES, E. D. Distanciamento social em contextos urbanos na pandemia de COVID-19: desafios para o campo da saúde mental. **Revista Physis**, v. 33, 2023.

BRASIL. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 19 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CAMOZZATO, A.; MELO, B. D.; LIMA, C. C.; SANTOS, C. B.; PEREIRA, D. R.; SERPELONI, F.; MAFACIOLI, G.; ROCHA NETO, H. G. da; RABELO, I.; KABAD, J.; CABRAL, K. V.; BELLOC, M. M.; SOUZA E SOUZA, M.; KADRI, M.; MAGRIN, N. P.; ARANTES, R. L.; FAGUNDES, S.; MENEZES, S. da S.; DAL PONTE, S.; DASSOLER, V. A. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: psicofármacos na Covid 19. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41826>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CARDOSO, Antônio José Costa; SILVA, Gabriela Andrade Da. Medos, desejos e preocupações acerca da sindemia de Covid-19 e sofrimento psíquico: experiências extensionistas no sul da Bahia, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210675, 2022.

CARDOSO, C. F. S. **America Pre-Colombiana**. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CLAVAL, P. Geografia Econômica e Economia. **GeoTextos**, v. 1, n. 1, p. 11–27, 2005.

COSTA, M. **O livro obscuro do descobrimento do Brasil: Como magia, ciência, religião, intrigas e lutas pelo poder fizeram parte do projeto de conquista do Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Leya, 2019.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2016.

DANTAS, E. S. O.; ARAÚJO FILHO, J. de D. de; SILVA, G. W. dos S.; SILVEIRA, M. Y. M.; DANTAS, M. N. P.; MEIRA, K. C. Fatores associados à ansiedade em residentes multiprofissionais em saúde durante a pandemia por COVID-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, 14 abr. 2021. DOI 10.1590/0034-7167-2020-0961. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/reben/a/K38P7zLNWvsGYKsNzNKdyVF/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2022.

DIAS, Joana Angélica Andrade; DIAS, Mauricio Fagner Santos Lima; OLIVEIRA, Zulmerinda Meira; *et al.* Reflexões sobre distanciamento, isolamento social e quarentena como medidas preventivas da COVID-19. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste**

Mineiro, v. 10, 2020. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/3795>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

DUARTE, M. de Q.; SANTO, M. A. da S.; LIMA, C. P.; GIORDANI, J. P.; TRENTINI, C. M. COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3401–3411, 28 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16472020>.

DUNKER, Christian. A hipótese depressiva. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª edição. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021. p. 177–214.

DUNKER, Cristian; PAULON, Clarice; SANCHES, Daniele; LANA, Hugo; LIMA, Rafael Alves; BAZZO, Renata. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª edição. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021. p. 177–214.

EAKIN, J. M.; GLADSTONE, B. Na caixa-preta da análise qualitativa: dar sentido aos dados com uma abordagem que “agrega valor”. In: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; GASTALDO, D. (orgs.). **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. p. 202–236.

EMIDIO, Thassia Souza; OKAMOTO, Mary Yoko; SANTOS, Manoel Antônio Dos. Solidão e Sobrecarga Materna em Tempos de Pandemia de COVID-19 à Luz da Escuta Psicanalítica dos Vínculos. **Psico-USF**, v. 28, n. 3, p. 505–520, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura: na idade clássica**. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2022.

FREUD, Sigmund. Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”). In: **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2016, v. 6.

FREUD, Sigmund. A transitoriedade (1916). In: **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. 12, p. 247–252.

FREUD, Sigmund. **Estudos sobre a histeria (1893-1895)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2021.

FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia (1926). In: **Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, v. 17.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia (1917 [1915]). In: **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. 12, p. 170–208.

FREUD, Sigmund. O inquietante (1919). *In: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. 14, p. 311.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)**. trad. Paulo César De Souza. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GASTALDO, Denise. Congruência epistemológica como critério fundamental de rigor na pesquisa qualitativa em saúde. *In: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; GASTALDO, D. (orgs.). Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. p. 77–106.

GLASS, R. **London: aspects of change**. London: Centre for Urban Studies, 1964.

GOMES, Fábio Augusto. Isolamento horizontal versus isolamento vertical no combate à covid-19. *Jornal USP*, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/isolamento-horizontal-versus-isolamento-vertical-no-combate-a-covid-19/>>.

GRIGIO, G. da S.; NASCIMENTO, R. B. do; ARAGON, V. F. As mudanças no comportamento social como estratégia de redução dos índices de poluição atmosférica na pandemia da Covid-19. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 14, n. 33, 23 out. 2021. DOI 10.17271/19843240143320212900. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap_brasil/article/view/2900. Acesso em: 11 jun. 2022.

G1. Construção de aquário gigante causa polêmica em Fortaleza (CE). *Bom dia Brasil*, 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/construcao-de-aquario-gigante-causa-polemica-em-fortaleza-ce.html>>.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. trad. Anselmo Alfredo; Tatiana Schor; Cássio Arruda Boechat. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 13, n. 2, p. 09–18, 30 dez. 2009a. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74124>.

HARVEY, D. **Anticapitalismo em tempos de pandemia: marxismo e ação coletiva**. trad. Artur Renzo; Cauê Ameni; Murillo Van der Laan. 1ª edição. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2020.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. 1ª edição. [S. l.]: Martins Fontes - selo Martins, 2014a.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 25. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014b(Temas de atualidade, 2).

HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. 1ª edição. Cambridge, Mass: Wiley–Blackwell, 1996.

HARVEY, D. O direito à cidade. trad. Jair Pinheiro. **Lutas Sociais**, 29. , p. 73–89, dez. 2012.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. trad. Magda Lopes. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Revised ed. edição. Athens: University of Georgia Press, 2009b.

HARVEY, D. **The Urban Experience**. Reprint edição. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

HARVEY, D. W. **Explanation in Geography**. New edição. London: Hodder Arnold, 1969.

HAUS. Obra de aquário encalha em praia famosa de Fortaleza. Revista Haus, 2009. Disponível em: <<https://revistahaus.com.br/haus/estilo-cultura/acuario-ceara-obra-de-aquario-encalha-em-praia-famosa-de-fortaleza/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ceará | Cidades e Estados | IBGE. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/.html>? Acesso em: 9 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010 | IBGE. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em: 9 jul. 2022.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 1ª edição. [S. l.]: Saraiva Uni, 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAWN, C. **Compreender Gadamer**. trad. Hélio Magri Filho. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

LEITÃO, Lucia; LACERDA, Norma. O espaço na geografia e o espaço da arquitetura: reflexões epistemológicas. **Cadernos MetrÓpole**, v. 18, n. 37, p. 803–822, 2016.

LEMOS, Gabriela Xavier De; WIESE, Íria Raquel Borges. Saúde Mental e Atuação De Psicólogos Hospitalares Brasileiros na Pandemia da Covid-19. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e250675, 2023.

LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. trad. Ricardo Correa Barbosa. 20ª edição. [S. l.]: José Olympio, 2021.

MALTERUD, K.; SIERSMA, V. D.; GUASSORA, A. D. Sample Size in Qualitative Interview Studies: Guided by Information Power. **Qualitative Health Research**, v. 26, n. 13, p. 1753–1760, nov. 2016. <https://doi.org/10.1177/1049732315617444>.

Mandel, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abreu Cultural, 1982.

MANZANO, S. **Economia política para trabalhadores**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2013.

MARTÍNEZ-SALGADO, C. Amostra e transferibilidade: como escolher os participantes em pesquisas qualitativas em saúde. *In*: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; GASTALDO, D. (orgs.). **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. p. 170–201.

MARX, K. **O Capital [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. trad. Rubens Enderle. 2ª edição. [S. l.]: Boitempo, 2011.

MERCADO-MARTÍNEZ, F. J.; ROBLES-SILVA, L. Usos da pesquisa qualitativa em saúde: algo além da divulgação dos resultados? *In*: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; GASTALDO, D. (orgs.). **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. p. 106–144.

MEYER, S.; WARD, P. “Modo de usar” teoria social do início ao fim em pesquisa qualitativa em saúde. *In*: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; GASTALDO, D. (orgs.). **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. p. 106–144.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1–12, 1 abr. 2017. .

MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, p. 139–153, 2018. .

MONTAGNA, Plínio. Corpo vivo: finitude e transitoriedade. **Ide (São Paulo)**, v. 38, n. 61, p. 27–40, 2016.

MORAIS, L. L. A.; FIGUEIREDO, M. A. M. Filosofia e Estratégia Militares: Um Paralelo Entre Alexandre, o Grande e Sun Tzu. **Revista Historiador**, n. 11, 2018. Disponível em: <https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/206>. Acesso em: 9 jul. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEVES, A.; ISMERIM, A.; BRITO, B.; COSTA, F. D. da. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. *In*: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª edição. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021. p. 125–176.

NUNES, E. D. Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto. *In*: CAMPOS, G. W. de S.; MINAYO, M. C. de S.; AKERMAN; JUNIOR, D.; CARVALHO, Y. M. de (orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. 2ª edição. [S. l.]: Hucitec, 2017. p. 19–40.

OLIVEIRA, A. L. M. D. Enfrentando a pandemia na América Latina: Uma análise de vulnerabilidades após 30 anos de neoliberalismo. 2020. DOI 10.13140/RG.2.2.29609.62561. Disponível em: <http://rgdoi.net/10.13140/RG.2.2.29609.62561>. Acesso em: 29 jun. 2022.

OLIVEIRA, F. P. D.; SANTOS, F. M. P.; DALLAQUA, B. Consumo de psicotrópicos em meio a pandemia do Sars-CoV-2. **Pubsaúde**, v. 7, p. 1–7, 2021. <https://doi.org/10.31533/pubsaude7.a187>.

PATTON, M. Q. **Qualitative Research & Evaluation Methods**. 3. ed. London: Sage Publications, 2002. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Qualitative_Research_Evaluation_Methods.html?id=FjBw2oi8E14C&redir_esc=y. Acesso em: 11 jun. 2022.

PEREIRA JÚNIOR, E. A.; SAMPAIO, J. E. H.; GOMES, R. B. A Covid-19 e sua dinâmica de propagação na rede urbana do Ceará, Brasil. **Ateliê Geográfico**, v. 14, n. 3, p. 35–56, 20 dez. 2020. <https://doi.org/10.5216/ag.v14i3.66373>.

PHILBRICK, N. **No coração do mar**. trad. Rubens Figueiredo. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RABAN, J. **Soft City: Picador Classic**. Main Market edição. [S. l.]: Picador, 2017.

REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES. **Regiões de influência das cidades: 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

ROCHA, Rodrigo Pereira; TOMAZELLI, Jeferson De Lima. **Isolamento Social e Distanciamento entre Políticas Públicas e Demandas Sociais**. [s.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/489/version/499>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

RODRIGUES, Henrique. Sucateamento do Brasil: Capes e CNPq acumulam 51% de cortes nas bolsas. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/2022/1/24/sucateamento-do-brasil-capes-cnpq-acumulam-51-de-cortes-nas-bolsas-109160.html>>.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª edição. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021. p. 17–46.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: Para uma nova cultura política**. 4ª edição. [S. l.]: Autêntica, 2021.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2020. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnico, Espaço, Tempo Globalização E Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo, SP: Edusp, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **The Theory of Economic Development: An Inquiry Into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle**. 1ª edição. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers, 1982.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, p. 577–591, out. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti (Org.). **Cidade Saudável: diálogos e estratégias entre promoção da saúde e planejamento urbano**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital Editora Ltda, 2022.

TURRIANI, Anna; *et al.* O caso clínico como caso social. *In*: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, SP: Editora Martin Claret, 2013.

ZIZEK, Slavoj. Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo. *In*: DAVES, M.; HARVEY, D.; BIHR, A.; ZIBECCHI, R.; BADIOU, A.; ZIZEK, S. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

1 – Como foi para você vivenciar a pandemia por Covid-19?

2 – Quais foram os maiores desafios que você enfrentou durante o isolamento social?

Pergunta bônus: Pensando nas atividades que você costumava fazer nos espaços públicos, do que você sentiu mais falta durante o isolamento social?

3 – Quais as consequências emocionais ou psicológicas que o isolamento social trouxe para você?

4 – Quais foram as estratégias que você adotou para lidar com o desgaste psicológico e emocional ainda durante o período do isolamento social?

5 – Como você vivenciou a transição do trabalho presencial para o trabalho remoto?

6 – Como você lidou com o afastamento dos espaços públicos durante o isolamento social?

Pergunta bônus: E como você lidou com o afastamento do seu trabalho, que era presencial antes da pandemia?

7 – No seu ponto de vista, a pandemia e o isolamento social trouxeram alguma mudança na sua conexão com o espaço urbano?

Pergunta bônus: Depois de tudo que você vivenciou, como você consegue se definir atualmente?

POR FIM: Tem algo sobre sua experiência com a pandemia e com o isolamento social que eu não perguntei, mas que você gostaria de me contar?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) por Erinaldo Domingos Alves, a participar da pesquisa intitulada **“Da vida psíquica às formas de sofrer na cidade: experiências de sofrimento produzidas pelo isolamento social no contexto da Pandemia por Covid-19”**. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Com esta pesquisa pretendemos: Compreender experiências de sofrimento psíquico diante do distanciamento social e da pandemia por Covid-19 no contexto urbano da cidade de Fortaleza, Ceará.

Assim, gostaríamos de contar com a sua participação, permitindo que nos forneça informações acerca de sua vivência e experiência com o distanciamento social e a pandemia por Covid-19, por meio de uma entrevista individual, lembrando que essas informações serão mantidas no anonimato, ou seja, não utilizaremos nenhum dado que possa levar a sua identificação. Garantimos o sigilo e proteção de sua privacidade na participação dessa pesquisa, de maneira que sua identidade não será revelada. Garantimos ainda que, após a transcrição da gravação em áudio, a gravação será imediatamente excluída de nossos arquivos. A divulgação das informações com suas identidades só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Informamos que a pesquisa, aparentemente, não traz risco a sua saúde e que o (a) senhor (a) pode desistir de participar da mesma quando decidir, sem que isso lhe acarrete qualquer penalidade. Lembramos, ainda, que na pesquisa qualitativa, habitualmente, não existe desconforto ou riscos físicos. Entretanto, o desconforto que o sujeito poderá sentir é o de compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos que ele possa se sentir incômodo em falar. Nesse sentido, o (as) senhor (a), como já dito acima, não precisa responder a qualquer pergunta ou parte de informações obtidas nesta entrevista, se sentir-se que ela é muito pessoal ou sentir-se desconforto em falar. O (a) senhor (a) tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem nenhum prejuízo.

Podem surgir constrangimento ou abalo emocional devido à lembrança da experiência de distanciamento social e da pandemia por Covid-19 e à exposição de fragilidades psicológicas e emocionais ao entrevistador. Se isto acontecer, como dito anteriormente, o (a) senhor (a) não precisará prosseguir com a entrevista.

A despeito disso, lembramos que a sua participação beneficiará toda a comunidade científica nos campos das Ciências Sociais, Humanas e da Saúde, pois contribuirá para a evolução e aprimoramento da Ciência, em especial no foco no qual esta pesquisa está inserida.

Reiteramos que sua participação é voluntária, não havendo nenhum pagamento por participar da pesquisa, e que você pode se retirar dela a qualquer momento, mesmo após a concessão da entrevista, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo.

As informações prestadas aqui somente serão utilizadas para os propósitos dessa pesquisa. Caso surjam dúvidas, você pode entrar em contato com os pesquisadores responsáveis ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Ceará, por meio das informações que seguem:

Nome: Erinaldo Domingos Alves (Pesquisador) ou Profa. Maria Lúcia Magalhães Bosi (Orientadora)

Instituição: Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária

Endereço: Rua Papi Júnior, 1223, 5º andar, Rodolfo Teófilo, Fortaleza – CE, 60430-235

Telefone para contato: (85) 3366-8044

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: (85) 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, _____anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/____

Participante da pesquisa	Data	Assinatura
Pesquisador	Data	Assinatura
Testemunha (se o voluntário não souber ler)	Data	Assinatura
Profissional que aplicou o TCLE	Data	Assinatura